



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Geografia – IG
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de concentração geografia e gestão do território



© público e o privado na gestão das potencialidades e das
Fragilidades turísticas no município de
Sacramento-MG



Paulo Sergio da Silva

Uberlândia/MG
2010

Paulo Sergio da Silva

**O público e o privado na gestão das potencialidades e das Fragilidades
turísticas no município de Sacramento-MG**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de doutor em Geografia.

**Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e
Gestão dos Espaços Urbano e Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

Uberlândia/MG

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

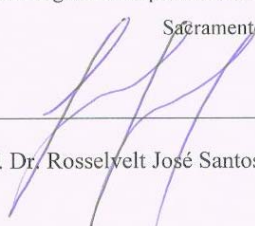
- S586p Silva, Paulo Sérgio da, 1969-
O público e o privado na gestão das potencialidades e das fragilidades
turísticas no município de Sacramento-MG [manuscrito] / Paulo Sérgio da
Silva. - Uberlândia, 2010.
287 f. : il.
- Orientador: Rosselvelt José Santos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
- I. Geografia urbana - Teses. 2. Ecoturismo - Sacramento (MG) -
Teses. 3. Turismo - Administração - Teses. I. Santos, Rosselvelt José.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

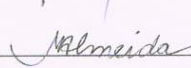
CDU: 911.375

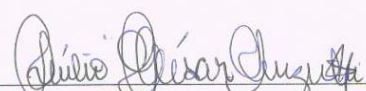
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**Programa de Pós-Graduação em Geografia****PAULO SERGIO DA SILVA**

O público e o privado na gestão das potencialidades e fragilidades turísticas no município de

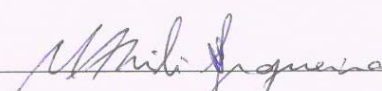
Sacramento-MG



Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador) - UFU

Prof. Dra. Maria Geralda de Almeida - UFG

Prof. Dr. Júlio César Suzuki - USP

Prof. Dr. Anderson Pereira Português – UFU/PONTAL

Prof. Dra. Marili Peres Junqueira - UFUData: 02 / 02 de 10Resultado: Aprovado

Dedicatória

Para meu orientador pela oportunidade, confiança e por acreditar na Universidade como instrumento de mudança.

Para Paula e Virgínia eternas companheiras de trabalho.

Neto, companheiro de todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico não acontece sem o amparo dos amigos, familiares, colegas de cursos, professores e pessoas diversas que encontramos pelo caminho.

Rosselvelt mais que um orientador, um eterno motivador.

Grupo de Estudos do Laboratório de Geografia Cultural e do Turismo da UFU.

Vírginia Dollabela pela luta, pelo patrimônio e pelos belos desenhos.

Paula Márcia Melo Borges pelo apoio nos trabalhos de campo e ombro para apoio.

Tiãozinho, esposo da Paula por compreender nossa parceria.

Minha família em especial dona Erminda, minha mãe, Sr. Waldemar, meu pai.

Meus amigos, Alexandre, Junior, Jean, Leomar

Sr. Santo, meu guia, meu dicionário de campo.

Thérbio Cezar, meu fotógrafo e companheiro.

Associação dos Amigos de Peirópolis.

Comunidade de Desemboque, minha história, meu carinho, meu agradecimento.

Comunidade do Bananal, Santin, Cleonir, Marina, Irmão.

Comunidade da Jaguarinha.

Comunidade do Soberbo.

Comunidade de Sete Voltas.

Sr. Zico Tapira da Fazenda Aldeia.

Comunidade da Mumbuca.

Prefeitura Municipal de Sacramento.

Aos meus alunos da Universidade de Uberaba.

Aos membros da banca examinadora deste trabalho.

NOTA SOBRE O AUTOR

Paulo Sergio da Silva, filho de Waldemar Américo da Silva e Erminda Alves da Silva, nasceu na cidade de Sacramento, MG em 02 de agosto de 1969. Graduou-se Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, cursou Mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e ingressou no Curso de Doutorado do Programa de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU em janeiro de 2006 e concluiu em 2010. Atualmente é professor na Escola Técnica de Saúde – ESTES na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

RESUMO

A tese de doutorado intitulada “O público e o privado na gestão das potencialidades e fragilidades turísticas no município de Sacramento-MG”, trás os resultados de quatro anos de trabalho a partir da revisão literária, do entrelaçamento das informações obtidas através dos trabalhos de campo e análise dos dados. Identificamos que em função de uma estrutura política pluripartidária há uma influencia na condução dos recursos públicos destinados a gestão do turismo; constatamos ainda um vazio entre o planejamento com a efetivação dos projetos e a gestão pública vende um turismo que não existe. A invenção do turismo no município de Sacramento-MG a partir das apropriações dos bens naturais, culturais, históricos, antropológicos, arquitetônicos e da gastronomia local se faz de maneira descompromissada pelos gestores do turismo tanto público como privado e usa sua imagem como forma de promover eventos pontuais para captar visitante sem se preocupar com a infra-estrutura da cidade. O município possui potencialidade turística natural registrada pelas inúmeras cachoeiras, mirantes, grutas e piscinas naturais, nos aspectos históricos cravados no Distrito de Desemboque, na gastronomia com as comidas típicas locais, na arquitetura edificada nas igrejas, casarões e fazendas coloniais, na cultura pelas expressões das festas religiosas e populares. Porém apresenta fragilidades socioespaciais ao pensarmos em um turismo sobre estes recursos. Os equipamentos turísticos oferecidos no município são limitados tornando necessário respeitar esta capacidade de ocupação principalmente nos eventos de maior expressão como o carnaval que estrangula a estrutura urbana, bem como a hoteleira local. O morador da cidade de Sacramento-MG já identifica este turista no contato do dia a dia, porém, se mostra preocupado em conviver com ele. Esta preocupação se dá pelo fato de já ter registrado na história fatos negativos sobre turistas que não respeitam o modo de vida dos moradores. Na zona rural também percebemos um morador preocupado. A maioria dos atrativos turísticos naturais como às cachoeiras estão nestas propriedades e algumas estão sendo visitadas sem a autorização do proprietário causando transtorno no seu cotidiano. Ao obtermos e analisarmos a percepção do visitante no município compreendemos que o aspecto negativo está nos equipamentos oferecidos, ausência de serviços 24 horas e comércio com horas estendidas. Assim, existe potencialidade, existe turista e uma sensível abertura do morador a esta prática. Porém, a gestão pública e a iniciativa privada precisam repensar suas ações voltadas para este segmento não considerando apenas o aspecto econômico, mas respeitar o meio ambiente e os limites destes recursos. Desta forma somente teremos turismo no município a partir do momento que seja respeitado seus limites através de ações práticas tanto públicas como privadas em lidar com os atrativos e principalmente inserir a comunidade nestas propostas.

ABSTRACT

The doctoral thesis titled "Public and private of management tourism potentiality and tourism weaknesses in Sacramento-MG" presents the results of four years of work, since literature review to interlacing information obtained on fieldwork and data analysis. It was identified that due to Sacramento's political structure there is an influence in the application of public resources allocated for tourism management. There is also a gap between projects planning and its realization – public managers are selling a tourism that does not exist. The creation of tourism in Sacramento came from appropriation of cultural, historical, anthropological, architectural aspects and also the local cuisine. However, this occurs in an uncompromising way: the public and private tourist managers used their image in order to promote specific events to attract visitors without worrying about the city infrastructure. The city has its potential natural tourism registered by several waterfalls, natural swimming pools, belvederes and caves. In the historical aspects there are the records of Desemboque District. In gastronomy there is typical food; in architecture there are buildings of churches, mansions and colonial farms. In the cultural aspects there are religious and popular festivals. Despite the city potential tourism, the offered infrastructure is weak considering the available resources. The tourist facilities are limited, making necessary to respect the ability of occupation, especially in major events like carnival that strangles the local hotels structure. The Sacramento's resident identifies the tourists in daily contacts. However, the Sacramento's resident is worried about the convivence with these tourists as there are negative records about tourists who do not respect the local way of life. In rural areas the residents are also concerned. Most natural tourist attractions are in these properties and some are being visited without the owner's authorization. Considering the perception of visitors (tourists), the downside is the equipment offered, absence of 24 hours services and commerce without extended hours. Thus, there is tourism potential, there are tourists and there are residents open minded to this practice. However, the public administration and private initiative need to rethink their activities - not only the economic aspect, but respect the environment and the limits of these resources. Therefore, we will only have tourism in Sacramento when its limits were respected by public and private practices in dealing with the attractions and insert the community in these proposals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Vista parcial da cidade de Sacramento-MG	050
Figura 02 - Locomotiva interligando a cidade de Sacramento à Estação do Cipó	053
Figura 03 - Percurso de bonde entre a cidade de Sacramento-MG e Estação Cipó	054
Figura 04 - Modelo do bonde utilizado no transporte	055
Figura 05 - Região do Chapadão do bugre	059
Figura 06 - Predomínio dos latossolos no município	060
Figura 07 - Atividades agrícolas nas áreas dissecadas	061
Figura 08 - Vale do Rio Grande	062
Figura 09 - Imagem da Represa de Jaguará	112
Figura 10 - Nascer do Sol no Distrito de Desemboque	115
Figura 11 - Seriemas, representantes da Ave-Fauna local	116
Figura 12 - Piscinas naturais nos contrafortes da Serra da Canastra	117
Figura 13 - Morador do Distrito de Desemboque	118
Figura 14 - Casario abandonados nas imediações do Distrito de Desemboque	119
Figura 15 - Contrafortes da Serra da Canastra	121
Figura 16 - Patamares diferentes de cobertura vegetal na Serra da Canastra	122
Figura 17 - A gruta dos Palhares	124
Figura 18 - Comparação sobre as mudanças na gruta	126
Figura 19 – Cachoeira do Azulim	128
Figura 20 – Cachoeira do João Inácio	129
Figura 21 – Cachoeira da Parida	130
Figura 22 - Recepção na comunidade do Quenta Sol	139
Figura 23 - Fração do mapa	140
Figura 24 – Acervo público municipal	147

Figura 25 – Casarão Benjamim Constant	150
Figura 26- Chácara Santa Maria	151
Figura 27 – Museu municipal	153
Figura 28 – Panfletos de divulgação dos bens naturais	154
Figura 29 – Chácara de Eurípedes Barsanulfo	155
Figura 30 – Casa da Cultura Sergio Pacheco	156
Figura 31 – Colégio Allan Kardec	157
Figura 32 - Imagem Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento	159
Figura 33 - Imagem Nossa Senhora das Dores	159
Figura 34 - Imagem Senhor Morto	159
Figura 35 - Centro de artesanato	160
Figura 36 - Equipamento antiga Usina Cajuru	161
Figura 37 - Usina após a reforma em 1997	162
Figura 38 - Folder de divulgação sobre os atrativos turísticos de Sacramento-MG	163
Figura 39 - Fazenda Aldeia	164
Figura 40 - Muros de Pedra – região da gruta dos Palhares	165
Figura 41 - Capela Nossa Senhora das Graças - Bananal	173
Figura 42 - Fazenda Ozias Ferreira – Bananal	175
Figura 43 - Fração mapa folder do Circuito da Canastra	176
Figura 44 - Folders de divulgação dos atrativos do município	180
Figura 45- Complexo da estação férrea da jaguara	182
Figura 46 - Igreja Matriz de Sacramento	184
Figura 47 - Irmandade São Vicente de Paula	184
Figura 48 - Reza do terço Divino Pai Eterno	185
Figura 49 - Atividades paralelas à reza do terço	185
Figura 50 - Desfile de condução da imagem de N.Senhora do Desterro	186

Figura 51 - Desfile de carros de bois – 1º. Maio	187
Figura 52 - Tutú mineiro – Concurso gastronômico	188
Figura 53 - Quitandas e doces	188
Figura 54- Concurso Receita da Vovó	190
Figura 55 - Restaurante da Gruta dos Palhares	197
Figura 56 - Restaurante às margens da represa de Jaguará	199
Figura 57 - Complexo Turístico de Recreação e Lazer Águas do Vale Náutico Clube	201
Figura 58 - Hotel fazenda Portal da Canastra	202
Figura 59 - Pousada Sassa Mutena – Distrito de Desemboque	203
Figura 60 - Acqua Minas Clube	205
Figura 61 - Estância Nascente das Gerais	205
Figura 62 - Fazenda de Dona Ivone	206
Figura 63 - Procissão de condução da Imagem ao altar	220

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - Distâncias	051
Tabela 02 - Proposta de fomento turístico	100
Tabela 03 - Inventário das cachoeiras mais divulgadas	127
Tabela 04 - Eventos anuais	207
Tabela 05 - Meio de hospedagem (urbano)	208
Tabela 06 - Meio de hospedagem (fora do núcleo urbano)	208
Tabela 07 - Serviços de Alimentação	210
Tabela 08 - Pontos de serviços para autos e abastecimento	212
Tabela 09 - Serviços e agências bancárias	212
Tabela 10 - Farmácias e drogarias	212
Tabela 11 - Segurança	213
Tabela 12 - Saúde	213
Tabela 13 - Empresas de transporte	214
Tabela 14 - Serviços e suprimentos	215
Tabela 15 - Meios de comunicação	215
Tabela 16 – Área para lazer e recreação	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Idade do visitante	236
Gráfico 02 - Origem do visitante	238
Gráfico 03 - Motivo da visita	238
Gráfico 04 - Hospedagem utilizada	239
Gráfico 05 - Local utilizado para alimentação	239
Gráfico 06 - Distribuição da aplicação dos questionários	243
Gráfico 07 - Tipo de propriedade	243
Gráfico 08 - Frequencia de visita	244
Gráfico 09 - Vantagens	245
Gráfico 10 - Desvantagens	246
Gráfico 11 - Disposição de receber o visitante	247
Gráfico 12 - Disponibilidade em dias	247

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Trabalhos de campo	046
Mapa 02 - Localização da área de estudos	048
Mapa 03 - Geomorfologia do município de Sacramento-MG	057
Mapa 04 - Inventário dos atrativos turísticos de Sacramento-MG	252

LISTA DE CROQUIS

Croqui 01 - Roteiro 01: Caminhos do saber	259
Croqui 02 - Roteiro 02: No tempo das linhas do trem em Sacramento-MG	262

LISTA DE ABREVIACÕES

ABIH – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA HOTELEIRA

ACTL – ASSOCIAÇÃO CIRCUITO TURÍSTICO DOS LAGOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

COMTUR – COMPANHIA MINEIRA DE TURISMO

CONDEPAC – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO PATRIMONIAL DE SACRAMENTO

EMBRATUR – EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO

EMATER – EMPRESA MINEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IMA – INSTITUTO MINEIRO DE AGRICULTURA

IPHAN – INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL

MICT – MINISTÉRIO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO

OMT – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

PNMT – PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

RFFSA – REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

SENAC – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AO COMÉRCIO

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

TURMINAS – EMPRESA MINEIRA DE TURISMO

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE FIGURAS	09
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE MAPAS	14
LISTA DE CROQUIS	15
LISTA DE ABREVIACÕES	16
INTRODUÇÃO	020
1.1 O turismo, o lugar e suas práticas	023
1.2 Os (des) caminhos da identidade de uma tese: desafios, buscas, conquistas e decepções	025
1.3 Objetivos	033
1.4 Justificativa	033
1.5 Estrutura, construção, entrelaçamento e formato da tese	036
1.6 Procedimentos metodológicos: O desenvolvimento da tese	040
1.7 Sacramento-MG: Caracterização da área de estudo	047
 CAPITULO I	 066
PROJETOS TURÍSTICOS: Reflexões entre a teoria e a prática	067
1.1 - A invenção da atividade turística	068
1.2 - Iniciativas da gestão pública para o turismo no Brasil	075
1.3 - A trajetória dos projetos governamentais para o turismo brasileiro: Dificuldade de efetivação	077
1.4 - O Novo papel desempenhado pelos municípios: A gestão pública para o turismo no município de Sacramento-MG	090
 CAPÍTULO II	 106
OS BENS NATURAIS DE SACRAMENTO-MG: APROPRIAÇÃO E USOS NA INVENÇÃO DO TURISMO LOCAL	107
2.1 - Dos bens naturais no município de Sacramento-MG aos usos e apropriações turísticas	111
2.1.1 - Entre serras, Cachoeiras, gruta e matas: As possibilidades do turismo	120

CAPÍTULO III	133
O TURISMO LOCAL E AS (RE) INVENÇÕES CULTURAIS	134
3.1 - Arquivo Público Municipal	146
3.2 - Casarão Benjamin Augusto Vieira	149
3.3 – Chácara Santa Maria	150
3.4 - Museu Histórico Corália Venites Maluf	152
3.5 - Chácara Triângulo – Lar de Eurípedes Barsanulfo	155
3.6 - Casa da cultura Sergio Pacheco	156
3.7 - Colégio Allan Kardec e Centro Espírita Esperança e Caridade	157
3.8 - Imagens tombadas	158
3.9 - Palácio das Artes: Antiga estação dos bondes	159
3.10 - Usina de Cajuru	160
3.11 - Aspectos da pré-história local	163
3.12 - Fazendas, Engenhos e Casarões	166
3.13 - Patrimônio ferroviário	181
3.14 - Manifestações Religiosas e Culturais	184
 CAPÍTULO IV	 191
TURISMO NO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO-MG: ENCANTOS E DESENCANTOS	192
4.1 - As iniciativas privadas na efetivação do turismo local	197
4.2 - A logística e a infra-estrutura local para o turismo	206
4.3 - Impactos ambientais nas paisagens naturais e culturais	216
4.4 - O público e o privado no ordenamento do turismo local	225
 CAPÍTULO V	 229
O MERCADO DO TURISMO EM SACRAMENTO-MG: VISITANTE E VISITADO NAS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE DE CONSUMO PARA FAZER TURISMO	230
5.1 - A comunidade local sujeitos e objetos na promoção do turismo	232
5.2 - A percepção de o visitante no fazer turismo	235
5.3 - A percepção de o visitado sobre a atividade turística	240
5.4 - A percepção de o visitado na zona rural	242

5.5 - Algumas proposições	250
5.6 - Sugestões de roteiros	253
5.6.1 - Caminho do saber	256
5.6.2 - Estação do cipó	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS	277
Apêndice A - Questionários aplicado para o visitante	285
Apêndice B - Questionários aplicado para o visitado no espaço urbano	286
Apêndice C - Questionários aplicado para o visitado no espaço rural	287

INTRODUÇÃO

Um homem de gênio é produzido por um conjunto complexo de circunstâncias, começando pelas hereditárias, passando pelas do ambiente e acabando em episódios mínimos de sorte.

Fernando Pessoa

A tese que segue consiste analisar o papel desempenhado pela gestão pública e a gestão privada no ordenamento das potencialidades enquanto recurso turístico e as fragilidades advindas desta relação. Consiste também em analisar o comportamento do visitante e do visitado no fazer turismo.

Estas informações somente foram possíveis após quatro anos de pesquisa sobre os caminhos que a atividade turística assume no município de Sacramento-MG e identificamos uma realidade que, ao ser comparado a outros lugares, apresenta várias dificuldades entre o seu planejamento e a sua efetivação.

O município de Sacramento-MG tornou-se nosso objeto de estudo pelo fato de atender requisitos utilizados para uma análise da relação entre a gestão pública e a privada no que diz respeito à atividade turística.

Estes requisitos estão registrados no patrimônio natural, constituído pelos recursos hídricos entre o rio Grande e o rio Araguari, no registro histórico com base no Distrito de Desemboque como uma referência na colonização do Brasil central, nas manifestações culturais, nas expressões religiosas, na gastronomia, na Gruta dos Palhares e no Parque Nacional da Serra da Canastra.

Todos esses componentes se tornaram atrativos para nossa análise. Observando as potencialidades que provocam a chegada do turista, do poder público que intervêm na sua ordenação e no comportamento da comunidade, começamos perceber vários desencontros como, por exemplo, o divulgado e o existente, o planejado e o imprevisível.

Entre os dados obtidos, destacamos um voltado para o setor público que, na tentativa de se projetar no cenário turístico, adota um planejamento que atente mais aos casos isolados, não se preocupando com uma política pública realmente engajada nas particularidades e necessidades de um planejamento em longo prazo.

Ao analisarmos o comportamento do setor privado e o seu papel na efetivação do turismo local, percebemos que ele se projeta de forma desarticulada e atendendo a necessidades conforme a demanda e que o setor público é parceiro nestas ações.

Para o visitante, o município possui contexto turístico, expresso principalmente nas potencialidades naturais, nos eventos religiosos e nas festas populares. Porém, apresenta deficiência na logística e nos equipamentos e serviços.

Para o visitado, tanto do urbano como do rural, as percepções obtidas demonstram que há um reconhecimento sobre a existência de atrativos e da presença de turistas no município, mas este morador também se diz preocupado sobre a possibilidade de o município se tornar turístico, principalmente ao abordar questões envolvendo o desrespeito ao seu modo de vida, as drogas e a violência.

Ao indagarmos o morador do espaço rural nas proximidades do Distrito de Desemboque sobre sua disposição em receber o visitante em sua residência e tornar a atividade como uma segunda opção de trabalho, os casos foram unânimes em dizer que se trouxer renda ele aceita.

Porém, ao mesmo tempo em que o morador aceita o turismo desde que seja como fonte de renda, este morador se mostrou receoso e demonstrou uma clara recusa em disponibilizar suas residências para o receptivo e isso indica a necessidade de construir outro imóvel, mas não em conjunto com a casa onde residem.

Em outras palavras, o morador não abre mão do seu espaço construído. Assim, a necessidade de se pensar em linhas de crédito pra este segmento.

Nesse contexto de informações, percebemos que a atividade turística se projeta com olhares voltados para o acréscimo de recursos financeiros tanto para o segmento público como para privado.

Existe turista, existe recurso turístico e existe certa disposição da sociedade em se envolver com esta prática, porém, ainda é inexpressivo o segmento no município.

Assim, ao longo dos cinco capítulos que constituem a pesquisa, fizemos uma avaliação sobre os projetos turísticos, o papel da gestão pública, as potencialidades, as fragilidades, a participação da iniciativa privada na efetivação da prática turística e na análise do comportamento entre visitante e visitado no fazer turismo que ocorre no lugar.

1.1 O turismo, o lugar e suas práticas

A atividade turística possui fundamentalmente seus laços nas relações culturais em função de contínuos processos interativos entre comunidades diferentes que ocupam espaços socialmente distintos e que, em virtude dessas diferenças, acabam se tornando atraentes uma para a outra.

Essas novas relações de interdependências criam possibilidade de novas trocas, em consequência às oportunidades de um novo mercado de trabalho baseado na prestação de serviços para atender, desde o caminheiro, o viajante e o trilheiro, até o turista que busca conhecer esses lugares.

Nestas novas oportunidades, os lugares vão aos poucos se equipando para o receptivo e o mercado do turismo provoca uma mudança muito grande nas paisagens originais pelo fato de não se comprometer com as especificidades do espaço vivido, com as suas identidades, e pelo fato de atender as tendências do mercado.

No mesmo curso de crescimento e pela busca de se tornar turístico, estes lugares também passam a ser modificados para atender o fluxo contínuo de pessoas com necessidades específicas e diferentes expectativas.

Aos poucos, os lugares distantes se tornam próximos e assistimos a uma grande transformação no espaço geográfico, mudanças estas não provocadas somente pelo turismo, mas também pela própria globalização e urbanização do espaço que conseqüentemente reordena esses lugares.

Dessa forma, o lugar como espaço geográfico real e concreto também se tornou o principal objeto de consumo do turismo e assim o consumidor turista fixa uma das mais importantes especificidades da prática social da atividade, isto é, ele se desloca até o produto a ser consumido: o lugar turístico. Em função disso, causa transformações diretamente relacionadas tanto aos centros emissivos como os centros receptivos (CRUZ, 2001).

As transformações perpassam os muros das pequenas pousadas transformadas em grandes hotéis com o objetivo de cumprir o papel do receptivo confortável, os modos de vida local são influenciados pelo novo que traz a sedução do diferente e aos poucos são sutilmente alterados. Também assistimos a uma mudança nos padrões estéticos que em virtude da promoção acabam sendo também transformados.

A comunidade, gradativamente, sofre influência advinda desses novos atores sociais. As mudanças são resultantes da aproximação com as pessoas que possuem hábitos diferentes, até mesmo no comportamento após o cessar do contato com este visitante que geralmente possui uma periodicidade no seu retorno e trazem outras novidades.

Muito mais que o planejamento sectário do fenômeno, a chegada desse novo ator, do visitante, provoca alterações significativas na comunidade, e a rua, que era vazia, torna-se cheia, as janelas que ficavam abertas já não ficam mais, e o sossego da praça é substituído pelos alarmantes alto falantes dos carros ao seu redor.

O poder público, seduzido pelo crescente fluxo de pessoas, e os recursos financeiros resultantes do recolhimento de impostos acrescidos aos cofres do município, provoca investidas no setor de forma desordenada, pensado somente como uma alternativa para a economia local e em alguns casos ajudando a transformar este patrimônio em mercadorias.

É inegável a importância do turismo no mercado, seja global ou local, nos últimos anos do século XX essa realidade se tornou mais presente principalmente no setor de serviços, a participação do turismo tornou-se tão significativa ao gerar em 2007 um fluxo de aproximadamente 900 milhões de pessoas¹.

Porém, pensar sobre turismo não se restringe em citar cifras e números que impressionam até a indústria automobilística ou bélica. Trazer para a discussão temática envolvendo atividades turísticas consiste em uma reflexão sobre os fatores que são diretamente e indiretamente ligados ao seu processo de implantação.

¹ EMBRATUR. Anuário estatístico. Brasília, 2006, v.33

Uma das formas mais abrangentes consiste em abrir essa discussão e fazer uma incursão ao campo nos lugares onde está sendo explorada a atividade. O objetivo principal consiste em compreender o processo a partir de um contexto de pontos convergentes e discordantes formando uma grande rede composta por promoções, interligações e projeções.

Os projetos turísticos se tornaram um mecanismo muito usado pela gestão pública no sentido de ordenar e direcionar o desenvolvimento dessas atividades nos municípios brasileiros. Desse modo, analisar esses projetos permitiu perceber que eles nem sempre são acompanhados de cuidados ao se relacionar com os bens naturais, com os bens culturais e com a comunidade e na maioria das vezes se apresentam como fórmulas prontas e distantes de suas realidades e esse descuido causam impactos de diversas proporções.

Nesse sentido é necessário compreender a atividade turística como uma prática econômica em fase de construção e que precisa ser estudada no seu contexto social, econômico, político, espacial e cultural. Com esse propósito procuramos analisar o papel de cada agente envolvido, seu entrelaçamento, suas potencialidades, suas fragilidades, seus usos, o papel do poder público, a iniciativa privada e o comportamento da comunidade diante dessas mudanças.

1.2 Os (des) caminhos da identidade de uma tese: desafios, buscas, conquistas e decepções.

No meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra no meio do
caminho tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

O processo de formatação de uma tese basicamente passa por uma contínua busca em encontrar argumentos que vão permitindo a formatação dos problemas e levando o pesquisador ao exercício de interpretar e compreender, a partir dos objetivos da tese que é entender o papel da gestão pública no ordenamento do turismo local por meio de projetos turísticos, bem como analisar a participação da iniciativa privada neste segmento. Outra proposta consiste em analisar o comportamento do visitante e visitado nesta relação.

A discussão em torno do formato de um trabalho científico para atender ao nível de exigência do lugar para fazer o turismo, nos remete primeiramente em compreendermos como era este lugar, durante e depois da atividade.

Neste procedimento elegemos dois pontos importantes. O primeiro consiste em definir a problemática de estudo e o segundo em tratar este objeto com o método que nos permita promover uma investigação que, além do questionamento, apontasse a solução para as problemáticas levantadas.

Segundo Rafestin (1993), torna-se extremamente necessário fazer um levantamento sobre os problemas aderidos ao tema em questão, deixando bem claro a forma de determinar um conjunto de problemas relativos a uma questão particular e indicar, antes de qualquer análise, o “estatuto de inteligibilidade” capaz de justificar necessariamente todo o complexo sistema que compõe uma tese.

Nesta tese, portanto, procuramos primeiramente identificar o ponto central da problemática e isto é, o planejamento como ação do estado no lugar para torná-lo turístico e a partir daí fomos construindo um caminho a ser percorrido como eixo norteador,

Este processo de investigação, análise, comparação, descrição e observação propiciaram uma reflexão sobre seus componentes turísticos, suas variáveis, seus personagens e sobre os procedimentos que nos conduziram à compreensão dos problemas, das dificuldades, das ausências, bem como a sua realização, poderão ser usados de proposições pela comunidade e se tornar meio de uso racional do espaço.

Desse modo, a tese constitui-se em um estudo que estabeleceu vivências e buscou compreender a realidade, encontrando as respostas para o processo de enfrentamento do fazer turismo no município de Sacramento-MG.

Ela é também uma pesquisa considerada como reflexão no momento histórico em que as atenções estão voltadas para a gestão do turismo local e esta nova atividade emerge de forma sedutora no comportamento econômico no município, refletido nos constantes projetos turísticos elaborados pela gestão pública com intuito de explorar esses recursos.

Sabemos que a atividade turística despontou nos últimos anos como uma importante ação articuladora, propulsora da economia e vista por alguns como uma fase globalizada do capitalismo contemporâneo e até mesmo como a saída para crises financeiras.

O turismo, com sua força influenciadora, aos poucos trás o distante para próximo, o lugar descaracterizado, sem face em um atrativo, o difícil no fácil para atender aos novos paradigmas que a sociedade passou a buscar e de uma forma muito sedutora, reinventando as paisagens² ao seu favor. Destacamos também o esforço de se fazer maquiagem, cuja tendência é a de desvalorizar e até ignorar a originalidade do lugar.

Assistimos, assim, a uma globalização de serviços, atrativos e conseqüentemente uma grande transformação da viagem e lazer de bem superior para bens de grande consumo, devido à facilidade de mobilidade e acesso ao que até os anos de 1970 eram considerados restritos a uma classe econômica privilegiada.

As buscas pelo novo, pelo alívio causado pelas rotinas diárias do trabalho, acarretaram um fluxo contínuo de pessoas dos centros urbanos para o meio rural, cidades de pequeno porte, centros históricos, culturais, antropológicos e o convívio com a gastronomia regional, para vivenciar sentidos diferentes.

O turismo projeta estes lugares na perspectiva da sua turistificação e eles passam a satisfazer as necessidades dos visitantes. Desse modo, os lugares passam ser chamados turísticos devido às mudanças realizadas, os arranjos e estratégias espaciais dão novos sentidos aos seus usos.

Complementando uma referência sobre os usos do lugar, Santos (1997, p.56-59).

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais seja o espaço, a política, a economia, o social, o cultural.

² CLAVAL, P. (1999). Paisagem manifesta em vários domínios para compreender os lugares, o espaço e tempo.

O lugar, compreendido em sua densidade histórica, cultural e sócio-espacial pode desempenhar um papel muito importante no fazer turismo, pois pode contribuir para que as pessoas sintam a necessidade do envolvimento com suas heranças culturais.

Essa preocupação com os lugares envolve a manifestação de valores humanos e influência os visitantes a um enorme esforço em estreitar certos laços com o lugar. No caso das constantes visitas aos locais de nascimento, esse tipo de viagem acaba demonstrando uma dependência com o lugar de origem.

Isso não quer dizer que o fluxo turístico é constituído somente pelo turista que viaja em busca de suas origens. O perfil do visitante é formado por diversas características que vão desde as aventuras, ao conhecimento ou à fuga das rotinas do dia a dia.

Quando esse ambiente não é encontrado, é como se houvesse sido tirado todo o suporte, fazendo-o sentir-se totalmente deslocado e com um sentimento muito grande da perda de sua própria identidade.

Assistimos, portanto, a uma adaptação dos modos de vida, o tradicional sendo pressionado e geralmente suprimido pelo novo, o artesanal pelo comercial, até chegar ao ponto da perda das origens, das identidades e dos pertencimentos, alterando a alma do lugar.

Neste choque de valores humanos e interesses comerciais, o velho não pode ser suprimido pelo novo. O espetáculo criado expõe o tradicional ao vulgar, os valores culturais são mutilados, e o que era diferente fica comum, sem sentido e desvalorizado.

Essa é a face do turismo que geralmente não se vê, pois é mascarada pelos números gerados pelas atividades econômicas. No primeiro momento, a comunidade acompanha essa transformação sem saber ao certo os verdadeiros fins dos fatos.

A partir do momento em que a comunidade sente seus valores sendo subjugados por estas articulações, os indivíduos passam a reivindicar a volta ao seu formato original. Por isso, a comunidade deve ser observada com mais atenção, procurando valorizar as suas particularidades.

Becker (1999, p.38) revela que:

A sociedade se revela para aqueles que a observam atentamente por um longo período, não para aqueles que a olham de relance.

O autor chama a atenção para aqueles que estudam as sociedades partindo da necessidade de entender seus integrantes como sujeitos, os quais devem ser respeitados, bem como seus valores. Os projetos turísticos lançados sobre eles devem primeiramente partir deles, pois somente dessa forma que poderão interagir com o externo e não serem externalizados do processo.

Para complementar a relação entre visitante e visitado, Yazigy (2001) sugere que é preciso dividir esses lucros que o turismo gera com a comunidade e evitar que ela se entregue de qualquer forma a essa atividade.

À medida que a cultura industrial se apresenta na apropriação do espaço, isto é, da produção, transformando as relações em reprodução dos investimentos, nos é permitido fazer uma análise mais detalhada sobre os usos das manifestações, das identidades e dos pertencimentos que não cristalizam como elementos do tempo vivido e sim como representação no espaço geográfico, porém, nos possibilita compreender esses elementos enquanto mercadoria e como utilidade necessária para dar condição às iniciativas turísticas.

Assim, entendemos a relação das culturas como fruto de uma reprodução no espaço, determinado pelos valores de troca e de uso, sendo de uma forma ou de outra absorvida pela máquina econômica.

Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém... (ADORNO, 1986).

Esses produtos que a atividade turística apresenta como algo essencialmente novo, e que diz respeito às pessoas e aos lugares resultantes da conjugação de relações e fenômenos originados das viagens e estadias temporárias, proporcionam uma nova forma de definição da produção espacial.

Isso nos dá elementos que possibilitam a compreensão da produção e a ampliação reprodutiva do espaço, concretizando uma organização espaço-social, no sentido de nos fazer refletir até onde o valor de uso dos bens patrimoniais justifica a exploração turística.

Segundo Lefebvre (1991) a identificação e a leitura feita pelo mercado demoram um pouco entender e considerar o seu movimento, mas é capaz suficientemente de emitir pareceres capazes de motivar uma nova ação econômica.

A atividade turística surge como resultado dessas novas ações e o espaço geográfico torna-se um ponto de referência, e também o principal objeto de transformação pelo homem que busca registrar suas identidades e seus pertencimentos, independente do momento histórico. Esses valores são transpostos de geração para geração até serem incorporados aos novos processos (re) produtivos advindos do capitalismo, aqui denominado de turismo.

Quanto maior as interações sociais, maior a diversidade cultural e, dialeticamente, a existência humana torna-se mais complexa. Essa interação com outras pessoas fora do seu lugar cotidiano possibilita inúmeras situações de estranhamentos e convivências.

O registro desse processo pode ser obtido por meio das manifestações dos moradores e nas construções dos seus lugares, com resistências umas mais, outras menos intensas a presença de visitantes.

Mas, esse Lugar também pode ser considerado como um processo historicamente denso e complexo, como propõe NOGUEIRA (2002 p.279-296).

O Lugar é algo concreto, um produto humano e envolve uma apropriação e transformação do espaço e da natureza, inseparável da reprodução e transformação da sociedade no tempo e espaço, o Lugar é um processo de contingência histórica que se caracterizam pela ênfase nas entrelaçadas práticas institucionais e individuais, aliada às características estruturais da sociedade.

Nesse sentido, os lugares são construídos por meio de marcos e monumentos, chegando a reconhecer objetos de seus antepassados, formatando uma autoconsciência de sua identidade com o espaço vivido.

A interação espacial advinda do fluxo turístico acaba reinventando os lugares onde estão registrados os valores materiais e imateriais de uma determinada comunidade, grupo social ou sociedade.

A busca pela identidade histórica, pelas paisagens e outros fatores promovem uma verdadeira reconfiguração do espaço geográfico, sendo que o turismo vai além dos lugares de vivência e possibilita a construção de uma cidadania no qual o homem não será mais limitado apenas por fronteiras tradicionais.

A grande questão está no fato de que estes lugares que estão sendo apropriado vão ano após ano cedendo espaço aos interesses turísticos e acabam perdendo suas características originais, até mesmo porque há uma renovação no ciclo de pessoas que emitem outra forma de ver e pensar o lugar.

Isso tudo impõe desafios ao fazer turismo, pois é necessário equacionar os usos dos lugares, comprometendo-se com a vida que nele ocorre. Desse modo, não se pode pensar nos lugares como simples representantes do passado é necessário vê-los como elementos vivos no tempo e no espaço.

A história de criação do município de Sacramento no Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, é um importante recorte na montagem do processo de interiorização de colonização do Brasil. Um lugar que no início do século XVIII era um representante da corrida do ouro de aluvial das regiões oeste de Minas Gerais.

O ouro trouxe riquezas para o lugar, promovendo a criação do arraial juntamente com a capela de Nossa Senhora do Desterro na localidade denominada Desemboque por volta de 1876, cujo nome está associado à Imagem do Santíssimo Sacramento, toponímio da cidade.

O ouro se foi, porém, ficaram registrados nessa região os valores humanos e culturais, as comidas típicas, as festas religiosas, os fatos históricos, as pessoas que deixaram suas marcas enobrecidas por um conjunto de serras, quedas d'água, mirantes, casarios antigos, “causos” e contos que configuram uma paisagem que desperta um olhar intrigante aos que pela região circulam.

Nesse momento de sua história, ano após ano, a gestão pública lança projetos turísticos de forma a apropriar-se desses componentes do espaço e da sua condição para promoção do município como potencialidade turística. Nesse processo, as intervenções públicas tendem a transformar os elementos da paisagem em mercadoria.

Esta mercadoria é extraída do resultado das interações, usos e apropriações entre o velho (re) editado a partir das manifestações socioculturais da comunidade local e do novo exposto pela glorificação do fantástico.

Essa conjunção ocorre na busca pela sedução turística e acaba transformando e se apropriando desse lugar histórico, de seus fatos e fenômenos para fazer de Sacramento um espaço turístico.

O resultado desse embate nem sempre é projetado a favor da manutenção dos valores históricos, paisagísticos e culturais, mas uma tendência evidenciada pelo oportunismo e pela venda desses referenciais a qualquer preço nos quais os lugares vão aos poucos perdendo suas funções tradicionais e os moradores, seus vínculos territoriais.

Segundo Debord (1997, p.36)

O mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria dominado é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem.

Para compreender esse afastamento em Sacramento, foi necessário antes de tudo fazermos uma análise sobre as identidades e os pertencimentos com bases históricas, pautada numa realidade que oferece sentido, valores que na preservação não sejam evidenciados pelos interesses mais urgentes.

É necessário descobrir as bases históricas geradoras do lugar e não banalizá-las como mero componente da lógica do mercado.

1.3 Objetivos

Os objetivos norteadores para o desenvolvimento desta tese se constituem em:

- Identificar os fatores que condicionaram a criação do município de Sacramento-MG e suas transformações ocorridas ao longo do processo de formação do lugar geográfico;
- Analisar a influência da gestão pública nos projetos turísticos;
- Proceder a um levantamento dos bens naturais do município e avaliar suas transformações para o mercado turístico;
- Proceder a um levantamento dos bens históricos, culturais e antropológicos, e suas apropriações;
- Identificar as práticas efetivas do turismo no município por meio das iniciativas privadas;
- Obter a percepção de visitante e visitado no fazer turismo;
- Analisar o papel do município no município inserido nos Circuitos Turísticos do Lago e Canastra;
- Propor roteiros turísticos para serem analisados pela gestão pública sobre sua prática.

1.4 Justificativa

A justificativa que conduz ao desenvolvimento desta tese se evidenciou pelo fato de que as questões envolvendo o turismo se tornam alvo de debates e discussões em todo o país, e os municípios na mesma perspectiva se inserem nessa temática.

A gestão pública em sua esfera seja federal, estadual ou municipal, se articula no sentido de organizar essas tendências, porém, estes projetos nem sempre estão articulados com as sensibilidades locais e ficam divididos entre a teoria do planejamento e a prática, pois nem sempre respeitam as particularidades locais.

Analisando documentos sobre a história da criação do município de Sacramento-MG, datados do ano de 1820, percebemos que sua evolução não difere da realidade das outras regiões configuradas pelo processo de interiorização de colonização do Brasil.

A criação da cidade de Sacramento-MG está relacionada às definições e as posições religiosas do século XVII. Estes fatores foram responsáveis pelo aparecimento de boa parte das cidades no interior.

As pequenas capelas aos poucos se tornam referência regional e o agrupamento de casas dá sentido à vila que, influenciada pelos ciclos econômicos promove um longo processo de crescimento que posteriormente em algumas delas são acrescentados à atividade turística.

A criação da cidade³ de Sacramento possui laços nestas frentes religiosas. Segundo Jacob (1998, p. 17-19)

A cidade foi fundada, para ser “Pasto Espiritual em bem das almas” da gente do antigo sertão. Pasto Espiritual, no princípio do século XIX, referia-se a lugar especial de evangelização. A expressão foi usada pelo próprio rei ao autorizar a fundação da Capela.

Após a fundação, com o desenvolvimento do arraial, lugar dos sacramentanos passou a ser uma referência regional para aqueles que adentravam pelo denominado Sertão da Farinha Podre em busca das terras da Província de Goyás.

Esse lugar, ainda não chamado de cidade, tornou-se um ponto de passagem entre o estado de São Paulo para o estado de Minas Gerais e interligando o norte com o sul do país.

Ao longo de sua história e de forte apelo religioso, seus símbolos estão registrados nas manifestações populares, na cultura de uma cidade típica do interior de Minas e nos bens naturais que contextualizam os chamados cenários turísticos.

Segundo Corrêa (1995 p. 38-49).

É no século XX que o Lugar começa a adquirir um status mais apropriado à sua importância, na medida em que a Geografia toma-o para si como um de seus conceitos-chave, aprofundando cada vez mais os debates acerca de seus múltiplos significados.

³ Utilizamos o conceito de cidade segundo FREITAG, (2006) “a cidade como um fenômeno em constante construção, passível de ser interpretado por meio de sua cultura e tradição teórica”.

Dessa forma, o lugar torna-se uma referência muito importante para a análise geográfica, pois ali estão contidas todas as informações que servem de análise para qualquer estudo.

Recorrendo a Santos (1997) para complementar esta referência sobre o lugar, o autor considera-o como relacional e é corpóreo. O lugar também não é auto-contido e, não estando isolado no mundo, relaciona-se com ele continuamente num interminável processo de (re) construção, de (re) produção, sempre buscando as suas maneiras singulares de adaptação, fato que o torna sujeito às contingências históricas, à política, às condições econômicas, enfim, aos processos gerais ou universais.

Todo esse processo faz do lugar uma parte da superfície terrestre que é singular, única, mas, não se deve esquecer, por outro lado, que essa sua condição é também responsável por sua própria capacidade de inserir-se no mundo das trocas, das redes sociais e de múltiplas formas de interação social, composta por diferentes agentes.

Segundo Carlos (1996, p, 28).

O lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se produz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas e apropriação para vida.

Essa apropriação expressa pela autora refere-se à cenarização dos lugares e a projeção que influencia na atração do turista, os cenários do lazer surgem a partir da apropriação de imagens com o objetivo de compor repertórios de lugares turísticos que possam ser facilmente identificáveis ou categorizados pelo turista.

No mesmo raciocínio, o autor afirma que essa apropriação, e até mesmo a criação das imagens, é usada através da publicidade que a venderá como produto turístico. Porém, a criação de uma paisagem turística não envolve apenas a criação de espaços de consumo projetados apenas pela arquitetura e urbanismo: a paisagem ambiental também é um importante componente desses lugares.

No Brasil, a projeção turística enquadra-se neste contexto pelo fato de as políticas públicas sempre fazerem referência aos lugares naturais, mesmo que distantes dos grandes centros urbanos, pelo contato com natureza.

Outros aspectos como os elementos históricos, a arquitetura ou turismo edificado, como os eventos, tornam destinações turísticas e são obrigadas a melhorar a infra-estrutura local para manter a atratividade.

Na realidade, tais melhorias estão voltadas, especificamente, para o mercado turístico, possuem caráter embelezador, de construção de um lugar que chame atenção e ative o imaginário dos turistas. Lugares que se diferenciem do cotidiano, da realidade concreta, para serem apenas lugares de lazer.

O município de Sacramento-MG se insere nesse contexto de mudanças, seus valores e até mesmo seu patrimônio. As transformações que ocorreram e ocorrem ao longo de sua história, sendo hoje em 2010, volta-se para atender às exigências de um novo componente econômico, isto é, a atividade turística.

Assim, as transformações estão inseridas nas mutações provocadas nesse lugar. Não podemos deixar de dar o devido valor aos recursos gerados pela atividade, porém é necessário inserirmos a comunidade no processo e identificar seus anseios em relação às mudanças e verificar se esse projeto turístico está ou não interagindo com ela, bem como os seus desdobramentos para a vida nos lugares.

1.5 Estrutura, construção, entrelaçamento e formato da tese

A tese está estruturada em cinco capítulos, porém, uma etapa introdutória destinada à caracterização geral do trabalho, descrição dos procedimentos adotados e apresentação do objeto de estudo. Os capítulos subsequentes foram construídos de forma interativa, no qual cada um complementa o outro.

O primeiro capítulo consiste em uma revisão sobre as políticas públicas envolvendo projetos turísticos, destacando o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Posteriormente analisamos a proposta pública em nível estadual, que se deu a partir do programa do governo do Estado de Minas Gerais em desenvolver circuitos turísticos conforme as tendências regionais. Por fim analisamos essas questões no município de Sacramento-MG sob sua inserção em dois destes circuitos, o Circuito da Serra da Canastra e o Circuito Turístico dos Lagos.

Neste contexto de análise das políticas públicas voltadas para o turismo, entrelaçamos a proposta dos projetos entre os programas federais, estaduais e municipais para entender se realmente existe um plano de gestão turística para o município de Sacramento-MG e identificar o alcance efetivo de seus objetivos.

O segundo capítulo consiste em uma análise sobre os arranjos turísticos locais voltados para os bens naturais; Barbosa e Zamboni (2000) consideram esse aspecto como um epicentro de referência nos projetos turísticos.

A estruturação desse capítulo se dá a partir da identificação dos bens naturais do município de Sacramento-MG dos trabalhos de campo e posterior correlação com as propostas públicas para o turismo local, identificando de que forma estão inseridos nesse planejamento.

Os usos dos bens naturais como forma de projeção municipal em Sacramento é uma realidade usada de forma descompromissada e sem nenhuma preocupação com sua proteção.

Dessa forma, as paisagens naturais compostas por cachoeiras, vales, rios e mirantes ilustram os folders e panfletos lançados para atrair turistas. No terceiro capítulo, portanto, trazemos para a discussão do fazer turismo os usos e apropriações dos bens culturais e os valores simbólicos neles contidos.

O turismo envolve amplas relações intersetoriais, sendo necessário identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva para fazer-se uma análise sistêmica. Este enfoque integrado colabora significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas para o planejamento turístico.

Problematizamos neste capítulo como ocorre a forma de projeção turística no município. É a partir da gestão pública ou por meio das iniciativas privadas ou se desenvolvem aleatoriamente? Assim, finalizando esse capítulo, avaliamos se o município, após estas intervenções, tornou-se turístico.

Um dado importante que ajuda responder este questionamento consiste no fato de que foi no Governo do Prefeito José Alberto Bernardes Borges (1982-1986) que se deu a primeira iniciativa, construindo um centro esportivo destinado à concentração de eventos públicos (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2007) e posteriormente solicitou um estudo espeleológico da Gruta dos Palhares, promovendo assim a urbanização no seu entorno, descaracterizando sua forma original e turistificando-a.

A composição do terceiro capítulo se deu a partir de uma avaliação sobre as vocações inventadas para o turismo local. Os trabalhos de campo foram imprescindíveis para compor essa discussão, pois percorremos o município em busca dos patrimônios concretos e simbólicos, dos bens históricos e culturais e a forma de apropriação turística que está sendo projetada sobre elas.

Alicerçando essa discussão, Thompson (1998, p.192) considera que “as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos contextos sócio-históricos dentro dos quais e por meio das quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas”, ou seja, cada componente possui um contexto diferente, evidenciado pelas relações sociais e por suas características particulares, gerando uma especificidade própria que através das instituições são gerados, mantidos ou (re) significados.

Os bens históricos e culturais são entendidos como patrimônios, epistemologicamente “bens herdados dos pais”, ou um legado do passado. Mesmo sabendo que muitos desses bens nos chegam através de legados, eles não podem ser vistos simplesmente como heranças de uma geração para outra, são construídos, recriados, apropriados e sua permanência parte de uma incursão do presente para o passado, dessa forma,

O interesse então pela defesa do passado e a proteção do patrimônio conjuga-se com a construção do ambiente (lugar, território) onde se desenvolvem modos de vida diferenciados, muitas vezes contraditórios entre si devido à diversidade cultural. (ARANTES, 1984, p.9)

Esse embate acaba provocando uma medida de forças entre quem procura proteger esse patrimônio construído e outros na sua modernização ou apropriação, acabando muitas vezes destruindo o passado.

Assim, o terceiro capítulo busca os valores culturais do município, suas expressões arquitetônicas, suas manifestações populares e faz uma análise da forma como são tratadas pela gestão pública tanto para lazer como para turismo. E a relação desse capítulo com o quarto capítulo se dá pelo fato de preparar a discussão sobre a forma real das iniciativas turísticas no município.

O quarto capítulo consiste em analisar as problemáticas levantadas no primeiro capítulo, no qual questionamos as formas de expressão das iniciativas turísticas no município.

Os dados também foram obtidos através dos trabalhos de campo que permitiram identificar essas iniciativas representadas por expressões de propriedades próximas aos lugares de maior valorização turística, como a Serra da Canastra, o distrito de Desemboque, às margens do rio Grande, o complexo ferroviário do Cipó, a gruta dos Palhares e o Centro Espírita de Santa Maria, e, percebemos que aos poucos as propriedades próximas aos acessos estão tornando-se pluriativas.

Schneider (1999, p.367) complementa que:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].

Assim, a propriedade continua com suas atividades tradicionais como a produção de grãos, criação de gado e ordenha, mas já permitem incorporar nas suas rotinas de trabalho outros serviços como refeições sob encomenda, pernoites, venda de derivados de leite, doces e cachaças.

Um morador nas proximidades à via de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra comenta: “Antes era preciso levar o queijo até a cidade pra vender, hoje quem pede informação para serra compra o queijo, nem preciso sair mais”.

Nota-se também uma mudança de comportamento no produtor rural que ao mesmo tempo acha interessante esse novo fluxo na comodidade da obtenção da renda, mas também crítico às agressões trazidas por eles: “Alguns deles não nos respeitam, são poucos, mas fazem coisas que não gostamos”, afirma o morador.

Assim, encerramos o quarto capítulo com um cenário sobre estas iniciativas privadas no espaço rural do município de Sacramento-MG, visitamos, analisamos, discutimos, e identificamos de que forma é implantada e a influência do setor público na infra-estrutura.

O quinto capítulo faz uma reflexão sobre o turismo em Sacramento-MG, abordando os aspectos entre o visitante e o visitado e as exigências da sociedade de consumo para fazer turismo.

No encerramento desse capítulo, entrelaçamos os dados obtidos entre a gestão pública, com o visitado e o visitante, preparamos as considerações finais e posteriormente fornecemos as informações para o poder público local como subsídio ao planejamento de ações turísticas futuras.

1.6 Procedimentos metodológicos: O desenvolvimento da tese

“O que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para frente incluído a forma”.

(Henri Lefebvre, 1975, p.20).

Entendemos antes de tudo que o método é a mediação entre o pesquisador e o que este deseja conhecer sobre o objeto desconhecido, sendo ambas as partes do real a ser investigado.

O método consiste em auxiliar na construção do processo de conhecimento do objeto pelo sujeito que pesquisa como ambos são históricos. Tanto o conhecimento como a objetivação dessa relação traz à tona os procedimentos, pois ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de percepção do real, apresenta novos elementos, que exigem novos olhares e novas elaborações teóricas. Isso porque novos procedimentos surgem resultando na objetivação da pesquisa.

Para o desenvolvimento do trabalho, traçamos uma linha investigativa que percorresse desde a criação do município aos seus patrimônios naturais, culturais e históricos, até o fazer turismo como atividade relacionada ao movimento de uso e apropriação do espaço e suas implicações ao lugar vivido pelos moradores.

Nesse caminho, identificamos e elegemos como ponto de partida as rupturas e mudanças nos usos e apropriações do lugar, a partir dos projetos turísticos, seus fundamentos e aplicabilidade.

Dessa forma, a busca tanto teórica quanto prática esteve sempre associada em discutir os dados obtidos no campo de pesquisa, priorizando o seu enquadramento nos projetos turísticos das esferas públicas federais, estaduais e municipais e não obstante também as iniciativas privadas para o turismo no município de Sacramento-MG.

A metodologia consistiu na formulação de algumas etapas do processo, e sua finalidade consiste em captar e analisar as características, limitações, esboçar críticas ou pressupostos sobre sua utilização, isto é, a metodologia ao mesmo tempo em que conduziu a pesquisa, foi também conduzida pelas problemáticas encontradas no campo.

Para alcançar as informações desejadas tanto de nível teórico como prático, dividimos a tese em cinco etapas.

- Na primeira etapa denominada de gabinete elaboramos o referencial teórico dos capítulos a partir da revisão literária, discussões no grupo de estudo do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo do IG\UFU, análise documental de temas como os programas governamentais voltados para a gestão dos projetos turísticos, sobre bens naturais, bens culturais e patrimônio cultural, sobre as identidades e pertencimentos e sobre a história do objeto de estudo.

Nesta etapa também utilizamos para o planejamento das atividades de campo, elaboração dos questionários e roteiros e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UFU.

- Na segunda etapa chamada de coleta de dados em campo, foi o momento em que nos projetamos sobre o objeto de estudo para busca de informações na prática e os procedimentos seguidos foram:

Realizamos cinco etapas de campo e de posse do mapa base (mapa 01) sobre o município de Sacramento-MG, dividimos a sua área em quatro partes e nele projetamos um transecto⁴ usando a cidade de Sacramento como a referência.

Posteriormente coletamos o máximo de informações naquele espaço como o levantamento dos bens naturais, históricos e culturais, contato com moradores e possíveis visitantes para obter a percepção sobre a atividade e também a identificação das iniciativas privadas sobre os equipamentos turísticos;

1. A primeira etapa de campo (mapa 01, quadrante 01) foi realizada entre os dias 09 a 16 de julho de 2006⁵. O transecto partiu do Distrito de Desemboque, passando por comunidades como Jaguarinha, Quenta Sol, Bananal em direção ao vale do rio Grande tendo com referência a fazenda Aldeia, passando pela Gruta dos Palhares até a cidade de Sacramento-MG. Foram percorridos 87 km de bicicleta, de Jipe e a pé, gerando um volume significativo de fotos, elementos georeferenciados e análise da paisagem;

2. A segunda etapa de campo (mapa 01, quadrante 02) foi realizada entre os dias 12 a 14 de janeiro de 2007. Neste campo partimos da cidade de Sacramento pela MG 190 até a altura do km 40 após a ponte do rio Araguari em direção a cidade de Araxá-MG e pelo acesso esquerdo passamos pelas áreas mais altas do município, comunidades como Perdizinha e Cafundó e voltando pela MG 190 na altura da região denominada microondas totalizando 75km também realizado de carro e caminhadas até os pontos objetivados.

Neste campo tivemos o apoio da Prefeitura Municipal de Sacramento e voluntários da Secretaria de Cultura;

⁴ Significa traçar uma linha ao longo da área de estudo e posteriormente coleta as informações nele constante.

⁵ É importante destacar que nesta etapa de campo o apoio da Fundação Amigos de Peirópolis, Prefeitura Municipal de Sacramento, Fundação amigos do Desemboque e proprietários rurais que nos acolheram nas pernoites.

3 A terceira etapa de campo (mapa 01, quadrante 03) saindo da cidade de Sacramento-MG pela MG 190 até a altura do km 20 e pela margem esquerda em direção a cidade de Conquista - MG.

Neste trecho percorremos as propriedades rurais, visualizamos a mudança no tamanho das propriedades rurais que predominam a monocultura da soja e cana-de-açúcar sobre um relevo mais dissecado, passamos pelo antigo caminho Peirópolis-Sacramento, pelas comunidades como Mumbuca e Santa Maria e finalmente de volta a cidade de Sacramento;

4 Na quarta etapa de campo (mapa 1, quadrante 4), nosso objetivo consistiu em conhecer e levantar os atrativos às margens do rio Grande. Partimos da cidade de Sacramento-MG, passando pela Gruta dos Palhares, visitamos as fazendas que ficam a margem da antiga linha férrea até chegarmos à velha Estação do Cipó.

Neste campo destacamos um forte investimento da iniciativa privada na ocupação das margens do rio através da edificação de ranchos, pousadas e restaurantes.

5 Na quinta etapa de campo o objetivo foi especificamente a coleta de informações sobre aspectos do turismo no município com visitante e também a opinião dos moradores.

Para isso elegemos alguns eventos como o carnaval, o feriado de 1º. de maio, o encontro de folias de reis, a festa do Divino Pai eterno e Exposição de gado leiteiro, a Festa de Nossa Senhora do Desterro por serem considerados os eventos de maior captação de visitantes. Acompanhamos estes eventos nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Para coletar os dados nos posicionamos em alguns pontos do município pelo fato de originar deles o maior número de pessoas. São eles, acesso pela divisa do Estado de São Paulo com Minas Gerais pela ponte do rio Grande, a Gruta dos Palhares, a Praça da Matriz de Sacramento, a Fazenda Santa Maria, o posto de informação turística, a rodoviária, a saída da cidade de Sacramento e o posto São Domingos que dá acesso a Serra da Canastra e Desemboque.

Ao todo aplicamos 156 questionários (Apêndice A) de percepção para o visitante e 68 para comunidade (Apêndice B e C), esta diferença se justifica pelo fato de que para visitado nem sempre a melhor forma de obter dado é através do questionário, neste caso um roteiro preestabelecido ou uma conversa informal trás resultados muito mais ricos. Nessa etapa também fizemos o levantamento da logística e da infra-estrutura que a cidade possui para apoio a atividade turística.

Assim, encerramos nossa etapa de campo destacando sua importância na materialização dos capítulos que nos permitiu conhecer a história, bases etnográficas, contato com visitante e visitado e na contextualização da paisagem.

Estes resultados serão mais bem expostos e analisados conforme sua distribuição nos capítulos a seguir, porém, alguns dados preliminares são importantes para instigar a leitura posterior.

Dados obtidos por questionamentos junto aos visitantes demonstraram a falta de bom senso na gestão da Gruta dos Palhares e consideraram as infra-estruturas desnecessárias e descaracterizadoras.

Outro dado substancial obtido consistiu na análise sobre a projeção do evento de carnaval, que provocou um verdadeiro transtorno para os moradores da cidade, em função do seu crescimento desordenado, expulsando os moradores do evento. Constatamos que na gestão⁶ em que ocorreram as mudanças, conseguiu-se reverter esse quadro após esforços emitidos pela comunidade.

Percebemos que existe uma resistência maior entre os moradores da cidade sobre o fato de receber visitantes evidenciados talvez pela experiência negativa dos anos anteriores no evento do carnaval.

Por outro lado, o morador do espaço rural viu com bons olhos o turismo receptivo, porém, também com certo receio sobre as contradições advindas desse fluxo de pessoas.

⁶ A gestão coincidiu com o período da realização dos trabalhos de campo 2007 e 2008.

Na oportunidade, percorremos também as vias de acesso aos atrativos turísticos do município para identificar a sua sinalização.

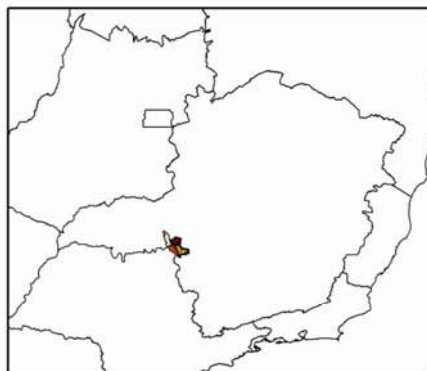
Encontramos visitantes percorrendo o município, os quais fizeram considerações sobre a sinalização avaliando-a como *uma verdadeira aventura*. No momento das entrevistas deparamos com pessoas perdidas entre a localidade da Jaguarinha e o Distrito de Desemboque, procurando o acesso para a Serra da Canastra.

Outro dado obtido, e quase unânime, demonstra a falta de serviços para atender esse turista como banco 24 horas, postos de combustíveis 24 horas, restaurantes e supermercados em tempo estendido.

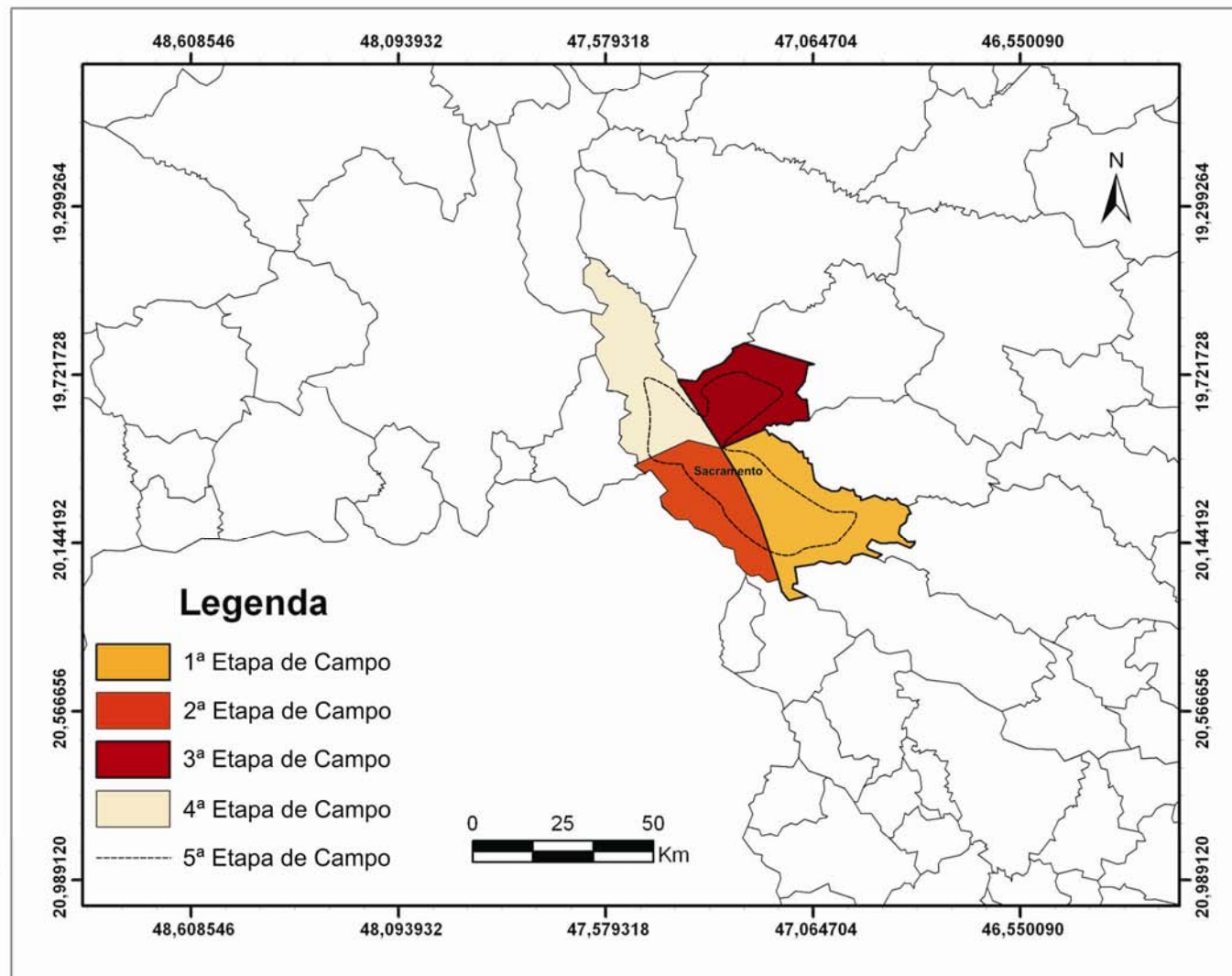
Em uma consideração preliminar diante dessas informações requer certo cuidado ao projetar uma atividade turística para o município, visto que o lugar possui um tempo e um espaço próprio e seguramente desconhecido e descontínuo em relação aos desejos dos visitantes. Por tudo isso, esta atividade deverá primeiramente respeitar os limites impostos pelo lugar e depois promover o turismo de forma responsável.

- Na terceira etapa foram desenvolvidos os trabalhos de tabulação, análise e correlação dos dados coletados, bem como formulação das proposições acerca do tema.
- Na quarta etapa, elaboramos um mapa com todos os atrativos sumarizados, propomos dois roteiros turísticos e emitimos considerações sobre o fazer turismo no município.
- Na última etapa, após a revisão bibliográfica, da coleta de dados e da correlação dos resultados, preparamos e elaboramos o texto da tese. Após a defesa da tese também retornaremos à comunidade e divulgaremos os resultados obtidos, e forneceremos para o poder público local a pesquisa formatada, auxiliando-o no planejamento das atividades turísticas no município.

MAPA 01



Fonte: Prefeitura Municipal de Sacramento - MG.
Adaptado: SILVA, P. (2010)



1.7 Sacramento-MG: Caracterização da área de estudo

O Município de Sacramento-MG, localizado na microrregião geográfica do Alto Paranaíba, foi inserido em 2007 em dois grandes Circuitos Turísticos: o da Canastra e o dos Lagos. Os gestores vêm buscando políticas públicas e parcerias com a iniciativa privada no sentido de fomentar um plano de desenvolvimento para o turismo não somente no município, mas também nos municípios vizinhos para agregar valores regionais.

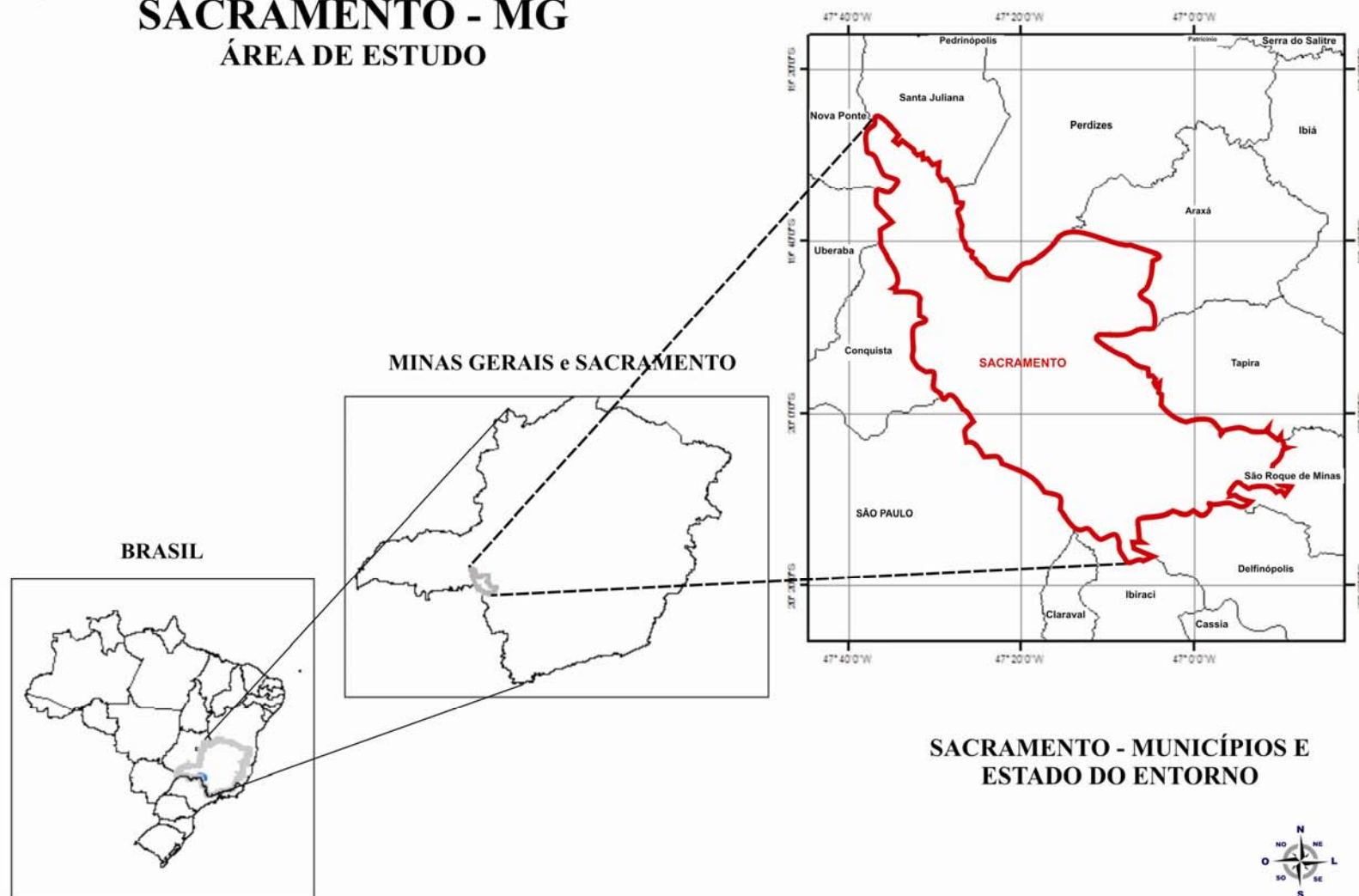
Dentre estes programas, destaca-se a promoção do turismo como viabilidade de melhoria da qualidade de vida da comunidade e da preservação ambiental.

Assim, a atividade turística pode se apresentar como uma ferramenta propulsora para o desenvolvimento econômico e social, não deixando de evidenciar os efeitos negativos provocados pela atividade.

O município de Sacramento-MG, (mapa 02), localizado entre as coordenadas geográficas Latitude S. 19° 61' 55'' e Longitude W 47° 26' 25'', na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, na mesoregião do Alto Paranaíba, limita-se ao norte com os municípios de Nova Ponte, Santa Juliana, Perdizes e Araxá, a oeste com os municípios de Conquista e Uberaba, a leste com os municípios de Tapira, São Roque de Minas e Delfinópolis ao sul com Ibiraci e Rifaina, no Estado de São Paulo, com uma área total de 3.071 km².

MAPA 02

SACRAMENTO - MG **ÁREA DE ESTUDO**



O município predomina o clima tropical com amplitude térmica que entre a média máxima anual de 29° C e a mínima de 16° C, sendo os meses de junho e julho as menores médias registradas.

A cidade de Sacramento-MG (figura 01) está localizada aproximadamente a 800m acima do nível do mar. Fundada às margens do Ribeirão Borá em 1820, também tem sua origem relacionada ao fluxo de mineradores.

Aos poucos, essa tendência aurífera não prosperou, e aquilo que era tido como vocação, acabou dando lugar para outras atividades como a pecuária e a agricultura. Essas atividades se fizeram presentes na história de Sacramento em virtude das terras férteis.

A riqueza produzida no município trouxe aos poucos a edificação de residências em torno da capela, muito brevemente uma praça, estradas interligando as outras localidades e, de repente, toma forma de uma vila.

Em 3 de Julho de 1857, a lei provincial nº. 804 criou a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento e, em 13 de Setembro de 1870, a lei provincial nº. 1637 tornou-se a Vila do Santíssimo Sacramento. Em 3 de junho de 1876, sob a lei mineira nº. 2.216, foi elevada à condição de cidade de Sacramento.

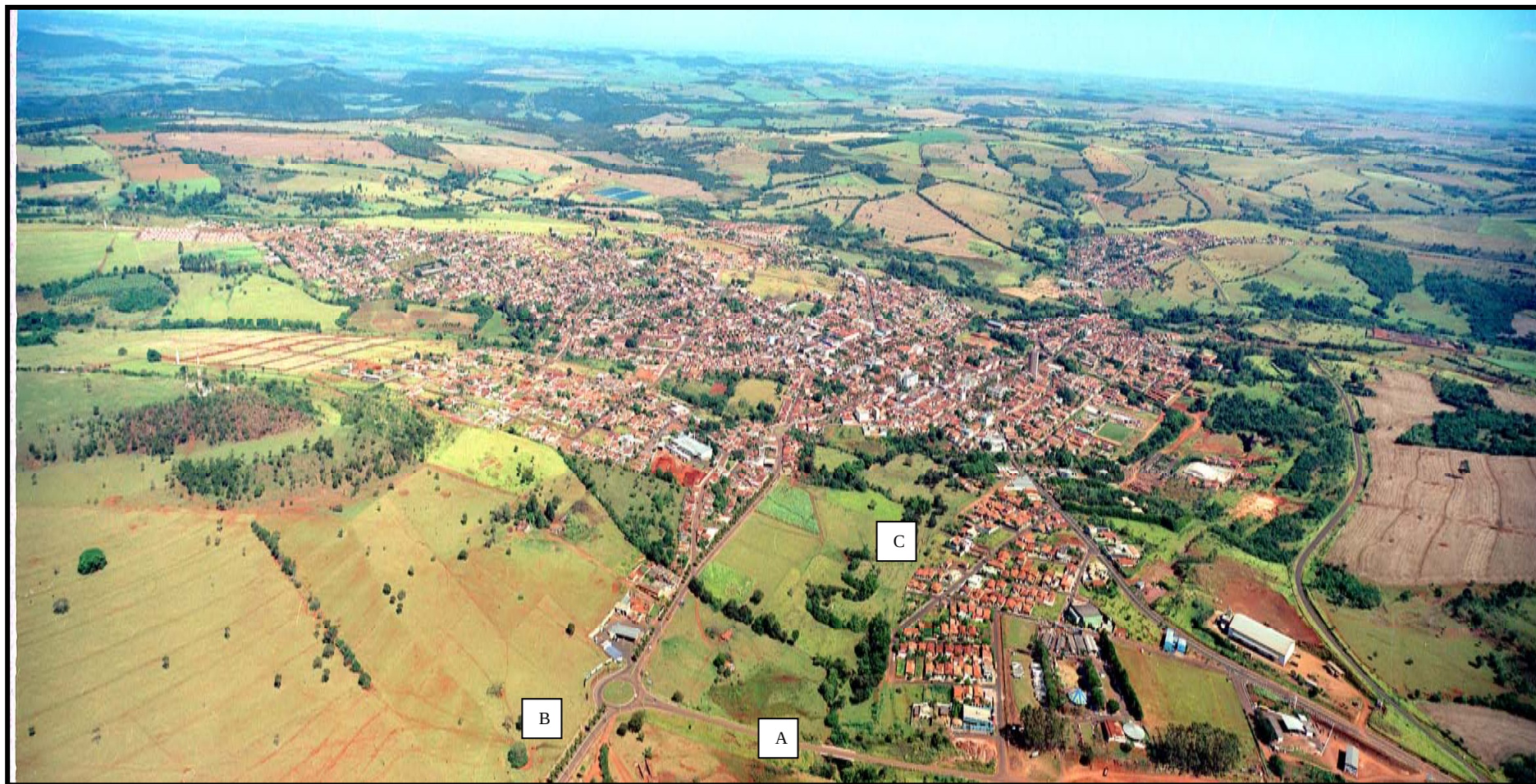


Figura 1: Vista parcial da cidade de Sacramento-MG. Destacamos os acessos via MG 190 (A) e MG 10 (B). O Córrego do Borá (C) é o principal representante da hidrografia regional que atravessa a cidade obedecendo ao padrão de drenagem no sentido rio Grande. A cidade hoje (2010) com quase 200 anos é uma das representantes da história de ocupação do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro e viu na pecuária e agricultura o berço de seu desenvolvimento. Agora assiste aos poucos uma atividade pautada na recepção de pessoas uma motivação a mais para incrementar a econômica local desde que obedecidos os valores deste lugar como os bens naturais e culturais pode se tornar um lugar turístico. **Fonte: Bianchini. B. (2009).**

Do ponto de vista de acesso, o município de Sacramento-MG, em relação aos principais centros econômicos do País (tabela 01), demonstra uma facilidade no acesso, fato esse que se torna importante para o desenvolvimento do turismo, pois a acessibilidade conduz o visitante com segurança.

Ressaltamos, porém, que rodovias não significam sucesso para a atividade turística, pois quando não são gerenciadas, as ações locais podem trazer mais desvantagens que vantagens, já que há referenciais do turismo como o centro paleontológico da Serra da Capivara no Piauí, que possui apenas estrada e recebe um volume muito grande de turistas, resguarda aqui apenas o fator acesso.

Tabela 1 – Distâncias entre cidades

Cidade	População	Distância	Tempo⁷
Belo Horizonte-MG	2.412.937	453	5h
Rio de Janeiro-RJ	6.161.047	885	10h
São Paulo-SP	10.434.752	585	6h
Brasília-BR	2.051.146	604	8h
Vitória-ES	317.817	995	12h
Uberaba-MG	290.344	72	50 min
Araxá-MG	84.689	82	1h
Franca-SP	323.886	80	1h
Uberlândia-MG	622.441	186	1h50
Ribeirão Preto-SP	558.136	190	2h

Fonte: IBGE (2007) - **Adaptado:** Silva (2010).

As principais vias de acesso ao município são estabelecidas pela MG-190, sentido a cidade de Uberaba e Araxá, a MG 428, que dá acesso ao Estado de São Paulo, destacando as cidades de Franca e Ribeirão Preto, e também a cidade mineira de Araxá. Outro importante acesso é obtido pela BR 464, que liga a cidade de Conquista-MG e a BR 050.

Partindo da cidade de Sacramento-MG, após 28 km através da MG-190, é possível acessar a Br 262, ligando as cidades de Araxá e Belo Horizonte. Pela MG-464, é possível acessar a BR-050 a 52 km.

O município, segundo o censo do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2008), conta com uma população estimada em 22.800 pessoas no perímetro urbano e de 4.537 pessoas no espaço rural.

A população economicamente ativa ocupa principalmente os setores da agropecuária, extração vegetal, indústria e principalmente serviços. Na geração econômica, o município apresenta diversidade por ramo de atividade, destacando as de laticínios, a extração de minerais, a indústria de madeira e mobiliário, artefatos de tecidos e couro, alimentos e energia elétrica (Secretaria de Estado da Fazenda-MG, 2009).

Na agricultura, destaca-se o cultivo de soja, batata, café, milho, arroz, algodão e mais recentemente a cana-de-açúcar. Na pecuária, os principais efetivos são as criações bovinas extensivas, aves e suínos conforme dados do Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA (2009). Também se destaca a atividade da silvicultura como o Eucalipto e o Pinus.

Na educação, o município apresenta altos índices de atendimento, destacando oito escolas de Ensino Fundamental, três escolas de Ensino Médio e uma escola especial, além de três na Pré-Escola, cinco creches e duas escolas de Ensino Fundamental completo e 1º. ciclo completo no espaço rural, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação/2009.

No setor de comunicação, o município é servido pela concessionária fixa e telefonia celular. Possui ainda uma emissora de radio AM e uma FM, jornal de circulação local e regional.

Na área de saúde, a cidade possui um hospital (67 leitos), seis unidades do Centro de Saúde Rural, duas unidades básicas de saúde, dois ambulatorios de especialidades, duas unidades móveis com consultório Médico/odontológico (sendo uma urbana e uma rural), duas Ambulâncias, duas unidades de UTI – Móvel, um Centro de Epidemiologia e um Centro de Vigilância Sanitária, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (2009). A cidade também é servida por uma boa infra-estrutura de água e esgoto, com quase 98% de atendimento nestes serviços.

⁷ Tempo de deslocamento calculado no modal de transporte rodoviário.

Esta informação sobre a infra-estrutura da cidade para a saúde serve como avaliativa para se pensar na atividade turística. A oferta turística deve ser pautada em assegurar ao visitante atendimento médico, segurança quando necessário, porém, percebe-se que elementos estão limitados ao comportamento populacional que o município possui.

Remetendo ao contexto histórico, a cidade aos poucos foi dotada de infra-estrutura de ruas e serviços de transporte, destacando entre eles as locomotivas (Figura 02). Essa tecnologia foi implementada para tentar amenizar a geomorfologia local, perfazendo o percurso entre a cidade de Sacramento e a Estação denominada cipó às margens do Rio Grande, distante cerca de 20 km.



Figura 2: Locomotiva que interligava a cidade de Sacramento à Estação do Cipó por volta de 1938. O fim da atividade levou também o desaparecimento dos trilhos e algumas estações. A principal delas a do Cipó às margens do rio Grande ainda se mantêm de pé e faz parte constantemente das ilustrações nos folders que a gestão pública utiliza para divulgar “os atrativos do município”. **Fonte: Jornal O Estado do Triângulo/Sacramento-MG (2007).**

Apesar de sua importância, a estação construída às margens do Rio Grande (figura 03), por volta de 1889, (CAPRI, 1916) perdeu aos poucos sua função, pois os altos custos de manutenção não remuneravam o capital na expectativa dos investidores.

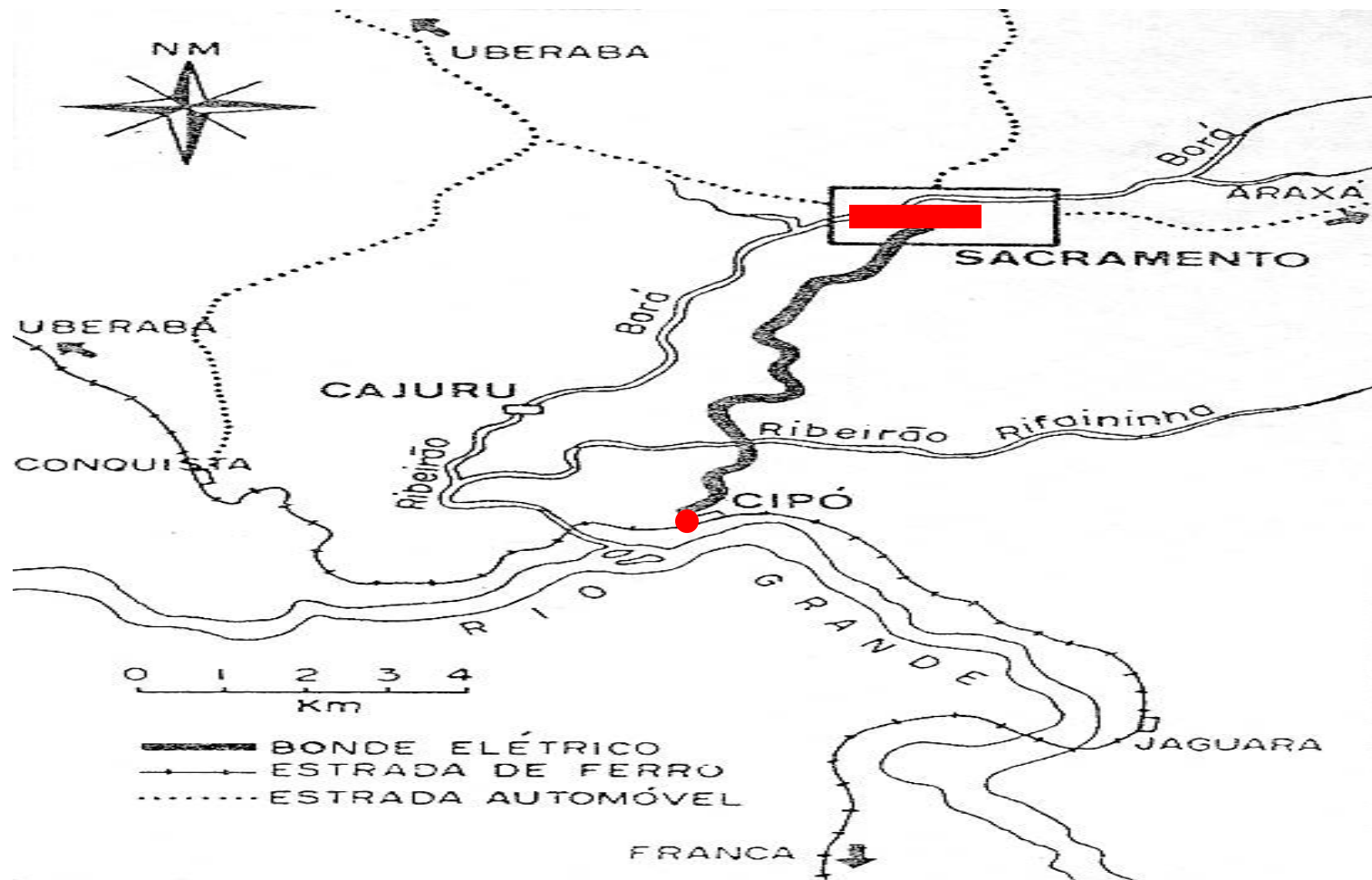


Figura 3: Percurso da linha do bonde entre a cidade de Sacramento-MG e Estação Cipó (margem do rio grande). Esta antiga linha férrea faz parte de uma de nossas proposições como roteiro turístico. Neste trecho além fazendas antigas, pequenos sítios produtores de cachaça, queijos e doces são várias as cachoeiras, piscinas de água corrente poderão ser usufruídas pelo visitante após um planejamento que envolva os proprietários, os operadores turísticos e a gestão pública.

Fonte: Scalon, L. (1991). **Adaptado: Silva, P. (2008)**

Novas atividades econômicas deslocadas da cidade em direção à cidade de Uberaba-MG via rodovia aos poucos atrofiou esse importante referencial de transporte local.

Os bondes interligavam a cidade-estação (Figura 04), e apesar de sua vida útil ser considerada pequena, não deixou de ter alto grau de imponência e função.

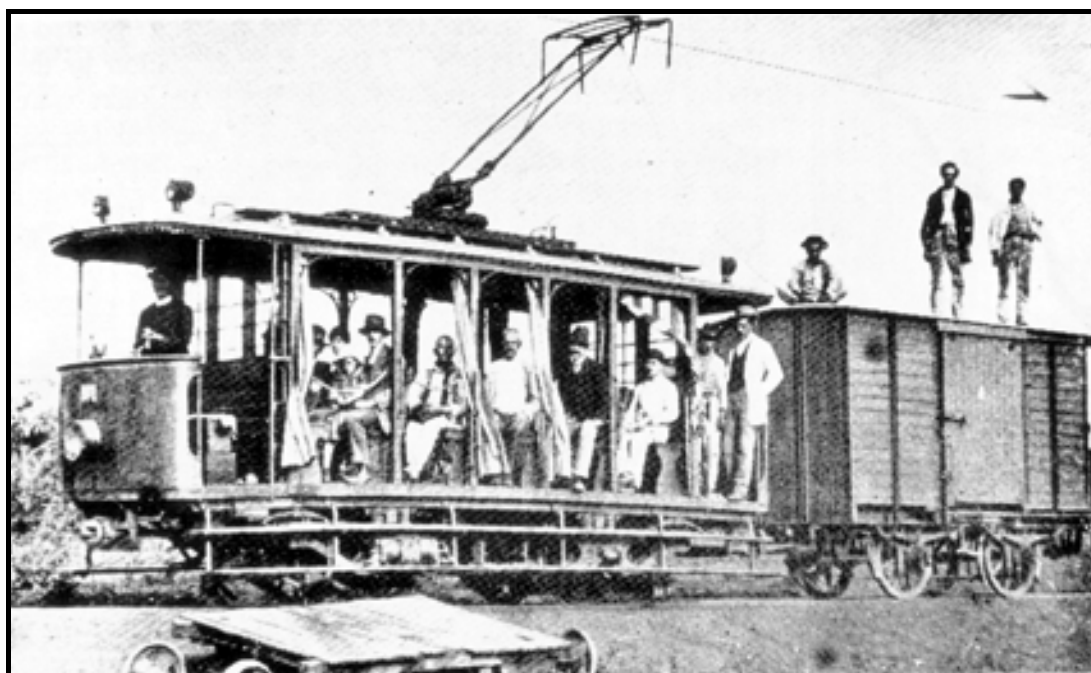


Figura 4: Modelo do bonde utilizado no transporte de passageiros. Foto de 1915. Nada materialmente restou deste meio de transporte, porém, a riqueza de suas histórias contadas pelos moradores mais velhos do lugar merece destaque mesmo que na lembrança. Este fato também nos remete a questão de que a cidade sempre buscou alternativas para o seu desenvolvimento e poucos conseguiram se manter ou efetivar uma longevidade, talvez esteja neste o fato o viés com o turismo no município dos anos de 1980 para cá, são ações isoladas e não permite grandes expressões como atividade econômica. Outro trecho desta mesma linha que interliga a cidade de Rifaina (SP) a cidade de Pedregulho (SP) que percorre aproximadamente 50 km foi restaurada pelo Governador Orestes Quércia 1996 (Secretaria Municipal de Pedregulho, 2008), como forma de promover o turismo ferroviário e revitalizar as estações ao longo do trecho como ponto de venda de insumos locais, reestabelecendo as atividades dos pequenos proprietários e gerando divisas para os municípios através da venda dos bilhetes que por seguinte gera emprego. **Fonte: Capri (1916).**

A partir dos anos de 1930, o percurso dos bondes perdeu sua regularidade, dando sinais de decadência no final de 1937, encerrando definitivamente suas atividades em 1938.

Caracterizando os aspectos físicos do município do ponto de vista da geomorfologia, ela apresenta um relevo basicamente formado por planaltos, variando entre plano a ondulado, com algumas elevações não muito expressivas, destacando algumas variações máximas na localidade do Chapadão da Zagaia, a 1380m e a mínima na represa de Jaguará, a 582m. São essas bases geomorfológicas que formam as diversas cachoeiras existentes no município.

Os aspectos geomorfológicos também apresentam feições com planaltos escarpados na proximidade do vale do rio Grande e da Serra da Canastra, remanescentes do super grupo Araxá.

A geomorfologia do Alto Paranaíba em direção ao Triângulo Mineiro apresenta três superfícies de erosão com base nas formas e estruturas, na expressão topográfica e na litologia.

A formação Uberaba resultou da retomada de ciclo de erosão no oeste mineiro após vulcanismo do Cretáceo e restringi-se a esta área, aflorando em faixas que se estende do município de Sacramento-MG, passando pelos municípios de Uberaba-MG, Veríssimo-MG até Patrocínio-MG. As bases geomorfológicas são importantes para o planejamento turístico porque indicam na paisagem os atrativos e assim ordenar seus usos.

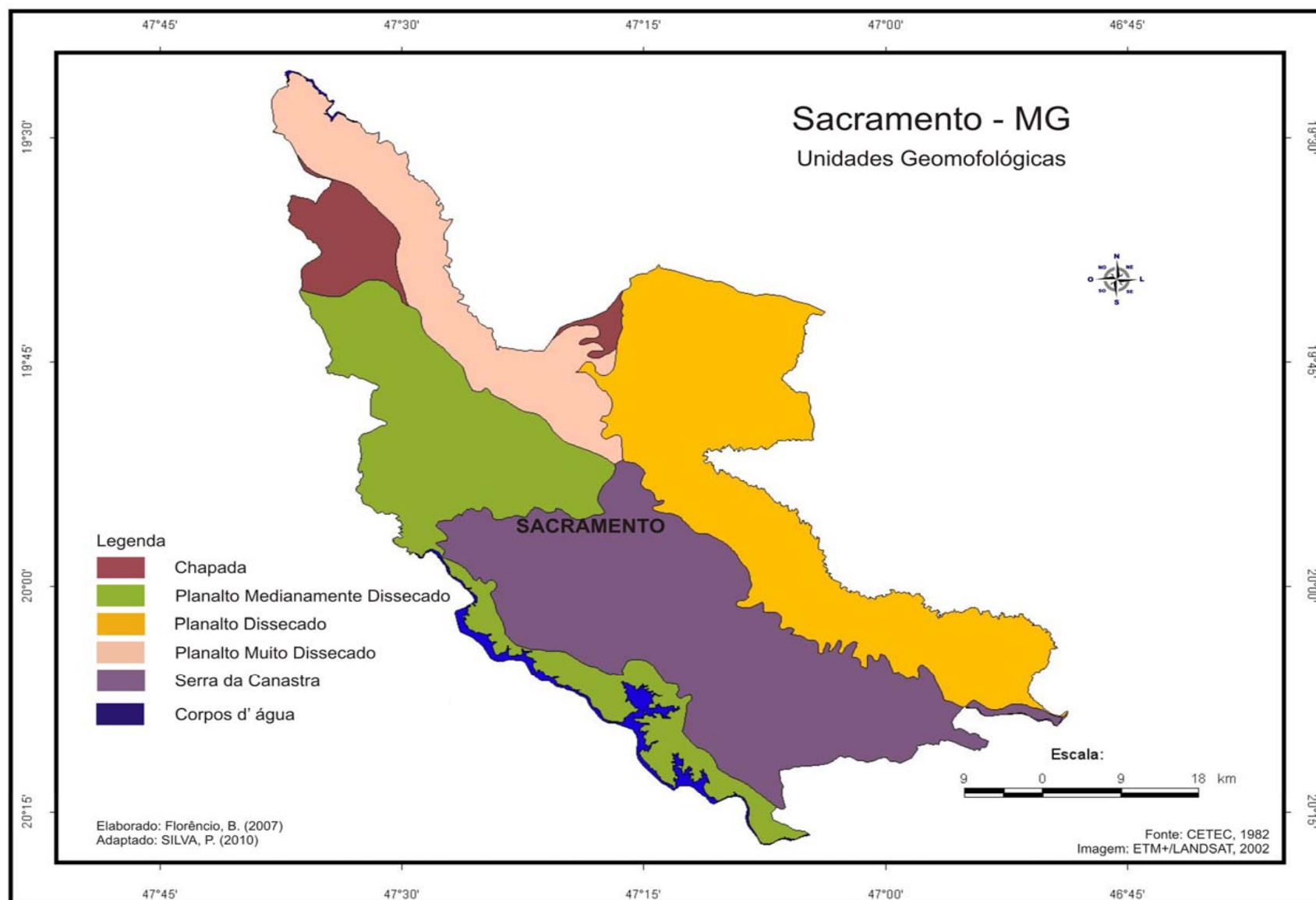
Segundo GUERRA (1994), a geomorfologia é um grande aliado no planejamento do turismo pelo fato de proporcionar o ordenamento territorial da atividade seja como indicador de atrativos naturais⁸, ou como diretrizes que possam ser estabelecidas obedecendo a geomorfopaisagem destacando às áreas mais dissecadas, os vales, os mirantes ou os platôs.

Na geomorfologia do município de Sacramento-MG as áreas mais aplainadas a oeste do município são onde estão as atividades da monocultura da soja, milho, batata e cana-de-açúcar, no sentido leste em direção a cidade de Araxá-MG e São Roque de Minas-MG predomina as expressões do relevo mais acidentado entalhado pelo encaixe do Rio Araguari, comumente chamado na região de Rio das Velhas. (mapa 03)

Deste trecho no sentido sul a caminho do leito do rio Grande em direção a cidade de Rifaina-SP estão registradas a maioria das quedas d'água do município, são nas fendas dos quartzitos e xistos que escoam as águas. Portanto, na posição leste do município estão às expressões do ecoturismo, das trilhas e de boa parte das iniciativas privadas para fazer turismo.

⁸ Na área de pesquisa destacamos como bens naturais que o turismo chama de atrativos, as cachoeiras, os vales, os córregos, os mirantes e as piscinas de água corrente.

MAPA 03



Do ponto de vista geológico, o arcabouço estrutural do município baseia-se nas rochas epiclásticas/vulcanoclásticas que chegam a alcançar 140m de espessura, começando por conglomerados de metabásicas compostos por fragmentos de basalto (GALETI, 1987).

Nesta região entre os municípios de Araxá-MG e Sacramento-MG ao norte, predominam os arenitos vulcânicos, com granulação média e pequenos seixos, que lhe conferem caráter conglomerático.

Identifica-se ainda a presença de siltitos e argilitos embalsamando os leitos dos rios, córregos e riachos com espessura centimétrica e extensão restrita, que apesar da origem vulcânica preexistente afloram fragmentos de origem não vulcânica. As melhores exposições dessa formação ocorrem no vale do Rio Uberaba, no perímetro urbano e no bairro de Peirópolis, distante 14 km da cidade.

GALETI (1987), complementa ainda que na exposição denominada de formação Uberaba foram identificadas rochas com fragmentos de basalto, argilito, quartzito e de rocha alterada com magnetita, quartzo, feldspato, piroxênio, anfíbrito, biotita, moscovita, granada e apatita.

Estes constituintes são remanescentes da cobertura de material argiloso oriundo do Terciário, sobre estas rochas predomina o relevo dessa superfície é predominantemente plano para suave ondulado. (figura 05).



Figura 5: Esta imagem ilustra a região do Chapadão do bugre que interliga a cidade de Sacramento-MG ao Distrito de Desemboque ao fundo. Observe as formas do ordenamento de drenagem (1, 2, 3) em direção ao rio Araguari e mais ao fundo ainda o início da Serra da Canastra. **Fonte: Dolabella (2006).**

Nesta região em destaque os solos são poucos espessos, a cobertura vegetal campestre e predomina as propriedades médias para pequenas. Neste espaço estão os registros históricos de Mário Palmério e Rodrigues da Cunha que através dos contos do sertão da farinha pobre destacou o papel do mineiro do interior.

Pensar em turismo nesta região necessita antes de tudo pensar em uma atividade que envolva o desejo dos moradores locais, do respeito aos limites físicos do chapadão e principalmente uma atividade que promova o lugar sem descontextualizá-lo.

Em contrapartida, aparecem os relevos mais dissecados que receberam as primeiras iniciativas para as atividades de plantio do café, posteriormente a soja e hoje (2010) cana e batata sobre o Latossolo Vermelho-Amarelo e Latossolo Amarelo, variando de eutrófico a álico (figura 06), advindo de um intenso processo de lixiviação e laterização.



Figura 6: Predomínio dos latossolos no município, muito utilizados para a prática da agropecuária. É importante destacar através da figura acima o fato de que as questões ambientais são aos poucos suprimidas pelas investidas econômicas. Observe que as pastagens que recobre a área são secundárias e poucas árvores de grande porte ficaram no local. Essa atenção que chamamos também serve como alerta para os caminhos que o turismo se propõe no município no sentido da preservação dos ambientes naturais, fato este primordial para o sucesso da atividade. **Fonte: Dolabella (2006).**

Na porção centro-sul, em virtude da forma de relevo acidentado, não foi possível às ações de grandes proporções para a agricultura, predominando as pequenas propriedades de subsistência, destacando a ordenha de pequeno porte, a produção de queijos, doces e cachaças.

A extensão das formas de relevo predomina praticamente em todo o município de Sacramento-MG; a oeste do município predominam as áreas mais aplainadas cujo tipo são os chapadões com forma de relevos mais dissecados e com o uso mais intenso da monocultura. (figura 07).



Figura 7: Atividades agrícolas nas áreas dissecadas. Nesta porção do município, a monocultura em plena atividade inviabiliza qualquer atividade turística, mesmo porque em nossos contatos com os produtores desta região, na sua maioria não reside na fazenda, ficam a cargo dos funcionários e os poucos que encontramos acreditam que o turismo para eles naquele momento não teria nenhum significado. Apesar de que o agriturismo poderia ser praticado nestas fazendas uma vez que as sedes estão desocupadas e poderia ser ocupado por visitantes como ocorre no oeste do estado Paraná na região do Pomerode (SENAC, 2002), porém, aqui reside um trabalho de convencimento, estruturação e claro, disposição dos proprietários para o investimento. **Fonte: CREMA, F. (2007).**

As paisagens naturais ao norte do município, cuja direção está no sentido do município de Araxá-MG, apresentam estruturas mamelonares, indicando um grande horizonte dos mares de morro recobertos por uma vegetação de campo rupestre nas suas cristas, além de chapadões e capões de cerrado nas médias encostas e nas margens dos cursos d'água.

Na porção central do município, onde está à cidade de Sacramento-MG, em função do padrão de drenagem promovida pelo ribeirão Borá, um grande vale foi esculpido apresentando alguns desníveis em direção ao vale do Rio Grande, onde se encontra a antiga estação geradora de energia no córrego do mesmo nome.

Os chapadões nas médias encostas resguardam antigas aroeiras, ypês, perobas e angicos de elevado valor ambiental. Nesta região, ainda concentram-se as lavouras de café e as antigas fazendas.

O município de Sacramento-MG possui abundância de suas águas, onde o Rio Grande esculpiu vales (figura 08) e o seu leito condicionou a construção de várias represas no município, gerando energia e recentemente os usos de seus remansos para o entretenimento, para o lazer e esportes náuticos.

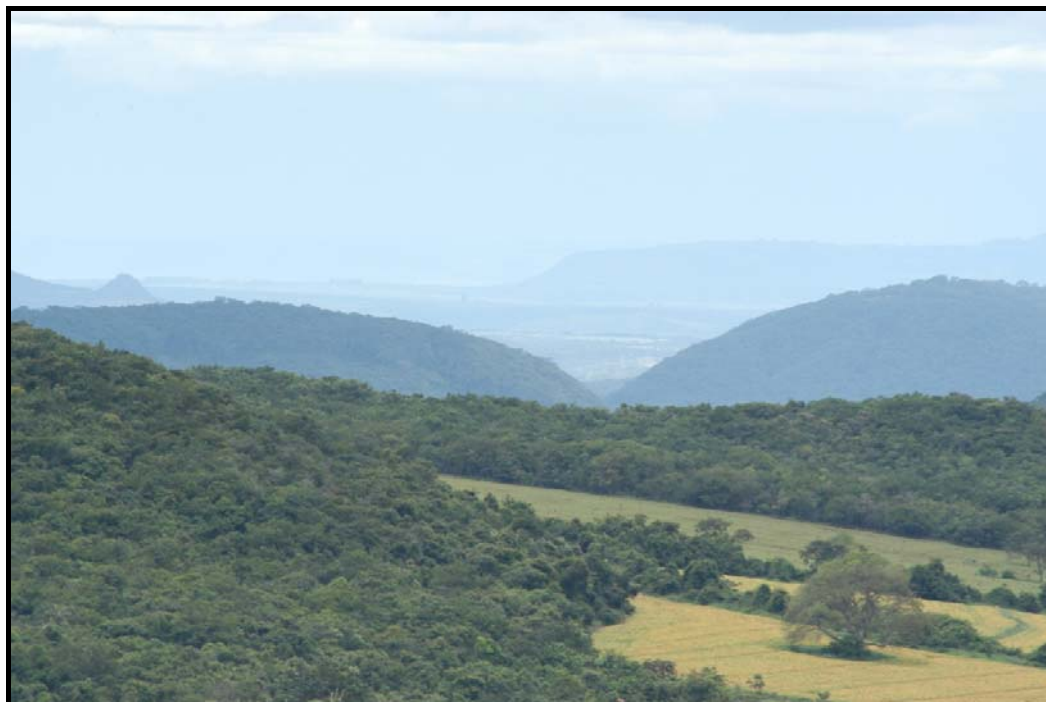


Figura 8: Vale do rio Grande visto a partir do Estado de Minas Gerais. Observamos ao fundo o vale do rio ocupado pela atividade da cana-de-açúcar e as atividades da agropecuária aos poucos recuam a vegetação encosta acima. Novamente chamamos atenção para o desrespeito aos aspectos ambientais no processo de uso e ocupação do solo. Esta é uma região próxima a cachoeiras e a gruta dos Palhares, aspectos das paisagens naturais compõem atrativos turísticos do município e que necessita de proteção, não adianta destacar a beleza cênica da imagem uma vez que os aspectos observados na prática descontextualizam seus elementos. **Fonte: CREMA, F. (2007).**

Os recursos hidrográficos são estruturalmente compostos por três grandes padrões de drenagem, o Rio Araguari, o Rio Claro e o Rio Grande, além de vários outros canais de escoamento, córregos e ribeirões. No leito do Rio Grande foram implantadas 03 usinas hidrelétricas: Jaguará, Estreito e Igarapava.

Associando a geomorfologia à abundância dos recursos hídricos, o resultado está no volume significativo de quedas d'água. As cachoeiras estão se tornando o produto turístico mais requisitado pela empreitada dos projetos turísticos para o município, uma vez que em função de seu porte acaba sendo possível a prática de várias modalidades do turismo, tais como rappel e o cascating.

Nesta mesma linha de discussão⁹, estas mesmas cachoeiras são exploradas de maneira inadequada e sem nenhum estudo de capacidade de carga, expondo as suas fragilidades e as conduzindo a sérios impactos. No entanto, no campo procuramos esclarecer aos proprietários e aos operadores do turismo local a necessidade do uso racional desses recursos. Como um importante componente da paisagem, como um bem que se usado de forma adequada poderá garantir uma importante alternativa de renda para a propriedade.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Sacramento/Depto de Turismo (2007), existe cerca de 169 cachoeiras catalogadas e 90% delas estão nas pequenas propriedades, isso requer muito cuidado ao expô-las como atrativo podendo comprometer o seu futuro e trazer problemas para o local onde se localizam.

Portanto, defendemos a idéia de que é necessário promover um trabalho de valorização desses recursos, gerando consciência patrimonial, tendo na intervenção turística a possibilidade de ter nesse segmento os elementos que auxiliará na melhoria da renda do proprietário rural. Essa possibilidade é concreta, pois o turismo pode tornar, por exemplo, a cachoeira um benefício econômico complementar para o produtor rural como ocorre nas fazendas do município de Brotas, no interior do Estado de São Paulo, que se tornaram pluriativas em virtude dessa gestão interativa em relação aos atores¹⁰ do turismo.

Neste contexto, analisamos as iniciativas públicas municipais voltadas para o setor turístico demonstrando a relação entre a teoria e a efetivação do projeto turístico. As iniciativas municipais para a promoção do turismo podem ser percebidas a partir dos anos de 1990 com a intensificação da promoção do evento de carnaval e do projeto de reestruturação do Parque da Gruta dos Palhares.

Percebemos que estas ações públicas para o desenvolvimento e efetivação da atividade acabaram em ações isoladas e não em uma proposta que abrangesse com eficiência todos os aspectos no município.

⁹ Para aprofundar um pouco mais sobre os usos dos recursos hídricos, essa temática será discutida no capítulo III.

¹⁰ Atores do turismo são todas as pessoas que deveriam ser envolvidas na sua gestão com amplos poderes de decisão com direitos e deveres comuns, ou seja, todos devem ser beneficiados com a atividade.

A gestão pública municipal de 2004 a 2008, no intuito de estruturar e desenvolver a atividade turística no município de Sacramento-MG, apesar de acreditar que já ocorre de forma silenciosa e pode ser percebida principalmente em épocas de feriado, eventos e manifestações religiosas, ainda não gera os benefícios esperados.

Assim, articulou uma série de projetos e subprojetos para tentar firmar a atividade como um forte componente de desenvolvimento local concentrados em três frentes.

A primeira consiste na sensibilização da comunidade para a atividade, esclarecendo-a sobre a importância da atividade como um fator gerador de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A segunda consiste na adequação dos atrativos e na estruturação de apoio e fomento turísticos, para, assim, melhor servir e receber os turistas e, conseqüentemente, a comunidade local.

A terceira diz respeito à sustentabilidade turística, que serviria como base para este desenvolvimento, visando à preservação do patrimônio natural e cultural, por meio da Educação Ambiental e patrimonial, e no estudo da capacidade de carga turística.

Porém, o sucesso para este desenvolvimento turístico apenas ocorrerá se houver a integração entre o poder público e a iniciativa privada com a comunidade. A proposta, na verdade, acabou desenvolvendo projetos que na maioria das vezes não solidificou com muita eficiência uma política pública voltada para o desenvolvimento local.

Acabou na verdade tratando dessa questão de forma generalizada, inclusive no sentido de não ter uma forma de organizar a prática da atividade e sem uma preocupação com as formas do desenvolvimento com base local¹¹, porém, o turismo transforma o espaço, cria opções, mas ele por si só não gera desenvolvimento. Acabaram gerando uma série de atividades isoladas e que não firmaram o desenvolvimento de maneira adequada.

¹¹ O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local. Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras. O desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. (MILANI, 2005, P.37).

Na busca em identificar os elementos responsáveis pela efetivação da implantação dos projetos turísticos, analisamos de forma teórica e prática o processo de elaboração das propostas e sua aplicação.

E observamos, mais uma vez, intensa discussão sobre o turismo no município formatando projetos e cartilhas para o visitante e nada de efetivo se firmou substancialmente. Infelizmente notamos a partir do poder público uma dificuldade muito grande de aproximar a teoria à prática, evidenciando projetos meramente teóricos e inadequados.

Mesmo assim precisamos considerar que existe um turismo. Existe uma participação do poder público que o caracteriza como promotor do atrativo. Sendo assim, mesmo que inadequado, as iniciativas por parte do estado será sempre adequada para alguns setores da economia local, principalmente para aqueles que vêem no turismo a oportunidade de ganhos rápidos. Neste processo, destacamos o setor hoteleiro que edifica seus empreendimentos próximos às represas, mas é a gestão pública que faz a infra-estrutura de acesso.

CAPÍTULO I

“O território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou freqüente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual)”.

Di Méo

PROJETOS TURÍSTICOS: REFLEXÕES ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

O objetivo deste capítulo consiste em expor a trajetória do turismo e destacar os projetos desenvolvidos pela gestão pública no Brasil para o desenvolvimento desta atividade. Consiste também em analisar no âmbito da esfera pública a efetivação destes projetos passando pelas iniciativas no estado de Minas Gerais até o nível municipal com ênfase no Município de Sacramento-MG.

Para atingir este objetivo fizemos uma incursão histórica tendo como recorte temporal o início dos anos de 1940, momento em que havia no Brasil uma tendência pública favorável à implantação dos cassinos.

Posteriormente analisamos as iniciativas públicas em nível federal voltadas para a elaboração de projetos turísticos destacando nesta esfera o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Em nível estadual (Minas Gerais), analisamos também como a gestão pública se organizou no sentido de promover a atividade, nele destacamos a criação dos Circuitos Turísticos de forma a regionalizar e agrupar os lugares a partir das suas “tendências vocacionais” ou mercadologicamente inventadas.

E finalmente analisamos o envolvimento da gestão pública em nível local e suas articulações no sentido de também promover a atividade na municipalidade.

Um resultado importante que obtivemos após toda esta análise que há uma dificuldade muito grande entre o planejamento turístico e sua efetivação nos locais onde estão sendo implantados.

Uma das questões a ser destacada é nossa estrutura pluripartidária, em que nem sempre há um alinhamento entre as esferas públicas, ou seja, a união tem uma proposta que pode até se engajar na proposta do estado, mas não se enquadra politicamente no local.

Desta forma assistimos à criação de inúmeros projetos eminentemente teóricos e que em sua maioria não se efetivam pelo fato de que não são capazes de considerar as particularidades locais e agem tratando as comunidades e os bens patrimoniais (materiais e imateriais) do lugar de forma padronizada e homogênea.

O resultado dessa falta de atenção são descontínuos e estranhos percebidos nos municípios que ao tentar implementar o poder público não consegue atingir satisfatoriamente a todos os segmentos envolvidos com o turismo.

1.1 A invenção da atividade turística

O turismo emerge sob a égide do capitalismo e se apresenta como uma atividade típica dessa sociedade, principalmente pós-revolução industrial, com uma capacidade múltipla de agregar diversos fatores para seu funcionamento, primeiramente individualista e altamente consumidores dos recursos naturais de forma desordenada.

Talvez seja no ano de 1910 que esteja a mais antiga das definições sobre o turismo, fruto de um trabalho científico em que o economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen, In: Wharab (1977, p76-77) definiu turismo como:

A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

Ao definir o turismo sob esta perspectiva, principalmente de natureza econômica e como uma atividade comercial especializada, exclui-se momentaneamente o sentido sócio-cultural e todo envolvimento neste contexto.

Para Walker (1991) o turismo é uma soma, “a ciência, a arte e a atividade comercial especializada em atrair e transportar visitantes, acomodá-los, e atender com cortesia suas necessidades e desejos”.

Sob o olhar social, Trigo (2004, p. 12) analisa a atividade turística como um possível elo entre as pessoas.

Uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas. (TRIGO, 2004, P. 18)

A atividade turística surge da convergência de diversos fatores e se transforma em práticas sociais diretamente relacionadas ao movimento e ao deslocamento espacial de pessoas, informações e serviços, como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tornando-se evidente e necessário sua abordagem também no contexto social.

Beni (1997, p. 37) definiu o turismo como “um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço”. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios.

Jafar Jafari (2002, P.109-113) define de forma holística Turismo como sendo:

O estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora, (JAFARI 2002, P.109-113).

Neste contexto, o turismo, ao possuir essas características de forma multifacetada e multidisciplinar, nas diversas áreas de conhecimento que a ele se relaciona, pode ser definido de acordo com seus próprios interesses e para atender ao interesse específico do objeto de estudo. Adotamos a definição de turismo a seguir por sua abrangência social, econômica e cultural.

A história do município de Sacramento-MG, e posteriormente a cidade, escreve-se sob uma trajetória social econômica e cultural, que permite essas múltiplas inter-relações. Lugar de forte apelo religioso católico traz na história e na arquitetura das igrejas e nos costumes populares dos cortejos, e festas dos santos, uma representatividade histórica muito importante.

A história econômica foi marcada pelos segmentos da pecuária e agricultura, e teve o café como o seu maior representante, embora no momento de crise não conseguisse

alternativa que incorporasse outro modelo de desenvolvimento, ficando estagnada nas articulações para o desenvolvimento.

Em 2007, o município se apresentou como um novo destino no receptivo regional, inserido em dois importantes Circuitos Turísticos: o da Canastra¹² e dos Lagos¹³, em que o poder público e privado trabalhava para a consolidação dos mesmos, mas infelizmente a participação da comunidade foi inexpressiva.

Esta ação ficou restrita a alguns representantes, geralmente os principais interessados no retorno econômico que a atividade oferece.

Esse distanciamento da comunidade, em relação às vocações que a gestão pública concede ao turismo para o município, fica bem registrado na melhoria dos serviços turísticos que vão se adaptando de forma a melhor atenderem ao turista. Como esse novo personagem necessita de logística e serviço de apoio, os elementos constituintes do lugar se vêem obrigados a ceder suas estruturas em nome de um desenvolvimento local que não valoriza as humanidades locais, mas se justifica maquiado por valores econômicos que, na maioria das vezes, o morador sacramentano não percebe.

Os componentes desse lugar, suas identidades, seus pertencimentos e seu modo de vida, tornam-se visivelmente expostos, vulgarizados a favor de um projeto, cujo mecanismo exige cada vez mais o novo, o fantástico em um total desrespeito aos valores humanos locais.

Neste formato de apropriações, o turismo passa a ser compreendido como um arranjo complexo, formado por um conjunto de elementos que se relacionam e inter-relacionam constantemente, promovendo as incertezas e os desencontros de diversas ordens.

Nos últimos anos, as discussões envolvendo os elementos relacionados à atividade turística convergem no entendimento de apontá-la como uma alternativa viável para suprir as deficiências econômicas em níveis globais, principalmente locais. Para tanto, o incentivo em

¹² 1º de fevereiro de 2004 – Certificação do Circuito Turístico da Canastra Lagos junto a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais.

¹³ 13 de março de 2006 – Certificação do Circuito Turístico dos Lagos junto a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais.

favor do seu crescimento, utilizando os mais diversos recursos, tornou-a cada vez mais expressiva em todas as esferas da gestão pública.

Rodrigues (2002 p. 161) relembra que o incentivo à mobilidade turística tem suas raízes nos anos de 1930, no chamado “estado de bem-estar social”. O estado de bem-estar social foi mais significativo nos Estados Unidos e na Europa e de forma discreta no Brasil.

No Brasil, foi representado pelo Governo de Getúlio Vargas, o qual estabeleceu na constituição os direitos aos trabalhadores, ampliando seu tempo livre e estimulando o fluxo de pessoas em busca do lazer, da recreação ou de atividades externas à sua rotina do dia a dia, o que acabou impulsionando a promoção dessa atividade, pois as pessoas despertam para o uso do tempo livre e remunerado.

A economia capitalista percebeu de forma muito rápida o lucro que esse fluxo de pessoas poderia gerar e apresentou a atividade turística como uma possibilidade de as pessoas utilizarem seu tempo ocioso de forma proveitosa e lucrativa.

A partir desse momento, uma simples trilha, uma cachoeira, uma Igreja, uma comida típica, e até mesmo um simples causo, tornaram objetos de desejo daqueles que visualizaram nestes símbolos componentes representativos dos lugares à possibilidade da projeção turística sobre essas paisagens potenciais.

Neste contexto, a atividade turística surge como um importante agente multiplicador das mais diversas ações que o capitalismo propõe. Esse poder de articulação entre os componentes espaciais seja físico ou humano, e sua transformação em mercadorias, são frutos de estratégias adotadas pelas diversas esferas da gestão pública e por ações privadas, no sentido de apropriarem-se desses componentes em nome da satisfação de um fluxo de pessoas cada vez maior.

Para Arendt (1999, p. 60-75), esse mecanismo articulador do turismo promove múltiplas manifestações originadas dos deslocamentos e da estada dos não residentes, em que os lugares assumem uma postura que configura os caminhos em busca do chamado lugar imaginário.

Essas somatórias estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de pessoas, internamente e para fora do país, cidade ou região, concentrando sua função na regulação das divisas geradas por ele.

Para Wahab (1977), o turismo é considerado uma atividade intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um país como fora, proporcionando um movimento de pessoas e, principalmente, por ser um fenômeno que envolve, antes de tudo, gente e lugares.

Nesse envolvimento, a reflexão se volta para a relação do turismo com o lugar, possibilitando uma relação mais direta, em que a vivência representa uma relação de troca, de aprendizado e de respeito. Esses conceitos dimensionam também uma característica particular para os turistas, de acordo com suas identidades.

Para isso, a regulação das atividades turísticas nos municípios torna-se uma prática administrativa muito importante para sua funcionalidade e preservação dos bens naturais, culturais e da comunidade, dentro dos quais as decisões políticas e o planejamento do turismo devem obedecer primordialmente aos princípios do respeito ao meio ambiente e à sua preservação.

O turismo apresentado como atividade essencialmente nova, e que diz respeito às pessoas e aos lugares resultantes da conjugação de relações e fenômenos originados das viagens e estadias temporárias, proporciona uma nova forma de definição da produção espacial.

Isso nos dá elementos que possibilitam a compreensão de sua reprodução e a ampliação do espaço, concretizando uma organização sócio-espacial, no sentido de nos fazer refletir até onde o valor de uso nos permite uma leitura das mercadorias apresentadas no espaço usado e apropriado pelo capital no seu processo de reprodução ampliada.

Mais que um ponto de referência, o espaço geográfico tornou-se a principal matéria prima a ser transformada em sedução para os consumidores que buscam realizar seus desejos de consumo em vários lugares, independente do momento histórico.

No entanto, nos lugares existem pessoas, valores humanos que são transmitidos de geração para geração até serem incorporados aos novos processos (re) produtivos do capitalismo tendo o turismo como sua principal mercadoria.

Quanto maior as interações sociais, maior a diversidade cultural e, nesse processo, a existência humana torna-se mais rica. O homem procura, historicamente, uma interação com outras pessoas que estejam fora do seu cotidiano.

As formas de comunicação entre as pessoas estão registradas nas manifestações e nas construções dos lugares, umas mais, outras menos intensas.

O lugar, portanto, passa a ser enfatizado pelo homem por intermédio de marcos simbólicos e monumentos, chegando a reconhecer objetos de seus antepassados, formatando uma autoconsciência de sua identidade.

A interação espacial advinda do fluxo turístico acaba reinventando os lugares onde estão registrados os valores humanos, materiais e imateriais da sociedade e ou comunidade.

Nesse processo de criar o lugar em tese, turístico, a busca pela identidade histórica, pelas paisagens e outros fatores, promove uma verdadeira ressignificação do espaço geográfico; o turismo vai além dos lugares de vivência e possibilita a construção de uma cidadania no qual o homem não será mais limitado por fronteiras tradicionais.

Mas como fica o lugar? Em Sacramento o lugar como vários outros lugares continua existindo, pois consideramos o lugar como o espaço onde há vida em suas várias dimensões, sentidos e significados humanos.

Complementando uma referência sobre os usos do lugar, Santos (1997 p. 32) escreve:

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais seja o espaço, a política, a economia, o social, ou cultural.

Os lugares se formam a partir do ambiente onde ocorre a reprodução da vida. As relações que os indivíduos estabelecem com o lugar reproduzem manifestações cotidianas e são expressas pelo modo de vida, nos costumes, nas tradições e legados deixados por estas relações.

Para (Carlos, 1999, p.21), a compreensão do lugar é apontada a partir da tríade cidadão-identidade-lugar como necessidade de considerar sua estrutura, pois é através dela que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo.

Desta forma, os componentes deste lugar vivido, portanto, passam a ser apropriados pelo sentido da vida e seu curso ao longo da história, formatando para cada momento um valor; lugares que há séculos foram considerados verdadeiros símbolos dos homens que ali moraram, hoje observam calmamente seu esfacelamento.

No conjunto da discussão sobre os componentes do lugar e sua apropriação pela atividade turística, tornou-se sem dúvida um importante projeto que possibilita ações articuladoras e propulsoras da economia, trazendo, em tese, bons resultados para alguns setores.

No entanto, essa situação não pode ser generalizada, pois na medida em que setores da sociedade ou comunidade ficam de fora isso significa que os tais bons resultados precisam ser relativizados.

Em verdade vivemos em uma sociedade capitalista e nela não temos uma situação de igualdade de condições para que todos os benefícios dos resultados para que todos se beneficiem dos resultados obtidos por qualquer setor da economia.

Em Sacramento-MG nos anos de 2004 a 2008 o poder público se articulou no sentido de tentar organizar as iniciativas turísticas da criação de projetos turísticos, de maneira que buscasse uma interação entre as esferas de abrangência do sistema como um todo, mas não conseguiu pelo fato de tratar de ações pontuais, mas que não se articularam com outros segmentos.

A tentativa de ordenação territorial do turismo pelo poder público no município não veio acompanhada das particularidades de cada lugar, consideradas importantes para sua efetivação. A estrutura engessada desses projetos acabou inviabilizando a articulação entre o idealismo do planejamento e sua prática efetiva.

No âmbito municipal a atividade turística, em decorrência de sua velocidade, e com uma capacidade de influencia setores da economia, aos poucos aproxima os lugares distantes, facilita o acesso e promove infra-estruturas para conduzir esses novos viajantes.

Esses novos caminhos que a sociedade passou a buscar foram bem respondidos por essa atividade de maneira muito rápida, reinventando as paisagens ao seu favor.

Neste processo, o turismo tem se destacado no espaço mundial como uma atividade significativa nos setores socioeconômicos, envolvendo as mais variadas práticas como o turismo de negócios, visita a familiares e amigos, conferências, exposições, estudo, eventos esportivos, além das viagens tradicionais de férias ou lazer. Esse quadro é considerado por vários estudiosos como extremamente positivo para a possibilidade de criação de empregos, rendas e ocupações nas atividades.

Porém é necessário também considerar as contradições sócio-ambientais desse processo, pois ao mesmo tempo em que articula como grande facilidade com diversos segmentos, essa rapidez muitas vezes deixa seqüelas que dificilmente serão recuperadas pelo fato da ausência de um estudo detalhado sobre o impacto destas atividades nos lugares.

1.2 Iniciativas da gestão pública para o turismo no Brasil

Os dados econômicos divulgados pela Organização Mundial do Turismo – OMT (2006) revelaram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento do turismo, registrado entre os anos de 1975 a 2000 em um ritmo médio anual de 4,4%, enquanto que o crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto no Brasil ficou em torno de 4,5%.

Nesse contingente de números favoráveis à proposta da gestão pública em nível federal para o turismo, descentralizou o Plano Nacional de Turismo, buscando fomentar a

consolidação de uma rede de entidades e instituições em todo o território nacional, envolvendo políticas públicas nas três esferas de governo, na iniciativa privada e no terceiro setor. Nesse conjunto de atores relacionados ao turismo, vem promovendo ações locais no sentido de buscar sua consolidação.

Uma das propostas sobreviventes nos últimos anos (1998 a 2010) está relacionada ao Programa de Regionalização do Turismo, lançado pelo Ministério do Turismo em 2004, o qual apresentou ao país uma nova perspectiva para o turismo brasileiro por meio de uma gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da articulação entre os setores.

Um dos grandes objetivos desse programa consistiu na desconcentração da oferta turística até então predominantemente localizada no litoral, propiciando uma interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados. A regionalização do turismo consistiu na ampliação das ações centradas nas ações municipais que em 2006, segundo Ministério do Turismo, era composta por 249 regiões turísticas com cerca de 3.600 municípios envolvidos.

Essas propostas de alavancar o turismo em todo território nacional indicaram que a atividade avançou significativamente nos últimos anos, mas ainda apresenta grandes limitações quanto ao seu potencial de desenvolvimento em virtude de uma série de comprometimentos diretamente ligados à aplicação das ações planejadas pela gestão local.

Considerando o estágio atual do desenvolvimento da atividade no país, de acordo com as informações e dados apresentados pelo Ministério do Turismo, secretarias regionais e o trade turístico de forma geral, apontam as questões relacionadas principalmente à gestão da atividade.

Muito se avançou na consolidação de um ambiente de discussão e reflexão sobre a atividade por meio da proposta de gestão descentralizada via Plano Nacional do Turismo, que estabeleceu fóruns de discussão entre o poder público e a iniciativa privada, porém a efetivação ainda não encontrou o caminho que converge a uma ligação entre os ambientes teóricos e práticos.

Dessa forma, os municípios se esforçam no sentido de integrar os resultados desses diversos fóruns às diversas propostas e instâncias do poder público, de modo a alcançar os destinos turísticos.

1.3 A trajetória dos projetos governamentais para o turismo brasileiro: Dificuldade de efetivação

As políticas públicas para o turismo brasileiro tiveram sua evolução marcada, principalmente, por alterações bruscas no seu direcionamento, visíveis na própria gestão da política nacional para o turismo nas últimas quatro décadas.

A descontinuidade nas ações do governo federal torna-se preocupante por demonstrar fragilidade em relação às ações governamentais apontadas no conjunto das relações estruturais propostas por Beni (1997) em que considera a necessidade de integrar as esferas públicas na gestão do turismo.

Segundo Cruz (2000) ao escrever sobre a primeira política nacional para o turismo em nível nacional, lançada em 1966, “não significa que não tenha havido anteriormente outras políticas federais para a atividade”. Alguns fatos merecem destaque ao longo da trajetória das medidas tomadas no planejamento do turismo brasileiro.

Uma delas está registrada pelo Decreto-lei 9215 de 30 de abril de 1946, da vigência do artigo 50 e seus parágrafos da Lei de Contravenções Penais¹⁴, no qual declarava nulas as licenças, concessões ou autorizações emitidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, para o funcionamento de cerca de 70 cassinos no Brasil, desencadeando desemprego a mais de 53 mil funcionários diretamente ligados ao setor turístico.

Outro fato importante, e cerca de vinte anos após, está associado ao Decreto-Lei no. 55.66 de 18 de novembro de 1966, hoje revogado, no qual estabelece a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. Em pleno regime político militar registra a intervenção governamental nas ações da atividade turística brasileira.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 3688, de 2 de outubro de 1941

A lei define que a política nacional de turismo cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, isto é, enquanto o Conselho regimenta a função normativa, a EMBRATUR desempenharia a função executiva.

O Conselho Nacional do Turismo, órgão superior à EMBRATUR, composto por representantes do governo, sendo a maioria da própria EMBRATUR e do trade¹⁵ como hotéis, transportadoras e agências de viagem.

Segundo Beni (1997) o modelo de gestão do turismo que segue os anos posteriores a 1966 possui características descentralizadoras, porém, influencia de forma substancial nas decisões sobre o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos com características centralizadoras. As decisões sobre o caminho do planejamento do turismo no Brasil passavam pela aprovação do Conselho e eram executadas pela EMBRATUR.

Até o final do regime militar, toda e qualquer atividade que estivesse ligada ao setor turístico deveria ser obrigatoriamente registrada, autorizada e fiscalizada pela EMBRATUR que, amparada pelo artigo 13 do Decreto 55.66, atribuía a ela “fomentar e financiar diretamente iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo”, na forma estabelecida e regulamentada pelo Decreto-Lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo.

Nesse sentido, a ditadura militar, durante todo esse período, deteve o controle sobre o desenvolvimento do turismo no Brasil e também pela divulgação da imagem do país no exterior.

No ano seguinte, a Embratur, em sua função estatal, tentava organizar o turismo em nível nacional como uma receita para a solução dos visíveis problemas estruturais brasileiros como o desemprego. Isso causou uma série de equívocos, principalmente por basear em modelos de planejamento turístico de países em estágios muito mais avançados que o nosso, como a França e dos Estados Unidos (TRIGO, 1993).

¹⁵ Entendemos por Trade um conjunto de equipamentos da super-estrutura constituintes do produto turístico.

O fim do regime militar no início da década de 1980 inicia uma transformação muito grande na estrutura de gestão e planejamento do turismo no Brasil. O Decreto-Lei 2.294 de novembro de 1986, em seu primeiro artigo, atribui que “são livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para as edificações de hotéis”.

Ao fazermos uma avaliação desse decreto, observamos que por um lado assistimos certa liberdade de mercado, no qual as iniciativas para o turismo se tornaram mais independentes e abrangentes. Por outro lado, percebemos também um volume muito grande da abertura de empreendimentos turísticos que, com o slogan para a melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos, se multiplicaram no país de norte a sul.

Essas iniciativas foram apoiadas no fim da obrigatoriedade da classificação e do registro, junto à EMBRATUR, de empresas turísticas e, com isso, automaticamente provocando o fim da própria instituição na estrutura até então montada.

A quantidade de novos negócios voltados para o turismo é refletida até hoje, 2009, no qual os problemas relacionados ao trato amador ao negócio e um descontínuo planejamento em todas as esferas da gestão pública implica numa série de problemas no setor.

A idéia de que o turismo, no Brasil, é uma rota de desenvolvimento natural e fácil é completamente equivocada. Um complexo petroquímico que pode ser construído em qualquer região produtora não impede o estabelecimento de dinâmicas concorrenciais predatórias. Seus produtos, por outro lado, desde que com preços competitivos, podem ser transportados, com várias escalas transbordos, para qualquer lugar do mundo sem maiores percalços e reclamações, o que não ocorre com o turismo (ALBAN, 2004).

Nesse sentido, o pensamento neoliberal, associado à abertura política dos anos de 1980, já não permitia mais a influência do estado no controle e gestão do setor, principalmente nas iniciativas turísticas privadas, e o cenário político nacional promovido pelos governos subseqüentes provocaram profundas transformações nas políticas públicas para o turismo brasileiro.

Após o regime militar encerrado em 1984, e percorrendo a trajetória política no Brasil a partir do presidente José Sarney Filho, que substituiu o presidente eleito e falecido em 1985, Tancredo de Almeida Neves, notamos o estabelecimento dos aspectos democráticos e a

abertura ao pluripartidarismo, isto é, ocorre uma descontinuidade da gestão pública entre os regimentos federais e suas relações com os estados e municípios, uma vez que nem sempre as secretarias ou os governos são dos mesmos partidos políticos.

Segundo Silveira e Medaglia (2006), não deixam de serem raras as situações em que os distintos níveis de governo federal, estadual e municipal sejam de três partidos políticos distintos e com ideologias e posicionamento divergentes. Acrescente-se ainda que a retomada desta estrutura política incida diretamente na dispersão das políticas públicas federais entre estados e municípios.

Neste cenário político, sua composição fica multipartidária e é ainda agravada pela própria estrutura pública local nas quais as secretarias podem ser compostas por outros partidos políticos, isto é, as questões políticas interferem diretamente no posicionamento para o turismo.

Desta forma, as ações tomadas não conseguem articular de maneira eficiente e interligada as decisões voltadas para o desenvolvimento do turismo nas esferas da gestão pública, e o reflexo está na descontinuidade das medidas voltadas para o setor em que o governo federal delibera certo projeto turístico e ele não se enquadra nas esferas locais por questões técnicas e políticas de cada lugar, esse gargalo político interfere ainda mais no enfraquecimento da EMBRATUR.

Na gestão do presidente Fernando Collor de Melo, a EMBRATUR perde ainda mais a sua autonomia. A publicação da Lei 8.181 de 28 de março de 1991 transfere o órgão da cidade do Rio de Janeiro para a capital federal Brasília, deixando para trás boa parte do corpo técnico que prefere ser direcionados para outros órgãos na cidade, além de passar de empresa para autarquia denominada na época Instituto Brasileiro de Turismo.

Outra mudança também percebida esteve ligada ao modelo de classificação dos hotéis que passam para estrelas e associa-se a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH.

O Decreto 448 de 1992, assinado pelo então presidente Fernando Collor de Melo, sobre a Política Nacional de Turismo, regulamenta os dispositivos da Lei no 8.181/01 no qual delibera diretrizes para a prática do turismo como forma de promoção da valorização e

preservação do patrimônio natural e cultural do Brasil e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

Os objetivos dessas propostas, na verdade, estavam ligados à tentativa de minimizar as disparidades regionais e de promover de forma mais homogênea o país. Posteriormente a essa medida governamental, a gestão para o turismo no Brasil se sensibiliza pela proposta da Organização Mundial do Turismo – OMT (1994), na qual considera que o turismo se efetiva nos municípios com seus destinos e atrativos e que ninguém conhece melhor seus recursos que as esferas locais.

A EMBRATUR começa então a repassar as diretrizes de desenvolvimento diretamente às prefeituras, baseando-se na participação comunitária e na formação de conselhos regionais e municipais para o desenvolvimento e planejamento do turismo.

Essa atitude visava minimizar as diferenças e interrupções entre os órgãos públicos, e os municípios então passaram a assumir um novo papel no direcionamento das atividades turísticas em seus territórios, estruturando cada vez mais a municipalização do setor.

O fato marcante na gestão do presidente tampão de Itamar Franco consistiu exatamente na regulamentação e implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, no qual ajudou a escrever a Política Nacional de Turismo no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Lei 8.623 de 28 de janeiro de 1993 estabelece uma série de medidas para a regulamentação da atividade turística no Brasil. Entre elas a criação do código de ética sobre o guia turístico que profissionaliza sua atuação devidamente cadastrada no Instituto Brasileiro de Turismo, em que no seu “caput” descreve “exercer as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas”.

Essa medida governamental torna-se muito importante pelo fato de tentar dar um primeiro passo para a profissionalização do turismo no Brasil, isto é, aqueles que passam a exercer funções no setor turístico também necessitam da mesma capacitação técnica e punições como para qualquer outro setor.

Envolvido neste contexto de desenvolvimento sustentável, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato, a partir de 1994, articula o turismo como um fator propulsor e gerador de emprego, renda e divisas.

O documento *Mãos à obra Brasil*, publicado pelo MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO (1996), lança a Política Nacional de turismo, no qual complementa as estratégias estabelecidas pelo “Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999, em que destinava promover e incrementar o turismo como de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do país”.

Ao todo foram lançados 24 programas para o setor turístico no Brasil, inseridos no projeto *Avança Brasil*. O primeiro deles, o PRODETUR¹⁶, com investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID na ordem de cerca de US\$ 560 milhões, foram aplicados na melhoria de infra-estruturas e logística, na recuperação do patrimônio arquitetônico e na proteção ambiental.

Dados do Ministério do Planejamento (2008), essas medidas de certa forma ajudaram a promover os destinos turísticos no Brasil, no final de 1998 influenciaram na geração de cerca de US\$ 8, 5 bilhões em impostos advindos do cadastro de cerca de 1650 municípios brasileiros com alguma sensibilidade turística.

No mesmo ano, a Organização Mundial do Turismo – OMT eleva o Brasil de 43º lugar para o 29º no receptivo internacional, e com um crescimento de cerca de 50% no fluxo anual de pessoas nos aeroportos nacionais.

As ações deliberadas pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, iniciado no governo de Itamar Franco e encerrado no final do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, caracteriza-se principalmente pela tentativa de descentralização o fortalecimento dos municípios diante de ações para a gestão do turismo.

Nesse contexto, caberia à gestão municipal o planejamento e execução de ações em curto e longo prazo, e o direcionamento para o turismo local, até então sob a responsabilidade

¹⁶ Programa Desenvolvimento do Turismo IN: Ministério do Planejamento, 2002.

da esfera federal. Em outro aspecto, o Comitê Executivo Nacional seria apoiado pelos Comitês Estaduais e os municípios representados pelo Fundo Municipal de Turismo.

Os dados do MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO (2002) registraram um acréscimo de cerca de 1500 novos municípios no programa e que ao longo dos oito anos de duração ainda capacitou cerca de vinte e cinco mil agentes em todas as esferas da gestão pública.

Essa formação de multiplicadores estava reforçada principalmente pela idéia de que os moradores capacitados tornassem as ações locais contínuas e representativas, auxiliando a elaboração de projetos turísticos e a implantação de novos negócios para o setor.

Dessa forma, a proposta de Municipalização do Turismo via PNMT encontra pela frente problemas para a sua efetivação. O primeiro aspecto está relacionado aos destinos de boa parte dos recursos financeiros alocados para o setor que acabou se concentrando nos grandes projetos e nos principais centros receptivos nacionais como a cidade de Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Salvador - BA e agora Brasília - DF, Goiânia - GO e Florianópolis - SC (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

A idéia de municipalizar o turismo deixou para os gestores locais o papel de implantar suas bases, porém, aqueles municípios menos expressivos no segmento e pouco poder de decisão política ficaram com o papel de administrar as infindáveis discussões sobre a importância do turismo nos encontros promovidos pelo setor para qualificação e capacitação enquanto que na verdade pouco se efetivou nos lugares onde se projetaram.

Novamente trouxemos para discussão o fato relacionado à ineficiência do diálogo entre as esferas do poder público que ao invés de promover uma aproximação entre a União, os Estados e os Municípios acabam provocando um distanciamento entre eles por tratar todos como se fossem iguais e não respeitam suas diversidades como se existisse uma fórmula única.

Outro aspecto preponderante que contribuiu para a não efetivação do programa estava na ilusão da gestão pública federal em acreditar que os municípios estavam capacitados tecnicamente para gerir as ações deliberadas pelos projetos turísticos.

Chegavam a avançar nas discussões teóricas, porém, ao necessitar de sua implantação, não possuía profissionais qualificados para sua efetivação.

Desta forma percebemos claramente uma postura em que a esfera federal lança os projetos turísticos, mas esquecem da viabilidade de implantação dos mesmos nos municípios por desconsiderar uma série de fatores que atrapalham a continuidade do projeto em nível local.

Por outro lado o programa provocou um fluxo muito grande de pessoas assediadas pela discussão em torno da temática, tirando a questão do turismo dos bancos das Universidades e Institutos especializados no segmento e aproximando mais aqueles que estavam ligados aos aspectos relacionados ao turismo.

Mas a grande crítica esboçada ao programa está focada principalmente na incapacidade de promover avanços reais e na materialização de ações nas comunidades locais, isto é, muito se discutiu, pesquisou e pouco se efetivou.

Outro aspecto importante que ainda merece destaque ao programa foi na universalização das propostas emitidas. Ao lançar as bases, o PNMT visualizou o território brasileiro e seus municípios como um conjunto homogêneo em que se funcionasse em um determinado lugar também funcionaria no outro e acabaram banalizando ou até mesmo desconsiderando as grandes desigualdades regionais que o país possui.

O programa não respeitou essas diferenças e tão pouco teve flexibilidade para a sua adequação, e o que assistimos foram municípios com recursos financeiros, técnicos e humanos despontando no cenário turístico e atraindo boa parte dos recursos, e aqueles que não tiveram condições de acompanhar o ritmo de crescimento acabaram ficando com seus projetos engavetados.

Portanto, em vez de o programa promover a sociabilização do turismo, e para o turismo, acabou promovendo certo desarranjo entre os municípios que tiveram de rever novamente suas bases voltadas para o turismo local.

O início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, coincide com a criação do Ministério do Turismo – MTUR, e em abril do mesmo ano foi lançado o Plano Nacional de turismo, criado pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

No ano de 2004, o Ministério do Turismo - MTUR lança o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil como uma forma de executar as políticas públicas para o setor. Observa-se nesse momento que a idéia de regionalização incorpora a proposta de arranjos produtivos como uma vertente norteadora no macroprograma do governo federal.

Segundo Beni (1997) o que se tem visto com frequência “é cenário de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo, este sim é o alvo e a meta do governo federal”. Na mesma linha de pensamento CARVALHO (1994) considera que “é uma pena que tenham matado o Plano Nacional de Municipalização por mesquinhez de assessores que iludiram o atual ministro”.

Ao comparar os desafios entre a proposta de regionalização e as municipalizações, ambas passam por gestão de governança, isto é, enquanto a municipalização restringia-se a ações políticas a um núcleo organizado, em termos políticos e administrativos, a regionalização dependente claramente da capacidade de absorção dos municípios e na sua força política e econômica de gerar os novos arranjos para o setor turístico local, e, mais que isso, não esteja totalmente atrelado a representantes tradicionais.

A proposta do MTUR consistiu em aumentar em 50% o receptivo internacional, passando para nove milhões de estrangeiros. Até o final do ano de 2007, essa meta não ultrapassou a casa dos cinco milhões de turistas. Por outro lado, o Ministério do Turismo ficou encarregado de cuidar da imagem do Brasil turisticamente no exterior e no fomento de dados para novos produtos no segmento interno.

Assim, no ir e vir das políticas públicas para o turismo no Brasil acabou gerando resultados positivos com a promoção de novos destinos, mas que ainda apresenta uma fragilidade muito grande na sua efetivação, pois notamos claramente um distanciamento entre os ideais de planejamento dos projetos turísticos e a acessibilidade de seus objetivos pelos municípios.

Aos referirmos aos programas do governo do estado de Minas Gerais voltados para o setor turístico, dando continuidade às discussões sobre a formatação de projetos turísticos nas esferas públicas, recorreremos à criação da primeira Secretaria em 28 de outubro de 1999, através da Lei no. 13.341 para lidar exclusivamente com o turismo.

Art.19 – A setur tem por finalidade planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado (SETUR, 1999).

A EMPRESA MINEIRA DE TURISMO – TURMINAS, (1999), foi criada com objetivo de se tornar a base operacional da SETUR, promover, distribuir e lançar novas ações para o turismo no estado de forma menos burocrática, e tentar uma aproximação maior entre a esfera pública do estado com os municípios.

Após a criação da SECRETARIA DE TURISMO – SETUR, o governo de minas iniciou a elaboração de políticas públicas para o turismo, sustentado na descentralização das ações e na regionalização¹⁷ das sensibilidades turísticas de cada região.

O programa de regionalização do turismo, adotado pelo governo do estado, apostava no estímulo e na indução das comunidades para a sensibilização do turismo de cada município objetivando a construção dos circuitos de forma a agrupar os recursos conforme suas características semelhantes.

As características desses projetos indicavam primeiramente o levantamento das potencialidades de cada município, posteriormente procura-se traçar um plano comum entre eles considerando aspectos como a proximidade e por fim, de forma totalmente equivocada pensa que o lugar tem vocação ao se aplicar sob esse pretexto às ações propostas.

A proposta da política pública para o turismo no estado iniciou-se com a iniciativa de interação com a gestão pública de cada município, isto é, ninguém melhor que os gestores e a comunidade de cada lugar específico para conhecer a fundo suas realidades.

¹⁷ Modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões, para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. (Mtur, 2005).

A iniciativa do governo em acreditar na gestão pública local para despertar a sensibilização para o turismo acabou gerando controvérsias necessárias de serem analisadas.

Mesmo que a proposta tenha sido lançada com o objetivo de atingir todos os municípios do estado de Minas Gerais, ela acabou obtendo o mesmo resultado que a municipalização do turismo lançada pelo governo federal em 1994, ou seja, diferenças políticas e falta de conhecimento tornaram-se gargalos os projetos.

Os municípios se articularam de forma muito interativa com o estado através dos órgãos de qualificação como SERVIÇO BRASILEIRO AO EMPRESÁRIO – SEBRAE e SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO – SENAC através da oferta de cursos nestes municípios, objetivando preparar o morador local para o exercício da função na atividade turística.

O Estado de Minas Gerais levou a Secretaria de Turismo a acreditar na estratégia da descentralização das ações públicas voltadas para o setor do turismo, por meio da criação da regionalização do turismo.

A publicação do Decreto Lei-no. 43.321 de oito de maio de 2003, em conformidade com os objetivos do MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur (2003), em regionalizar o turismo, institucionaliza os CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS (SETUR, 2003), conjugando municípios próximos com afinidades culturais, sociais e econômicas, imbuídos na organização e desempenho da atividade.

Segundo a SETUR, o circuito turístico é composto por municípios próximos entre si, que se associam em função de interesses e possibilidades de explorar turisticamente seus respectivos patrimônios históricos, culturais e naturais, assim como outros bens afins.

É indispensável que pelo menos um desses municípios disponha da infra-estrutura necessária para receber turistas, de modo que estes, a partir dali, possam desfrutar os atrativos dos demais.

No estado de Minas Gerais, a idéia de se agrupar municípios em circuitos turísticos nasceu da necessidade de explorar melhor o potencial do Estado nesse setor.

No final dos anos de 1990, à medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas de Minas a promover uma revisão de seus posicionamentos e ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios vizinhos.

Estes passariam não só a explorar seus respectivos recursos, mas também a contribuir para a diversificação da atratividade e/ou da infra-estrutura turística de sua região. Dessa forma, o circuito tornou-se um meio para se estruturar melhor à atividade turística municipal¹⁸ e regional, para atrair mais turistas a determinada região e estimular aumento na sua permanência e, conseqüentemente, o movimento do comércio e dos serviços turísticos.

Segundo a SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (2008) foram formatados no estado 59 circuitos turísticos, dos quais 39 já foram certificados pelo fato de atenderem às exigências da qualificação como sinalização, capacitação e melhoria dos serviços.

Não podemos deixar de ver os verdadeiros valores desta proposta, que se multiplicou em todo o estado com ideais realmente engajados na promoção do turismo para os municípios.

Porém, a maioria deles ficou apenas em infundáveis cursos teóricos e na construção do discurso sobre a importância do turismo para o lugar, enquanto que na prática apenas alguns municípios com tendências já evidenciadas para o turismo e com força política para a captação dos recursos tiveram acessos reais à efetivação do programa.

Segundo Irving (2002), “a resistência ao processo participativo parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de ‘participação’ como divisão de poder das esferas instituídas”, isto é, as secretarias municipais não são partidárias da secretaria do Estado, e suas propostas também não são vistas como prioritárias pela gestão pública local.

¹⁸ Ao final dessa tese há dois roteiros turísticos indicados por nós como resultado das pesquisas realizadas no município com base na comunidade em que consideramos as pessoas como sujeitos sociais nesta proposta.

Mesmo diante destas adversidades, o governo do estado continuou acreditando na participação da comunidade local como forma de garantir a sustentabilidade do programa de regionalização do turismo em Minas, mesmo diante das descontinuidades políticas.

Nessa dosagem entre gestão, Becker (1997, p.19), afirma.

A participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito à sustentabilidade e legitimidade de todos e qualquer projeto planejado e implementado sob a denominação conceitual de sustentável. (BECKER, 1997, p. 19).

Mas é importante considerar que a sustentabilidade em uma sociedade como a nossa é um conceito criticável, ou seja, sustentabilidade para quem! Há uma tendência em promover alguns setores da economia e generalizá-los como uma realidade única.

Mesmo que as comunidades sejam incluídas, mesmo assim não há sustentabilidade porque em uma sociedade de consumo o objetivo é o lucro. Seria importante considerar que o pensamento que envolve a sustentabilidade torna-se importante para tese na medida em que ela defende a participação democrática da comunidade.

A valorização da comunidade local, diante da implantação de projetos turísticos, torna-se o grande eixo norteador para o sucesso da atividade e para isso não devemos observá-la simplesmente do ponto de vista de “valor”, mas como sujeitos ativos e inseridos no processo, anteriores à implantação desses projetos.

Portanto, é necessário ouvir, analisar e discutir com a comunidade seu ponto de vista sobre o que será implantado.

Na realidade, o que vemos na maioria das vezes são situações contraditórias em que primeiro lança o projeto, “queimam” recursos públicos com cursos e treinamento, e, por último, se volta para a comunidade e ela, por falta de meios, muitas vezes, não consegue interagir. Pelo fato de desconhecer seus verdadeiros direitos, o espaço que as comunidades ocupam vão ser usado e apropriado, a sua revelia, na exploração turística.

1.4 O novo papel desempenhado pelos municípios: A gestão pública para o turismo no município de Sacramento-MG

Acompanhando a mesma proposta de análise, isto é, na busca pela identificação na gestão dos projetos turísticos pelo poder público, ao transpormos essa análise em nível municipal, optamos primeiramente em observar o novo papel que estes municípios assumem na administração de seus territórios.

A participação dos municípios nesse novo contexto de envolvimento com a economia voltada para os aspectos turísticos parte inicialmente pela capacidade de gestão que cada um possui em aproveitar seus potenciais recursos, sejam eles naturais, culturais, antropológicos ou artificiais, e promover uma articulação entre seu uso e a preservação de suas identidades.

Uma importante observação retirada ultimamente na gestão do turismo demonstra um crescente aumento da participação dos municípios no rumo do seu próprio envolvimento com a atividade. Isso está associado a um intercâmbio entre os gestores regionais e que há uma baixa interferência do poder federal.

A diminuição da influência do Estado gera uma incapacidade de controlar cada vez mais processos econômicos, sociais, e culturais, ocorridos em seus territórios. A gestão local assume cada vez mais um importante papel no estabelecimento de estratégias próprias voltadas para o desenvolvimento local.

Percebemos esse fator ao analisarmos os consórcios regionais de saúde em que os municípios de menor poder aquisitivo se agrupam para adquirir certo equipamento ou erguer pontos de atendimento e hospitais. Essa nova função do poder local também se torna bastante expressiva nas competências como à geração de empregos, a assistência e o bem-estar social, além do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a capacidade de interação com diversos atores locais como empresários, comunidade e funcionários públicos, tornam-se mais estreita, de forma que as relações políticas, a capacidade de articulação e tomada de decisão ficam mais rápidas e dinâmicas no retorno para a comunidade. Essa nova característica assumida pela gestão

pública local, de certa forma, convoca as lideranças locais a compartilharem as vontades com outros agentes sociais e econômicos na gestão do território.

Ao assumir as responsabilidades locais, os municípios acabam investindo em suas especificidades regionais, baseadas principalmente no pequeno e médio empreendedor, para se tornar substancial diante das consequências macroeconômicas em nível estadual e federal.

Porém, ressalta neste momento a capacidade que esta gestão pública possuirá para fortalecer e promover um desenvolvimento integrado dos segmentos articulados no município, e não apenas de alguns setores na gestão do território.

Na atividade turística, percebemos através dos circuitos que os municípios também estão se agrupando conforme suas afinidades políticas, buscando fortalecer e conquistar seu lugar de destaque. Porém, esse processo também nem sempre vem acompanhado de igual envolvimento e dentro dos próprios circuitos temos aqueles municípios que ainda não conseguem acompanhar estas mudanças.

Nessa perspectiva articulada pelos municípios, o tema desenvolvimento local tornou-se uma questão muito discutida e debatida pelo poder público. Cada vez mais essa temática ganhou relevância e promoveu novas reflexões e práticas no processo de envolvimento dos municípios, na sua participação mais ativa diante da esfera estadual ou federal. Assim, o local (re) surge para desempenhar um novo papel nos circuitos turísticos, a partir de seus recursos e identidades.

Para Coriolano (2002) o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro.

Por outro lado, a questão local passa a servir como uma fonte de inspiração para a reorientação das ações do conjunto, entre atores sociais que encontram nele um campo propício para promover e desenvolver os novos arranjos socioeconômicos.

A proposta de envolvimento dos municípios com o turismo tende mais responsabilidade a partir de estratégias e alternativas, construindo espaços de formulação e

gestão pública local, baseado na participação cidadã e na reconstrução do tecido social mais homogêneo, promove o crescimento social (ZAPATA, 2004).

Segundo Vázquez (1988) o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local, através de programas voltados para a gestão local.

Coriolano (2002, p.64-67) complementa.

[...] o desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários, priorizar outros atores sociais, como os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades. (CORIOLANO, 2002, P. 64)

Portanto, o desenvolvimento local deve, prioritariamente, se constituir por ações alternativas que conduzem a uma realização em estágios primários voltados para o morador local. Sua base essencial de existência deverá se voltar para o retorno imediato na qualidade de vida da comunidade local.

A consonância de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local, além de desenvolver os aspectos produtivos, se propõe a potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

Neste contexto, a atividade turística se apresenta como uma atividade econômica que desperta o interesse por sua busca principalmente no setor de serviços e, conseqüentemente, na ampliação da oferta de emprego e geração de renda.

Este fato merece um pouco mais de atenção, principalmente pela necessidade (e imposições) de os gestores locais abraçarem, em muito dos casos, somente esse viés que a atividade promove, e acabarem esquecendo-se de outras questões que não são apresentadas às comunidades como os impactos negativos¹⁹ gerados pelo turismo.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o turismo pode promover o desenvolvimento local de forma dinâmica ou sensível, poderá também provocar danos irreversíveis ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e às estruturas sociais.

É visível que esta atividade acaba gerando valores econômicos para os cofres públicos, já que se inscreve inegavelmente como uma entrada importante, porém, torna-se necessário observar os reais interesses para a implantação dessas atividades nos municípios.

No caso brasileiro, o turismo com base no desenvolvimento local, segundo Benevides (1996), apresenta-se de forma mais democrática com sensível busca pela manutenção das identidades culturais dos lugares e uma tendência menos agressiva ao uso do patrimônio ambiental.

Essa questão favorece os municípios com baixa capacidade de investimento econômico nos segmentos turísticos, mas com pequenas ações voltadas para as características locais como as feiras de artesanatos e as festas populares, objetivando atrair turistas seduzidos por estes atrativos.

Ao acompanharmos os modelos produtivos tradicionais, não havia nenhuma preocupação com a questão do dano ambiental. Por esta razão, não vamos postular a favor de que o turismo não acompanhe esse caminho, mas a atividade turística, de certa forma, considera a conservação ambiental como um fator que favorece a continuidade dos negócios.

A atividade turística relacionada ao desenvolvimento local deverá envolver a comunidade, em tese ela se assenta na revitalização de pequenas ações, promovendo retorno para a comunidade, projetando uma fixação do morador e assegurando-lhe melhores

¹⁹ Estrangulamento da capacidade de carga dos atrativos, aumento do custo de vida do morador, influência no comportamento do jovem do lugar, inserção e aumento de vícios alóctones.

condições de vida, favorecendo o estímulo à valorização de insumos locais, artesanato e outras atividades associadas ao turismo.

Revedo trabalhos escritos por Cavaco (1996), na região do vale do Douro em Portugal, a autora destaca a necessidade de estimular a implantação e manutenção de unidades artesanais de produção. Um aspecto importante que se registra é o (re) despertar dos valores culturais, valorizando as manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, folclóricas, artesanais e históricas.

O turismo adquiriu sua importância ao ser orientado pelos valores culturais com base no conhecimento do município estudado, analisando seu estilo de vida e de suas representações e manifestações populares.

A participação da comunidade neste processo constitui um marco muito importante na efetivação do projeto turístico, pois seu envolvimento se traduz na participação, tanto na implementação como na tomada de decisões, contribuindo para o inventário sobre a cultura local e se tornando um importante agente no planejamento do turismo em nível local.

Neste contexto, afirmamos que a atividade turística pode se tornar uma expressiva fonte de trabalho e renda para o morador local e para o município, desde que sua implantação esteja pautada em uma contínua ação destinada à melhoria e ampliação de infra-estruturas, nos recursos humanos envolvidos no processo, na divulgação responsável conjuntamente com o comércio local e na preservação dos bens naturais e culturais, históricos, bem como da qualidade e modo de vida das pessoas do lugar que desenvolve a atividade turística.

Assim, o equilíbrio entre o lugar explorado e a atividade sobre ele praticada deverá contribuir para a fixação do homem em sua própria comunidade, beneficiar a conservação, valorização e proteção de seu patrimônio histórico e cultural, auxiliando na divulgação de sua identidade.

O município de Sacramento-MG possui um conjunto de atrativos, posteriormente apresentados no segundo e terceiro capítulo, no qual procura justificar equivocadamente o discurso público sobre a sua vocação para o segmento turístico, sempre lembrado pela gestão pública como um fator importante para o desenvolvimento local.

Mas o que assistimos na verdade são ações isoladas em lazer e não em planejamento em longo prazo para legitimar essa atividade, tornando descontínuo e ineficaz qualquer ação que se possa tomar para sua progressão, sem falarmos do abandono ou pouco caso às questões ambientais em seu território e o incentivo a práticas econômicas voltadas para a monocultura e, conseqüentemente, a destruição dos atrativos existentes nas áreas naturais.

A proposta para uma política de turismo para o município de Sacramento-MG, traduzida no plano de ação de 2005 a 2008, consiste basicamente na criação de projetos em conformidade com os calendários já determinados sobre os eventos que acontecem durante o ano. Apesar dos problemas decorrentes dessa ação, pois envolve tradições e costumes, cabe ressaltar que foi essa a primeira gestão pública a criar um plano de ação para o setor.

O objetivo do plano de ação consistiu em estruturar e desenvolver a atividade turística que já ocorre de forma silenciosa, percebida principalmente em épocas de feriados e eventos planejados por instituições locais, mas ainda não gera os benefícios esperados. Com isso, a gestão pública para o turismo pretendeu dar um novo enfoque sobre a atividade turística, fomentando o desenvolvimento destas ações.

O município de Sacramento-MG possui elementos sócio-espaciais que pode torná-lo turístico, principalmente ao citarmos seu contexto histórico, à abundância de seus recursos hídricos e sua área territorial com atrativos naturais, há diversas quedas d'água, uma gruta edificada nos arenitos da serra da Rifaininha, manifestações religiosas como a festa do Divino Pai Eterno, o encontro de folias de reis, a festa de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, o carnaval popular e o primeiro de maio, data em que é celebrada a recepção aos visitantes do Colégio Espírita de Eurípedes Barsanulfo. Tudo isso compõe um cenário favorável para o lugar se tornar turístico.

O projeto público foi elaborado para desenvolver a atividade turística no município focado na sensibilização da comunidade local, esclarecendo-a sobre a importância da atividade turística e seus benefícios econômicos, sociais e ambientais, bem como os cuidados para não gerar impactos negativos e danos aos valores locais.

Outro fator relevante consistiu na adequação dos atrativos e na estrutura de apoio ao fomento turístico para melhor servir e receber os turistas e, conseqüentemente envolver a comunidade.

O envolvimento de vários setores da sociedade local com responsabilidade sócio-ambiental tornou-se base dessa proposta turística, visando à preservação do patrimônio natural e cultural, através de ações de educação ambiental e campanhas educativas promovidas junto às instituições de classe no município.

O plano considera ainda que somente haja um desenvolvimento ao acontecer um envolvimento entre o poder público, iniciativa privada e a comunidade. O projeto turístico elaborado pela gestão publica local foi pautado em quatro frentes norteadoras, na perspectiva da promoção e desenvolvimento do turismo local.

A primeira frente estava relacionada com a sensibilização turística. Nesta etapa seriam desenvolvidos três projetos com o intuito de sensibilizar a população local sobre a importância da atividade turística numa maneira simples, educativa e interpretativa, por meio de material impresso, visual e palestras nas comunidades rurais e eventos na cidade.

O cantinho do turismo foi à primeira ação desta etapa, voltada para despertar as crianças e adolescentes para a atividade turística de maneira mais atrativa e divertida, propondo melhor compreensão sobre o universo abrangente dessa atividade econômica, mostrando suas faces, benefícios e impactos negativos.

Para atingir esse público, foram montados stands nas escolas da cidade e no espaço rural durante ações científicas e eventos que cada uma promovesse, contando com a participação de profissionais da Secretaria de turismo, os quais prestaram informações e palestras sobre o turismo no município.

Outra forma de se chegar até a comunidade foi um jornal específico para o turismo, objetivando sempre trazer informações atualizadas sobre as atividades turísticas para a população.

Para completar o sistema de informação, foi instituído o programa denominado “Minuto do Turismo” que era transmitido pelas rádios locais com temas alternativos, porém, todos eles de cunho local. Nenhum desses dois projetos foi implantado com efetiva ação. Circulou apenas uma edição do jornal e o programa teve apenas uma produção e ficou no esquecimento.

A segunda ação, ainda da primeira etapa, voltou-se para a realização de uma pesquisa de percepção da comunidade em que os moradores responderam a um questionário, indicando as sensibilidades e vocações para o turismo local, bem como seu ponto de vista.

“Arrume a casa que o turista está chegando” era uma campanha que completava essa etapa do projeto turístico que consistiu na sensibilização dos setores envolvidos no receptivo tanto da área urbana, como das comunidades, e naqueles locais que possuíam alguma infraestrutura.

Os trabalhos foram coordenados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e o Departamento de Turismo esclarecendo dúvidas, propondo sugestões de melhoria através de capacitações, apoio às ações e valorização das particularidades de cada atrativo.

Esta etapa ficou nos cansativos cursos de capacitação teóricos promovidos por técnicos do turismo e não se efetivou na prática. Essa fase fundamentalmente resultou numa certa aceitação e tolerância dos moradores para com os visitantes, pois se buscou sensibilizar a população local e não promoveu projetos que permitisse o envolvimento e participação das comunidades no fazer turismo.

A segunda frente do plano municipal para o desenvolvimento do turismo esteve voltada para a recuperação e adequação dos atrativos locais. Foram elaborados projetos visando à preparação do receptivo, principalmente pelo fato da inserção do município nos Circuitos Turísticos da Canastra e dos Lagos.

Apesar da inserção nestes circuitos, a atividade turística não conseguiu tomar o rumo de crescimento conforme o planejado, pela deficiência de ligações reais.

As propostas voltaram para:

- A recuperação do Museu Municipal Corália Venites Maluf;
- Reforma e ampliação do Palácio das Artes que já abrigou a antiga estação de bonde da cidade;
- O projeto “Redescobrir Desemboque”, numa proposta de valorização dos atrativos locais e recuperação patrimonial;
- Melhoria na estrutura física do parque da Gruta dos Palhares;
- Restauração da Estação do Cipó, edificação onde abrigou a estação de saída do bonde que ligava as margens do rio Grande à cidade de Sacramento;
- Construção do galpão da Canastra na proximidade do parque;
- Reforma da antiga estação geradora de energia da Cajuru, entre outras ações que estão associadas principalmente na melhoria dos acessos aos atrativos.

Segundo informações do departamento de turismo, os recursos seriam obtidos junto ao Ministério do Turismo. Mas de todas as ações propostas, somente a recuperação da Estação Cajuru se efetivou, ficando os outros projetos somente no papel.

Nesta etapa, foram destinados vários projetos para a implantação das propostas. A primeira estava relacionada à sinalização turística, que consistia na colocação de placas informativas indicando os serviços e atrativos no formato oficial, tanto na área urbana quanto na área rural, para auxiliar no deslocamento do visitante.

Somente algumas placas foram colocadas, não efetivando a proposta. Inclusive, esta é uma das grandes reclamações de quem visita a cidade, visto que não se consegue chegar aos locais descritos nos folders, a menos que sejam colhidas informações junto à comunidade.

A construção do centro de apoio ao visitante ocorreu próximo ao palácio das artes, no qual foram disponibilizados folheterias, mapas e guias turísticos, além de informações sobre o receptivo local através de estagiários e funcionários do departamento de turismo.

Tal construção mostra-se questionável, porque geralmente os centros de informações ficam nos acessos às cidades, e este, porém, está localizado em um bairro da cidade de

Sacramento, isto é, depois que o visitante se perder na cidade, ele encontra o centro de informações ao turista.

A estruturação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (2008), órgão superior de consulta da administração municipal, criado por lei e previsto na Constituição Federal, constitui em instância local, de caráter consultivo, deliberativo ou propositivo.

A função do órgão conjuga na união de esforços entre o Poder Público, a sociedade civil assessorando a municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico local, participando na elaboração de planos de desenvolvimento da atividade.

O órgão é composto por três representantes do poder público e sete da iniciativa privada. Esta etapa ainda consistiu na elaboração de mapas estilizados para melhor orientação aos turistas, contendo os principais atrativos do município.

O fundo para o patrocínio destes mapas seria através da parceria com os empresários locais. A criação do site do município também foi uma ferramenta utilizada pela gestão publica para divulgação da imagem do município.

Os mapas elaborados dificilmente conseguem ser lidos por visitantes que não conhecem o município, pois são organizados para que seja divulgado apenas o atrativo, deixando em segundo plano seu entorno.

Sua linguagem e seus símbolos utilizados não conseguem conduzir o visitante aos atrativos, e o mais agravante é que vários pontos turísticos descritos neles não estão autorizados pelos proprietários para visita.

Nos trabalhos de campo, identificamos vários destes locais lacrados com correntes e cadeados em uma representação de limite. Aqui, a propriedade se impõe e não possibilita o livre uso e as suas apropriações turísticas.

Encerrando esta etapa do plano municipal, a gestão publica local passou a intervir de maneira mais efetiva através de representantes nos circuitos em que o município está inserido, aproximando e opinando mais sobre as diretrizes tomadas nos encontros promovidos pelas

associações. A quarta frente consistiu na tentativa de diversas ações voltadas para ordenar o turismo local (tabela 02).

Tabela 2 Proposta de fomento turístico.

AÇÃO	CARACTERÍSTICA
Roteiros Turísticos	Criação de roteiros por segmento como: naturais, religiosos, aventura, histórico e cultural, executados através dos guias locais.
Calendário de Eventos	Utilização dessa importante ferramenta de comunicação turística no qual disponibilizando as datas dos principais eventos locais.
Cursos de Capacitação	Qualidade nos serviços e a qualificação da mão-de-obra ministradas em parceria com o SEBRAE-MG, SENAR, SENAC.
Reestruturação dos Eventos Locais	A reestruturação dos eventos já formatados no calendário anual, para melhorar o seu próprio desempenho como também proporcionar melhores condições de permanência ao visitante.
Captação de Eventos	A proposta consiste em buscar eventos paralelos aos já existentes, de forma a consolidá-los e valor agregado.
Plano de Marketing	Através da campanha “Sacramento, natureza e historia para você” o departamento de turismo pretende estender a imagem do município não somente na região como também a participação em eventos de repercussão nacional como o Salão do Turismo realizado em São Paulo em 2005.
Certificação	Criação de um selo de qualidade em que os empreendimentos e prestadores de serviços receberão conforme as exigências propostas e fiscalizadas pelo COMTUR e Departamento de Turismo.
Melhoria do receptivo na Gruta dos Palhares	Ampliação das atividades no parque da Gruta dos Palhares através de atividades de recreação e lazer nas dependências das piscinas e quadras.
Trilhas educativas	Criação no entorno da Gruta dos Palhares que é o maior receptivo local, trilhas interpretativas para o visitante conhecer um pouco mais sobre esse atrativo.
10. Implantação do turismo rural	Incentivo aos produtores rurais na sua inserção nesta modalidade econômica através de cursos de capacitação para produção de artesanatos e produtos da gastronomia local.
11. Turismo de aventura	Ampliar a prática desta modalidade para melhor aproveitar o potencial natural do município como as cachoeiras, penhascos, rios e lagos.
12. Projeto adote uma cachoeira	São mais de 200 catalogadas no inventário municipal, a proposta consiste em que os empresários locais assumam parte da manutenção e preservação das mesmas.
13. Criação de RPPN	Incentivar os proprietários rurais na criação de reserva particular de proteção natural visando proteger os recursos naturais e promoção da educação ambiental através da criação de trilhas.
14. Plano de manejo para Gruta dos Palhares	Ordenamento sobre o uso da gruta e do parque do atrativo
15. Caminho para a Serra da Canastra	Criação de ponto de apoio para os produtores rurais está nas margens de acesso ao portal da Serra da Canastra, objetivando despertar para os serviços turísticos.

Fonte: Departamento de Turismo (2007). Organização: Silva, P. (2008).

A tabela acima apresenta propostas importantes para fazer turismo, no entanto ela não se efetiva na sua totalidade, pois depende daquilo que os projetos turísticos não valorizam, que é o envolvimento amplo da comunidade.

A quinta e última etapa do plano de ação consiste em uma ação a longo prazo voltada para os programas de sustentabilidade turística, baseado no uso racional dos recursos turísticos.

A primeira proposta volta-se para um projeto de educação ambiental pelo importante papel no desenvolvimento equilibrado e contribuindo na informação e sensibilização tanto para comunidade como para o visitante sobre a proteção ambiental. Destaca-se entre elas o plantio de mudas no entorno do parque da gruta dos Palhares, criação de trilhas educativas e campanhas nas escolas por meio de palestras.

Podemos analisar o desenvolvimento local com uma proposta em que os gestores administrem as atividades turísticas conjuntamente com os demais setores econômicos, visando à solução de problemas sociais e econômicos apresentados nas localidades.

A atividade turística deve ser administrada como uma atividade que não é apenas econômica, de modo que ela gere benefícios para a comunidade envolvida. Essa questão, porém, não é simples, e torna-se um pouco mais complexa no caso da atividade turística, devido às peculiaridades do produto turístico.

As peculiaridades tornam a atividade turística complexa, em especial no que diz respeito à sua gestão. Os gestores do turismo muitas vezes, movidos até mesmo pelo fascínio dos números e cifras, tratam o turismo como a “salvação da lavoura”, o remédio para todos os problemas sociais e econômicos, pois como já dito, gera emprego e renda.

O que os gestores desconhecem, e hoje analisando o turismo sob a ótica do desenvolvimento local, é que tipo de turismo deve ser desenvolvido para que este proporcione desenvolvimento no sentido puro da palavra, e como esta atividade deve ser gerida, de forma integrada ao conjunto macroeconômico, para que ela seja uma forte ferramenta para o desenvolvimento.

O projeto turístico, no qual a comunidade deixa de ser a parte consultada pelos técnicos e passa a ser o agente de seu próprio planejamento, isto é, está descobrindo suas potencialidades e colocando-as a favor de seu próprio destino, torna o caminho para a sua

efetivação mais fácil, pois o direcionamento das mudanças já foi incorporado pela comunidade.

Os gestores do turismo local trabalham com um modelo de planejamento que não dá margens para que esta realidade seja desempenhada, pois ainda se encontra dentro de uma visão muito fechada e técnica, que utiliza um modelo ou receita inadequada às realidades encontradas nas localidades.

Devemos mudar também a forma de pensar o turístico, procurando não um método ou modelo, mas sim uma forma de fazer com que as teorias, práticas e técnicas necessárias para a realização de um planejamento comprometido com as especificidades dos lugares sejam incorporadas também pela comunidade.

Ao considerarmos o turismo como um agente que modifica também a cultura local, o poder público deve primeiramente entender que o turismo impõe transformações cujo significado para as pessoas é complexo e determina um amplo esclarecimento, bem como trabalho de minimização das contradições desse processo.

Canclini (2003, p.28-32) acredita que a cultura,

Corresponde à produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólicas das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, isto é, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. (CANCLINI, 2003, p. 28).

Neste sentido, a cultura aparece enquanto aspecto que garante a continuidade da coesão social, mesmo sendo transformada. A produção simbólica do sentido e da prática se faz enquanto específica de um modo de vida, isto é, depende do grupo, da sociedade e do lugar, em que cada grupo somente se organiza a partir de um sentido de afinidades entre eles.

Segundo Bourdieu (1989) através da preocupação com a formação de um *campo social*, categoria trabalhada pelo autor para representar as relações sociais, podemos observar a formação de determinados grupos. Assim, o fato de a identidade das cognições de existência tender a produzir sistemas de disposições semelhantes dos “habitus” que delas resulta está no princípio de uma harmonização objetivas das práticas e das obras.

Ao analisarmos o relacionamento entre o projeto turístico e sua implantação no município de Sacramento-MG, identificamos impactos causados pelas ações representadas pelo homem como aquelas que afetam o meio ambiente.

Na verdade, somente os empresários e gestores do turismo local é que conseguem ver essa atividade como benéfica e desenvolvimentistas comumente utilizados em seus discursos. Porém, não existe uma análise sobre como evitar os impactos negativos gerados pela atividade, bem como a identificação dos reais valores obtidos pelo turismo e seu retorno para a comunidade.

Segundo Canclini (2003), o turismo tem a função, dentro do que chama de sociedade tradicional ou rural, de transformar qualquer apelo referente à tradição, ou associação ao “atraso”, em uma boa mercadoria para ser vendida, isto é, o que aparece recentemente não tem valor e é “transmutado”, “embalado” e transformado em possibilidade de troca pela atividade turística.

As alterações do turismo mal planejado sobre as comunidades dizem respeito à destruição de tradições, no aumento do índice de violência e na modificação dos papéis sociais tradicionais, bem como na noção de que se perde a identidade particular das expressões diante de uma uniformização de ações que avançam sobre a comunidade local.

Krippendorf (1989) considera que, mais que observar o fato de que as “manifestações culturais” são comercializadas e transformadas em espetáculo, demonstra como o imaginário do visitado se transforma no sentido em que a mercantilização praticamente passa a ser a mola mestra de qualquer comportamento social do grupo, onde até mesmo a hospitalidade passa a ser um produto possível de ser vendido e comercializado.

Outro aspecto observado também consiste em avaliar a relação visitante e visitado, no qual a expressão do visitante emana de uma superioridade perante o visitado, demonstrando uma afirmação a todo o momento em que induz o morador em sobreviver ou conviver diante dessa não relação apreciada como peças ou símbolos.

A atividade turística pode, desde que bem planejada, e com a participação democrática de todas as pessoas envolvidas, contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de muitas regiões de muito recurso turística.

Quando o turismo é analisado apenas em sua potencialidade econômica, deixa de cumprir sua função social e cultural de promover e dar continuidade às suas ações ligadas à preservação desses valores. Concluímos que o planejamento turístico de base local beneficia o setor público, o setor privado, a comunidade local e os patrimônios materiais, imateriais, natural e humano.

Estas transformações podem propiciar tanto a descaracterização das cidades brasileiras, quanto o fortalecimento da identidade cultural, mantendo a integridade do patrimônio natural e cultural sem ocasionar perda à memória coletiva.

Na verdade, a efetivação dessa atividade não acontece de forma homogênea. O patrimônio natural está aos poucos sendo totalmente desestruturado em função de ações que a gestão pública acaba favorecendo, em prol da questão econômica.

A questão ambiental fica de lado, uma vez que a projeção das ações não se preocupa tanto com o seu futuro. Projeção turística não significa necessariamente entregar o município para as vantagens que a atividade proporciona, mas, sim, ajudar no sentido de conter esse avanço.

E finalmente acompanhando de perto estas propostas, todas elas acabaram não se efetivando, o que vimos foi apenas a manutenção de um calendário anual de eventos que simboliza o turismo via atrações artísticas e comerciais.

Por outro lado, também vimos um crescente número de iniciativas privadas que se lançaram sobre os bens naturais e culturais no município de forma irresponsável e comprometendo de modo geral, o seu futuro, pois essas ações não comprometem apenas a sua condição de atrativo, mas do próprio bem enquanto patrimônio de uma coletividade.

Neste pressuposto, portanto, identificamos não somente a ação da gestão pública em lançar seu domínio sobre os atrativos do município. Os proprietários empreendedores de

alguns atrativos naturais acabam se lançando sobre esses recursos pelo fato de visualizar um retorno de capital muito rápido, dado ao investimento que realizam.

Diante destes fatores, podemos considerar que os recursos turísticos ficam muito expostos às ações de dominação, exploração e a falta de compromisso com a preservação ou manutenção de suas características originais, geram a necessidade de satisfazer essa nova clientela que possui uma força maior que o bom senso, vê-se, portanto, que dessa forma, não há sustentabilidade.

Neste sentido, não basta à elaboração de projetos turísticos que não aproxime as realidades locais, eles precisam ser elaborados com vistas a respeitar os valores locais, baseados nas relações sociais estabelecidas principalmente pela comunidade, pois se estes fatores não forem considerados, dificilmente alcançarão seus objetivos.

Diante destas questões expostas, torna-se necessário considerar as ações públicas locais como gestora, direcionadoras e responsáveis pela exploração e manutenção destes recursos. Por outro lado, as iniciativas privadas devem priorizar planos de manejo e de conservação dos aspectos naturais, culturais e as identidades do lugar, concebendo-os como sendo à base de sustentação de qualquer projeto turístico.

Por fim, a comunidade deve assumir o papel político na relação que se busca estabelecer com o estado, principalmente com as suas políticas públicas, pois somente assim as pessoas do lugar turístico conseguirão receber os bônus da atividade, e não somente os ônus que se tornam tão prejudiciais para aqueles que resistem em permanecer no lugar, transformado pelos usos e apropriações inconseqüentes.

CAPÍTULO II

“O chapadão termina. Começam os vales, colinas, morros e riachos que circundam o Desemboque, nosso berço civilizatório. Esta era nossa primeira vez. Talvez por isso, a sensação de uma aventura no tempo fosse maior. Ao chegarmos fomos recebidos pelo silêncio. Desemboque parecia dormir embora meio-dia fosse. (...) Gente havia. As igrejas Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Desterro insistiam incólumes, ostentando o peso de dois séculos”

Heitor Atila Fernandes

OS BENS NATURAIS DE SACRAMENTO-MG: APROPRIAÇÃO E USOS NA INVENÇÃO DO TURISMO LOCAL.

O objetivo deste capítulo consistiu fazer um levantamento sobre os bens naturais do município e analisar a forma como são tratados pelos gestores do turismo local. Percebemos nesta relação uma apropriação indevida deste patrimônio principalmente pela gestão pública que usa estes recursos como um mecanismo de sedução que acaba sendo como meio de divulgação para atrair visitante.

Os procedimentos adotados para o levantamento dos dados deste capítulo consistiram em vários trabalhos relacionados ao espaço rural do município de Sacramento-MG, com o objetivo de identificar, na paisagem geográfica, elementos de contexto natural que se possa se tornar representativos para a atividade turística.

Em cada etapa percorrida, colhemos informações por intermédio de fotografias, material filmado, mapas, análise da paisagem que possibilitou uma caracterização da riqueza natural do lugar.

Na composição deste mosaico de potencialidades estão as diversas cachoeiras, vários mirantes, áreas de flora ainda preservada, espécies da fauna em extinção como o Urubu Rei (*Sarcoramphus papa*), marcos históricos, símbolos deixados pelo homem na paisagem e a certeza de que a viabilidade turística ali seria eminente. No entanto, uma grande preocupação sobre seu uso logo nos conduziu a repensar sobre as proposições.

Uma de nossas preocupações consiste em analisar o quanto o aumento do fluxo de turistas em direção às áreas naturais tem causado impactos sobre os espaços visitados e sobre as populações dos lugares tornados turísticos.

A presença de turistas em locais que possuem atrativos não traz somente retornos econômicos para as comunidades que o recebem, mas causa impactos que modificam a dinâmica do ambiente em seus conteúdos naturais e sócio-ambientais.

A alteração provocada pelo turismo praticado de forma inconsciente sobre o lugar pode interferir na própria reprodução desta atividade em momentos futuros. É preciso compreender que o componente natural está sujeito às modificações profundas, sendo que os usos e apropriações desses recursos sem planejamento poderão comprometer a sua atratividade, inclusive não conseguindo se manter com características originais.

É claro que nem todos os elementos que constituem um determinado ambiente natural permanecem intactos, eles podem sofrer alterações mais rápidas pela prática do turismo desordenado, assim como no modo de vida das pessoas que vivem no lugar ou entorno do atrativo.

Desse modo, a incursão da atividade turística sobre os bens naturais e modos de vida é uma questão a ser amplamente discutida ao se executar propostas de projeto turístico. Assim, no planejamento não se deve considerar apenas o bem estar do turista, seus anseios e desejos, mas deve-se considerar o patrimônio natural do lugar que servirá de base para a prática do turismo, bem como as fragilidades sócio-ambientais dos espaços visitados.

As conseqüências das visitas de pessoas em locais naturais são as mais variadas possíveis, decorrentes principalmente da forma com que o turismo vem sendo praticado, já que esta atividade tem sido encarada pela maioria de seus gestores e operadores como uma atividade meramente econômica.

Avaliar impactos sobre o meio ambiente, mais especificamente sobre o meio natural, requer uma análise de conjunto, já que o processo de transformação da natureza obedece a uma dinâmica independente à intervenção do homem, mas que se acelera com a ação humana sobre o território.

Embora estejamos analisando ações promovidas pelo turismo, não estamos creditando inteiramente se devemos somente ao turismo as mudanças sofridas no ecossistema, como destruição da cobertura vegetal, do solo, devastação das florestas, erosão, poluição sonora, visual e atmosférica, extinção de várias espécies da fauna e da flora.

O turismo se constitui como um dos fatores que favorecem as mudanças, mas não é o único. Desse modo, o equilíbrio da dinâmica do meio ambiente exige ações combinadas entre

turismo e comunidades locais, e a conscientização das mesmas sobre suas ações de modificação do meio ambiente.

Nesse sentido, os bens naturais revelam as transformações que o espaço sofre, seja pelo turismo ou por outras atividades humanas. A paisagem é um conteúdo de grande interesse para o turismo. É pela percepção da paisagem que um turista pode se sentir atraído ou não a certo lugar turístico.

A paisagem indica um sentido sensorial que provoca subjetividade manifestada ao darmos valoração a ela. Desse modo, cada pessoa possuirá uma interpretação da paisagem, já que ela não é somente a visão do homem no espaço, mas um conteúdo que envolve as relações do indivíduo com o mundo, seu caráter e personalidade. Aí está intrínseca a sociedade que o condiciona através dos traços culturais, resultando em uma visão individual para cada paisagem, permitindo que cada pessoa tenha percepções diferentes.

Desse modo, o turismo se apropria das paisagens, usa o espaço e age transformando seus conteúdos em mercadoria, com o objetivo de promover o seu consumo da maneira mais intensa possível. Surge, então, a necessidade de transformar concreta e simbolicamente a paisagem, partindo-se da apropriação em primeiro plano.

Os planejadores do turismo agem para promover a indução ao consumo turístico, procurando desvendar o imaginário das pessoas, criando e (re) valorizando os espaços, que, geralmente, são apresentados pela mídia como lugares maravilhosos, como forma de estimular cada vez mais a viagem dos turistas.

As paisagens apropriadas pelo turismo são apresentadas como propaganda para motivar a viagem de turistas ao lugar divulgado. A estratégia é de não mostrar as contradições que existem no lugar, como pobreza, miséria e fome, pois estes aspectos serviriam de repulsa para os turistas. Desta forma, a gestão do turismo cria espaços artificiais que revelam apenas a aparência dos lugares, desconsiderando e até mesmo mascarando as contradições da sua realidade.

Dessa maneira, a paisagem é mais um conteúdo do espaço a ser desvendado. Sua interpretação e correlação com a atividade turística são imprescindíveis para se planejar o envolvimento responsável nos lugares com atividade turística. Isto porque a paisagem é dinâmica e envolve mudanças de ordem natural e humana.

Na paisagem estão impressos as marcas e os traços culturais do homem, cujos significados contribuem à identificação do sujeito com sua cultura e reprodução da mesma. Daí a importância de se estudar o processo de transformação da paisagem, relacionado à atividade turística. A paisagem pode revelar as transformações que estão ocorrendo durante a produção do espaço em que culturas diferentes realizam trocas de valores e conhecimentos.

Apesar da polêmica que cerca a temática sustentabilidade, faz-se necessário despertar-se para a compreensão da abrangência que esse termo toma ao referir-se à preocupação sobre um turismo consciente. Sabemos que o turismo em Sacramento é uma realidade e por isso torna-se necessário promover uma discussão sobre suas práticas.

Dessa forma, os bens naturais são considerados um dos principais componentes dos projetos turísticos, elemento básico para as articulações de planejamento e fonte essencial de procura pelos visitantes para a prática dos vários segmentos que exploram esses atrativos sejam o ecoturismo, o turismo rural ou outras atividades relacionadas ao meio ambiente.

Em Sacramento-MG, infelizmente, a procura pelos bens naturais não é acompanhada no mesmo ritmo que a preocupação sobre sua preservação, onde encontramos muitos desses atrativos agredidos e degradados²⁰.

Este capítulo continua às discussões iniciadas no segundo, voltadas para apresentar, analisar e discutir as questões envolvendo os bens naturais no município de Sacramento-MG, e a forma que a gestão pública utiliza para promover as ações envolvendo o turismo local e as iniciativas privadas na apropriação destes recursos.

²⁰ A Gruta dos Palhares é um dos exemplos dessa agressão. Apesar de tombada e possuir regimento que regula o seu uso, sequentemente são realizados eventos no interior de sua cava. Nesse caso o poder público é o vândalo turístico, pois estas ações são promovidas por ele que deveria desempenhar o papel de promover a proteção.

2.1 Dos bens naturais do município de Sacramento-MG aos usos e apropriações turísticas.

O município de Sacramento-MG, pela sua composição natural diversificada, com uma rede de drenagem representada principalmente pelos rios Grande e Araguari margeando os limites ao norte e ao sul, possibilita formas de relevo importantes para que os bens naturais sejam também bens turísticos, principalmente pela diversidade paisagística.

O lago que se forma pelo represamento de Peixoto, Jaguará e todas no leito do Rio Grande são representantes contínuos de atrativos que a gestão pública e iniciativas privadas utilizam como mecanismo de sedução para atrair turistas baseado na formatação de produtos, explorando o represamento.

Nas iniciativas de apropriação do entorno destas represas, cada vez mais esses empreendimentos violam a legislação ambiental e o desrespeito aos patrimônios naturais como os loteamentos, edificação de casas e ranchos próximos ao lago, retirando a cobertura vegetal e gerando impactos significativos na paisagem original.

O descumprimento chega a tal grau de agressão que os empreendimentos retiram a cobertura vegetal e inserem espécies invasoras simplesmente pelo fato de proporcionar um aspecto mais “tropicalista” ao cenário montado para seduzir os visitantes.

As margens do lago da represa de Jaguará, na porção sudoeste do estado de Minas Gerais, possuem marcas visíveis sobre a utilização dos bens naturais pelas iniciativas privadas, edificando loteamentos nas suas margens com o apoio da gestão pública na melhoria das infra-estruturas dos condomínios.

Observe na figura 09, elaborada pela Associação do Circuito Turístico dos Lagos, a utilização expressiva de mensagens e imagens das represas como marketing turístico.

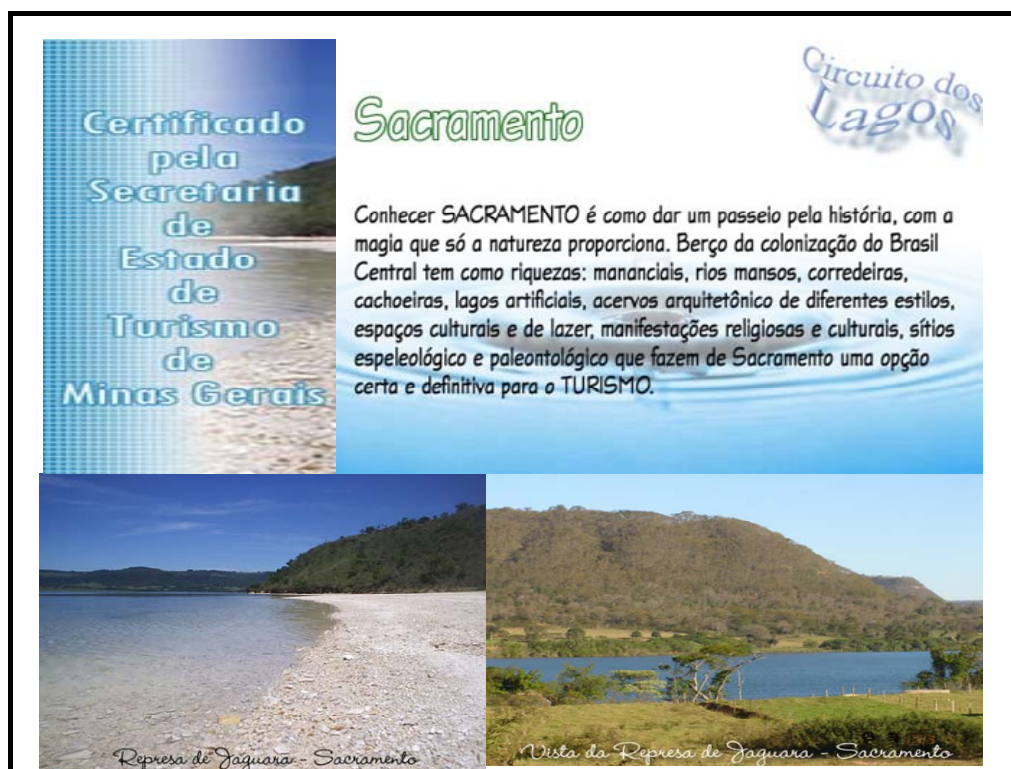


Figura 9: Imagem do remanso da Represa de Jaguará na Divisa do município de Sacramento-MG com o de Rifaina-SP. Na tentativa de convencer o visitante sobre a existência de atrativos turísticos, os bens naturais são alvos fáceis para as campanhas de sensibilização e atração das pessoas. Estes bens sofrem com o uso descompromissado pelas iniciativas do setor e os impactos comprometem sua composição original. **Fonte:** <http://www.circuitodoslagos.com.br/circuitodoslagos/acesso> em 26.06.2008

Notamos nestas campanhas exageros relacionados ao turismo local. Fragmentos do texto acima, cuja afirmação é de que Sacramento constitui “uma opção certa e definitiva para o turismo”, conduzem a questionamentos como: estamos nos referindo a que turismo? O município possui condições estruturais para o peso dessa expressão? Será que existe preocupação da gestão deste circuito em associar essa opção aos serviços necessários para transformá-la realmente em um lugar turístico ou esse turismo está associado ao fato de que toda paisagem é cênica, bonita, atrativa e por isso devemos vendê-la sem nenhuma preocupação com seu futuro.

Esses questionamentos são necessários, pois o futuro deles depende das ações que são tomadas atualmente em 2010. Não podemos pactuar com a irresponsabilidade oportunista de promover a atividade a qualquer custo no município, sem levar em evidência os princípios básicos do respeito aos bens naturais.

Neste sentido, ao referirmos aos bens naturais do município de Sacramento-MG, estamos considerando que não existe apenas o lugar, mas é também a região que desperta atenção pelos seus recursos naturais e humanos.

Desse modo é no conjunto dos atrativos que reside às condições de incorporação aos projetos turísticos, principalmente em função da grande tendência de essa atividade se voltar para a procura dos espaços rurais como uma fonte geradora de captação de visitante e retribuições em impostos, investimentos em equipamentos e serviços turísticos.

Os usos dessas paisagens naturais tornaram-se uma realidade ao percebermos, através dos trabalhos de campo, várias iniciativas voltadas para dar suporte ao fluxo crescente de pessoas em busca desses atrativos, ou mesmo de eventos culturais nas propriedades rurais.

Ressaltamos que a gestão pública, nesse caso, não somente apropria-se dessas paisagens, mas contribui para auxiliar nas iniciativas privadas para seu desenvolvimento, melhorando as vias de acesso ou até mesmo no apoio logístico para eventuais acontecimentos nas comunidades.

Por outro lado, a iniciativa privada vê nessa nova atividade econômica uma diversificação em suas propriedades. A grande questão, conforme afirma Cavaco (1996) está na mudança original dos símbolos, das identidades e das representações ali existentes, em que as transformações são feitas para atender as necessidades do turista.

Ao abordarmos o projeto turístico para o município, observamos que os recursos naturais são muito utilizados pela gestão pública, em função do seu padrão estético contribuir para o desempenho promocional nas feiras, congressos ou eventos voltados para o segmento turístico.

Em função da utilização desses bens naturais como forma de projeção, os recursos naturais estão sendo comumente utilizados e em alguns casos deixando marcas comprometedoras por anos futuros em sua estrutura original.

Assim, iniciamos nossa trajetória e uma incursão pelo município de Sacramento-MG, que apesar de conhecido, é terra onde nasce o início pela busca do novo, provoca grande euforia e entusiasmo entre serras, campos e riachos.

Diante de tanta beleza, nem a poeira e o cansaço foram suficientes para interromper a busca pelo desconhecido, pelos marcos, pela representatividade e pelo desejo incansável de conhecer por outro olhar os valores da região.

As origens e os destinos são elementos complexos e possibilita novos formatos no espaço geográfico. Parecem idéias antagônicas e dicotômicas. Na consonância das paisagens e dos sujeitos ali presentes, há uma intensa relação entre esses dois universos, pois o fazer turismo impõe várias transformações à cultura e à natureza deste lugar que originou Sacramento, e especificamente caminhos para os diversos atrativos do município.

Ao lançar um olhar sobre as diferentes paisagens do município de Sacramento-MG, abriu-se uma cortina e por trás percebemos um conjunto de componentes que propuseram diversas leituras em uma incursão pela paisagem natural e histórica, capaz de promover as mais diferentes sensações ao olhar visitante.

Pensar no turismo sobre estas paisagens nos remete a percorrê-las preferencialmente sob um olhar ecológico, referindo-se a um conjunto de posturas cujos conteúdos sejam a aceitação das diferenças naturais e culturais, bem como a democracia política e cultural.

Desse modo, o aprendizado é contínuo, a construção do conhecimento é coletiva, além da proteção da vida em todas as suas interfaces, promovendo nos lugares “olhados” uma proposta nova para o visitante, remetendo-o ao novo, ao inimaginável, ao construtivo e a uma busca pelas identidades locais.

As incursões de campo possibilitaram-nos uma análise entre o compasso contínuo de sua história e dos bens naturais e culturais, reconhecendo a formatação e posterior identidade para uma possível adequação turística, e o uso de mecanismos de mínima interferência na vida dos lugares e espaços.

Traduzimos esse desafio ao focarmos os olhares para tentar perceber apenas o que estava à frente. E confessamos que o que se descortinava era um corolário de informações, de matizes, de realidades e virtualidades, era toda uma nova experiência, um novo relato de nossas vidas tingidas em um cenário a compor-se, a cada olhar e a cada palavra.

E pensar que este era apenas o primeiro olhar para o nascer do sol na manhã fria do mês de julho, nas costas do distrito de Desemboque (figura 10).

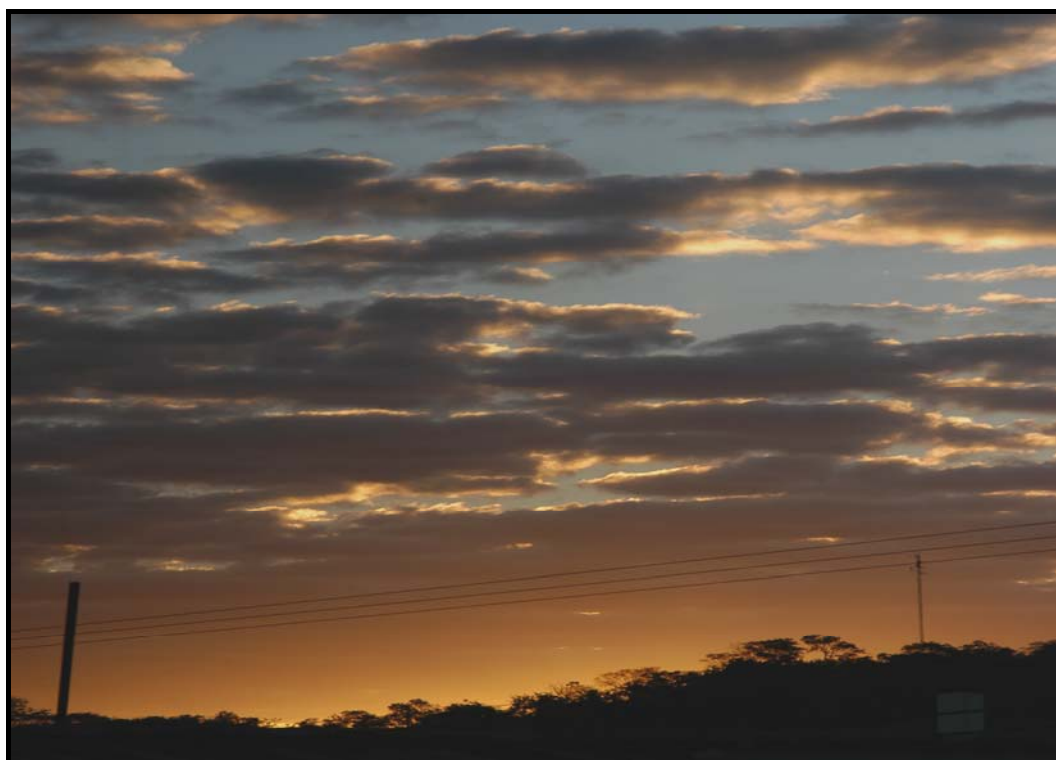


Figura10: Nascer do sol no Distrito de Desemboque. Este é um dos atrativos da localidade, sem muita preocupação com o tempo a imagem contemplativa atrai grupos de pessoas que após pernoite na pousadinha Sasá Mutema acordam para a observação. **Fonte: Cezar, T. (2006).**

Este turista se sente atraído pelo estado de bem estar provocado pela natureza, nela ele encontra a paz que a sua rotina daria não oferece e cada vez mais percebe este visitante preocupado em aliviar este estresse urbano no espaço rural. É importante neste momento um trabalho integrado sobre a necessidade de preservação ambiental.

Partindo do Distrito de Desemboque, nas cercanias do município de Sacramento-MG, aos poucos fomos entremeando na paisagem, em busca de reconhecer aspectos que pudessem ser atrativos ou componentes de atrativos turísticos, mas que, muito especialmente, fossem

resultados da construção histórica centenária da região, somada à disponibilidade hospitaleira da comunidade.

Enquanto zimbávamos pelas estradas vicinais sob o olhar matreiro de Curicacas e Siriemas (figura 11), sempre indagávamos sobre a circulação de pessoas naquele lugar e questionamentos sempre rondava nossas cabeças, será que este lugar deve ser exposto para esta atividade.



Figura 11: Siriemas, representantes da ave-fauna local circulam livremente pelos chapadões da Zagaia. Estes representantes da fauna local completam o conjunto de atrativos do turismo de observação. Esta imagem leva a uma avaliação sobre o fato de que o excesso de circulação de pessoas pode comprometer até mesmo sua reprodução. A liberdade dos animais já foi alterada através da retirada da cobertura vegetal para agropecuária e é cada vez menor o número das espécies, sem falar daqueles mortos nas estradas. **Fonte: CREMA, F. (2006)**

Aos poucos fomos reconhecendo rios e cachoeiras límpidas (figura 13), que avançavam em direção à composição da bacia hidrográfica do Rio Grande.

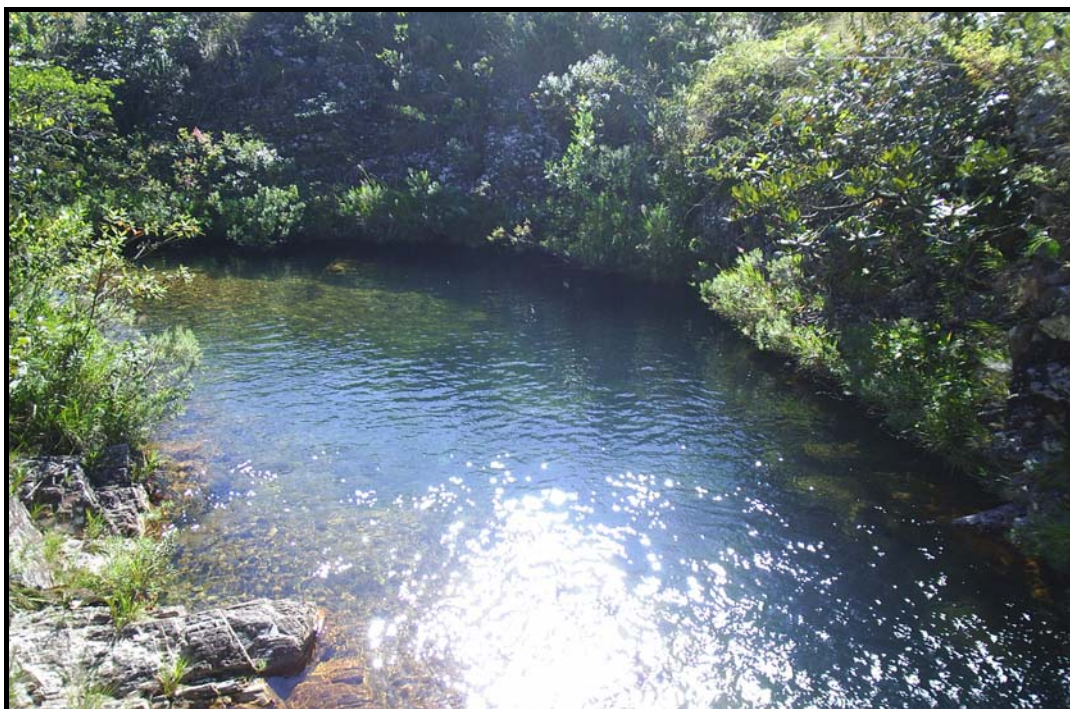


Figura12: As piscinas naturais tornam o motivo da busca pelos visitantes. É preciso pensar um fluxo responsável sobre estes bens, as águas abastecem à jusante várias outras propriedades, por isso o respeito a eles requer um controle sobre seu uso. A utilização dos bens naturais apenas como significação da mercadoria turística provoca sérios danos a eles. **Fonte: CEZAR, T. (2006).**

Poeira e sol, na marcha lenta dos passos e seus artífices, moldavam os horizontes à esquerda e à direita. A música e o sol de julho, meio que sonolento, e o despertar da bicharada nos campos, se constituía em um som sobrenatural, pois nos entregava cada um a sua vez, uma polifonia expressa na paisagem e nos lugares, onde havia ou não a presença e a intervenção humana, direta ou indiretamente.

Sob nossos olhares, imponente era a presença humilde e plena de fortaleza de Seu Santo (figura 13), morador de Desemboque antepondo ao fundo a Igreja Nsa. Senhora do Rosário. Parece que estas imagens nos protegiam de nossas conjecturas acerca de um espaço que carecia de interpretação, mas que ganhava novos contornos, tão especiais quanto às rugas do rosto plácido de nosso guia como as rachaduras da fachada do templo local.



Figura 13: De acordo com o ditado popular “uma imagem fala mais que mil palavras”, talvez estejam nesta foto uma das maiores interpretações sobre promover turismo na região. Nela aparece em primeiro plano um morador do distrito de Desemboque que se tornou nosso guia nas cercanias dos chapadões e ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Estas duas imagens relevam um tempo muito diferente daqueles que convivemos, ou seja, um tempo próprio, com horas próprias, identidades e sentimentos guardados ao longo da história dos dois. É nesta reflexão que precisamos pensar sobre o fato de promover turismo neste lugar, é preciso primeiramente identificar se este morador quer isso, se o lugar precisa disso e que ao promover um aumento no fluxo de pessoas estes bens serão preservados. Precisamos ver estes moradores como sujeitos no planejamento da atividade e não simplesmente como objeto em que seus valores não são respeitados, talvez resida neste fato o fracasso da maioria dos projetos turísticos, primeiramente implanta depois obtém o que o morador pensa. **Fonte: CEZAR, T. (2006).**

Uma sobreposta à outra, as imagens foram se decompondo e se re-arranjando, prisma concebido pelo passar das horas preguiçosas em um lugar onde o tempo adquire outra medida, a do dia e da noite, da natureza cíclica e dos tempos lentos, este metamorfoseado a várias tecnologias da informação.

Sintonizados com a obrigação de interpretar, esquecemo-nos enquanto interferentes e nos descobrimos expressos na paisagem observada, mesmo que por um segundo.

Ao seguir além, encontramos ranhuras de um tempo de apogeu, expressos nas ruínas que o *continnum* histórico insiste em fazer-nos ler. Pedra ainda sobre pedra e musgo, os resquícios de pontes e residências nos saltavam aos olhos, na tentativa do registro de nosso espanto, regozijo e indignação, mesclados.

O descaso e a indiferença se transfiguram no empobrecimento das economias ao passar dos anos, refletidos nos aspectos gerais dos casarios que ainda resistem a esses dois fatores iniciais.

Prólogo do que se havia por encontrarmos, o somatório de sedes de fazendas (figura 14), ao longo do caminho que se descortinava começava a impressionar, tanto pela diversidade construtiva, pela variedade de fins, e também pela penúria e abandono em que se encontravam.



Figura 14: Casario abandonado nas imediações do distrito de Desemboque, revela uma realidade constatada no município, um número muito grande de propriedades abandonadas causadas pela migração para as cidades. Este abandono reside no fato de que o sustento da família se tornou difícil nestas fazendas e em busca de outro tipo de vida para os filhos, deixam as casas. Que tipo de turismo podemos pensar para este lugar, ai está uma grande oportunidade da efetivação do planejamento turístico, transformando estes lugares abandonados em receptivo típico e trazendo o morador de volta. Conhecemos na região de Serro - MG, um projeto desenvolvido pela gestão pública em parceria com o Senai está revitalizando o espaço rural através de incentivos para trazer o morador de volta e foram significativos os resultados como a produção do queijo serro. Assim é necessário pensar em uma proposta integrada de turismo isso pode resgatar dos valores locais. **Fonte: CEZAR, T. (2006).**

Ao final de cada etapa de campo, suor, sorrisos, cansaço, questionamentos sem respostas e muita paixão, indagávamos sobre a exposição destes lugares para os visitantes que em função de sua inacessibilidade ou finalidades outras, e do risco de frustração das expectativas dos visitantes, deveriam compor parte do caminho, porém sem visitas. Outro risco percebido estava ligado ao poder de degradação de um turismo mal planejado e exploratório.

Ficou claro que a experiência ecoturística, sob a forma de peregrinação naquele ambiente, só se faria real salvo fossem garantidas as condições de sinalização, de recuperação de acervo e de patrimônios, determinação dos limites de capacidade de carga e manejo destas localidades, bem como toda a gestão de um suporte local que inserisse, como condição primeira, o cidadão local capacitado e envolvido no processo de geração de outras economias.

2.1.1 Entre serras, cachoeiras, gruta e matas: As possibilidades do turismo

Consideramos a descrição do escritor Mario Palmério, na década de 1970, sobre a região do chapadão do bugre, a nordeste do município de Sacramento-MG, como referência para uma incursão sobre as paisagens naturais no município, principalmente ao referir-se a variedade de formas, cores e sentidos que sua apreensão obteve naquele momento.

Não foi nenhuma simples passagem pelos diversos caminhos que percorremos no espaço rural do município. Ao remetermos às várias vezes que retornávamos nestas paisagens para tentar, da melhor forma, fazer uma descrição neutra e obter uma melhor avaliação sobre seus usos, deparávamos com alguns moradores que não podem ser desassociados das paisagens como os moradores da fazenda Califórnia e da comunidade do Bananal, que carinhosamente nos confortava com uma xícara de café e inconfundíveis descrições sobre os compassos das paisagens vivenciadas ao longo de suas vidas naquele lugar.

Hoje, em 2010, assistimos a uma nova forma de uso em que estas mesmas paisagens estão sendo utilizadas. As trilhas de acesso às áreas de fundos de vale e média encosta nas proximidades dos rios, córregos e remanescentes de água, pelo fato da presença das cachoeiras, piscinas naturais e mirantes, convergem aos novos usos dessas áreas associadas às fazendas antigas que comportam como símbolos na história.

Nossa avaliação, portanto, consiste em identificar nessa paisagem os agentes responsáveis por suas transformações e compreender o papel da gestão pública e privada na apropriação destas áreas e edificações de territórios do turismo.

Partindo do princípio de que a paisagem é o que se vê no real, o vivido e o sentido, é que conseguimos elaborar um conceito sobre sua forma. Assim, essa análise sobre sua forma

sofre influência de acordo com a avaliação, pois os componentes são interpretados de forma individual. No entanto, sua estética permanece intacta enquanto o homem não interfere na sua estrutura.

No município, são dois bens naturais que constantemente ilustram os veículos de comunicação que circulam na região e em vários outros lugares. A primeira delas é região da Serra da Canastra (figura 15), localizada no sudoeste do estado de Minas Gerais, sendo parte dela no município de Sacramento-MG.



Figura15: Vista dos contrafortes da Serra da Canastra. O parque hoje é o principal atrativo para o ecoturismo. Observe que na base da serra uma coloração mais branca do solo que consiste no processo de intemperização dos quartzitos, qual a importância desta observação. Estes solos são frágeis e estão sobre eles as trilhas que circulam pelo parque sem nenhum compromisso com a estrutura, carros, motos e bicicletas passam sobre estas paisagens, retiram e levam os sedimentos para os córregos, riachos e nascentes. **Fonte: CREMA, F. (2007).**

O Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972, com área aproximada de 71.525 hectares, situa-se entre os municípios mineiros de São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis, na região sudoeste do Estado de Minas Gerais.

A maior atração no Parque são as nascentes do rio São Francisco e a cachoeira Casca D'Anta, a primeira grande queda do "velho Chico". Na porção norte do parque ocupa parte do município de Sacramento-MG, que abriga também um dos portais de acesso ao interior da unidade de conservação. Isso faz com que a procura por ele se traduza em uma importante

referência para a composição dos bens naturais. A paisagem natural do parque se constitui por uma alternância de platôs, encostas escarpadas e vales encaixados.

O platô do maciço da canastra predomina a fisioforma dominante recoberta por formações campestres, e o segmento do relevo mais movimentado correspondente à região da chapada da babilônia.

O arcabouço geológico se orienta nas coordenadas geográficas nw-se predominado pelo maciço de quartzito alternando por faixas mais estreitas dessa feição as encostas escarpadas e vales alongados.

A vegetação apresenta um mosaico de plantas representadas pelas sempre vivas, alecrins, candeias e canelas de ema, em um composto de cores e folhas revestem a paisagem de acordo com a época do ano. O parque do ponto de vista fitogeográfico serve funciona como área tampão entre a borda da Mata Atlântica e o Cerrado (figura 16).



Figura 16: Na imagem aparece uma seqüência de patamares em níveis diferentes recoberto no sopé com cobertura vegetal de matas galerias até a crista com o campo rupestre. Do mirante observamos e na prática constatamos que a tonalidade avermelhada das estradas que cortam a serra revela um fluxo muito ativo de veículos em direção às cachoeiras e para dar suporte a este visitante aparecem os empreendimentos como os restaurantes e pousadas, que apesar de dizerem que praticam “ecoturismo” pouco fazem ou preocupam com os recursos naturais. **Fonte: CREMA, F. (2007).**

Nos campos de altitude, abriga animais como o Lobo-Guará (*Chrysocyon brachyurus*), tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o Gavião Carcará (*Polyborus plancus*) e o

Veado Campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), além de algumas espécies ameaçadas de extinção entre o Pato Mergulhão (*Mergus octosetaceus*) e o Tatu-canastra (*Prionomys giganteus*).

O Parque Nacional da Serra da Canastra tornou-se um dos bens naturais mais apropriados pela gestão pública e das iniciativas privadas nos municípios que compõe sua abrangência como uma ferramenta articuladora para aumentar o receptivo local.

A criação do Circuito da Serra da Canastra pelo programa do Governo do Estado de Minas Gerais, em 2006, impulsionou ainda mais essa tendência e registra a presença da gestão pública no ordenamento da atividade turística.

O município de Sacramento-MG faz parte desse circuito e comumente utiliza-se da unidade de conservação como um argumento de atração e captação de turistas para o município, contribuindo para o estrangulamento da frágil estrutura humana que cuida do parque e o significativo aumento no vandalismo no patrimônio natural.

O programa de regionalização das potencialidades turísticas no estado de Minas Gerais promoveu a criação de vários circuitos, buscando, de certa forma, agrupar suas tendências e vocações. A gestão pública estadual concede, via secretaria de turismo, verbas para qualificar serviços e suprir deficiências nas estruturas de uso desses circuitos.

A grande questão se volta para a desigualdade existente entre os municípios que compõe esses circuitos, no qual pelo fato de um pluripartidarismo e dificuldade de acesso aos recursos liberados, acabam promovendo um envolvimento desigual dentro do próprio circuito, onde aqueles municípios que possuem mais acessibilidade política se beneficiam dos recursos liberados.

O parque tornou-se alvo constante como fator motivador de convite para a vinda de turistas ao município. A grande irresponsabilidade da gestão, não somente do município de Sacramento-MG, como outros que estão sobre a influência, reside exatamente no fato de utilizarem a serra como fato de promoção e não se preocuparem com as conseqüências do número de visitantes no parque. Além disso, cachoeiras, áreas verdes no seu entorno estão cada vez mais nesses veículos de comunicação sem nenhum critério de respeito.

Nas iniciativas privadas, observamos certo oportunismo turístico pelo fato de as potencialidades estarem em seu interior. Nesse caso, ainda existe certo controle pelo fato de seu uso ter um custo, mas sua proteção ainda fica comprometida.

A gruta do Palhares (figura 17) também é uma importante representante no agrupamento dos atrativos turísticos do município de Sacramento-MG, o mais expressivo em virtude de suas características e de sua história.

A origem do nome esta relacionada à família Palhares, proprietária da área até 1965, quando o município desapropriou a área para a criação do Parque Municipal da Gruta dos Palhares.



Figura 17: A imagem acima releva a gruta dos Palhares, está registrado nela a maior agressão a um bem natural no município. As mudanças realizadas descontextualizam a paisagem, agride o meio ambiente e o principal agente destas agressões é a gestão pública que no intuito de torná-la mais atrativa para o visitante acrescenta elementos sem nenhuma preocupação com a sua estrutura original. As mudanças vão desde a retirada de água do interior da gruta, passarelas e piso na cavidade externa, cachoeira artificial, chafariz uma série de adornos completa o quadro de artificializações, resseca o arenito e compromete o futuro do bem que apesar de possuir legislação de tombamento não é respeitado. **Fonte: SILVA, P. (2007).**

Duas intervenções públicas registram os usos e transformações no formato original. A primeira delas está no governo do prefeito Hugo Rodrigues da Cunha, que homologou sua criação e interveio com algumas edificações. O segundo foi na gestão do prefeito José Alberto

Bernardes Borges, que promoveu transformações e intervenções totalmente voltadas para a melhoria estética, conformadas para agraciar os olhos dos visitantes.

As características geológicas regionais estão intercaladas entre o basalto e estratigrafia cruzada de arenito do período triássico, sendo o embasamento estrutural o quartzito do supergrupo minas.

Segundo estudos propostos por Mendes e Filomeno (1955, apud CERCHI, 2000), a feição fisiográfica da gruta é geologicamente *sui generis*, pela estrutura e constituição. Estruturalmente pela ocorrência típica de estratificação cruzada em seus segmentos areníticos, que é vista, nitidamente, logo ao se deparar com a sua forma.

Outros dados do mesmo estudo mostram a constituição estrutural da gruta, na qual prolonga por mais ou menos cento e sessenta metros, numa sucessão de salões e corredores, alguns maiores outros rebaixados, exigindo equipamentos específicos da espeleologia para seu acesso.

A gruta já foi visitada por pessoas como o escritor Monteiro Lobato, que descreveu a grandiosidade do atrativo, e o professor Paulo Graça Lima nas primeiras visitas com um grupo de alunos para estudo ainda na década de 1930.

Esse atrativo, além de sempre compor a mídia impressa, vídeos e fotos, que a gestão pública utiliza como argumento para divulgar o turismo, a agressão e vandalismo imposta a ele ao longo de sua apropriação histórica, extrapola o limite do bom senso e respeito a um bem natural.

A lei municipal no. 548 de 19 de junho de 1997 tomba “ao patrimônio histórico e ecológico do município o complexo turístico denominado Gruta dos Palhares”. O tombamento abrange a caverna e toda a área pública que a circunda, incluídos todos os ornamentos naturais e as benfeitorias a ela incorporadas.

A criação focou principalmente na questão relacionada ao seu uso de forma racional, respeitando suas fragilidades, evitando assim alterações na sua forma original, o que

verdadeiramente não ocorreu e o que assistimos foram sucessivas transformações edificadas, provocando mutilações e danos no seu conjunto primário.

Foi promovida a urbanização inadequada e irresponsável nas suas estruturas originais como a elevação da base estrutural da cava, entupimento de canais de drenagem, fetichismos para atrair visitante e uma interferência na biota da gruta. Nessa proposta ela procura preservar a originalidade natural do bem e desse modo quanto menor for a interferência melhores condições de preservação serão conquistados.

As transformações foram realizadas para melhorar os acessos dos visitantes aos diversos cômodos que a gruta se constitui, porém, estas mudanças interferiram na sua forma original, descaracterizando seus componentes em um total desrespeito ao bem natural. Observe, na figura 18, como as formas originais foram alteradas.



Figura 18: Comparando esta imagem com a figura 17, observamos que as alterações foram significativas provocadas na gruta dos Palhares, o fato de maior destaque está no rebaixamento do nível da base que chegou a 5 metros. **Fonte: CERCHI, C. (1998).**

Para Yágizi (2002), o vandalismo provocado pelo turismo às áreas naturais ultrapassa a esfera do visitante. No caso da gruta do Palhares, são visíveis as pichações que não aparecem mais em virtude do cuidado que os guardas do parque têm com a mesma, mas em contrapartida, freqüentemente eventos dos mais variados portes e diferentes instituições

invadem a cava principal do atrativo, violando a legislação ambiental e provocando um verdadeiro desrespeito ao meio ambiente.

De acordo com as descrições sobre a estrutura geológica da gruta, composta basicamente por arenitos, essas violações poderão comprometer seriamente seu futuro. Vale, portanto, reavaliar as atividades promovidas no local e respeitar o plano de manejo, o plano diretor e principalmente o meio ambiente. Reiteramos aqui aquilo que indicamos anteriormente sobre a necessidade de respeitar os limites dos atrativos.

As cachoeiras são atrativos naturais em abundância no município. Segundo dados da Secretaria de Turismo/Prefeitura Municipal de Sacramento (2007), “*existem mais de 160 cachoeiras no município*” e na tabela 03 são apresentados algumas delas, inventariadas e divulgadas pela gestão pública municipal. No entanto, é sempre importante se precaver sobre o levantamento desse patrimônio, pois o uso indevido dessas áreas poderá trazer sérios danos à sua preservação original.

Tabela 3 Inventário das cachoeiras mais divulgadas pelo poder público e iniciativa privada.

BEM NATURAL	ATRATIVO
Córrego Castigliano	Corredeiras e poço na 3ª ponte 7 cachoeiras com poços no Azulinho Corredeiras e poços no Castelhano
Córrego do Lajeado	Cachoeira do César 3 Cachoeiras da Simental
Córrego do Capão do mel	Poço da DR 3 Cachoeiras confluentes com o Azulinho
Córrego do Rifaininha	Cachoeira poço do Sepulcro Cachoeira da dona Mercedes Cachoeira da antiga ponte Corredeira e poço da carvoeira Corredeira e poço do minero duto Corredeira e poço da 1ª ponte
Córrego da Carmelita	1 Cachoeira
Córrego Jaguarinha	1 Cachoeira
Córrego do Chico Cassiano	1 Cachoeira
Córrego da Ponte Queimada	1 Cachoeira
Córrego do Calimério	1 Cachoeira
Córrego da Cachoeirinha	1 Cachoeira
Córrego do Quenta Sol	1 Cachoeira
Córrego da Parida	1 Cachoeira
Córrego do Meio	1 Cachoeira
Córrego da Divisa	1 Cachoeira
Córrego do ABC	1 Cachoeira
Córrego da Tocaia	1 Cachoeira
Córrego dos Barcelos	1 Cachoeira
Córrego da Ponte	1 Cachoeira
Córrego do Baú	1 Cachoeira
Córrego do Tabuleiro	1 Cachoeira
Córrego do Alvarenga	1 Cachoeira
Córrego do João Inácio	1 Cachoeira
Córrego das Pedras	1 Cachoeira
Córrego do Juca e Bica	1 Cachoeira
Córrego do Rolim	1 Cachoeira

Fonte: P.M.Sacramento/Dpto de Turismo (2008). Adaptado: SILVA, P. (2008).

Enumeramos algumas quedas d'água que mais são utilizadas para nos eventuais programas de promoção turística, conforme a tabela 3.

Porém, dados fornecidos pela Prefeitura Municipal em 2007 eram mais de 160. A cachoeira do Azulinho (figura 19), localizada no córrego do castelhano, aproximadamente 12 km da cidade de Sacramento-MG, em área particular, recebe visitantes conforme prévia autorização. Sua forma estrutura sete quedas seqüenciais com várias piscinas.



Fig. 19. Uma grande fenda no desnível das rochas na denominada serra da rifainha constitui este atrativo com cerca de 7 quedas seqüenciais e piscina adornado por uma vegetação típica da região como os pequizeiros, mangabas e murici completam este bem natural, que apesar de se localizar em propriedade privada está constantemente nas paginas de divulgação turística. **Fonte: RESENDE, R. (2007).**

A cachoeira do João Inácio (figura 20) localiza-se aproximadamente a 15 km do núcleo urbano do Distrito de Desemboque.

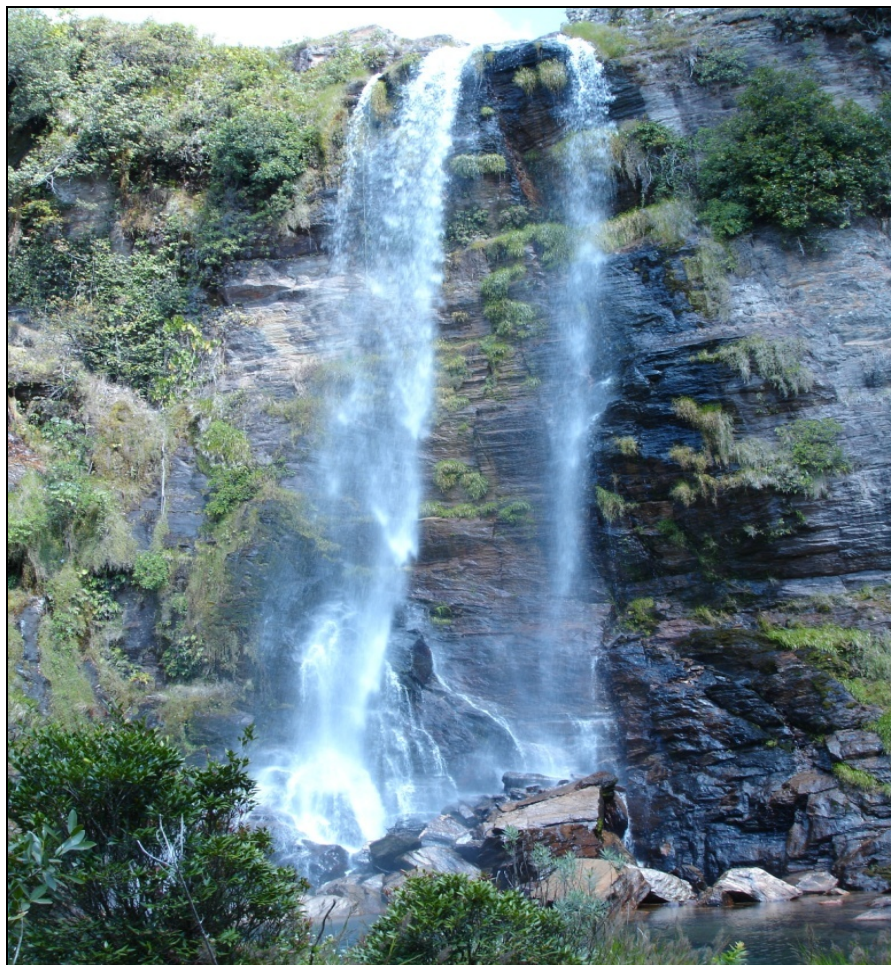


Fig. 20. Este é um dos principais bens naturais do município. Sua principal característica são os 30 metros de queda livre no paredão de quartzito. Seu acesso também requer autorização prévia do proprietário, Sr. João Inácio que não vê impedimento em conhecê-la. Mas, reside um desencontro nesta questão. Como este proprietário é quem lida com todos os afazeres da fazenda, ele reclama que “muitas tem de parar sua atividade para conduzir alguém até a cachoeira”. Reside nesta fala uma afirmativa sobre os multissos que a propriedade poderia ter após uma estruturação de pessoas (que poderiam ser seus filhos) e de uma infra-estrutura básica para receber o visitante. Veja como estes lugares possuem atributos que poderiam contribuir para que o morador não deixasse sua propriedade e se mudar para a cidade. **Fonte: P.M.S. (2008).**

A cachoeira da Parida (figura 21), localizada no córrego da parida no contraforte oriental da serra Canastra, formata uma queda nas fendas dos quartzitos e piscinas de água transparente.

Este bem natural está a 10 km do distrito de Desemboque, possui área para *camping* após autorização e pagamento de taxa ao proprietário.



Fig. 21. Cachoeira da parida. Este é um exemplo de que quando há uma intervenção responsável sobre os bens naturais eles podem auxiliar na melhora da qualidade de vida do morador. Neste bem natural nos contrafortes da Serra da Canastra foi edificada uma área de camping com uma infra-estrutura básica sem comprometer e gerar impactos sobre a natureza para receber visitantes inclusive para pernoites. O morador fala que a atividade valorizou o lugar, “eu cobro para entrar e as pessoas pagam” e dificilmente “poluem o lugar”. Este trabalho foi realizado com o apoio do SEBRAE-MG e da Prefeitura Municipal de Sacramento.

Destacamos ainda outras cachoeiras sumarizadas no mapa 04 como a Cachoeira da Soledade, localizada no córrego da Jaguarinha, nas proximidades da comunidade com o mesmo nome, apresenta uma seqüência de quedas, sendo a primeira com 70 metros e a segunda com 30 metros de altura nos paredões de basalto.

Esta região apresenta uma característica bem peculiar de áreas de fundo de vale, em que o perfil fitogeográfico, bem nítido em função da composição da vegetação na base com árvores de grande porte, seqüencialmente diminuem a estrutura no tálus da vertente. Nestas quedas já são praticadas algumas modalidades do turismo de aventura como o rappel e o cascating.

A cachoeira do desemboque, no acesso ao distrito à aproximadamente 68 km da cidade de Sacramento-MG, reflete o uso dos tempos áureos da garimpagem na região. Todo o leito do rio foi removido em busca do metal precioso.

A cachoeira do monjolo, nas proximidades da comunidade de Jaguarinha, com 12 metros de queda livre no fendilhamento do basalto, possui no seu entorno resíduos de veredas gravemente afetadas pela monocultura da soja.

A cachoeira do canal, localizada na região dos pinheiros, a nordeste da cidade de Sacramento-MG, também é um propenso lugar para banho na piscina formada.

A cachoeira do César no córrego do lageado, a 7 km da cidade de Sacramento-MG, nas proximidades da fazenda Sta. Maria, muita água e verde.

A cachoeira do sepulcro no córrego da rifaininha, que banha o sul do município, nas proximidades da fazenda do cipó, está a cachoeira do sepulcro.

A cachoeira da Mumbuca, localizada na região com o mesmo nome, chama a atenção pelos paredões de basalto e os fendilhamentos provocados pela água.

A cachoeira do fundão, típica cachoeira de regiões com variações topográficas, tem como característica principal o fato de escoar um volume muito grande de água advinda de concentrações de canais de ordem a montante sobre um paredão de quartizito.

E o Rio Grande considerado também como um atrativo turístico no município de Sacramento-MG. Banhando todo o limite sul do município, o Rio Grande sempre fez parte da vida dos sacramentanos. Gerações e gerações viveram às suas margens, fazendo uso da imensa bacia hidrográfica. O rio sempre foi fonte geradora de comércio, de riquezas, alimento e energia, além do lazer.

Rio de Grande volume de água serviu, em tempos outros, como importante via navegável, ligando a Estação Férrea de Jaguará ao porto de Igarapava, no estado de São Paulo. Poéticas e lendárias são as façanhas do vapor “Mogi Mirim”, que fazia este percurso, naufragando no início do século passado.

O rio como recurso socioeconômico oferece uma variada opção de pesca com cerca de 90 espécies de peixes catalogadas, dentre elas dourado, jaú, curimba, piracanjuba, traíra,

piapara e tucunaré, este último introduzido com grande alastramento em toda extensão do Rio Grande. O rio também oferece como opção os esportes náuticos.

Na maioria das propriedades que visitamos, estas cachoeiras foram divulgadas sem a autorização do proprietário e, portanto, no sentido da ética e da responsabilidade, não colocamos nenhuma dessas cachoeiras.

A grande questão reside exatamente no fato de que estes lugares não estão preparados para receber esse novo visitante. Os bens naturais se tornam extremamente vulneráveis, principalmente pelo fato do uso de elementos como postais para divulgar o turismo na região.

O turismo tem sido a atividade econômica que mais tem crescido nas últimas décadas, acontecendo praticamente em qualquer parte da superfície terrestre. (GUERRA E MARÇAL, 2006, P. 42.).

A sua projeção sobre os diferentes lugares tem provocado alterações significativas onde se efetiva. Esta atividade econômica pela sua própria composição e característica exige um retorno muito rápido de resultados, fato este que não permite um “tempo” para sua avaliação.

Nesse sentido, é preciso um turismo consciente que seja capaz de articular entre a atividade e o patrimônio que está sendo usado. Acreditamos que a imagem desse turismo que a gestão pública tenta impor é uma atividade que não existe. Pensar em turismo é pensar em algo mais abrangente, pois as constantes matérias em jornais, revistas e até em canais de televisão divulgam de forma errada os atrativos locais.

Os bens naturais são patrimônios que precisa ser respeitado, não podemos compor um cenário turístico e transformá-los em mercadorias. É preciso repensar esta postura, pois da forma como estão sendo expostos não teremos referenciais naturais no futuro. Aqui criticamos fortemente essa prática de divulgação a um potencial turístico do município sem conhecê-lo fazendo apenas valorização de suas características estéticas.

CAPÍTULO III

No silêncio de suas duas igrejas, três ou quatro casebres, ruas de áreas imprecisas e o remanescente da praça deserta, o Distrito Sacramentano de Desemboque é o mais eloqüente documento do passado regional. É a página de rosto do Triângulo Mineiro.

José Bilharinho

O TURISMO LOCAL E AS (RE) INVENÇÕES CULTURAIS

O objetivo deste capítulo consistiu em identificar no espaço urbano e no espaço rural do município recortes da história local que conta fatos do cotidiano, símbolos e edificações, expressões da cultura e componentes da gastronomia que passam a serem desafios como sendo partes da atividade turística.

Destacamos neste capítulo a análise destes componentes vistos a sua aderência ou não nas atividades do turismo local. Consideramos, nesta análise, que as edificações podem se tornar componentes do patrimônio arquitetônico de valor histórico e cultural, propiciando interpretação do público como acontece nas cidades históricas brasileiras, além dos modos de vida, das suas (re) significações, principalmente na gastronomia, oferecendo elementos que desperta um olhar no turista.

Outro objetivo se voltou para um levantamento detalhado destes elementos representativos da cultura local e ainda presentes na paisagem do lugar Sacramento, numa perspectiva que nos possibilitou vê-los e analisá-los como componentes de usos e apropriações turísticos.

O método adotado para a identificação destes elementos consistiu em traçar uma incursão nos fatos da história local, considerando como ponto inicial a criação do distrito de Desemboque. Consideramos esse evento como um marco social e histórico em que se projetam todas as articulações para a criação do município. Estas informações foram obtidas através de análise documental e dos trabalhos de campo.

Os dados levantados através da interlocução com moradores no trecho, registros fotográficos, filmagens e interpretação da paisagem, nos conduziu na reconstrução de um passado imaginário muito ativo do ponto de vista econômico, e que aos poucos foi desacelerando em função de outras motivações econômicas.

Nestes registros, foi possível identificar a história do lugar, materializada e simbolizada nas arquiteturas edificadas como as igrejas, casarões, as antigas fazendas, as pontes e a memória viva descrita pelas pessoas.

É nestes registros que estão às representações do vivido. Apropriando-se da citação de Pierre Nora, na qual consideramos necessário estabelecer uma relação entre história e memória, e considerarmos que os marcos das comunidades são lugares de memória e que estes devem ser utilizados como a expansão da própria cultura local.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] aberta à dialética da lembrança, e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, [...] a história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente; a história, uma representação do passado. NORA, P. (1993, p.23-27) ²¹

As representações do passado, seus símbolos, suas identidades devem ser respeitados na gestão pública, pelos operadores de turismo e pela própria comunidade²². Permitir a exploração irresponsável desses bens é desconsiderar parte da história local e banalizar seu futuro.

Os impactos gerados pela relação além de banalizar seus componentes históricos podem também alterar o modo de vida das comunidades receptoras. Durante o planejamento turístico é necessário analisar as condições econômicas da região turística, tais como nível de desenvolvimento econômico, a relação centro-periferia, que reflete o padrão econômico que a região possui.

Outro fator é em relação aos níveis de pobreza que a população está submetida e as contribuições do turismo para a melhoria da economia local, bem como seu papel em amenizar as desigualdades econômicas.

Quanto aos impactos sociais, estes passam por vários estágios e a consolidação do turismo em determinada localidade nos primeiros momentos promove a atividade, os moradores recebem bem o turista e mantêm relações próximas.

À medida que o turismo se consolida, as pessoas do lugar que desenvolve alguma atividade ligada ao receptivo vêm no turista a possibilidade de se obter lucros. Essa

²¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: Revista Projeto História. São Paulo, no. 10, p 7-28, dez. 1993.

²² Importante complementar que às vezes a comunidade ou pessoas isoladas agride os patrimônios culturais pela falta de conhecimento sobre sua importância na história do lugar. Resta, porém realizados trabalhos que esclareçam e conscientizem as pessoas para essas tornem protetoras dessas riquezas.

objetividade nos negócios, geralmente impede ou mesmo dificulta que se tenha um relacionamento cordial. Com a consolidação do turismo, a população local sente os impactos da presença dos turistas e suas influências sobre a comunidade. Desse modo, apesar do desenvolvimento econômico, a comunidade local percebe mudanças de comportamento em todos que moram no lugar.

Os impactos culturais podem ser positivos ou negativos. Como sendo positivos eles podem contribuir para a valorização do artesanato produzido pela comunidade local. O interesse dos turistas em conhecer e adquirir o artesanato produzido motiva a comunidade local a continuar com a técnica de produção.

Também promove a valorização da herança cultural, pois a cultura da comunidade local torna-se exótica aos olhos dos turistas e, sem ela, o desenvolvimento da prática turística não seria possível.

Além disso, o turismo contribui para a preservação do patrimônio histórico arquitetônico, fazendo com que a população local, bem como o poder político, não promova alterações profundas na paisagem, destruindo prédios antigos ou monumentos para dar lugar a outras construções.

Este respeito não acontece em Sacramento, pois o que assistimos é um descaso com estes bens arquitetônicos que são derrubados para dar lugar a novos imóveis e aqueles já tombados recebem pouca atenção no que se refere conservação física do imóvel.

Os impactos negativos são ameaça à cultura local. Dentre eles está à descaracterização do artesanato por meio da produção voltada mais para atender o próprio aumento de consumo dos turistas.

Outro impacto é a miniaturização das manifestações culturais tradicionais com a criação de uma cultura estereotipada aos olhos dos turistas. Quanto ao patrimônio histórico, a visitação em massa pode comprometer as edificações arquitetônicas, já que o volume excessivo de visitantes causa impactos relacionados à depredação por meio de atos de vandalismo.

Conforme Santos (2008), “novas gentes, outras identidades” demonstra que o contato entre culturas diferentes promove modificações sobre o que está posto no espaço. De um lado, as comunidades locais sofrem mudanças em seus hábitos e costumes, alterando sua cultura em função das necessidades do turismo. Por outro lado, o turista, trazendo para o lugar seus hábitos, seu modo de ver o mundo e interpretá-lo, modifica a cultura típica do lugar que ele visita.

A aproximação dessas duas culturas, geralmente antagônicas promove uma nova dinâmica sobre o espaço, envolvendo o meio natural, a condição sócio-econômica das populações locais e as manifestações próprias de sua cultura. Portanto, as alterações de ordem cultural ocorridas sobre o espaço devem ser discutidas para se planejar ações visando à responsabilidade turística.

É sobre o espaço que ocorre a intervenção do homem, suas ações de cunho transformador que criam e recriam formas no espaço. Assim, as transformações que o espaço sofre são resultados de uma cultura. Quanto ao espaço, podemos afirmar que ele abrange não apenas os objetos naturais e os artefatos humanos, mas também as relações criadas por fluxos de pessoas, mercados, capitais e informações.

Ele surge da interação, mediada pelas técnicas, entre as sociedades e a superfície terrestre. Esta conceituação se refere ao espaço geográfico, que também é visto como espaço heterogêneo, pois reflete as diferenças naturais e a intervenção desigual das sociedades sobre a superfície terrestre.

A organização do espaço em comunidades locais é a manifestação de sua cultura. Como cultura, entendemos o conjunto de tradições, costumes, hábitos, religiões, festas, jogos, rituais, isto é, as manifestações cotidianas que configuram a identidade cultural de um grupo, tribo, povo, etnia, bem como as formas de organização e sobrevivência derivadas das relações. Assim, cada cultura é autêntica e única.

Esta apropriação se dá de várias formas, em várias dimensões e em graus variados de intensidade. Um turista que queira visitar uma comunidade, atraído por uma festa tradicional oferecida por essa comunidade, pode participar da festa de várias maneiras, seja observando o

evento ou participando ativamente da festa, e se relacionando com os festeiros da comunidade.

A presença no espaço criado pela comunidade é transformada em ato de troca cultural, já que seu contato estabelecido pela comunicação é carregado de valores diferentes daqueles que a comunidade possui. Dessa maneira, o espaço sofre, continuamente, transformações advindas da interferência do homem por meio de sua cultura.

Portanto, ao se tratar de sustentabilidade turística, é imprescindível que se considere o espaço e cultura como conceitos importantes na discussão realizada pelo planejamento turístico. O estudo da cultura para o turismo não deve levar em consideração apenas as mudanças provocadas pela atividade turística em comunidades de visitação.

É importante que o projeto turístico considere as transformações da comunidade relacionadas às transformações globais, a relação dos sujeitos com o mundo externo ao seu grupo de convívio, como condição de transformação cultural e transformação espacial. Sendo assim, a organização do turismo local incorpora elementos que surgem do contato entre turistas e comunidades locais.

É uma proposta consistente para promoção de uma atividade que potencialize o desenvolvimento das comunidades locais. Constitui-se como possibilidade para driblar os problemas de pobreza, miséria e fome associados ao turismo.

O município de Sacramento-MG praticamente não possui nenhuma política pública preservacionista e a própria sociedade ainda não se sensibilizou para as questões de identidade e memória, pelo fato talvez de não conhecer a própria história.

No entanto, a comunidade se apresenta como agentes vivos neste contexto de resgate, cobrando o cumprimento dos deveres do município em resguardar esse patrimônio, uma vez que existem leis que os protegem.

Porém, no caso em estudo, também existem os desencontros entre o que existe na lei e aquilo que é praticado, um exemplo desse descompasso são as edificações nas áreas de proteção permanentes nas margens dos rios e córregos.

Perceber os caminhos que podemos traçar para o futuro da atividade turística no município de Sacramento-MG passa pelo conhecimento de como até aqui chegamos, de como foi tratada nossa história, nossa cultura, nossa memória e nosso patrimônio.

Além disso, requer uma avaliação das políticas públicas influenciadora não só na administração do patrimônio público, mas nos aspectos voltados para o respeito ao modo de vida da população, o cuidar da cidade o respeito e a valorização do que foi construído.

Esse legado deixado pelos nossos antepassados torna-se um termômetro para que consigamos um desenvolvimento pautado no respeito a tudo isso construído ao longo de sua história, e nos valores humanos edificados na história como ilustra a figura 22 sobre momentos vividos pela comunidade de Quenta-sol, sobre a visita do então prefeito.



Figura 22: Recepção pelos escoteiros ao Prefeito Juca Ribeiro – Comunidade Quenta-Sol. Registro dos pequenos núcleos urbanos em um município com área territorial muito grande. Este recorte histórico torna-se importante para pensarmos sobre o papel da comunidade no sentido de valorizá-las como sujeitos ativos no processo. A comunidade responde a altura quando é inserida, consultada e respeitada. **Fonte: CERCHI, C. (1991).**

Este simples ato nos faz refletir sobre como as comunidades constroem suas representatividades, tornando simples encontros em memoráveis acontecimentos registrados na história local, pelo fato da grande mobilização que se fez para um momento como este.

Começamos nossa investigação sobre os bens culturais, arquitetônicos, históricos e gastronômicos do município pelo Distrito de Desemboque e compreendemos ser relevante

Segundo Neto, Teixeira (2001, p.68), este mapa foi concluído após expedição iniciada em 1759, demonstrando o caminho da Picada de Goiás, passando pela Serra da Canastra, chegando à localidade do Desemboque.

No início do século XVIII, o Brasil já não mais era somente o litoral. Aos poucos, a conquista do interior tornou-se realidade, dado ao avanço dos desbravadores colonizadores, e aqueles lugares longínquos foram estreitados devido à corrida incansável pelas pedras preciosas de que muito se falava na corte imperial sediada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Vários foram aqueles que se lançaram por esta busca, sendo boa parte destes caminhos confluindo na localidade do Desemboque.

Por volta do ano de 1722, com a efetivação da descoberta do ouro nas terras de Goiás, novamente entra em evidência a importância da região do Desemboque como uma referência de apoio para estes desbravadores.

Para o professor e historiador Cerchi (1991), afamados sertanistas trilharam por estes caminhos, a exemplo de Antônio Pires de Campos, cujo nome se liga à descoberta da região, e, ainda em 1718, esses bandeirantes atingiram o Rio Cuiabá, no Mato Grosso, em expedição de caça aos índios, empreendendo grandes combates e tentativas de organização e controle de aldeias.

Alguns anos mais tarde e a contínua busca pelas fontes preciosas trouxe novamente para a região o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Anhanguera.

Segundo Pontes (1970, p.10-19),

Este Bandeirante aventura na travessia pelo Jeticá - Rio Grande faz escala na ilha da Espinha, e alcança as terras da farinha podre em território Kaiapó, transpõe o vau do roncadour, na localidade de Uberaba legítimo na direção ao Rio das Abelhas, costeia a picada de Goiás Paulista, atingindo o Rio das Pedras, enfim o rio Paranaíba.

A fixação do Arraial de Nossa Senhora do Desterro nas nascentes do Rio das Velhas inicia efetivamente a exploração da região nos anos de 1760.

O papel desempenhado pela aproximação da Igreja católica nesta localidade desempenha um papel fundamental em toda a reorganização no espaço regional, pois as atenções se voltavam para um caminho próspero com indicativos de um processo de crescimento, chegando até a desempenhar um papel central como apoio e guia de entroncamento.

É na avaliação sobre as origens dos bens culturais, patrimoniais e históricos no município de Sacramento-MG que construímos este capítulo, em uma proposta de identificar suas origens, seus usos e representações no conjunto da memória local e focar nosso olhar para uma nova possibilidade de uso via turismo, no bojo das iniciativas tanto pública como privadas.

Para analisarmos a questão da gestão do patrimônio cultural no município de Sacramento-MG, foi preciso ter um conhecimento inicial da evolução sobre a legislação protecionista, por meio de uma análise de documentos, cartas e leis.

Segundo Cury (2000) em “Cartas Patrimoniais”, a organizadora traz para o conhecimento os principais documentos, recomendações, manifestos e cartas provenientes de diversos encontros, congressos e conferências de várias épocas e partes do mundo que, cronologicamente organizados, nos auxiliam a compreender o processo evolutivo da preservação e protecionismo do Patrimônio Cultural.

A “Carta de Atenas” resultado da Conferência realizada em outubro de 1931, organizada pela Sociedade das Nações traça os princípios que passaram a orientar os processos de preservação e restauração dos monumentos históricos.

Este conjunto de leis e documentos nos conduz ao entendimento sobre a necessidade de sua aplicação a realidade de Sacramento onde estas questões são violadas. É preciso cobrar da gestão pública que se manifeste a favor da promoção não somente de campanhas como também ações que efetivem esta preservação.

Em nível nacional, buscando a aplicação desta política de preservação e definição das diretrizes de preservação do patrimônio nacional, e, no início da década de 1930, intelectuais

como Mário de Andrade redescobrem as cidades históricas do Nordeste, como Olinda e do estado de Minas Gerais, como Ouro Preto e Diamantina.

A Constituição de 1934 introduziu no Brasil, pela primeira vez, a prerrogativa do Poder Público no que diz respeito à proteção dos bens culturais brasileiros. Gustavo Capanema, organizou um sistema de proteção aos bens culturais. Em 1936 Mário de Andrade concluiu o anteprojeto, hoje IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937 com a promulgação da Lei nº. 378, que dava nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública. IPHAN (2005, p.12).

Alguns meses após, em novembro de 1937, o Presidente da República Getúlio Vargas promulga o Decreto-Lei nº. 25, que tinha por objetivo organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, através de diretrizes que até hoje norteiam as legislações nas três esferas públicas.

Gustavo Capanema é considerado, ao lado de Mário de Andrade, como os grandes beneméritos da Cultura, pois foram homens de visão, e até hoje, as raízes que deixaram sustentam toda a gestão cultural no Brasil.

O Decreto Lei 25/1937 introduz o Tombamento como instrumento legal de proteção, os livros de tombo como meio de registro, e norteia diretrizes para fiscalização, proteção no entorno e comercialização.

Neste momento, torna-se necessário um destaque maior sobre a “Carta Mater”, o Decreto-lei 25/1937, por ser o princípio e a diretriz de todas as legislações posteriores referentes ao patrimônio cultural, vale destacar que conforme o.

Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4 desta lei.

§ 2º. Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e também são sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenha sido dotado pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Decreto Federal (1937).

Percebemos que Mário de Andrade e Capanema foram visionários ao considerarem o tombamento dos bens naturais, sítios e paisagens. Assim como já colocavam o interesse

público acima do privado, buscando resguardar a identidade cultural do Brasil, conforme ilustram os artigos a seguir.

Art 2º. A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica do direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente. Decreto Federal (19(37).

Dessa forma, são especificados os meios de tombamento dos bens públicos pertencentes à União, aos Estados e Municípios, dos efeitos do tombamento e das diretrizes de preservação.

Os artigos 17, 18 e 19 são de extrema importância, pois definem as regras que depois permitiram o surgimento de outras legislações, e até hoje direcionam as ações administrativas e jurídicas em todas as esferas de poder ao referir-se sobre os usos de algum bem patrimonial.

São eles:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, e caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 18º. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras. Decreto Federal (19(37).

Os artigos retratam a necessidade de identificar e preservar o patrimônio e buscar recursos na iniciativa privada e no estado uma forma de manter sua estrutura original e não permitir que eles sofram intervenções que os descaracterize.

Neste caso, a autoridade da administração pública se torna também co-responsável pelo bem tombado, por sua integridade, restauração e conservação. Posteriormente, estas responsabilidades foram ampliadas pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto das Cidades, Lei Federal nº10. 257 de 10 de julho de 2001.

No artigo “As limitações de uso dos bens tombados”, Fernando Fernandes da Silva, em sua introdução, faz uma importante análise jurídica, confirmando a aplicação do Decreto-Lei nº25/1937 nas outras esferas.

Nosso enfoque está baseado nas disposições do Decreto-Lei Federal nº 25/1937, que disciplina o Instituto do Tombamento em âmbito federal, mas cujos princípios e fundamentos são aplicáveis às leis estaduais e municipais de proteção. Assim, salvo algumas peculiaridades, a análise do tombamento sob esse aspecto é plenamente aplicável às leis emanadas por outros entes federados – Estado, membros, Distrito Federal e municípios. Szazi, E. (2005)

Este artigo faz referência sobre as limitações que os bens tombados enfrentam principalmente na manutenção de suas formas originais. Retrata ainda que na gestão do patrimônio o público e o privado devem assumir responsabilidades e diretrizes ao decidir pelo seu tombamento.

O término da 2ª Guerra Mundial registra um novo rumo para as políticas preservacionista traçadas por intermédio da UNESCO e surgem outras cartas patrimoniais aprofundando os conceitos e as diretrizes para a preservação do Patrimônio Mundial, com ênfase na recuperação do patrimônio destruído pelo conflito na Europa.

No Brasil, a Lei Federal nº. 3924 de 26 de junho de 1961 dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, avançando nesta política preservacionista. Importante mencionar os artigos dessa lei.

Art. 2º. Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas, abrigos sob rocha;
- c) “Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e cerâmicos” nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade paleoameríndios.

A partir de informações obtidas na Casa da Cultura de Sacramento-MG, (2007), na década de 1970 foram identificados no município vestígios arqueológicos, mas que foram transformados em cacos espalhados pelas lavouras, levados como lembrança, ou machados de pedra polida tornaram-se aparadores de portas.

O medo de as autoridades desapropriarem suas terras promoveu um grande descaso por estas peças, decorrente do desconhecimento e a falta de divulgação, e a fiscalização de sua importância acabou se resumindo em algumas representantes expostas no museu municipal.

As adoções de medidas de proteção do patrimônio arquitetônico e dos bens naturais passam a ser uma realidade desenhada no município somente a partir dos anos de 1980. Dessa forma, algumas das edificações mais representativas tornaram-se protegidas por lei e outras derrubadas para dar lugar a outros prédios.

Mas para nada serve a legislação se não há envolvimento entre os proprietários destes imóveis, o órgão público e a população de forma geral que seja capaz de entender sobre a necessidade de sua preservação.

No município de Sacramento-MG, foi detectada por nós a dificuldade sobre a gestão patrimonial, foram vários imóveis antigos derrubados intencionalmente ou pela ação do tempo, o calçamento em pedra arenito tombado pelo Plano Diretor em 2008 foi asfaltado e assim aos poucos perdemos estes símbolos arquitetônicos edificadas ao longo de sua história.

A gestão pública de governos anteriores e pessoas preocupadas com esse patrimônio conseguiu manter de pé alguns deles que descreveremos inclusive sob o ponto de vista do seu uso como argumento na composição e manutenção dos atrativos turísticos.

3.1 Arquivo Público Municipal

A história do município, associada ao crescimento dos ciclos econômicos como o do café, possibilitou a edificação arquitetônica típica do auge deste produto na região e deixaram registrados nos casarões, prédios públicos, fazendas e nas representações religiosas símbolos daquela época.

No conjunto arquitetônico, alguns já foram destruídos para dar lugar aos edifícios modernos, destruindo assim praticamente todo um período importante do passado. Outros, porém, ainda permanecem de pé, mas que necessitam de um acompanhamento contínuo de manutenção.

O arquivo público municipal de Sacramento, localizado no prédio da antiga cadeia pública (Figura 24), ficou abandonado por quase vinte anos, sua preservação somente se efetivou após a construção de uma nova pela administração municipal do então Prefeito José Alberto Bernardes Borges.



Fig.24. Arquivo público municipal. Antiga “cadeia” municipal. Após a reforma, deu-se a transferência para o patrimônio municipal através de permuta com o Estado de Minas Gerais e tombado como patrimônio histórico municipal pela Lei nº. 383 de 1983. O prédio foi destinado como sede do Arquivo Público Municipal.

Encontramos poucas linhas escritas sobre a história deste prédio. A seguir, uma breve citação encontrada no dossiê de seu tombamento:

O antigo prédio da Cadeia Pública de Sacramento onde abriga hoje o Arquivo Público foi construído nos áureos tempos da produção cafeeira na década de 1920 do século passado. Seu construtor foi o imigrante italiano Jácomo Pavanelli que seguia o estilo em voga da época que era o estilo eclético, mistura de art-nouveau e neoclássico. No livro de atas de 1905 já encontramos uma proposta do Cel. José Afonso de Almeida, Agente Executivo da época, a formar uma comissão para escolher um local para uma cadeia e um novo cemitério. O cemitério foi construído e estava pronto em 1906, a cadeia segundo fontes orais teria sido na rua Afonso Pena no bairro do Rosário, não chegando até nós o local específico onde foi. Em 1923 fazem esta no alto da Av. Vigário Paixão. Serviu de cadeia até a década de 1990 quando o prédio ficou pequeno para abrigar o número de condenados, sendo construído outro prédio na periferia da cidade. **Arquivo Municipal de Sacramento (2007).**

Em 1989, o Arquivo Municipal foi criado como Autarquia pela Lei Municipal nº. 230 de 15 de junho, sendo denominado como Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick pela Lei Municipal nº. 230 de 15 de junho de 1989. Em quinze artigos, a Lei nº. 230/89 direciona o funcionamento do Arquivo Público Municipal, inclusive com a definição de cargos administrativos e técnicos, assim como das previsões orçamentárias.

Art 2º. O Arquivo Público Municipal tem por objeto coletar, estudar, classificar e arquivar todo o material significativo referente à história, às letas, à ciência, à economia e ao desenvolvimento da cultura em geral da comunidade sacramentana.

Art 10º. A Municipalidade de Sacramento, tendo em conta a importância cultural da entidade ora criada, consignará anualmente recursos hábeis em seu orçamento, para o bom funcionamento do APM. Lei nº. 230/89

No artigo 2º, acima, as definições dos seus objetivos são claros, mas a aplicabilidade desses quase vinte anos foi bem diferente. O pequeno acervo e suas condições de guarda e conservação nos mostra também o descaso que não mereceu. Se as alterações tivessem sido realizadas com mais cuidado, e tomados os devidos cuidados, certamente teríamos um acervo significativo, conservado, multiplicado e a serviço da memória de Sacramento.

O desrespeito à lei 3769 art. 5º. conduz o arquivo a um local onde se guardam alguns livros, documentos e fitas, sem ao menos ter um arquivista ou responsável direto por seu funcionamento.

A Lei 536 de 31 de março de 1997, que “dispõe sobre a política cultural do município de Sacramento”, dá especial atenção aos arquivos, do artigo 12 até o artigo 25. Infelizmente, é outra excelente lei que ficou no papel, apesar de ser utilizada para obtenção de recursos da Lei Hobin Hood²³ promulgada pelo estado no mesmo ano.

Restaurado em 2000-2001 com recursos do Ministério da Cultura, o prédio em estilo arquitetônico eclético, construído na segunda década do séc. XX recebeu em 2002 o acervo do Arquivo Municipal. Parte dos documentos e livros foi protegida em uma ação emergencial em 2006, mas necessitam urgentemente de passar por todo um processo de limpeza, tratamento e catalogação. Em uma sala onde deveria estar funcionando o Museu de Imagem e Som, o que se vê é um amontoado de caixas.

²³ Lei de redistribuição de impostos arrecadados de municípios maiores para municípios mais pobres do Estado de Minas Gerais.

As condições técnicas e de manutenção do prédio e do acervo são críticas. Em 2007, uma das salas foi transformada em Centro de Memória da Cultura Negra, projeto que deveria receber sede própria. Nesta implantação foi desmontada a pequena galeria de exposição, montada em 2005, em uma tentativa de se iniciar um processo de revitalização do arquivo.

Sua imagem se faz figurar em praticamente todos os fôlderes e publicações municipais, o arquivo municipal não possui acervo significativo, não possui condições técnicas, físicas e recursos humanos, se encontrando depreciado pela falta de manutenção e pelo vandalismo advindo da ausência de vigilância e trabalhos de educação ambiental.

Uma fotografia da fachada principal, tirada após a restauração, está estampada no site oficial da Prefeitura www.sacramento.mg.gov.br (abril 2010), mas a realidade encontrada no local é outra em um descaso pelo patrimônio e memória da cidade.

3.2 Casarão Benjamin Augusto Vieira

O Casarão Benjamin Augusto Vieira, (figura 25). Outro exemplo dos bens tombados é um dos últimos remanescentes das construções do século XIX na atual área urbana de Sacramento. Foi tombado pelo Decreto Municipal nº095 de 12 de maio de 2006 por sua importância histórica.

Pertenceu a Benjamin Vieira, negociante e político, que na vida pública foi vereador e agente executivo, de família de grande influência e de feitos pela cidade, como seu irmão Barão de Rifaina, responsável pela vinda da linha férrea e outras benfeitorias. Atualmente (2010), o casarão passa por obras de recuperação e acréscimo, com recursos próprios dos proprietários. Quando de seu tombamento, o proprietário Omar Cirilo fez voluntariamente a apresentação do projeto, que recebeu modificações e foi aprovado pelo CONDEPLAC²⁴.

Acreditamos que o casarão Benjamin Augusto Vieira deveria receber das autoridades municipais todos os incentivos para implantação de um Museu da imigração e/ou Memorial da Família Vieira, visto que desde a metade do século XIX, na localidade de Desemboque, vem contribuindo significativamente na vida política, social e econômica do município.

²⁴ Conselho de desenvolvimento patrimonial de Sacramento-MG.



Fig. 25. Casarão Benjamin Constant. Apesar de localizar em uma propriedade rural, está dentro dos limites do perímetro urbano. Da época colonial, ainda preserva suas características arquitetônicas e o seu valor histórico é extremamente relevante. Foi durante muitos anos deixado sem nenhuma manutenção devido aos altos custos que a família deveria arcar, porém, hoje (2010), foi restaurado no plano básico, mas, permanece fechado.

No entanto, no município não há nenhuma política de valorização de sua história e vultos, não possui uma política cultural implantada que poderia se converter em uma perspectiva voltada para gerar novos postos de trabalho, conhecimento e preservação da memória.

3.3 Chácara Santa Maria

Santa Maria (figura 26) é uma pequena comunidade no espaço rural localizada a 7 km da cidade de Sacramento-MG na rodovia que liga a cidade de Conquista-MG. Surgiu a partir de antiga Sesmaria do Padre Antonio Alves Portela, irmão do Cônego Hermógenes, fundador da cidade de Sacramento-MG.

Possui um casarão foi construído pelo Capitão São Roque e serviu de sede da fazenda, tendo sido tombado pelo Decreto Municipal nº. 175 de 30 de julho de 2007, devido ao seu valor histórico, cultural, arquitetônico e natural.

Atualmente, é sede do Instituto Cultural Leopoldina Geovana de Araújo, fundado em novembro de 1997 e oferece diversas atividades de evangelização, profissionalizantes e recepção de caravanas espíritas provenientes de vários estados do Brasil.

Construído por volta de 1850, sede da antiga fazenda Santa Maria é uma construção colonial com embasamento em pedras tapiocanga, alvenaria de adobe, substituída parcialmente em 1998 por tijolos, estrutura e esquadrias em madeira, telhas coloniais, pisos em assoalho, cimento queimado e pedras.



Fig. 26. Vista área da Fazenda Santa Maria – Importante referência da doutrina espírita. Nesta imagem está o chamado turismo alternativo. Alternativo no sentido de não se enquadrar no turismo de massa, mas que possui um visitante freqüente ao longo do ano. **Fonte: Instituto Cultural Leopoldina Geovana de Araújo. (2007).**

As edificações da fazenda como a antiga cocheira foi adaptada para salão de reuniões, o pomar e o porão foram preservados, bem como foram conservados o monjolo com o canal em madeira.

Hoje (2010), está em fase de implantação o Museu de Santa Maria, com o objetivo de preservar e divulgar a história da fazenda, das famílias e do Espiritismo na região.

Essa fazenda possui um valor significativo no receptivo local pelo fato de possuir freqüentadores ao longo do ano que procuram o centro para as atividades do espiritismo.

Esta participação está associada ao fluxo de pessoas no local, porém não se restringe somente à visita ao Centro Espírita, pois estes visitantes, ao se deslocarem para a cidade de Sacramento-MG a fim de fazerem suas refeições, ou somente uma visita, acabam deixando valores agregados ao comércio local.

Este imóvel é uma representação de um atrativo do turismo religioso e uma identificação das iniciativas particulares relacionada ao com o fazer turismo com resultados positivos para o patrimônio.

Neste caso a iniciativa privada consorciou sua atratividade ao turismo sem prejudicar suas formas originais, por outro lado, o atrativo é utilizado pela gestão pública para estampar o material de divulgação do “potencial turístico” do município que por ele nada faz a não ser na melhoria da infraestrutura de acesso.

3.4 Museu Histórico Corália Venites Maluf

O Museu Histórico de Sacramento inaugurado em 1983, pelo prefeito José Alberto Bernardes Borges, através da Lei nº. 240 de 18/08/1982 denominado de “Museu Histórico Corália Venites Maluf” (figura 27).

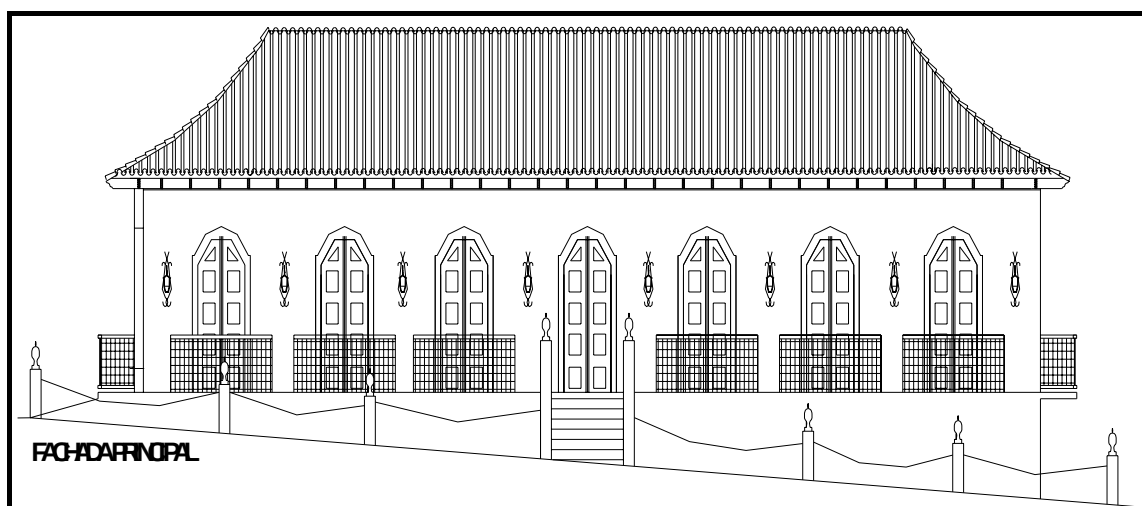


Figura 27: Museu municipal. Concentração do acervo histórico, peças de artesanato, manuscritos e mosaico fotográfico da região. Os museus são importantes fontes de referência por abrigar elementos do cotidiano de um determinado momento histórico e preservar os componentes simbólicos da paisagem. Para o turismo muito mais que servir de biblioteca viva sobre o lugar visitado, torna-se uma referência importante para medir o grau de preocupação e preservação patrimonial. O museu quando está com a manutenção em dia, peças e objetos sempre cuidados, significa que a gestão não simplesmente tombou o bem ou edificou uma casa, significa que o cuidado em preservar estes componentes da história possui sua importância para a promoção turística. Em Sacramento-MG, este espaço agora (2010) após passar por uma ampla reforma demonstra esse cuidado fato que foram vários anos sem nenhum cuidado. **Fonte: Arquivo Público Municipal, (2007).**

O Museu sempre foi considerado pela gestão pública um “cartão postal” de Sacramento, presente em todas as divulgações sobre o município, mas percebemos que os investimentos e a atenção que recebe dos administradores não são compatíveis com o uso de sua imagem.

A única referência da tipologia é a de “Museu Histórico”, pois não existia Decreto ou Lei de Criação, estatuto ou regimento interno. O único documento de referência e controle do acervo ao longo dos 23 anos é um livro de ouro das doações feitas para a formação do acervo inicial.

De sua inauguração em 1983 até o ano de 2005 não foram realizadas modificações ou reformas, apenas acrescentadas algumas peças no acervo, recebidas de doação. Inclusive havia a existência de inúmeras vitrines vazias, outras no chão, em uma exposição montada permanentemente sem nenhum critério técnico.

Apesar de a lei fazer referência à preservação nos seus diversos aspectos, no contexto geral percebemos que os museus são tratados sem o menor cuidado específico e mesmo estas pequenas linhas, na realidade, nunca foram cumpridas, pois a perda do acervo do museu é visível e concreta.

A Lei Orgânica do Município apresenta em suas diretrizes gerais a preocupação em preservar, difundir a cultura, o patrimônio cultural, as expressões, mas referência ao museu especificamente só encontramos.

Art. 2º – No plano geral de desenvolvimento cultural e turístico, o Município incluirá a implantação de projetos de divulgação do Museu Histórico de Sacramento, do Palácio das Artes e incentivará a Feira Anual de Artes e Artesanatos, bem como a restauração emergente das Igrejas do Desemboque, tombadas pelo Poder Público. Pg.38.

Com tantas informações, leis e decretos, em 2005 foi implantado um projeto de reforma física, com o objetivo de regularizar sua situação jurídica e seu funcionamento nas normas técnicas museológicas, bem como a criação de reserva técnica, inventário do acervo, programa de educação patrimonial e de atendimento ao público.

O Museu Histórico Corália Venites Maluf tem recebido investimentos proporcionalmente inversos a sua importância e divulgação, assim como todos os bens culturais que, por tantos anos, têm desfilado por pôsteres, revistas e sites de Sacramento. Observe-se, na figura 28 o uso desses bens como argumento para atrair visitantes para cidade.



Figura 28: Observe no recorte acima retirado de um dos panfletos de divulgação do turismo em Sacramento-MG em que os bens arquitetônicos do patrimônio histórico e natural do município são utilizados como atrativo turístico. Estes componentes são representações importantes de um cotidiano vivido, porém, reerguer suas paredes não significa que se tornaram turísticos, é preciso repensar esta postura de vender um turismo que não existe e evitar divulgar estes bens simplesmente porque foram importantes em um determinado tempo. Este convencimento atrai de forma ou de outra o visitante, porém, a decepção é grande, pois a realidade não está conforme a divulgação. **Fonte: Prefeitura Municipal de Sacramento (2008).**

3.5 – Chácara Triângulo – Lar de Eurípedes Barsanulfo

A Chácara Triângulo foi tombada pelo Decreto nº. 058 de 2007 pelas características histórico-culturais e arquitetônicas o elevam ao bem patrimonial, assim como pela memória de Eurípedes Barsanulfo, maior expressão do espiritismo municipal.

O casarão-sede (figura 29), construção do final do século XX bem preservado. A propriedade é conhecida como Chácara Triângulo e passou a ser referência quando, em 1970, foi transferido o antigo quarto de Eurípedes para uma área ao lado do casarão-sede. Em 1971 foi edificada a sala Dr. Bezerra de Menezes, onde é realizado o culto do evangelho e demais atividades do Centro Espírita Casa do Caminho – Recanto da Prece.



Figura 29: Casarão sede da Chácara Triângulo, local de estudos espíritas que anualmente atrai um volume significativo de turistas. Apesar da gestão pública utilizar este fator como atrativo, os responsáveis pelo centro nunca apropriaram de sua memória para divulgar e atrair pessoas. Esse fato vem causando sérios problemas para a infra-estrutura local. No dia primeiro de maio quando a cidade recebe o maior volume de pessoas para visitar o túmulo de Eurípedes Barsanulfo, constatamos que a há um estrangulamento nos serviços oferecidos. Pelo fato de ser feriado, o visitante não encontra restaurantes abertos ou outro tipo de serviço que lhes dê apoio. Nos encontros anuais o problema se repete no qual o centro procura solução através das acomodações na fazenda espírita. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Eurípedes é o filho mais ilustre de Sacramento, tendo desencarnado em 1º de novembro de 1918 e até hoje faz diferença na vida da cidade, pois falar de turismo em Sacramento é falar principalmente do turismo religioso espírita, por sua causa. Aos sábados e

domingos, são inúmeras as caravanas que passam pela Chácara Triângulo e demais pontos relacionados com o médium.

3.6 Casa da cultura Sergio Pacheco

Construída na década de 1980, a casa da cultura (figura 30) é um prédio com espaço físico destinado ao funcionamento de uma biblioteca e atividades culturais no anfiteatro.

Necessita de reforma, apresenta problemas constantes de cobertura e de umidade, apesar das reformas já realizadas.



Fig. 30. Casa da Cultura de Sacramento. Local de realização das atividades culturais do município possui além do anfiteatro uma biblioteca pública. Um grande representante dos bens arquitetônicos locais, porém, pouco utilizado para a promoção e divulgação da cultura e de atividades esclarecedoras sobre as atividades turísticas. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Como todos os bens e espaços culturais, a Casa da Cultura é utilizada como promoção de Sacramento, mas não recebe os investimentos compatíveis, e mesmo as informações veiculadas não condizem com a realidade encontrada.

3.7 Colégio Allan Kardec e Centro Espírita Esperança e Caridade

O Centro Espírita Esperança e Caridade (figura 31), fundado em 1904, e o Colégio Allan Kardec, em 1907, por Eurípedes Barsanulfo, foi edificado em estilo eclético, com forte influência da *Art Nouveau*, e pode ser considerado na área urbana de Sacramento como o mais significativo patrimônio existente, tanto historicamente, como por seu estilo arquitetônico.



Fig. 31. Colégio Allan Kardec, um dos mais importantes representantes dos bens arquitetônicos do município. Apesar da sua importância como patrimônio arquitetônico, cultural e histórico, o prédio não possui qualquer proteção e vem sofrendo alterações com o passar dos anos. Existe resistência ao tombamento por parte dos dirigentes da fundação responsável pelo prédio, e das autoridades municipais.

A falta de conhecimento dos grandes benefícios que um tombamento pode proporcionar para a conservação e restauração do imóvel e da preservação do mesmo para as gerações futuras poderá colocar em risco este e outros patrimônios arquitetônicos particulares no município.

As grandes dificuldades por que já passou, e passa a instituição, e sua importância não só para o município, mas para o Brasil, deveria já ter recebido há muito tempo uma proteção legal, mesmo que compulsória. Forros, esquadrias, pisos e varanda sofreram modificações significativas, mas passíveis de serem recuperados parcialmente.

Existem quatro datas que tradicionalmente o Colégio recebe grande fluxo de turistas. O primeiro faz referência ao Encontro de Evangelização do Espírito em janeiro e julho, com uma média de 500 participantes. O segundo, sobre as comemorações de nascimento e desencarne de Eurípedes, acontece nos meses de maio e novembro eventos que chegam a trazer duas mil pessoas em um único final de semana para a cidade.

É neste momento que percebemos como a cidade não possui infra-estrutura suficiente para atender a esse volume de visitantes. Isso deve servir como alerta para a gestão pública municipal, que sempre está divulgando a cidade como turística.

No entanto, para Sacramento ser turística não basta apresentar aspectos turísticos, deverá também se constituir de equipamentos e serviços que sirvam de apoio aos visitantes.

Portanto, consideramos uma irresponsabilidade muito grande promover a cidade via de um ou outro atrativo e esquecer que o visitante necessita de restaurante, postos de combustíveis 24 horas e hotéis.

3.8 Imagens tombadas

O município de Sacramento-MG possui um conjunto de imagens tombadas, divididos em dois acervos, que necessitam de programa de conservação, preservação e segurança. O primeiro diz respeito ao acervo do distrito de Desemboque: imagens do séc.XVIII e XIX - Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e São Francisco.

O outro conjunto esta na cidade de Sacramento-MG, uma imagem de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento do séc.XIX(figura 32) e outras imagens com destaque para Nossa das Dores (33) e Senhor Morto (34).



Figura 32: N.S.S. Sacramento Lei municipal No. 748 de 2000

Figura 33: N. S. Dores Lei municipal nº. 837 de 2002.

Figura 34: Senhor Morto Lei municipal nº. 837 de 2002. As imagens de arte sacra são representantes da expressão religiosa de um povo, porém, sua utilização de forma indiscriminada provoca desrespeito à sua importância. **Fonte: Igreja Matriz de Sacramento – Exposição permanente**

As imagens representativas dos santos funcionam como um argumento para a realização dos eventos de cunho religioso, mas que na verdade é apenas forma de atrair as pessoas para consumir os atributos da festa.

3.9 Palácio das Artes: Antiga estação dos bondes

Em 1983, a antiga estação dos bondes foi tombada como patrimônio municipal pela Lei nº. 257 e, entre 1984 e 1988, na administração do então prefeito Luiz Magnabosco, foi restaurado para a implantação do Palácio das Artes.

Atualmente (2010) funciona a sede dos artesãos, através de uma parceria entre a Prefeitura e a Associação de Artesãos de Sacramento, onde são comercializados artesanatos, doces e bordados produzidos no município. (figura 35).



Figuras 35: Insumos locais comercializados na casa do artesão. Aqui está um representante advindo de uma boa relação entre turismo e comunidade. A gestão pública cedeu os espaços físicos localizado em uma via de circulação de visitante e ali são vendidos os produtos que os artesãos produzem. Estes pontos servem também como termômetro pra identificar o perfil do turista que circula pelo município. **Fonte: Silva (2007).**

Em conversa informal com a coordenadora do ponto de venda nos revelou que “o público que consome este tipo de produto são de adultos para melhor idade e que jovens raramente compram nossos produtos” reside nesta informação um dado importante para a gestão pública voltar à atenção para este grupo de turistas. A construção do Centro de Atendimento ao Turista, em 2007, aterrou os remanescentes da antiga plataforma de passageiros e também um pequeno armazém de carga.

Para historiadora Dollabela (2008), é importante salientar que a falta de planejamento e de políticas públicas coerentes provoca este tipo de erro que, em vez de promover e valorizar a estação dos bondes, restituindo suas características, provocou a desvalorização e destruição de parte de um bem cultural tombado, representante de uma história única, privilegiando apenas os aspectos voltados para o turismo.

3.10 Usina de Cajuru

A construção da antiga usina se deu a partir de setembro de 1907, quando aprovado pela Câmara Municipal uma lei que autorizava ao então Agente Executivo, Cel. José Afonso

de Almeida, a instalação dos bondes elétricos interligando a cidade até a Estação Sacramento da Cia. Mogiana, e a construção de uma usina de energia elétrica.

A usina elétrica municipal, chamada Usina Cajuru, está localizada a 5 km da cidade no Ribeirão Borá, local onde se forma a cachoeira Cajuru e forneceu energia elétrica durante meio século para as cidades de Sacramento-MG e de Conquista-MG, sendo que para os bondes elétricos até 1937.

A represa e o vertedouro se encontram a 200 metros acima da usina, com o desvio da água por um canal de fuga aberto na rocha e canalizado para as tubulações que acionam as turbinas geradoras. A antiga casa de máquina como a estrutura física do prédio passou por uma restauração entre os anos de 1999 a 2001. (figuras 36 e 37).

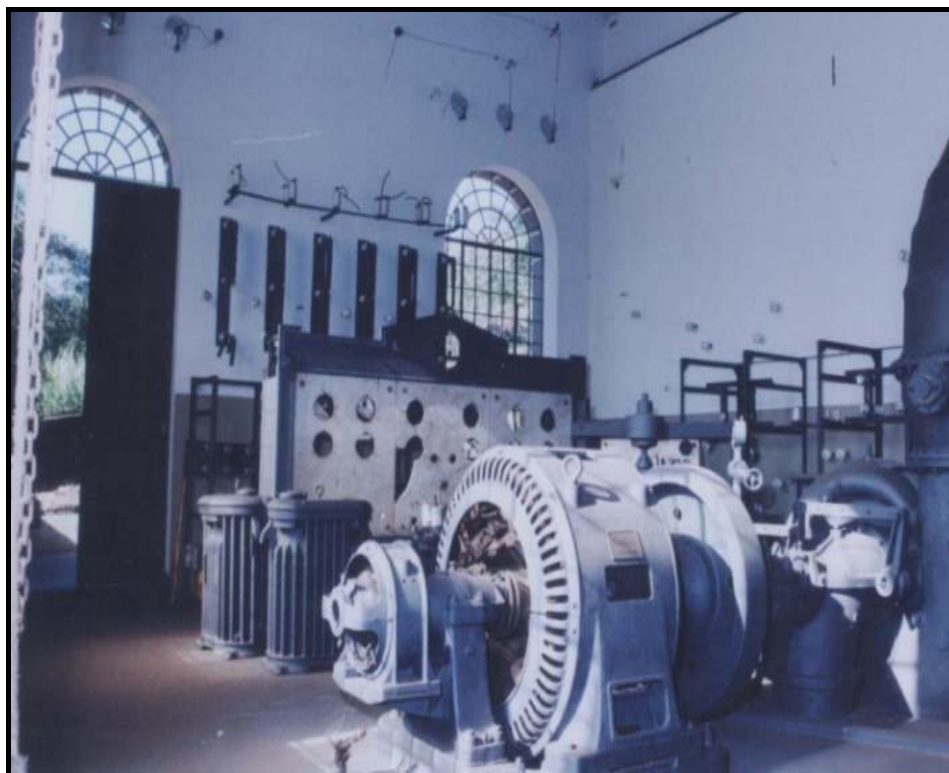


Figura 36: As imagens acima visualizam peças da antiga usina Cajuru, geradora de energia nos anos de 1930. Este patrimônio recuperado com o objetivo de se criar um museu para contar a sua importância para a época novamente toma caminhos controvérsios. **Fonte: PMU (2008)**



Figura 37: O espaço deveria ser criado como um centro de promoção de atividades relacionadas ao meio ambiente ou ações de educação ambiental e patrimonial, porém, as intenções sobre o lugar é divulgá-la como mais um atrativo histórico do município. **Fonte: PMU (2008)**

Até o início de 2005, a gestão pública mantinha funcionário para receber visitante, e após a concessão e início de operação as visitas passaram a ser agendadas pela empresa concessionária, inclusive a criação de um espaço museológico.

A usina foi tombada como patrimônio histórico pela lei municipal nº. 257 de 1983, mas somente em 1999 é que recebeu os primeiros investimentos para sua restauração. A usina de Cajuru também sempre ilustra as campanhas realizadas pela gestão pública municipal (figura 38), como um importante atrativo turístico.



Figura 38: Folder de divulgação sobre os atrativos turísticos de Sacramento-MG, destacando o edifício da usina. Apesar de investimentos realizados pelo órgão municipal, sua exploração como equipamento para a prática de educação ambiental e uso sustentável deveria partir de uma exploração que incluísse não somente a parte arquitetônica, mas também os bens naturais, a vegetação em uma proposta articulada com as propriedades vizinhas. Isso requer investimentos em infraestrutura e recursos humanos, preocupação esta não demonstrada pela gestão pública. **Fonte: Arquivo público municipal (2005).**

3.11 – Aspectos da pré-história local

As informações referentes à ocupação pré-histórica no município são muito restritas. Depoimentos de moradores das comunidades de Santa Bárbara, Sete Voltas, Desemboque, Cafundó, Palhares e Mumbuca, demonstram a presença de peças e artefatos representativos da pré-história no município como os machados de pedra.

Segundo PONTES (1970), são várias as expressões e peças encontradas no município como urnas funerárias, artefatos domésticos, cacos de potes ou mesmo de igaçabas, ainda têm sido encontradas nas margens dos ribeirões Borá, Farinha Podre e Chapadão do Rio Claro, e vertente mineira do rio Grande como na fazenda Aldeia (figura 39).



Figura 39: Fazenda Aldeia nas proximidades do rio Grande abriga um acervo de materiais arqueológico como pontas de lança, peças de cerâmicas e trincheiras utilizadas pelos soldados na guerra entre São Paulo e Minas na Revolução Constitucional de 1932. Este fato é inversamente desconhecido em relação à cachaça produzida no mesmo lugar. Os componentes arqueológicos, os fatos históricos e objetos dos antepassados poderiam se tornar um importante argumento para atrair um público comprometido com o seu futuro. **FONTE: CEZAR, T. (2006).**

Outros trabalhos foram realizados juntamente com a 13^a. Superintendência Regional do IPHAN e com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 2005 e 2006, buscando justamente promover um ordenamento territorial destas identificações, mas infelizmente ainda não foi implantado nenhum projeto de proteção a esses sítios.

A primeira referência feita à arqueologia cita a implantação da Usina de Igarapava no Rio Grande - sítio do afundo, o material²⁵ encontrado foi doado junto a Pontifícia Universidade Católica - PUC na cidade de Belo Horizonte-MG.

²⁵ O sítio foi registrado no IPHAN em 23 de janeiro de 1998: N° de catálogo: 393 UFMG - artefatos lítico polido e cerâmico. Pesquisadores responsáveis: Paulo Junqueira e Ione Malta, Responsável pelo preenchimento da ficha de registro junto ao IPHAN: Mônica C. Schlobach. (fonte: www.iphan.gov.br).

A segunda foi registrada com a implantação da Linha de Transmissão de energia Araxá - Jaguará 2 da Cemig. No levantamento preliminar para o EIA/RIMA, foram localizados três sítios arqueológicos, mas apenas em um deles foi realizada a prospecção²⁶.

Existe uma região conhecida como Quilombo, entre a comunidade de Santa Bárbara e o Morro do Baú, que, segundo a tradição oral, foi realmente um quilombo. Parte foi alagada pela UHE de Estreito, mas não devem ser desprezados os indícios existentes e a área remanescente. Em todo o município encontramos muros de pedras de diferentes épocas.

Utilizados como divisão de propriedades, currais, jardins e pomares, devem ser preservados por gravarem a cultura do homem, do trabalho na transformação da natureza (figura 40).

Muitos têm sido destruídos para uso da pedra, que é utilizada para embasamento de casas. Por isso, é de extrema importância um programa de conscientização e de preservação com os proprietários e a comunidade em geral.



Figura 40: Muros de pedra nas proximidades da Gruta dos Palhares. Estes artefatos são componentes da história de ocupação do município que deveria ser preservado. Estes currais são elementos simbólicos que descrevem uma realidade econômica do lugar e de uma época desprovida de materiais de construção e não podem ser deixados de lado como estão. **Fonte: DOLABELLA, V. (2006)**

²⁶ No site do Iphan (www.iphan.gov.br) já estão disponíveis as fichas dos sítios arqueológicos, sendo responsável Maryzilda Couto Campos e a informação de que o material proveniente do salvamento se encontra no Museu de Ciências Naturais da PUC/MG.

Estão registradas no IPHAN (2007), as localidades conhecidas como Garimpo e Cemitério estão nas áreas de influência do Rio Araguari com Ribeirão do Inferno, na antiga estrada Araxá – Porto do Rio Grande foi identificado um sítio arqueológico lítico lascado, registrado durante implantação da linha de transmissão Araxá – Jaguará.

Todos os currais de pedra do município foram catalogados em nossa visita de campo em 2006, mas em agosto de 2009 ao retornarmos nestes locais, observamos que as pedras estão sendo retiradas por moradores ou destruídas pelos animais.

Apesar de estas informações terem sido fornecidas para prefeitura municipal, faltou empenho e um trabalho de divulgação sobre sua importância por parte da gestão pública, porém, esses bens patrimoniais também estão presentes nas campanhas de divulgação dos atrativos turísticos locais.

3.12 – Fazendas, Engenhos e Casarões.

No município foi registrado um desenvolvimento da agropecuária extensiva, sendo a efetivação dessa atividade após a metade do século XIX, mantendo até hoje esta característica, com raras exceções. São comuns as ruínas de engenhos, os currais e muros de pedras.

Em todo o município existem várias fazendas com seus laços tradicionais expressas nos engenhos, alambiques, fogões e fornos e nos carros de boi, outros merecem estudos históricos e de resgate cultural como as rotinas do dia a dia compondo os modos de vida, daí a necessidade de sua proteção.

O abandono de sedes e construções de serviços é visível em todo espaço rural, e com isso perdemos importantes traços não só na história, mas também no seu caminho para o futuro, pois a atividade planejada como o turismo rural proporcionaria inúmeros benefícios para as comunidades onde se localizam.

Estes benefícios passariam pelo aspecto econômico nas propriedades como alternativa para agregar valor, preservando a cultura e o patrimônio, fatos ainda não observados no município.

No levantamento realizado sobre essas propriedades identificamos algumas fazendas com seus proprietários preocupados com a sua preservação arquitetônica, e dos símbolos fixados pelos antepassados, porém, os altos custos de sua restauração às vezes impedem a realização das reformas.

O turismo poderá ser despertado ao voltarmos nossos olhares para estas antigas fazendas, suas sedes, os engenhos, os monjolos, os velhos currais podem ajudar a compor os roteiros turísticos rurais pelo fato de contemplar um momento histórico que resiste em permanecer ali, e também pela busca que o visitante tem que é conhecer o seu formato original.

Na região denominada Mumbuca, Rifaininha, Palhares e Jaguará resguardam em termos de patrimônio histórico, arquitetônico e cultural uma expressão muito importante para o município de Sacramento-MG.

A fazenda da Serra, localizada na região conhecida como Pinheirinho, entre o distrito de Desemboque e a comunidade dos Pinheiros, tem em uma de suas divisas a cachoeira João Inácio, ponto turístico divulgado em várias reportagens e pôlderes, inclusive no roteiro Caminhos da Canastra.

A sede é um casarão de construção do final do século XIX e início do século XX, que apesar das reformas, mantém suas características arquitetônicas e hoje pertence a um empresário do estado de São Paulo que tem feito investimentos visando o desenvolvimento de atividades turísticas na propriedade.

Na Fazenda Juca e Bica, localizada entre a região do Desemboque, foi uma propriedade de grande extensão de terras com várias construções. Apresenta características de construções arquitetônicas típicas do século XIX, possui na estrutura interna divisória em madeira com influências da imigração européia. Aqui encontramos a pedra como material abundante que serve para construir os cochos, muros, paredes, alicerces e pavimentações.

A antiga construção do século XVIII, que ruuiu após ter sido desocupada, com a implantação do Parque Nacional, Ainda mantém elementos suficientes para a viabilização de

uma restauração e da preservação de sua história. Construção é feita com alicerce em pedras, estrutura em madeira e paredes em adobe que mantém viva uma história que passa por gerações.

A fazenda Aldeia, entre a comunidade de Jaguarinha e o Cafundó, é uma região constituída por pequenas e médias propriedades, onde se encontram vestígios da ocupação pré-histórica e de uma antiga estrada que ligava o porto no Rio Grande à Araxá, no século XIX.

Rica em patrimônio histórico, cultural e natural, é uma região que merece todo o cuidado, pois o avanço da monocultura da cana-de-açúcar nessa região constitui uma séria ameaça para todos esses referenciais na história do município.

A Fazenda São Luiz, localizada na região de Jaguarinha, passou por reformas e acréscimos. É uma propriedade bem preservada e cuidada, mantendo as casas de colonos da época do auge do ciclo do café. Outros aspectos naturais como às diversas cachoeiras no seu entorno e as lavouras de café tornam essa propriedade uma referência para o turismo rural.

A Fazenda Santo Antonio, localizada entre a Serra e a represa de Jaguará, é uma propriedade que já foi dividida para várias gerações. Nessa propriedade é possível encontrar apoio aos visitantes, principalmente pela oferta de refeições que são feitas pelos proprietários no próprio local, e assim, da região do Cafundó à Bocaina, famílias estão se voltando para essas atividades como os Devós e os Mateus, mobilizando ações diversificadas na propriedade, porém conscientes dos valores da terra e das tradições.

As Fazendas Oliveiras, Divisa e Soberbo, região pouco pesquisada, porém de grande valor em termos de patrimônio histórico e cultural, estão localizadas na região leste do município, limitada pelo Rio Araguari e o Ribeirão do Inferno, na divisa com os municípios mineiros de Araxá e Perdizes.

Optamos em não divulgar imagem dessas propriedades, apesar da autorização de seus proprietários, pensamos que o ordenamento desse patrimônio para o uso turístico deverá ser precedido de um amplo projeto em que as comunidades rurais passariam a ser gestoras do seu

próprio patrimônio com uma consciência voltada para a preservação e não simplesmente usufruto da atividade.

Nossa preocupação reside no fato de que ao divulgar estes bens, a procura pela visita aumento e o proprietário acaba deixando de lado a proposta de preservação e faça mudanças descaracterizadoras na sua estrutura para melhorar a imagem para o visitante.

O volume de propriedades rurais com estilos e épocas é tão diferente que formatar um circuito colonial seguindo modelos como do estado de Santa Catarina e Paraná auxiliariam na complementação de renda para as famílias, auxiliando até mesmo na fixação do morador em suas propriedades com o desempenho de outras funções, fora as tradicionais como a ordenha e a agricultura.

Esse modelo de multiuso das propriedades passa pela interação entre o tradicional e o novo, em uma perspectiva da pluriatividade, no qual a manutenção das características originais consorciadas com os visitantes ajudaria na preservação das identidades regionais.

A migração desse morador do espaço rural ocorre por vários fatores, dos quais podemos citar a dificuldade de sobreviver com baixa renda em sua pequena propriedade, com filhos precisando estudar, a seca que abate o gado, as estradas alamaçadas no período da chuva, o leite pouco valorizado e que não paga sequer o suplemento para o aumento na produção, e a baixa estima do homem do campo.

Conforme constatamos em nossas pesquisas, todos esses fatores evidenciam um novo cenário rural com propriedades abandonadas ou fluxo rotineiro de morar na cidade e vir para os afazeres, e voltar no fim da tarde.

Em busca de tentar encontrar exemplos no Brasil que superou a realidade do abandono das propriedades rurais e que buscou medidas para amenizar ou valorizar o campo, visitamos no Estado do Espírito Santo os municípios de Afonso Cláudio e Domingos Martins.

Deslocamos até esses municípios, fomos recebidos pelos gestores do turismo local que nos expuseram toda a história sobre o turismo no município. Primeiramente fomos esclarecidos de que a área rural de Afonso Cláudio estava ficando vazia, todos se mudando

para Vitória em busca de outra realidade, vida melhor para os filhos, renda e sem intenção de voltar.

Estas pequenas propriedades, aos poucos, foram sendo adquiridas por empresários ou pessoas de posses²⁷ da capital, que começaram a edificar nesses municípios suas casas de veraneio, típicas para fim de semana. A duas cidades possuem um fluxo muito intenso de veículos originados da capital mineira Belo Horizonte, com destino às cidades capixabas de Vitória e Vila Velha.

Esse movimento despertou nesses proprietários um olhar para um possível comércio às margens da BR 262, e aos poucos elegantes restaurantes, cafés coloniais, pousadas e até restaurante de cozinha internacional foram abertos no meio da serra.

Essa iniciativa despertou naqueles que resistiram em ficar nas suas propriedades, que até então se limitavam ao plantio do café arábico, o orgânico e laranja, a possibilidade de diversificar suas atividades.

E foi isso que aconteceu. Com o apoio da Secretaria Estadual de Turismo, Secretarias regionais, SEBRAE e Governo Federal, implantaram nesses municípios o agriturismo²⁸, que surgiu como uma proposta de promover o turismo no espaço rural e tentar fixar o homem em suas propriedades, isto é, nas poucas onde ainda havia morador autóctone.

Hoje (2010), o cenário do espaço rural desses municípios se confunde entre as tarefas na contínua produção do café e outras atividades, mas também outros afazeres como conduzir visitantes mata adentro numa simples trilha, preparar refeições sob encomenda para aqueles que procuram os banhos nas cachoeiras, levarem as crianças para conhecer a ordenha, o cavalo, a criação de porcos ou andar pelos laranjais, plantados na serra como se fossem arbustos, tudo isso por um preço combinado previamente.

Nesse contexto de mudanças, os moradores permanecem em suas propriedades e se dizem satisfeitos com a nova realidade pluriativa.

²⁷ Expressão comum no interior do Brasil, referindo-se aquelas pessoas de alto poder aquisitivo.

²⁸ Modelo de atividade turística que consiste em usar as edificações rurais, a gastronomia, a produção local para servir de apoio logístico aos visitantes, geralmente sem pernoite.

O contato com moradores do espaço rural do município de Afonso Cláudio-ES descreve:

“Tínhamos uma vida regrada na renda dos litros de leite, do café e de trabalhos para os vizinhos. Hoje já reformamos a casa, fizemos uma varanda para receber os turistas e meus dois filhos que moravam na capital voltaram por que agora o dinheiro dá pra todos.”

Nesta descrição, reconhecemos o significado do papel social que um turismo bem planejado, consciente e envolvido com a comunidade possibilita, já que transforma cenários desfavoráveis aliados na melhoria da vida das pessoas, sem apagar os costumes, sem expulsar o morador, com impactos ambientais mínimos e principalmente na preservação das identidades ali edificadas.

Essas características bem descrevem o município de Sacramento-MG, suas antigas propriedades de café, de produção de leite, de cachoeiras, de costumes típicos do interior montam um cenário para a prática de uma atividade turística, porém, o que assistimos conduz ao exemplo citado do Espírito Santo, pois não há no município um plano que promova a atividade de forma consciente e interativa com a comunidade.

Apesar de o plano diretor contemplar aspectos voltados para o turismo, as expressões de iniciativas estão restritas a iniciativas de alguns proprietários ou apenas como projeto.

O plano diretor do município, elaborado e aprovado em 2007, definiu cinco macroespaços e nos mostra claramente que resultados compensadores podem ser conseguidos, se houver vontade política para que a cultura e turismo deixem de ser coadjuvantes e passam a fazer parte das ações prioritárias do município.

Assim, como possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, as moradias abandonadas, há quase quarenta anos, no processo de êxodo rural, poderão se tornar um apoio logístico para o visitante, no espaço rural de Sacramento-MG.

Continuando nossa trajetória pelo município e algumas avaliações, deparamos com a região dos chapadões da Zagaia e do Bugre, que foi colonizada na segunda metade do século XVIII e consolidada no século XIX, principalmente com as fazendas de criação de gado. Esta

ocupação se estendeu até as décadas de 1960 e 1970 do século passado, quando um projeto de reflorestamento e a implantação do Parque Nacional da Canastra modificaram este cenário.

Os pinus e eucaliptos substituíram a vegetação característica do Cerrado e as sedes das antigas fazendas foram derrubadas para a construção dos barracões de apoio, enterrando suas histórias e lendas. A fazenda do Bugre foi perpetuada nas páginas de Mário Palmério e a da Zagaia tem sua história contada até os dias atuais pelos moradores mais antigos da região e se encontra em processo de ruínas dentro da área do Parque.

O distrito de Desemboque, de morador ilustre como Lima Duarte, já foi sede do Julgado da grande extensão de terras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, hoje (2010) estampado em tantas mídias, tenta não morrer através de alguns poucos moradores, que por falta de alternativas, permanecem no lugarejo.

Terras promissoras do ouro e das pedras preciosas no século XVIII, hoje são novamente colonizadas pelos “bandeirantes paulistas” que comprem as suas terras, provocando a perda de referências culturais pela saída das famílias do local.

O turismo sem políticas públicas de preservação e de investimentos, sem apoio e incentivo aos moradores, se torna uma atividade complexa e repleta de possibilidades de destruição da vida e da cultura de qualquer lugar.

A comunidade de Sete Voltas dos índios caiapós e dos tropeiros a caminho de São Paulo, de muitas histórias e lendas, dos caminhos difíceis das Serras do Peixoto e do Boqueirão, continua deslumbrante.

Desse modo, se seus resistentes moradores receberem o apoio e incentivos necessários para resgatarem e preservarem seu patrimônio cultural e natural, o potencial turístico poderá ser viabilizado a partir de investimentos públicos e privado.

A comunidade do Bananal, que foi um povoado progressista, hoje (2010), se resume a uma pequena capela (figura 41), um salão comunitário e pequenas casas espalhadas. Já não existe o coreto nem as estalagens para o pouso dos tropeiros e suas boiadas, a caminho do porto no Rio Grande.



Figura 41: Capela Nossa Senhora das Graças na comunidade do Bananal símbolo de um importante tempo na história da região. Este lugar era o primeiro ponto de descanso após a travessia do rio Grande e após vencer a serrinhada rifaina, ou a última parada dos mineiros em direção a passagem do rio Grande. Aos poucos no mesmo descompasso que o distrito de Desemboque, esta comunidade foi perdendo seus moradores e as casas abandonadas, porém, seu valor histórico resiste ao tempo, à capela é um símbolo disso. Hoje, (2010) as atividades da comunidade de volta apenas para as comemorações do dia da Santa em uma proposta que descontextualiza os fatores religiosos para atender uma demanda que vão à busca da artificialização. Esta comunidade poderia ser restabelecida com base nos fatores tradicionais e nas identidades, talvez assim fosse vista da forma como deveria ser vista, ou seja, o seu valor na história local. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Nos trabalhos de campo realizados nesta comunidade e em outras como a Jaguarinha e Soberbo identificamos um perfil de homem do campo que não mais reside em sua propriedade, viajam cerca de 40 km por dia, reside na cidade de Sacramento, mas possui seus laços econômicos e afetivos com o lugar.

Observamos que as casas possuem as mesmas características das casas urbanas com antena parabólica, máquina de lavar roupas e outros equipamentos para implantar no espaço vivido o sentido da urbanidade no rural. Vários moradores, os mais velhos, nos disseram que “a roça já foi boa, os filhos foram embora, não gostam daqui e nós também somos considerados pelo povo como gente atrasada”.

Reside nesta expressão uma narrativa que pede socorro observado nos olhos lagrimejados das pessoas em uma demonstração de amor pelo lugar, pois é ali que foram construídos seus valores. Então questionamos se trouxéssemos as mesmas coisas da cidade para cá o que o senhor acharia, a resposta foi imediata “seria o melhor lugar do mundo”.

A atividade turística tem condições de promover este trabalho trazendo morador de volta. O turismo camponês iniciado no sul da Inglaterra no início dos anos do século XX para tentar desviar o inchaço da cidade de Manchester e Londres (Anuário da O.M. T, 1999), consegui levar moradores de volta para suas antigas propriedades.

Esta prática também realizada no sul da França na região de Provence e no sul de toda Espanha na década dos anos de 1980 se tornou em pouco mais de 10 anos uma das maiores referência em planejamento turístico do mundo, utilizando das antigas residências e na volta do antigo morador um arranjo produtivo para a implantação de um turismo integrado.

A partir desse exemplo, consideramos as possibilidades de aplicabilidade deste projeto para estas comunidades do município. Pensamos que poderíamos sugerir à comunidade local ações que transformasse esses moradores em sujeitos da gestão da atividade turística no lugar, de forma que ele passe a perceber o seu valor e também a possibilidade de obtenção de renda.

Nas proximidades, outro exemplo é a fazenda de propriedade de Ozias Ferreira (figura 42), que nos autorizou divulgar sua residência. A propriedade possui uma casa na saída do povoado do Bananal e nela uma das imagens mais antigas de Nossa Senhora das Graças, poderia se tornar um ponto de apoio ao visitante.



Figura 42: Casa sede da Fazenda do Sr. Ozias em bom estado de preservação. Este tipo de imóvel é que caracteriza o típico turismo rural. Mas é preciso pensar nos desafios que serão impostos para aqueles que forem para este segmento como adequação a legislação, serviços, segurança e tudo isso requer qualificação para a promoção da atividade e sua efetivação. A gestão pública percebeu essa iniciativa, promoveu cursos de capacitação para o morador local, mas, nunca efetivou um plano que fizesse com que ele aplicasse esta qualificação. Observamos então que não se faz turismo pensando em reformar casas antigas ou oferecendo curso de capacitação é necessário um investimento em longo prazo de forma ordenada. **Fonte: SILVA, P. (2008)**

E assim são as histórias de Desemboque, Sete Voltas, Jaguarinha, Pinheiros, Quenta-Sol, Divisa, Bocaína, Rifaininha, Gamela, e tantas outras comunidades que podem ter no turismo rural uma nova oportunidade, mas que as políticas públicas não têm contribuído para que isso ocorra.

Suas cachoeiras e paisagens são divulgadas em inúmeros fôlderes, revistas e no site oficial de Sacramento, sem que nada seja investido em infra-estrutura, projetos ou pesquisas que possam realmente viabilizar o seu desenvolvimento via turismo, e o que assistimos são iniciativas isoladas, dispersas pelo município.

Nos últimos anos tem havido uma maior divulgação desta pequena comunidade, através da Prefeitura Municipal e dos Circuitos Turísticos da Canastra e dos Lagos, principalmente a partir da consolidação do Parque Nacional da Canastra como destino turístico. (figura 43).

Figura 43: Fração folder do Circuito da Canastra, divulgando o distrito de Desemboque e outros bens do município. Uma violação aos valores locais realizado de forma irresponsável pensando apenas em atrair turista, sem nenhuma preocupação com o seu futuro em uma clara evidência sobre a importância dada somente para os números e em conquistar um espaço entre os lugares turísticos. **Fonte: Silva (2008)**

O distrito de Desemboque possui um patrimônio cultural e histórico que poderia transformar a vida de sua comunidade e de tantos que o deixou para trás, em busca de uma vida melhor, mas que necessita de investimentos urgentes para sua preservação, capacitação e desenvolvimento.

Divulgar sem as políticas de conscientização e preparo da comunidade só tem produzido perdas sociais e do patrimônio cultural, cada vez maior.

A Igreja Matriz de Desemboque foi construída em meados do século XVIII. Várias datas são divulgadas como de sua construção, como a de 1743 e a de 1766, mas não foram ainda localizados documentos que as comprovem.

É uma igreja de nave, capela-mor e coro, com a sacristia lateral. Em seu entorno temos o cemitério cercado por muro de pedras da região e a sineira, que está localizada na lateral esquerda.

Sua arquitetura é simples, com poucos adornos, pequenos altares laterais com pinturas singelas. O Altar-mor é em madeira dourada, com colunas e retábulos que remontam à arquitetura jesuítica e o início do barroco. Seu tombamento se deu pela Lei Municipal nº257 de 17 de janeiro de 1983 e pelo Decreto Estadual n.º23.810 de 14 de agosto de 1984.

Apesar do tombamento nas esferas municipais e estaduais, não existem diretrizes de preservação, o que provocou a perda da maior parte do patrimônio edificado em seu entorno e a construção do salão comunitário na área da antiga praça.

Passou por um processo de restauração entre 1985 e 1987 e somente em 2004 recebeu novos investimentos, pois se encontrava com algumas paredes escoradas e úmidas, inúmeras goteiras, o altar-mor inclinado, assim como diversos outros problemas. Os altares laterais estão condenados se não forem recuperados em um curto espaço de tempo.

São realizadas missas mensais, e aos domingos alguns moradores se “reúnem para a reza”. A Festa de Nossa Senhora do Desterro em julho, com a novena e a quermesse durante todo o mês, é a mais concorrida. Outros santos de devoção são comemorados em pequenas

festas locais, como a de São Sebastião em janeiro, data em que as Folias de Reis se apresentam tradicionalmente.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída provavelmente no fim do séc. XVIII e início do séc. XIX. Não foram ainda encontrados documentos que comprovem, com maior exatidão, a sua construção. Tombada pela Lei Municipal nº257 de 17 de janeiro de 1983 e pelo Decreto Estadual n.º23.810 de 14 de agosto de 1984.

É uma igreja de nave, capela-mor e coro, com pequena sacristia na lateral direita. Seu entorno não tem delimitações, apenas um cruzeiro se encontra no que deveria ser um adro, tão comum nas igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Passou por processo de restauração entre 1985 e 1987 e até hoje está sem nenhum tipo de investimentos. Não possui instalações elétricas, o que dificulta a implantação de sistema de segurança ou programas contínuos de uso e ocupação. Não possui praticamente nenhuma atividade, somente duas vezes por ano são realizados pequenos cultos, na Festa de São Sebastião, em janeiro, e na Festa de Nossa Senhora do Desterro.

Apesar do tombamento nas esferas municipais e estaduais, não existem diretrizes de preservação, o que provocou a perda do patrimônio edificado em seu entorno, restando apenas uma casa colonial.

Existe a proposta de transformar a Igreja em Museu de Arte Sacra, projeto aprovado pela Lei Municipal nº. 1044 de julho de 2007, instalando o Museu de Desemboque, mas nenhuma ação foi concretizada, até esta data (abril 2010) para sua implantação.

Tombado pela Lei Municipal n.º6 de 1993, sendo restaurado entre 1998 e 2000. Foi desapropriado pela Prefeitura Municipal para ser um espaço cultural funcionando até 2005 como salas da Escola Municipal.

Recebeu poucos investimentos em manutenção. A cobertura se encontra com inúmeras telhas quebradas e deslocadas, o forro, em trançado de bambu, necessita ser reparado, o assoalho em madeira está manchado pelas infiltrações.

As instalações elétricas e hidrosanitárias necessitam ser totalmente refeitas, pois está em estado muito precário, apesar dos banheiros terem sido construídos na época da restauração.

No encerramento de nossas pesquisas no final de 2009, conhecemos um projeto elaborado pela gestão pública no sentido de revitalizar este distrito.

A proposta vai desde a criação de áreas para eventos, pavimentação da rua principal, calçamento lateral e um charafiz na área central. No entanto, essas medidas tendem a edificação de um verdadeiro não lugar totalmente descontextualizado de sua história, mas que o morador viu com bons olhos porque na opinião deles “o lugar vai reviver”, porém, esta é uma vida artificializada, porque o que está sendo edificado não será para eles e sim para o visitante.

Os bens naturais, os patrimônios culturais e históricos estão estampados nas campanhas turísticas locais como um arranjo artificializado usado na captação de turista para o lugar, chamado turísticos. Desse modo, o município de Sacramento-MG não foge dessa realidade e o que assistimos se volta para uma campanha maciça de seus bens nas páginas e pôsteres tanto da gestão pública como de outros segmentos privados, que exploram a atividade no município.

Hoje, (2010), o Circuito da Canastra e o Circuito Turístico dos Lagos exploram esses bens, mas infelizmente ainda não percebemos nenhum projeto ou plano que promova a sua preservação. Contudo, não podemos permitir que os valores naturais e humanos do município sejam simplesmente usados, desvalorizados e levados por apropriações indevidas e irresponsáveis.

Até o ano de 2005, os pôsteres (figura 44) e todos os materiais de divulgação e promoção do município eram baseados principalmente em sua história. Fotos e pequenos textos sobre cada um foram, ano a ano, sendo repetidos. Observe na composição abaixo os usos desses patrimônios transformados em mercadorias, em uma total desilusão transmitida ao visitante, e um grande desrespeito ao patrimônio local.



Figura 44: Fôlderes de divulgação dos atrativos do município. Esta atitude se tornou uma prática constante da gestão pública em tentar vender o turismo e atrair pessoas concentrados principalmente nos eventos de maior volume de pessoas. **Fonte: PMS. (2008).**

3.13. Patrimônio Ferroviário

As expressões ferroviárias no município estão representadas na estação da ferroviária da Mogiana às margens do rio Grande que interligava o Triângulo Mineiro ao estado de São Paulo por volta de 1888 foi tombada pela lei municipal nº. 208 de 1989, porém, a sua recuperação se efetivou somente a partir de 2008.

Apesar de o município de Sacramento-MG possuir quatro estações ferroviárias (Jaguara, Conquista, Engenheiro Lisboa e Peirópolis), a cidade estava distante muitos

quilômetros deste benefício, e durante mais de vinte anos os carros de boi subiram e desceram a Serra do Cipó, levando e buscando as mercadorias da estação para a cidade.

Segundo CERCHI (1991), pelas grandes dificuldades do percurso e a necessidade das construções da Usina Cajuru e da Estação na cidade, só em 1914 foi inaugurado o serviço de transporte através do bonde elétrico, no qual o historiador constatou ser a única linha de bondes implantada para percurso em espaço rural no mundo.

Com a chegada do automóvel e as dificuldades no fornecimento de energia elétrica, pois a Usina Cajuru já não conseguia suprir mais as necessidades da cidade de Sacramento-MG e Conquista-MG, em 1937 foi desativada a linha de bondes e todo o material da linha, juntamente com os bondes, foram vendidos e a pequena estação desativada.

A linha mineira da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação foi implantada inicialmente com 102 Km de extensão com as estações de Jaguará, Sacramento (Km 11), Conquista (Km 26), Engenheiro Lisboa (Km 53), Paineiras (Km 78) e na cidade de Uberaba-MG (Km 102), distante de Ribeirão Preto 295 Km e 608 Km de Campinas, no estado de São Paulo, segundo relatório anual da Mogiana de 7 de abril de 1889. (Arquivo público municipal, 2006).

Após a chegada da ferrovia, o comércio foi intensificado, inclusive de exportação pelo porto de Santos, principalmente do café e do arroz. E na mão inversa, vieram no final do século XIX os imigrantes, em sua maioria italiana, e na primeira década do século XX os japoneses e portugueses.

A estação de Jaguará era a mais importante da região, pois atendia diversas cidades, e proporcionava uma ativação maior na economia e melhorias nas infra-estruturas locais como estradas, energia elétrica, indústrias e o bonde para o município.

A construção do ramal interligando as cidades de Ribeirão Preto-SP – Uberaba-MG, passando pelo antigo distrito de Delta-MG e com a chegada, em 1924 da E. F. Oeste de Minas na cidade de Araxá-MG e demais cidades do Triângulo e Alto Paranaíba, aos poucos diminuem o fluxo de passageiros e mercadorias, diminuindo gradativamente as operações na linha.

A imagem de satélite abaixo (figura 45) esboça uma representação do complexo da antiga estação jaguara, um monumento abandonado e aos poucos corroído pelo efeito do tempo.

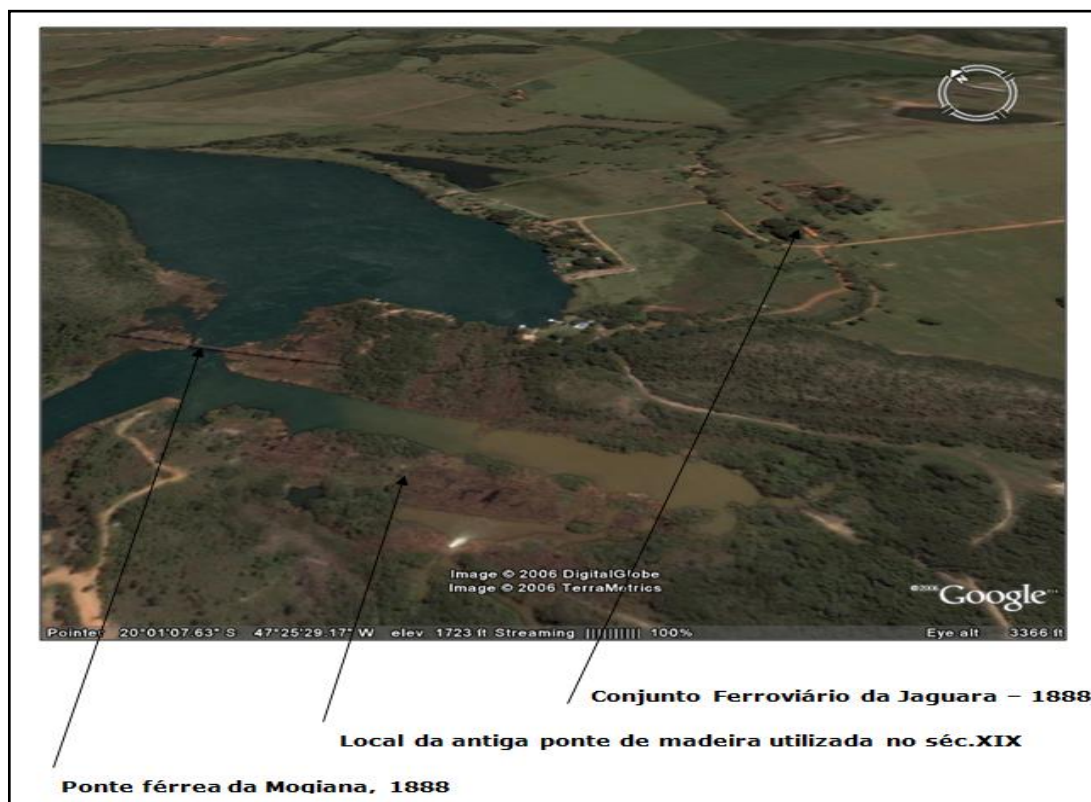


Figura 45: Complexo da estação de Jaguar mostra um das principais formas de transpor as águas do rio grande. Ali encontravam a ponte de ferro e estação do cipó. Estes elementos edificados estão sendo recuperados pela gestão pública como atrativo turístico. A restauração consiste no aspecto físico dos antigos empreendimentos e mais uma vez perde a oportunidade de propor uma ação integradora. A localização destas duas construções está em áreas de grande interesse imobiliário, identificamos obras de loteamentos à margem do rio e que de certa forma isolará aos poucos este patrimônio. **Adaptado: SILVA, P. (2008).**

No ano de 1970, com a construção da barragem de Jaguar, houve a inundação de parte da linha no município de Rifaina-SP, inclusive sua estação, e a ferrovia deixou de circular interligando o Triângulo Mineiro à cidade de São Paulo-SP. Após a desativação do trecho, Jaguar passou a ser a ponta de Linha do trecho Uberaba – Jaguar até ser desativado definitivamente em 1976.

A transposição do Rio Grande sempre foi um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Após a construção da represa de Jaguar, quem vê as águas calmas dos remansos não imagina as inúmeras cachoeiras e corredeiras que lá existiam.

Após a privatização da malha ferroviária brasileira no fim do século XX, a linha da antiga Cia. Mogiana, então já pertencente à Fepasa, não desperta interesse e continua desativada. Assim, todo o patrimônio ferroviário não privatizado passa para a antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), hoje (2010) extinta.

Importante patrimônio de Minas Gerais, em processo de depreciação, que necessita ser urgentemente recuperado. A proposta de implantação de um Centro de Pesquisa e Memória permitirá a centralização, difusão e ampliação das pesquisas sobre o Vale do Rio Grande, nas diversas áreas como história, geologia, arquitetura e urbanismo, meio-ambiente, que hoje já se desenvolvem dispersas, nos vários centros universitários de cidades da região.

O progresso na região trouxe os loteamentos no seu entorno e coloca em sérios riscos este conjunto de edificações inaugurado em 1889, sendo necessário um esforço conjunto de vários segmentos da sociedade para a sua recuperação. O conjunto ferroviário da Estação de Sacramento, conhecida como do Cipó, foi tombado também pela Lei nº. 208 em 1989.

O município de Sacramento-MG possui um patrimônio histórico expressivo quando se fala em ferrovia, comparativo com outros municípios do mesmo porte. Da ponte da Jaguará a Estação do Bonde, um patrimônio arquitetônico, histórico e cultural pede socorro para não ficar apenas nas fotos, nos fôlderes e nos sites promocionais. A importância do patrimônio ferroviário de Sacramento é inversamente proporcional aos investimentos que recebeu após o tombamento. Nenhum recurso financeiro foi destinado a eles.

O que se vê na paisagem concentra-se como manifestação da destruição, do vandalismo turístico, no descaso por onde passou o suor de tantos trabalhadores, a esperança dos imigrantes, do ouro negro do café, dos pracinhas da revolução de 1932, de tantos encontros e desencontros, nas lágrimas de adeus ao filho que estudava na capital do estado de São Paulo, dos jornais e revistas trazendo as últimas notícias, o progresso que ia e vinha pelos trilhos e pelo apito do trem e também pela própria depreciação provocada pelo tempo cronológico.

Todos esses fatos indicam a importância dos setores públicos e privados em dar a devida manutenção a esses patrimônios para serem contextualizadores da história independente do tempo.

3.14. Manifestações Religiosas e Culturais

As expressões religiosas no município de Sacramento são percebidas, principalmente, quando nos referimos às matizes do catolicismo. Em sacramento o religioso aparece representado nas festas dos Santos, e no espiritismo, no voto máximo de Eurípedes Barsanulfo.

A arquitetura religiosa católica representada pela fé ainda deixa símbolos cultuados pela comunidade, que luta para preservação dessas heranças. As figuras 46 e 47 representam essas expressões, uma na arquitetura imponente da Igreja matriz de Sacramento (Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento) e as procissões do senhor morto.



Figura 46: Igreja Matriz de N.S. Santíssimo Sacramento. Figura 47: Irmandade S. Vicente de Paula, ambas as imagens mostram representantes dos bens arquitetônicos e culturais presentes no agrupamento de pontos turísticos locais pela gestão pública que os utiliza como argumento de que o lugar possui atrativo turístico. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Neste embate entre o sagrado e o profano, confunde-se religião e religiosidade, e nos caminhos em vão não há perspectiva que possa mudar essa realidade em virtude de uma propaganda envaidecida pelo fetiche turístico em que transformou as manifestações religiosas, em apresentações cênicas comprometidas em satisfazer um público que busca lazer e apresentações. (figuras 48 e 49).

Em nossas observações desde 2006, percebemos um aumento no volume de pessoas anualmente, como também uma mudança no perfil do visitante para mais jovens atraídos por outras sedução da festa como bebidas e o forró. Como essa manifestação acontece no espaço rural de Sacramento-MG, ano após ano nenhum cuidado foi tomado em relação às questões ambientais.



Figuras 48 e 49: A reza do terço na festa do Divino Pai Eterno é o momento mais importante. No mesmo local um outro movimento parece desconhecer que já começou devido o barulho e o envolvimento no bar aberto temporariamente e no mesmo momento onde “reza” o terço, há o envolvimento com música, bebida e superlativa alheios à religiosidade. **Fonte: SILVA, P. (2006).**

O lugar não possui estacionamento, os veículos invadem as áreas verdes, o lixo se acumula na margem do córrego, o barulho espanta os animais e aos poucos o evento perde sua função principal que era a adoração ao Santo Divino Pai Eterno.

Essa mudança de sentido também ocorre em outras festas. A festa religiosa a da Nossa Senhora do Desterro, no distrito de Desemboque, também é uma representação desse conflito.

Apesar da luta da comunidade em manter viva a herança da condução da imagem da santa pela cavalgada, até o altar da igreja, no contrapasso da procissão carros de som e música em alto volume agredem o ato. (Figuras. 50).



Figura 50: Reunião de cavaleiros composto por crianças, adolescentes e os mais velhos sendo a maioria moradora da região para conduzir a imagem de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque até a Igreja. Alguns moradores relatam que a “festa perdeu o sentido porque as pessoas não vêm mais para rezar e sim divertir e beber”, afirma o líder comunitário. A gestão pública é a responsável por esta mudança no comportamento da festa. A realização de eventos paralelos e sua divulgação não alinhada a festa traz um visitante muito diferente e expulsa o morador e aqueles que de longe vem para reviver a terra natal, fato este constatado na oficina que realizamos durante a festa de 2008 sobre ex-moradores que aos poucos deixam de participar, pois não mais sentem integrados a ela. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Consideramos a idéia de que quando duas culturas distintas entram em contato produz-se uma terceira, resultante de ambas, mas originárias e ainda neste choque a resultante desse processo possuirá mais traços.

Não é o caso da cavalgada mostrada na imagem, pois são poucos os moradores locais que participam do evento, o poder público encarrega de trazer os cavalos até o distrito e os cavaleiros estão muito mais entusiasmados em demonstrar suas habilidades e vestimentas de tropeiros a participar da cerimônia.

Nessa perspectiva, a troca cultural é vista como normal, o aspecto da troca, da mudança, não se atenta para os estudos de poder entre o que chamamos de culturas diferentes, além do que, em outras palavras, a existência de uma cultura, e mesmo de uma sociedade, está definida por ela ser mais desenvolvida ou atenta que a outra.

Nesse contexto, o turismo tem a função, dentro das chamadas sociedades tradicionais ou rurais, de transformar qualquer apelo referente à tradição em uma boa mercadoria para ser vendida, isto é, transmutado, embalado e transformado em possibilidade de troca pela atividade turística.

No lugar onde ocorrem as festas ainda não se tem essa situação pelo fato de estes eventos não ter se constituído como um produto que se coloca a venda, o que existe é sua história de realização captar visitantes. Os eventos anuais tentam manter vivas as tradições da cultura local, marcados nos firmes passos do congado, na festa de Nossa Senhora do Rosário e no encontro de folias de reis.

O desfile de primeiro de maio é uma importante manifestação que se iniciou há pouco tempo, nos anos de 1990, mas que vem sendo prejudicado pelas interferências e exploração comercial do evento que transformaram um encontro de trabalhadores rurais em uma comemoração de mau gosto regradada ao som dos carros enfeitados e a bebida alcoólica em que coloca em risco a vida daquelas pessoas que estão na rua assistindo. (figura 51).



Figura 51: Desfile de carros de bois evento regionalmente conhecido no evento do dia 1º. Maio que encanta pelo saudosismo e resgate a história do lugar. Nos dois eventos que presenciamos 2007 e 2008 realmente registramos uma comoção nas pessoas ao presenciar estes velhos meios de transporte, mas infelizmente ao assistirmos o desfile até o fim constatamos elementos que descontextualiza o original. A presença marcante de excessos, som alto, cavaleiros e animais embriagados espantam as pessoas que assistem. No ano de 2009 a gestão pública no sentido de tentar dar um novo reordenamento para o evento emitiu uma série de regras de conduta para tentar solucionar estes excessos, os resultados foram significativos, porém, fatos relacionados principalmente com as comitivas de animais ficam fora do alcance e os fatos voltaram a repetir. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Analisando todos estes componentes que envolvem o cotidiano do município de Sacramento-MG, destacamos a viabilidade em consolidar um calendário de eventos pautado nos valores locais, mas este feito somente será alcançado após investimentos em programas de conscientização, programas educacionais e, principalmente, perceber que não é copiar e querer trazer para a realidade local o que existe lá fora, mas aprender, conhecer, melhorar e acrescentar ao que existe aqui.

Vale lembrar que a diversidade cultural e a responsabilidade social, comunitária não são somente palavras, mas conceitos, valores mundiais que não podemos continuar a ignorá-los nos projetos e programas desenvolvidos. Desse modo, é necessário que os projetos turísticos também considerem os valores culturais, históricos e gastronômicos da região.

Mesa farta, quitandas, doces (figuras 52 e 53), cafezinho no bule e fogão de lenha se entrelaça à boa conversa e à cordialidade da comunidade local. Neste universo de olhares, a possibilidade da troca mútua entre o visitante e o morador promove o respeito às particularidades de cada lugar.



Figuras 52 e 53: Minas é conhecida pela mesa farta, no almoço tufo de feijão com couve e ovo caipira e de sobremesa doces de fruta da estação, arroz doce, doce leite, pé de moleque e café completam a refeição no desjejum a uma boa conversa na varanda. A gastronomia é sem dúvida nenhuma um atrativo turístico, pois reflete alma do lugar e quando utilizada de maneira a preservar sua identidade consegue deslocar pessoas distantes para apreciar tal prato. Reportamos aqui a uma visita que fizemos a cidade de Domingos Martins no estado do Espírito Santo em 2007 para conhecer o chamado circuito do agriturismo e notamos como a gastronomia desempenha um papel muito forte no desenvolvimento local. Este circuito foi implantado em pequenas propriedades na região serrana e os cafés coloniais se alastraram por toda região e fez surgirem as pousadas, os insumos produzidos nos sítios são vendidos nos cafés, os moradores trabalhando nestes equipamentos turísticos, a moça faz um curso para trabalhar na recepção, a dona de casa que se torna cozinheira, o jovem se torna guia, dessa forma o turismo desempenha seu papel. **Fonte: FRANCIS, T. (2006)**

Claramente, tudo isso nos conduz a uma avaliação necessária sobre a necessidade de não permitir esse choque entre visitante e visitado. Apesar da cordialidade da comunidade estar presente, isso não significa necessariamente que ela está pronta para o receptivo.

Uma situação é visitar uma propriedade com cordialidade, outra situação é transformá-la em rotina. Será que essa receptividade se estende para o fazer turismo? Essa questão será enfrentada no quinto capítulo.

A contribuição certamente se dará na promoção do desenvolvimento econômico e social do homem do campo, na valorização das pequenas comunidades, proporcionando a integração cultural e histórica de seus moradores com os visitantes. Essa possibilidade turística poderá fortalecer também os valores humanos, espirituais e sociais quando a comunidade e o poder público compreender o turismo em sua totalidade.

O resgate dos valores humanos e culturais para a preservação de nossa identidade e a valorização de nossos costumes torna um componente muito importante, antes mesmo de pensar em qualquer atividade exógena sobre essas comunidades.

Na busca de identificar e resgatar esses valores, principalmente os gastronômicos, a Secretaria Municipal de Cultura promoveu anualmente, desde 2006, o concurso Resgatando as Receitas da Vovó (figura 54) (que não foi realizado no ano de 2009).

O objetivo do concurso foi levantar receitas e pratos derivados da gastronomia local como o tutu mineiro (ilustrado na figura 52) e uma forma de fortalecer as associações comunitárias e pequenos produtores.



Figura 54: Concurso receita da vovó, uma iniciativa da Secretaria de Cultura, com o objetivo de resgatar antigas receitas, criar e promover as novas e principalmente valorizar a gastronomia local. Esta iniciativa que iniciou no ano de 2006 surtiu bons resultados principalmente nas moradoras do espaço rural, geralmente nas pequenas propriedades e começaram produzir doces, queijos e outros produtos como bordados e artesanatos porque a visualização deste evento foi expressiva e seus produtos passaram vender mais ao ponto de alguns produtores rurais passaram a investir mais no segmento. Em entrevista a um desses produtores ele passou a destinar uma quantidade maior de leite para os doces porque “estava dando resultado” afirma o morador que considera mais expressivo os ganhos com sua venda. Em 2009 o concurso não foi realizado. Percebe a descontinuidade e a maneira descompromissada de lidar com as pessoas e assim é tratado o turismo no lugar de maneira isolada e com ações pontuais que não tem capacidade de promover a integração. **Fonte: PMS, (2008)**

Esta iniciativa valoriza o produto local e os insumos aqui produzidos são vendidos nos pontos visitados e cria um ciclo de produção e consumo, valorizando a comunidade, gerando renda e incentivando investimentos no setor.

Contudo é preciso ficar atento para que os usos e apropriações não descontextualizem esse patrimônio, pois a idéia de ganhar dinheiro supre outros fatores como o original, o meio ambiente e as identidades.

CAPITULO IV

“A paisagem, indissociável da idéia de espaço é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores”.

Yazigi (1998).

TURISMO NO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO-MG: ENCANTOS E DESENCANTOS

Objetivo desse capítulo consistiu em analisar o papel que as iniciativas privadas possuem ao se relacionarem com as práticas turísticas no município, e ao mesmo tempo compreender de que forma a gestão pública se manifesta ao fomentar os investimentos para o aparecimento dos empreendimentos turísticos.

Para alcançar este objetivo percorremos o município em busca destas iniciativas privadas e os trabalhos de campo nos trouxeram informações que nos permitiu compreender a lógica da apropriação dos elementos dispostos na paisagem. Desse modo, percebemos que os recursos naturais, aspectos da cultura, da história, da arquitetura e fatos cotidianos como as comidas regionais, estão aos poucos sendo apropriados pelo mercado turístico e as expressões estão presentes em vários lugares do município.

Percebemos também que mesmo sendo iniciativas privadas, a gestão pública está presente através das melhorias do acesso aos atrativos e locomoção até os empreendimentos, isto é, o estado acaba influenciando no ordenamento do turismo local, mesmo que de forma indireta.

Em nossa incursão em busca dos elementos representativos das iniciativas privadas do fazer turismo, identificamos que nem tudo se torna passível de tornar turístico. Os antigos moinhos de engenho onde se fabricava farinha, ao lado de antigos casarões, são adaptados para o receptivo e o contato com os modos de vida cotidiana atrai um público que procura vivenciar outra realidade no meio rural.

As antigas cocheiras utilizadas para o manejo do gado e ordenha, hoje servem de espaço para edificar os restaurantes e bares utilizados para o apoio logístico. Entretanto, existem edificações que foram abandonadas.

No entorno das represas e dos rios é onde estão as maiores investimentos para a construção das iniciativas turísticas envolvendo o contexto natural para promover o receptivo. Reside nestes espaços um grande problema ambiental pelo fato de os empreendimentos não

respeitarem o meio ambiente. Nesse processo apropria dos bens naturais e reproduz os atrativos de forma muito rápida e descompromissada com seu futuro.

No perímetro urbano, a gestão pública se apropria melhor dos elementos arquitetônicos e históricos. Percebemos que logo após o tombamento de um imóvel histórico, este imediatamente é utilizado para ilustrar as páginas dos folders de propaganda turística que a gestão pública vende como forma de atrair o turista.

O grande paradoxo destas iniciativas está no fato de que elas privilegiam mudanças que satisfaça o turista e utiliza de vários argumentos para tornar o lugar mais atrativo, e isso pode descaracterizar seu formato original ou gerar impactos no meio ambiente.

O despertar pela atividade turística nos municípios tornou-se uma realidade mais visível, principalmente após os anos de 1990. Com eventos como a Eco-92, demarca-se no cenário nacional iniciativa mais efetiva do governo federal em ampliar os horizontes sobre essa atividade, introduzindo aos diversos segmentos da economia aspectos antes não observados como aproveitamento de recursos naturais, melhoria nos equipamentos e serviços em lugares distantes.

Uma questão também a ser considerada neste período esteve voltada para a inserção das questões ambientais advindas do encontro da cidade do Rio de Janeiro no início dos anos de 1990. Aspectos como gestão ambiental, educação ambiental e ecoturismo tomaram a dianteira no encabeçamento de projetos no Brasil.

Nesse passo, o turismo também foi contemplado por estas medidas, uma vez que o princípio básico da preservação ambiental passou a ser uma preocupação pelo menos de uso nos discursos daqueles envolvidos na sua prática, no qual utilizavam a imagem da perfeição, uma vez que, na realidade, os atrativos estavam sendo apropriados, consumidos, modificados e até mesmo provocando transformações significativas em seu formato original.

O turismo se apresenta como uma atividade típica da sociedade capitalista pós-revolução industrial com uma capacidade múltipla de agregar fatores diversos para seu funcionamento, abarcando para si diversas implicações espaciais e territoriais passíveis de serem analisadas, independentes de escala de observação.

Esta atividade surge da convergência de diversos fatores e se transforma em práticas sociais diretamente relacionadas ao movimento e ao deslocamento espacial de pessoas, informações e serviços, consumindo e transformando espaços e, por consequência, os territórios, as paisagens, os lugares e as territorialidades.

A atividade turística torna-se representativa de acordo com as suas especificidades, seus modelos, sua escala de abrangência e o seu espaço ocupado no mesmo território. Desse modo, a função política está diretamente relacionada às iniciativas privadas ou públicas, ou até mesmo em pequenos grupos ou comunidades locais sensibilizadas pela vocação à prática da atividade turística.

Sob essa justificativa, no município, vem ocorrendo uma simbiose entre o local e o regional, o nacional e o global, em uma velocidade cada vez mais crescente em que os conceitos de limites territoriais quase caem em desuso pela capacidade das atividades de transpor essas fronteiras.

Para uma melhor compreensão destas esferas do turismo, Rodrigues (2002 p. 16-28) propõe uma dimensão espacial e territorial organizadas sistematicamente em pólos, aqueles ligados às áreas emissoras, às áreas receptoras e às linhas de conexão circulam as informações e transitam os turistas.

É por meio das articulações socioespaciais e adaptações do lugar que este verdadeiramente torna-se lugar turístico sem preocupar como era antes. Os clusters²⁹ se formatam pela composição dos atrativos, sejam naturais ou artificiais, dos equipamentos e serviços como alimentação, hospedagem, guias, lazer e recreação, e no apoio logístico como transporte, saúde, segurança e serviços especializados, mantendo suas características particulares, mas, ao mesmo tempo, promovendo uma inter-relação entre todos.

Na realidade, o lugar para o turismo, geralmente é considerado produto de uma dinâmica única, isto é, resultante de características históricas e culturais inerentes ao seu próprio processo de formação, ou como uma expressão do global. O lugar, portanto, se

²⁹ Expressão traduzida do Inglês que significa agrupar. Os clusters são formas de ordenamento utilizado para resumir todos os elementos turísticos de um lugar, inclusive as instituições que capacita os trabalhadores (trade).

apresenta como um “ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e enquanto momento” (Carlos, 1996, p. 16).

Na construção do lugar turístico, torna-se evidente a aproximação entre o espaço dado à formação do território como fruto do resultado da prática e representações socioespaciais. A capacidade de apropriação destes espaços, inclusive transformando-os com fruto destas relações, produz novos territórios e novas territorialidades.

Segundo Knafo (1996, p.73)

(...) há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vive freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passa, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam.

No processo de transformação do espaço, o lugar acaba tornando-se objeto de consumo, reproduzido e comercializado. O espaço articulado com os valores humanos, inclusive simbólicos passa a ser dotado de infra-estrutura e se transforma em produto, consumido e vendido no formato de serviços prestados ao turista.

O turismo passa a ser compreendido como um arranjo complexo, formado por um conjunto muito grande de elementos que se relacionam e inter-relacionam constantemente, promovendo as incertezas, o diferente, mas ao mesmo tempo casualidades.

Esse fenômeno sociocultural, típico das sociedades pós-revolução industrial, apresenta fortes registros espaciais manifestados de diversas maneiras no espaço, sejam pelos núcleos receptores, emissores ou pelos canais de interligação entre eles.

Essa atividade acaba formatando uma rede mundial por onde circulam pessoas, informações, serviços que se dispersam pelas mais remotas áreas do globo e, mesmo assim, ajudam a compor o ordenamento territorial do lugar turístico.

O lugar então assume, na verdade, diversas interpretações a partir daquilo que se usa dele, gerando até mesmo certa dificuldade sobre sua função historicamente constituída pelos seus moradores. Em outros casos, este mesmo lugar assume funções específicas que nos remetem aos conteúdos vividos pelos seus moradores.

Segundo Tuan (1985, p.149),

O geógrafo humano deve cuidar da tarefa de explicar como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano. Para isso, deverá lançar mão de fatores como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

O mesmo autor acredita que estes movimentos humanos acabam definindo os lugares. Estes lugares possuem variações conforme a função oferecida. Ao longo do processo de ocupação e do momento histórico a que se encontra, a soma destas complexidades formata lugares que vão da realidade do cotidiano à complexidade das relações sociais de produção.

Esta dimensão que o lugar assume pode ser entendida a partir da importância dos componentes espaciais, fatores informacionais e o tempo como um agente complementar atua na sua definição. Segundo Santos (1997), o lugar é o espaço irreduzível, banal, por reunir logicamente o homem, as empresas, as instituições, as formas sociais e jurídicas e as formas geográficas, que relacionados formam o cotidiano imediato. Para o autor, enquanto o global “desterritorializa”³⁰, o local “reterritorializa”, por ser composto por um conjunto de objetos contíguos e interagentes.

O turismo, para acontecer, apropria-se dos lugares, consome suas paisagens, promove relações e interações, temporárias e permanentes, estabelecendo articulações lugar-mundo, através da inserção dos lugares em parte chamados turísticos numa rede ampla e complexa.

O lugar turístico atual, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Turismo – OMT e de outros organismos internacionais, além de diversos estudos recentes, passa por um processo de reestruturação, gerado por uma nova forma de vida que a sociedade atual vem buscando o está permitindo surgir o chamado turismo alternativo.

Trata-se de um modelo que propõe viagens menores, mais individualizadas com pequenos grupos, voltados para o contato com a natureza como o turismo ecológico, conjuntamente com as comunidades locais entre o turismo rural e cultural.

³⁰ Aqui é importante considerar que não existem homens sem território, pois neste processo de desterritorializar e reterritorializar encontramos em Sacramento-MG homens locais se organizando para fazer o turismo a partir do espaço já edificado.

O turismo de massa continua respondendo, quantitativamente, pela maioria dos fluxos de demanda, mas assiste-se a uma tendência crescente de segmentação dessa demanda, com o surgimento de um turista mais consciente, mais exigente, menos passivo e mais preocupado com a qualidade das suas experiências durante a viagem.

4.1 As iniciativas privadas na efetivação do turismo local

Cada vez mais percebemos iniciativas privadas no ordenamento do turismo, já que a atividade turística pode ser considerada como uma ferramenta articuladora do processo de reprodução do capitalismo e que se projeta de forma muito rápida e dinâmica no espaço.

Pensar na incursão dessas iniciativas sobre as paisagens do município de Sacramento-MG consiste em identificar a forma como está sendo realizada, qual a tendência turística se projeta e qual o papel da gestão pública em auxiliar a concretização dessas iniciativas. A quarta etapa de campo nos auxiliou na obtenção estes dados.

O primeiro equipamento turístico identificado e utilizado como apoio a serviços de alimentação é o restaurante da Gruta do Palhares, que apesar de ser um local público está sob a concessão de uso particular (figura 55).



Figura 55: Restaurante da Gruta dos Palhares oferece refeição comum³¹, com horários de funcionamento comercial de segunda a domingo das 08h às 17h30, sendo que o fluxo de pessoas se concentra mais nos fins de semana. **Fonte: Sacrahome.com.br/acessado: 12/2009**

³¹ Arroz, feijão, carnes e saladas. (EMBRATUR, 2002)

Em nossa visita, deparamos com uma série de cuidados e reformas que devem ser realizadas, incluindo desde a estrutura do prédio até a engenharia de alimentos e de cardápios. Após análise dessas informações, repassamos para a gestão pública e o concessionário tomar as providências.

Um fato marcante registrado em nossas visitas em outro momento (dia 1º. de maio, visita ao túmulo de Eurípedes Barsanulfo) foi o estrangulamento sofrido pelo estabelecimento que não conseguiu atender a demanda. Fazemos desta passagem um momento para uma reflexão sobre o fazer turismo local. Será que a cidade está preparada para turismo da maneira descompromissado como é tratado. É sabido que turista insatisfeito não volta e deixa de trazer outros três (BENI, 1998) por a necessidade de um planejamento que integra estes atores envolvidos nesta atividade.

Neste equipamento descobrimos que a gestão pública é quem faz todas as reformas no empreendimento, contribuindo inclusive para a manutenção das vias de acesso, fato esse que não vem ocorrendo pelo estado em que se encontram as estradas.

Analisando estas iniciativas privadas, um fator importante observado nestes campos é que de forma direta ou indireta o Estado auxilia estes empreendimentos a se constituírem como turísticos. Entre eles podemos citar as melhorias nas vias de acesso, serviços em infraestrutura de escoamento pluvial.

O segundo empreendimento é o resort Marina da Jaguará (figura 56). Este equipamento turístico possui uma boa infra-estrutura para o receptivo, que vai desde a hospedagem até serviços de bar às margens da represa de Jaguará.



Figura 56: O Resort Marina da Jaguará é um dos empreendimentos relançados a partir de 2006 resultantes da proposta do governo do estado sobre de incentivar e promover os circuitos turísticos. Neste caso o empreendimento participa tanto do Circuito da Canastra como o Circuito dos Lagos. De certa forma gerou um aumento no número de hóspedes e sua reestruturação passou atender um público de maior poder aquisitivo visto o valor de suas diárias. O recinto oferece também um acesso diário às suas praias de água doce como são chamadas para aquele não hospeda. **Fonte: DOLABELA, V. (2008).**

O que chama atenção neste empreendimento é o descuido com o meio ambiente, além de construído em área de preservação ambiental (Lei Federal 6938-81), as margens são ocupadas com quiosque e bar, os resíduos líquidos do hotel são lançados na água à jusante, os resíduos graxos deixados pelos motores náuticos ficam em suspensão na água.

Mas parece que isso não é importante, o que importa é que as pessoas saem satisfeitas e que o lugar é bonito, porém, chegará um momento que os hóspedes e freqüentadores começaram cobrar por isso comprometendo o futuro do empreendimento.

No empreendimento o píer foi construído para dar suporte para atracar as lanchas e Jet Sky, que buscam o lazer proposto pelo empreendimento. No espaço de uso para banho no rio existe uma área de segurança, limitado com bóias superficiais para garantir que não haja circulação dos barcos junto com os banhistas.

Percebemos que mesmo com esse limite de segurança, banhistas enveredam em ultrapassar esses limites e vimos lanchas circulando entre as pessoas correndo risco de morte, apesar de avisos e placas colocadas pelo resort.

A área de circulação das pessoas entre o restaurante e o rio, mas com restos de plásticos, sacolas e até pedaços de isopor nas margens onde são atracados os barcos.

Outro impacto verificado foi à quantidade de óleo na superfície da água, percebido pelo odor, e nas rochas que contornam a área do hotel. Não há nenhuma informação, sinalização ou medida tomada pelo empreendimento com relação em estabelecer horários de fluxo dos barcos.

O complexo turístico localizado às margens do Rio Grande, na represa de Jaguará, no município de Sacramento-MG e a 5 km da cidade paulista de Rifaina, com lago de 33 km de extensão, entre a serra e o vale do rio, o Hotel Jaguará oferece muito conforto aos visitantes.

Possui restaurante e bar às margens da represa, onde podem ser praticados esportes náuticos, esportes terrestres como caminhada ecológica, corrida e ciclismo no asfalto, jogos de peteca e vôlei. E ainda esportes aéreos no próprio aeroporto do Parque Náutico de Jaguará, onde se encontra o Hotel.

O terceiro empreendimento é a Marina da Jaguará e Restaurante (Não foi autorizado pelo proprietário divulgar foto) também às margens do rio grande, possui as mesmas características de serviços do empreendimento anterior, porém, com uma infra-estrutura menor. Possui também um píer para suporte em receber os barcos, lanchas e Jet Sky e utiliza também a margem do rio como uma pequena praia e piscinas também próximas ao lago.

O empreendimento Águas do Vale Náutico Clube (figura 57) quarto empreendimento que analisamos sobre as iniciativas privadas para fazer o turismo, é um grande empreendimento construído na década de 1980, com uma proposta de se tornar o grande receptivo para a prática das atividades náuticas e entretenimento.

A administração do clube passou por vários proprietários e boa parte de seu empreendimento foi desativada, funcionando hoje áreas de piscinas, restaurantes, serviços de Jet Sky e passeio de escuna.



Figura 57: O Complexo Turístico de Recreação e Lazer Águas do Vale Náutico Clube é um verdadeiro retrato da valorização econômica sobre os aspectos ambientais na atividade turística. Observe na imagem que toda a vegetação ciliar e da área de preservação permanente foi retirada para dar lugar ao paisagismo típico de mar com quiosques, piscinas e deque em um exemplo claro da construção de um não lugar (FANI, 1996). Os visitantes expressivos deste lugar não são das cidades vizinhas como Rifaina-SP e Sacramento-MG e sim de outras cidades como Franca-SP, Ribeirão Preto-SP e Campinas-SP que na passam o fim de semana, porém, a mão de obra usada no empreendimento é das cidades vizinhas. Observe neste fato que os empreendimentos turísticos às vezes são construídos com o objetivo evidente da apropriação dos recursos do lugar, retiram tudo que podem e não redistribuí para a comunidade. **Fonte: PMS (2008).**

O quinto empreendimento analisado é o hotel fazenda Portal da Canastra (figura 58), a 2 km da portaria do Parque Nacional da Serra da Canastra, oferece hospedagem para grupos com até 16 pessoas.

Dispõe de área social com lareira, sala de TV/jogos, churrasqueira, pequeno lago para pesca, parquinho infantil, quadra de peteca, vôlei de areia, restaurante com comida regional denominada turisticamente de mineira preparadas no fogão a gás.

Cercado por área verde, a uma altitude de 1270 m, permite ao visitante desfrutar de trilhas a cavalo e caminhadas, e banho nas diversas cachoeiras no lugar.

As estradas de acesso à propriedade necessitam de cuidados por parte da gestão pública municipal, uma vez que o fluxo e o peso dos caminhões carregados de madeira, matéria prima da indústria de celulose e moveleira danificam sua estrutura.



Figura 58: Hotel fazenda Portal da Canastra, uma iniciativa privada construída no caminho de acesso ao parque da Serra da Canastra. Este empreendimento é um exemplo da transformação das fazendas tradicionais de produção de leite em espaços pluriativos (SCHNEIDER, 1989) em que são aderidas a ela novas funções, inclusive gerenciada por uma mulher, típico deste modelo. O empreendimento é de pequeno porte, mas o visitante pode conhecer as piscinas e as cachoeiras e praticar tirolesa, além de contato com a lida com os animais e passeio a cavalo. Neste empreendimento há uma preocupação com os aspectos naturais, sobretudo na recuperação das áreas de remanescentes de água e mata ciliar, tratamento de resíduos e o recolhimento do lixo demonstram uma valorização ao meio ambiente. **Fonte: BORGES, P. (2008).**

O sexto empreendimento é a Pousada Sassá Mutema (figura 59), localizada no Distrito de Desemboque, oferece acomodações para 12 pessoas. O nome da pousada é em homenagem ao seu filho mais ilustre Lima Duarte e um de seus personagens exibidos na TV que também é um dos principais freqüentadores.



Figura 59: Pousada Sassá Mutena, no distrito de Desemboque é um equipamento turístico implantado por ex morador do lugar que visualizou no turismo oportunidade de negócio. No contato com o proprietário ele nos informou que chegou um momento em que viu a necessidade de mudar do distrito, pois não oferecia mais condições de sustento para família, agora com a “divulgação do desemboque começou aparecer pessoas quase todo fim de semana para conhecer aqui” afirma o morador. Assim desocupou a antiga residência e a transformou em uma pequena pousada. **Fonte: BORGES, P. (2008).**

A divulgação do distrito de forma equivocada vem provocando a multiplicação de ações voltadas para esta atividade. No salão do turismo de 2007 realizado na cidade de São Paulo-SP, foi divulgada a existência neste distrito de estabelecimentos que não existem como restaurantes e pousadas para tornar o lugar mais atrativo.

Outro fato advindo dessa divulgação é que as velhas casas estão sendo adquiridas por especuladores e novas sendo edificadas sem nenhum contexto com a sua história, é preciso alertar a gestão pública e esclarecer os moradores sobre a perda do pertencimento deste lugar que foi tão importante para o município e região.

Próximo ao distrito também foi edificado uma área de camping na região denominada Cachoeira da Parida, distante 10 km de Desemboque ao pé da serra da Canastra, oferece estrutura básica para este modelo de atividade como área para acampamento e sanitários.

Este empreendimento merece também um destaque maior pelo fato de ser resultante de ações propostas por nós conjuntamente com o SENAC em parceria com a Prefeitura local.

O proprietário produtor de leite e possuidor da cachoeira e das piscinas naturais recebia visitantes que acampavam em suas terras para usufruir dos bens naturais gratuitamente.

O lugar foi equipado com banheiro e definido áreas de circulação de pessoas respeitando as margens do córrego e passou a cobrar pelo acesso isso foi em 2007.

Em novembro de 2009 retornamos ao local e obtivemos informações de que o número de pessoas não diminuiu, o proprietário voltou morar no local e satisfeito com a nova realidade e segundo ele “não é incomodado pelo visitante que só quer nadar e dormir”. Para nós este é um bom exemplo de promoção turista com base local.

Observe que foram vários os autores envolvidos na criação deste empreendimento. Apesar de particular a gestão pública esteve presente, é importante destacar o seu papel, pois de certa forma contribuiu para sua promoção através principalmente do fornecimento de maquinários para melhorar os acessos e pessoal para capacitação.

Por outro lado, este envolvimento fica restrito à sua estruturação e não é estabelecida de forma contínua, mas usufrui da ação realizada como objeto de promoção lugar como atrativo turístico.

O sétimo empreendimento é o Acqua Minas Clube (figura 60), localizado às margens da Represa do Estreito, oferece chalés, área de camping, restaurante, trilhas e banho de cachoeira.



Figura 60 Acqua Minas Clube foi edificado a margem direita do rio Grande e como nos exemplos anteriores também valorizou o lado econômico e não preocupação com as questões ambientais. Observe na imagem ao fundo um corte na encosta de cor branca que demonstra a fragilidade do solo e como o leite da estrada está sendo rebaixada, já chamamos atenção para o fato da fragilidade ambiental na figura 36 na entorno da serra da Canastra. **Fonte: BORGES, P. (2008).**

O oitavo empreendimento é a Estância Turística Nascente das Gerais Pesque e Pague que disponibiliza restaurante, pesque-pague, área de camping, trilhas e passeios às cachoeiras.

O acesso se faz pelo povoado de Santa Bárbara. (Figura 61)



Figura 61: A Estância Turística Nascente das Gerais é um empreendimento que transformou a antiga fazenda produtora de leite em um equipamento turístico, destacando inclusive o envolvimento familiar na sua administração. Nela são oferecidos elementos do cotidiano rural muito procurado no interior como comida no fogão a lenha. **Fonte: BORGES, P. (2008)**

A fazenda de Dona Ivone Devós (figura 62) é uma referência para aqueles que circulam nas margens do Rio Grande, oferece refeição previamente encomendada, isto é, o visitante vai para a trilha e retorna para o almoço ou café da tarde.



Figura 62: A fazenda da Dona Ivone Devós como é conhecida na região é também um exemplo de como a atividade turística pode trazer resultados positivos ao ser planejado e respeitados os limites e as características de cada lugar. Antiga produtora de leite e criação de gado aos poucos viu seus moradores mudar para as cidades ficando apenas as estruturas. Devido a sua localização ser próxima ao rio e caminho de trilheiros aos poucos viu a oportunidade de negócio, ampliou e adaptou a casa e oferece café da manhã, almoço e café da tarde desde que o visitante passe antes e encomende a refeição. O resultado foi tão positivo que hoje além da família ainda trabalha outros dois funcionários contratados para ajudar na demanda. **Fonte: CREMA, F. (2008).**

4.2 A logística e a infra-estrutura local para o turismo

No município de Sacramento-MG, como em diversas outras localidades principalmente no interior do Brasil, é expressiva a quantidade de eventos realizados ao longo ano, seja no espaço rural ou no núcleo urbano.

Os eventos vão desde pequenos encontros nas fazendas, em datas festivas no calendário local, até mesmo encontros maiores promovidos pela gestão pública.

A tabela 04 faz referência a um recorte destes eventos considerados de maior volume, conforme avaliação realizada in locu através dos trabalhos de campo.

Tabela 04 - Eventos anuais.

EVENTO	MÊS
Carnaval de rua de sacramento	Fevereiro
Festa da Congada	Outubro
Encontro Regional de Folias de Reis	Maio
Festa do Peão do Clube do Laço	Agosto
Cavalgada – Dia do Trabalhador	Maio
Festival Gastronômico	Junho
Comemoração Espírita do Aniversário de Nascimento de Eurípedes Barsanulfo	Maio
Encontro de Evangelização de Espíritas	Agosto
Exposição de Gado leiteiro de Sacramento	Agosto
Festa da Padroeira Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento	Maio
Festa de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Julho
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Setembro
Festa de Nossa Senhora da Abadia	Outubro
Festa de Santo Antonio	Junho
Festa do Divino Pai Eterno	Junho
Festa de Nossa Senhora do Desterro em Desemboque	Julho

Fonte: SILVA, P. (2008)

Os dados da tabela 04 indicam uma preocupação em promover o lugar durante o ano oferecendo eventos quase que mensais. Reside neste fato um questionamento muito grande que é em identificar o modelo turístico para Sacramento-MG.

Será que a oferta turística deste destino é o turismo de eventos! Pois o que percebe é isso, há uma articulação muito grande da gestão pública em parceria com a privada no sentido de organizá-los e todas as ações acabam se resumindo nestes acontecimentos que apesar de ser ao longo do ano são isolados. Por outro lado usa as potencialidades do lugar como argumento para torná-lo turístico.

A realização de eventos como o carnaval popular, o encontro regional de folias de Reis, exposição de gado leiteiro do município e a Comemoração Espírita do Aniversário de nascimento de Eurípedes Barsanulfo, são considerados como os mais expressivos no receptivo local e requer uma infra-estrutura e um apoio logístico capaz de proporcionar suporte àqueles que visitam o município. Esses serviços vão desde unidades básicas de serviços de alimentação, segurança e saúde, até como lazer e recreação.

A cidade de Sacramento-MG é servida de uma infra-estrutura de hospedagem de pequeno porte (tabela 05), são 4 hotéis, 3 pousadas. Vale ressaltar que o número de UH disponibilizadas não fornece oposição à prática da atividade turística, uma vez que comprovamos nos questionários de percepção do visitante que um número considerável de turistas hospeda em casas de parentes e amigos.

Tabela 5 - Meio de hospedagem (Urbano)

HOTEL	N.LEITOS
Hotel do Comércio	78 leitos
Hotel Flor do Trevo	28 leitos
Hotel Rio Grande	56 leitos
Sacramento Palace Hotel	84 leitos
Pousada Estrela	12 leitos
Karisma	18 leitos
Dormitórios Fama	12 leitos

Fonte: SILVA, P. (2008)

Ao relacionarmos com as intenções de práticas turísticas também no espaço rural do município de Sacramento-MG, há uma modesta infra-estrutura para apoio ao visitante, principalmente nas proximidades dos referenciais turísticos de maior expressão como a Serra da Canastra, o Rio Grande e o Desemboque.

A tabela 06 destaca estes empreendimentos turísticos edificadas no espaço rural como o Hotel Fazenda Portal da Canastra, que consorcia atividades tradicionais como a ordenha e produção de grãos com meios de hospedagem e práticas de turismo de aventura como o happel e tirolesa.

Tabela 6 - Meio de hospedagem (fora do núcleo urbano).

HOTEL	N.LEITOS
Hotel Fazenda Portal da Canastra	24 leitos
Pousada Sassa Mutema – Desemboque	12 leitos
Aqua Minas Náutico Clube Hotel Fazenda	38 leitos
Hotel Joy Águas do Vale	76 leitos
Pousada Recanto das Águas Ltda	12 leitos
Hotel Parque Náutico da Jaguará	18 leitos
Pousada Novo Alvorecer (Fazenda Santa Maria)	12 leitos
Paradise Motel – 5 km da cidade	12 leitos
Área de camping cachoeira da parida	18 leitos
Fazenda Nova Califórnia (cachambu)	12 leitos

Fonte: SILVA, P. (2008)

O município oferece uma capacidade de suporte ao receptivo hoje (2010) com 246 leitos. Por isso torna-se necessário pensar nesse limite logístico antes de promover o lugar como espaço turístico.

A pousada Sassá Mutena em homenagem a um personagem do ator Lima Duarte, terra onde nasceu, se destaca pela gastronomia tipicamente mineira. Nas proximidades, para os mais aventureiros, a área de camping da parida é um destaque especial, já a fazenda Santa Maria, por abrigar os visitantes que vêm para retiro espírita. Todos os equipamentos turísticos destacados na tabela são de pequeno porte e requerem atenção nas reservas antecipadas.

A tabela 07 faz referência aos serviços voltados para a prestação de serviços de alimentação. O fluxo turístico é modesto e coincide com a rotina destes equipamentos. Uma característica típica de cidades de pequeno porte no interior é de desacelerar os serviços após as 12 horas do sábado, encerrando as atividades no domingo e retornando nas segundas-feiras, isso sobrecarrega aqueles que prestam serviço no fim de semana.

Ao pensarmos na projeção do município de Sacramento-MG para turismo, é necessário um envolvimento dos diversos segmentos de prestação de serviços na cidade. Conforme os dados da tabela 07.

A tabela demonstra que a cidade possui uma vida própria, os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais ainda não estão voltados para a linearização do tempo, nos moldes que a atividade turística exige.

Ao estabelecermos contatos com proprietários destes estabelecimentos comerciais deparamos também com outras realidades. A variação de turistas durante a semana e nos fins de semana ao longo do mês é muito grande, e apresenta um fluxo importante que movimenta o comércio da cidade.

Tabela 7 Serviços de Alimentação³²

ESTABELECIMENTO	HORÁRIO
Restaurante Gruta dos Palhares	11h as 15 todos os dias
Bar e Restaurante Cipó	11h as 15 todos os dias
Restaurante Posto Nova Era	11h as 15 todos os dias
Bar e Lanchonete Marina da Jaguará	11h as 15 todos os dias
Restaurante Parque Náutico da Jaguará	11h as 15 todos os dias
Restaurante Água Minas Náutico Clube Hotel Fazenda	11h as 15 todos os dias
Restaurante Águas do Vale	11h as 15 todos os dias
Bar dos Oliveiras	11h as 15 todos os dias
Restaurante Varandão	11h as 15 todos os dias
Bar do Aniceto	Todos os dias das 06 as 20h
Bar e Restaurante São Domingos	11h as 15 todos os dias
Restaurante Posto Cruzeiro	11h as 15 todos os dias
Portal Restaurante	11h as 15 todos os dias
Milenio's Lanchonete	19h a 02h
Lanchonete Rodoviária	05h às 22h
Sorveteria Kuka Freska	13h às 20h
Lanchonete Aconchego	18h às 02h
Restaurante Armazém	18h às 02h
Churrascaria do Leo	18h às 02h
Consulado da Cerveja	18h às 02h
Choperia Borá	18h às 02h
Restaurante Lareira	11h às 15h
Restaurante Dedo de Moça	11h às 15h
Aghora Conveniência – Bar do Pavine	05h às 22h
Panificadora e Confeitaria Sacramentana	05h às 21h
Padaria Cerchi	05h às 21h
Panificadora São Marcos	05h às 21h
Panificadora e Lanchonete Pão Nosso	05h às 21h
Panificadora e Confeitaria Pão Kent	05h às 21h
Panificadora Lareira	05h às 21h
Paulinho Lanches	18h às 02h

Fonte: SILVA, P. (2008)

Há fins de semana com muitas pessoas e outros somente com moradores locais, e para não ficar no prejuízo trabalham na retaguarda do bom senso comercial, isto é, aguarda o cliente chegar. Isso leva tempo de espera e impede o visitante de conhecer outros atrativos do lugar e seu entorno.

Dessa forma, percebemos um grande entrave na ampliação dos horizontes para a prática da atividade de forma mais completa no município de Sacramento-MG. Percebemos que há um contínuo fluxo de turistas para o lugar com os mais diferentes objetivos.

³² Na tabela estão indicados os locais que oferece algum tipo de alimentação. Utilizamos o critério da lista telefônica e posteriormente conferimos e constatamos que todos estão funcionando.

Estes turistas fazem reservas nos hotéis e pousadas da cidade, procuram informações no ponto de apoio ao turista, ligam anteriormente para o local a ser visitado para agendar ou simplesmente dizer o dia que vai para certificar se não há nenhum impedimento.

Trabalhando em uma idéia de cluster turístico, todos os serviços de apoio ao turista deveriam trabalhar com a mesma informação, isto é, aqueles que possuem informações sobre a chegada de visitante repassariam uns para os outros de forma que o planejamento da visita se torne mais agradável e até mais lucrativa para o lugar, uma vez que a otimização do tempo visitado permite deslocar o turista para outros setores e consumir insumos locais.

A falta de integração na prestação de serviços é um dos entraves no crescimento dos serviços turísticos. Outro exemplo constatado ilustra ainda mais essa desintegração. A cidade recebe um volume grande de funcionários de empresas e vendedores durante a semana, estas pessoas mal conseguem encontrar um lugar pra fazer suas refeições noturnas e ficam trancadas nos hotéis.

Existem vários estabelecimentos na cidade que em dias alternados fazem pratos específicos da casa, seja um peixe, uma costela no bafo, um rodízio de pizza ou outro prato qualquer. Falta, no entanto iniciativas de integração entre o bar e o hotel, no sentido de o proprietário do bar ligar no hotel e comunicar à gerência seus serviços naquela noite e assim o hóspede ter conhecimento e de acordo com sua opção, buscar estes lugares, interagindo os dois. Caso isso não aconteça, o hotel fica cheio e os bares vazios.

No mesmo compasso dos serviços de alimentação estão os postos de combustíveis (tabela 08) e serviços de manutenção em veículos. A cidade, após as 22 horas, fica sem oferecer os serviços de abastecimento de combustível até o dia seguinte, isso porque os postos não possuem serviços de atendimento 24 horas, obrigando o visitante a dormir na cidade caso este precise abastecer o veículo, continuando a viagem no dia seguinte.

Os proprietários reclamam que não há cliente, porém nunca testaram o serviço. Em uma das nossas investidas sobre o fazer turismo no município, nos deparamos com um grupo de jipeiros em direção a Serra da Canastra, que às 23 horas estavam estacionados no posto de combustível aguardando sua abertura, que somente iria ocorrer no outro dia.

Tabela 8: Pontos de serviços para autos e abastecimento

ESTABELECIMENTO	FUNCIONAMENTO
Posto Trevo	05 às 22h
Posto São Domingos	05 às 22h
Posto Santo Antônio	05 às 22h
Posto Atlantic.	05 às 23h
Posto Maximus	05 às 22h
Auto Mecânica Central.	08 às 18h
Auto Elétrica Varjão	08 às 18h
Auto Mecânica Santo Antonio	08 às 18h
Auto Peças Araújo	08 às 18h
Auto Peças Santo Antônio	08 às 18h
Auto Peças Servepeças	08 às 18h
AC/DC Comércio de Baterias	08 às 18h
Centro Automotivo N. S. Aparecida	08 às 18h

Fonte: SILVA, P. (2008)

Os serviços bancários (tabela 09), apesar de abrangerem as principais agências do ramo, também acompanham o mesmo passo dos postos de combustíveis, pois seu horário de funcionamento acompanha o horário comercial ou nos auto-serviços entre 06 às 20horas.

Tabela 9 Serviços e agências bancárias.

BANCO	FORMA ATENDIMENTO	HORARIO
Banco	Multiatendimento	Agência
Banco do Brasil S A	08h às 22h	10h às 15h
Caixa Econômica Federal	08h às 22h	10h às 15h
Banco Itaú	08h às 22h	10h às 15h
Banco Bradesco S.A.	08h às 22h	10h às 15h
Sicoob Credicoasa		10h às 15h

Fonte: SILVA, P. (2008)

A rede de farmácias (tabela 10) tradicionais e de manipulação atende em horário de serviço comercial e com sistemas de rodízios nos fins de semana, porém, para identificar qual está atendendo a escala, o visitante deverá percorrer todas anteriormente, já que não há um cronograma previamente divulgado.

Tabela 10 Farmácias e drogarias

Farmácias/drogarias	Horário – plantões alternados
Medicinal – Drogeria e Farmácia de Manipulação	08 às 20h
Farmácia Nossa Senhora Aparecida	08 às 20h
Droga Vida	08 às 20h
Drogeria Modelo	08 às 20h
Bio Fórmula Manipulação	08 às 20h

Fonte: SILVA, P. (2008)

A cidade de Sacramento-MG possui um sistema de vigilância policial contínua, dispondo também da guarda municipal para serviço de vigilância no núcleo urbano dia e noite. Não há registros de distúrbios envolvendo policiamento adicional, a não em períodos de eventos de maior porte como o carnaval. (Tabela 11).

Tabela 11 – Segurança.

TIPO DE SERVIÇO	FUNCIONAMENTO
184ª Companhia da Polícia Militar	24h
Guarda Municipal de Sacramento	24h
Grupo de Polícia Militar do Meio Ambiente	24h – Plantão
Delegacia de Polícia	24h
Conselho Tutelar	24h – Plantão

Fonte: SILVA, P. (2008)

O serviço de assistência à saúde (tabela 12) é oferecido nos postos de atendimento público vinculados ao SUS e pelo pronto socorro da Santa Casa Municipal, em regime de 24 horas.

Tabela 12 – Saúde

SAÚDE	Funcionamento
Santa Casa de Misericórdia de Sacramento - Hospital / Pronto Socorro	24h
Unidade Básica de Saúde Aracy Lopes Pavanelli - Posto de Saúde	08h às 20h
Ambulatório Hermócrates Correa	08h às 20h
CAPS, Centro de Atenção Psicossocial.	08h às 18h
Centro de Referência Especialidades e Serviços Dr. Antônio Julio da Silva Sobrinho – CRES	08h às 20h

Fonte: SILVA, P. (2008)

No ano de 2008, a cidade de Sacramento-MG recebeu uma agência de receptivo e se tornou uma grande referência para o turismo local. Além da prestação de serviços de traslados, formatou pacotes específicos, que vão desde a observação de pássaros a passeios no município. Esse serviço é prestado por uma única agência, a Maritaca Turismo.

A tabela 13 mostra os serviços de transportes com horários comerciais para diversos destinos no Brasil junto à rodoviária da cidade. Algumas empresas locais prestam serviços de fretados.

Tabela 13 – Empresas de transporte comercial e turístico

EMPRESA DE FRETAMENTO	Horário funcionamento
Viação São Geraldo - Viação São Geraldo Sacramento Ltda.	06h às 20h
Viação Maramar	08h às 18h
ULZA – Transporte e Turismo Ltda	08h às 18h
TRANSDIVISA Ltda	08h às 18h
Empresas com rotas comerciais	
Viação Gontijo - Empresa Gontijo de Transporte Ltda	06h às 20h
Viação Continental - Viação Continental de Transportes Ltda.	06h às 20h
Viação Vera Cruz - Vera Cruz Transporte e Turismo Ltda	06h às 21h

Fonte: **SILVA, P. (2008)**

A tabela 14 apresenta a relação de supermercados, açougues e mercearias que podem ser usufruídos pelos visitantes. Este é outro entrave na prestação de serviços ao se pensar em ampliar as atividades no município.

Nos contatos com visitantes aos sábados à tarde e aos domingos, vários foram os depoimentos relatando sobre o fato de que “após as 12 horas não há nenhum desses serviços disponíveis na cidade”.

Boa parte desses estabelecimentos encerra as atividades, aos sábados, às 12 horas, e retornam somente na segunda-feira, proporcionando ao visitante que chegar após este horário pouca disponibilidade de opções.

Outro fator muito lembrado pelos visitantes é em relação aos altos preços cobrados por produtos no comércio local, em torno de 20 a 30% a mais em relação ao comércio distante apenas 70 km.

Os proprietários, por outro lado, se defendem alegando que “todo turista que chega à cidade já está com o porta mala cheio”, argumento este que não apresenta consistência, já que, analisando as duas partes recaímos na abordagem realizada no início da avaliação sobre a infra-estrutura, isto é, o turista que visita Sacramento-MG é um visitante típico de fim de semana, que geralmente chega após as 12 horas e retorna no domingo após às 16 horas.

Tabela 14 – Alguns estabelecimentos de serviços/Suprimentos/alimentos.

Estabelecimento	Funcionamento
Açougue São Marcos	08h às 18h(*)
Açougue Central	08h às 18h(*)
Açougue Santo Antonio	08h às 18h(*)
Açougue Ideal	08h às 18h(*)
Casa de Carne Chafariz	08h às 18h(*)
Varejão Central	08h às 18h(**)
Varejão Chaves	08h às 18h(**)
Varejão do Produtor	08h às 18h(**)
Varejão Sacolão Center	08h às 18h(**)
Supermercado Dois Irmãos	08h às 18h(*)
Supermercado Vicentini.	08h às 18h(*)
Supermercado Pirâmide	08h às 18h(*)
Supermercado Maísa	08h às 18h(*)
Supermercado Magnabosco	08h às 18h(*)
Supermercado LC	08h às 18h(*)
Supermercado Bom Preço	08h às 18h(*)
Supermercado Marisa	08h às 18h(*)
Supermercado Renata.	08h às 18h(*)
Mercearia Skaff	08h às 18h(*)
Mercearia Tio João	08h às 18h(**)
Mercearia Bela Vista	08h às 18h(**)

(*) Abre de segunda a sexta e sábado até o meio dia.

(**) Abre de segunda a sábado e domingo até meio dia. **Fonte: SILVA, P. (2008)**

Portanto, ao chegar à cidade, aquele que não levar suprimentos dificilmente encontrará o estabelecimento aberto para efetuar suas compras como bebidas, alimentos tradicionais, carnes, suprimentos fotográficos, baterias e pilhas, entre outros.

Percebemos com estas informações que já existe um horário próprio, constituído na cidade e o turismo para ser implantado terá de se adequar a ele.

Tabela 15 faz referência à disponibilidade dos meios de comunicação tradicional como as rádios, que não funcionam 24 horas, mas possuem alto índice de audiência durante o dia e atinge todo o município.

Tabela 15 – Meios de comunicação.

Meio de Comunicação	Horário
Rádio Sacramento A.M.	05h às 20h
Jornal Estado do Triângulo	08h às 18h
Jornal de Sacramento Ltda	08h às 18h
Revista Destaque In	08h às 18h

Fonte: SILVA, P. (2008)

Complementando nossa avaliação sobre os serviços disponíveis para o visitante, acreditamos haver relevância em citar os espaços de lazer e recreação (tabela 16) na cidade e

no município. São clubes tradicionalmente voltados para o morador associado, porém, pagando uma diária, o visitante tem acesso.

Tabela 16 – Áreas para lazer e recreação

Clube	Horário
Associação Atlética Banco do Brasil	08h às 20h(*)
Sacramento Tênis Clube	08h às 20h(*)
Águas do Vale Náutico Clube Hotel	08h às 20h(*)
Água Minas Náutico Clube Hotel Fazenda	08h às 20h(*)
Parque Municipal Gruta dos Palhares	08h às 20h(*)
Pousada Complexo Recanto das Águas	08h às 20h(*)
Marina de Jaguará	08h às 20h(*)

(*) Todos os dias

Fonte: SILVA, P. (2008)

Dessa forma, ao pensar em projetar o município de Sacramento-MG no cenário turístico, é preciso antes de tudo que seja realizado um trabalho de envolvimento com os diversos segmentos do lugar, objetivando analisar a viabilidade e mostrar alternativas favoráveis para sua implementação.

A grande questão é que a gestão pública para o turismo não está preocupada com o suporte logístico ao turista. Desse modo é necessário romper com certas práticas que somente visam promover os atrativos turísticos de forma irresponsável e sem nenhuma preocupação nem com o fetichismo do lugar, e nem com aqueles que se deslocam para a região.

É preciso repensar as políticas públicas para o turismo, uma vez que na engrenagem da atividade algumas peças ainda não estão encaixadas e o privilégio sobre alguns aspectos acaba danificando outros. Em verdade é preciso romper com o pensamento tradicional, ou seja, que o quantitativo supera a qualidade.

4.3 Impactos ambientais nas paisagens naturais e culturais

O turismo aparece como uma prática social que consome espaço, por meio das formas de consumo que se estabelecem entre o turista e o lugar visitado: serviços de hospedagem, alimentação e lazer, assim como o consumo da paisagem.

Os elementos da paisagem tornam-se fundamentais para a atividade turística. Na verdade, acabam se transformando no principal foco de atenção dos lugares visitados e recebem, todavia, um fluxo muito grande de demanda. Por isso, os cuidados sobre os impactos gerados sobre eles devem ser criteriosamente estudados antes mesmo de projetar alguma incursão turística.

A paisagem é um dos motores fundamentais do turismo, e pede atenção sobre a necessidade de uma reflexão sobre as transformações ocorridas sobre elas, na qual são expostas sem nenhum critério à espetacularização turística.

Esse mecanismo começa por esvaziá-la de sua concretude e densidades próprias, reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaos infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes.

A transformação da paisagem em mercadoria aos poucos vai conduzindo-a para sua descaracterização original, tanto no que se refere ao patrimônio natural como o artificial, e aos poucos esses símbolos são fetichizados e formatados como peças visuais reduzidas aos interesses e tendências turísticas.

Uma paisagem torna-se atrativa sob o olhar turístico a partir do momento em que é adornada e obtêm arranjos e formas específicas do modelo turístico predominante. Surgem então os estereótipos de paisagem, que ditam como podem ou devem ser recriadas, manipuladas e corrompidas de forma a se tornarem turísticas.

Cruz (2002, p.119) observa que, em consequência, ocorre a padronização dos lugares turísticos, generalizando suas formas, copiando outras paisagens e artificializando-as conforme a necessidade turística. Para o autor: “As paisagens construídas como resultados de processos naturais e sociais historicamente engendrados, numa dada porção do espaço geográfico, não podem ser reproduzidas estritamente à sua aparência” Cruz (2002, p.111).

Analisando a importância da paisagem e seus atributos naturais como essencial ao desenvolvimento do turismo, Trigo (1993 p. 36) considera que as paisagens, as visitas, ao ar livre e a tranquilidade representam recursos não renováveis no setor de lazer e turismo.

É importante analisar o nível de esgotamento destas paisagens deixadas para as futuras gerações. Estas paisagens valorizadas pelo turismo são aquelas que lembram os lugares que queremos ver preservado. “A prática do turismo expandiu-se pelo planeta, convocando regiões ainda bem conservadas, de todo mundo, a entrarem no cenário turístico” (Xavier, 2007, p.26).

A crescente temática envolve discussões sobre a fuga do homem urbano para as paisagens naturais, como se fossem verdadeiros paraísos no quais os problemas do cotidiano seriam diluídos com a contemplação da paisagem, numa verdadeira transformação da viagem aos lugares em mito e fantasia.

A grande questão é que essas buscas vêm acompanhadas de modismos e padrões de vida diferentes dos lugares visitados, e o resultado nem sempre é positivo para os receptivos, deixando influências e marcas nas paisagens, de forma às vezes irreversível.

No contexto dessas incursões entre o espaço real e o imaginário construído pela motivação do turista, recorremos a Tuan (1983), para quem os mitos florescem na ausência do conhecimento preciso, pois no passado havia mais campo para devaneios e suposições, apesar dos avanços tecnológicos e conhecimentos geográficos do planeta.

Retomando a paisagem como fomento para o produto turístico, sua descrição é realizada a partir do observador no qual ele descreve as características historicamente determinadas e verifica a valorização de paisagem natural, em detrimento da paisagem industrial-urbana, reforçando ainda mais o sentido de fuga do cotidiano.

O turismo de aventura, o ecoturismo são modelos turísticos que mais se adéquam às práticas e ao contato com a natureza, pois são através das caminhadas nas trilhas, da visita as cachoeiras e mirantes, do banho nos rios e córregos que o visitante estabelece um contato mais próximo com o meio natural.

Os recursos naturais associados aos bens culturais e históricos do município de Sacramento-MG sem dúvida tornaram esta região mais conhecida do ponto de vista turístico.

Ao longo de sua história os pitorescos contos regionais, a variedade de cachoeiras, os remansos das represas edificadas no rio Grande, os encontros de folias de reis, as festas populares de massa como o carnaval se tornaram focos de exaustivos projetos turísticos criados pela gestão pública sobre sua exploração.

Para os foliões isso tudo cria valorizações da cultura, mas ao mesmo tempo vai gerando desencantos com os projetos, pois não se valoriza o vivido, preferindo a espetacularização do evento.

Um outro fato importante a ser destacado é que estes projetos entraram em descrédito popular em função das repetitivas ações de elaboração e não efetivação de suas propostas como prática. A ausência de resultados e a descontinuidade na sua promoção acabaram levando a comunidade a não acreditar mais na idéia de que o argumento desenvolvimento pelo turismo seja uma ferramenta articuladora para o crescimento local.

Remetendo a palavras de um morador da cidade “já fizeram tantos projetos para o turismo e até hoje nenhum deu certo”, porque a comunidade já percebeu que estas propostas são segmentadas, direcionadas para atender a um grupo e não um conjunto.

Neste momento precisamos atentar a duas questões relevantes para enveredarmos pela discussão sobre esse turismo comercializado no município. O primeiro dele faz referência aos encantos da região, as belezas naturais constituem um cenário amplamente favorável à prática das diversas modalidades turísticas. As paisagens edificadas pelo homem como registros simbólicos marcam presença ao longo de sua história.

Desse modo, levantamos a questão sobre os desencantos do turismo, contrapondo a posição do belo, do fantástico potencial turístico que o município possui na ótica da gestão pública para a atividade. Os desencantos do turismo ficam registrados aos observamos os fatores pontuados nas alterações que as paisagens sofrem no seu contexto original.

As mutações provocadas nesses lugares cada vez mais estão voltadas para atender a uma demanda crescente de obrigatoriedades que os lugares turísticos possuem em adaptar-se às exigências do turista, isto é, o processo de turísificação dos lugares passa de teoria para a prática.

Na identificação desses desencantos abordaremos algumas questões registradas no município que contextualizam uma visível dificuldade entre o que é visto como vocação turística e sua prática na promoção dos atrativos e seduções. A primeira avaliação está na festa de Nossa Senhora do Desterro no Distrito de Desemboque a cerca de 70 km da cidade de Sacramento.

A festa originária do século XIX em comemoração a Santa que originou o toponímio do lugar vem a cada ano assistindo a uma transfiguração no seu formato original, (figura 63).



Figura 63: Observe a procissão de condução da Imagem ao altar As antigas procissões de condução da imagem ao altar da igreja, deram lugar às jipadas e amontoados de motos embevecidos pelos potentes e alarmantes sons dos veículos estacionados próximos ao caminho de passagens ofuscando os cânticos religiosos. Há um contraste entre a religião e a religiosidade³³ e entre morador e visitante. **Fonte: SILVA, P. (2008).**

Acompanhando a análise realizada na figura acima, são dois aspectos importantes que devem ser considerados para melhor compreensão sobre a relação entre o morador e visitante. As festas religiosas típicas do interior do Brasil são as mais fortes expressões da influência católica no processo de interiorização de colonização, e, de geração a geração, um pouco mais ou um pouco menos sua preservação torna-se um símbolo de devoção.

³³ É importante ressaltar que estas duas expressões são expressas no sentido de contextualizar dois cenários distintos e ilustrativos sobre o desenrolar da festa no Distrito.

Estas festas não se restringem ao evento do dia em que milhares de pessoas de diversos lugares se misturam uns aos outros em uma proposta de reviver os parentes, contar os causos do lugar, relatar as condições de vida de hoje e relembrar nostalgicamente uma infância ou parte dela vivida nos arredores.

A preparação da festa inicia-se meses antes de sua realização. A busca pelos insumos que serão consumidos na elaboração dos pratos servidos para os visitantes, os gastos com os adornos de efeitos da paróquia e do barracão são adquiridos por meio de doação e da peregrinação que a folia do santo faz em toda a região, convidando os moradores e recolhendo tudo que será utilizado na montagem da festa.

O envolvimento da comunidade, e até de pessoas fora dela, demonstra um sentimento único ao relacionarmos com o poder constituído pela comunidade quando a necessidade de trabalho cooperativo.

As diversas tarefas distribuídas pelo encarregado da festa provocam uma movimentação muito grande e uma euforia em relação ao resultado final. São comuns os comentários no desenrolar da festa:

Será que a cozinheira deste ano é a mesma do ano passado? Será que tem os mesmos doces? O ano passado foi uma fartura de comida!

Estas expectativas constroem um cenário inimaginável entre os convidados para festa e a ansiedade pela apreciação da comilança, do leilão, do forró, das missas, e cria um delicioso ambiente de confraternização.

Essa prolongada descrição sobre os cenários das festas de reis, e mais precisamente a festa no Distrito de Desemboque, é justamente para ilustrar os encantos que existem na sua filosofia original onde a prosperidade, a religião, o respeito e a devoção são os ingredientes principais no tempero de tudo que será servido, inclusive o tom forte do rezador do terço.

Na outra ponta desse exemplo estão os desencantos da festa. Cenários artificializados com venda de produtos do não lugar, excessos de bebidas alcoólicas, músicas muito altas descontextualizam o sentido da festa.

Precisamos claro, ressaltar que estas tradições são modificadas pela inserção de novos atores sociais que são os filhos dos moradores do lugar que, em busca de ganhar a vida foram morar nas cidades. Nesta nova forma de vida, enveredam-se pelo mundo e trazem para o convívio durante a festa as novas expressões culturais, mostradas como modernas para aqueles que ficam na comunidade.

Isso é perfeitamente entendido quando analisamos o ponto de vista dos festeiros sobre a inserção de novos componentes na convivência social, não podemos aceitá-la quando nos referimos às culturas híbridas que precisam ser preservadas no seu contexto original (CANCLINI, 1998).

Neste contexto de desencantos, a festa parece ter perdido o seu formato original e passou a compor apenas um cenário para os visitantes. Essa descaracterização do tradicional expulsa os moradores locais do evento, promove a turistificação dos bens culturais e cada vez mais assistiu um caminho sem volta para essas tradições.

Contudo há comunidades que estão (re) inventando as suas tradições não para o turismo, mas para a vida. Citamos o caso da festa de Santos Reis na fazenda do Sr. José Salvador. Há mais de 80 anos ela permanece no seu formato original³⁴, apenas “reza o terço e canta a folia” afirma o fazendeiro nos altos dos seus 90 anos.

Até hoje (2010) permanece inalterados a data, a procissão dos homens para cortejar a bandeira dos Santos para entrar no salão, o almoço até no máximo 14h, a reza do terço às 16h e o fim da festa às 18h.

A não oferta de dança a noite limita por si o número de pessoas na festa e percebemos nos anos que freqüentamos (2007, 08, 09) um número muito grande das pessoas mais velhas do município.

Ainda nos desencantos das festas, destacamos os contrastes e os rumos que a festa do Divino Pai Eterno tomou nos últimos quatro anos em que acompanhamos sua realização. A

³⁴ Mantêm seu caráter religioso como tradicional, mas há presença de barraquinhas que comercializam bebidas como cerveja (interrompidas a venda durante a reza do terço e fiscalizada de perto pelo fazendeiro).

proporção de crescimento que tomou a festa não acompanhou no mesmo ritmo a devoção e a intenção de preservar a tradição da festa.

A procissão de condução da imagem do Santo até a capela apresenta um cenário de violação ao bom sentido da festa. O que deveria ser uma cavalgada cercada por devoção é substituído por um conjunto de componentes totalmente descontextualizados do seu objetivo original, o excesso de bebida alcoólica muda seu sentido.

Não obstante, o local da realização do evento tornou-se palco ainda maior das agressões às tradições religiosas e sua realização se confunde entre a projeção política da festa atrelada ao contexto da religiosidade, pois utiliza a imagem do santo para ordenar um volume cada vez maior de pessoas e a descaracterização do objetivo que deveria ser a devoção à imagem.

Na chegada da imagem, saudações alegradas pelos foguetes e gritos eufóricos dos mais velhos são ofuscadas pelos sons dos carros em volta da capela. A postura respeitosa do organizador da festa dá fim aos sons que atrapalham a reza do terço. O convite do festeiro a todos para participarem da reza não alavanca muita gente, e seu início parece que não atrai a atenção daqueles que estão nas proximidades.

Durante a reza, observamos um contraste entre aqueles que foram à festa para demonstrar sua crença e devoção ao santo e aqueles que foram à festa para simplesmente ocupa-la como sendo um espaço de lazer e de consumo do tempo livre.

A reza continua na capela ao mesmo tempo em que próximo dela as pessoas permanecem sentadas, sem nenhuma comoção para o que está acontecendo, o comércio de bebidas continua e o fim do terço é sinal para compor a fila para apreciar a comida da festa, diante do convidativo sabor dos temperos e da fumaça do fogão a lenha.

Ao acompanhar a realização da festa do Divino Pai Eterno, assistimos a uma mudança no perfil de seus frequentadores. No primeiro ano, em 2006, observamos uma presença muito grande de moradores das redondezas, das pessoas mais velhas do município, de devotos de outras cidades e até de outros estados.

Observamos no ano de 2009, nosso último acompanhamento da festa, que estas pessoas não fazem mais parte do evento, isto é, já não se sentem como componentes de sua realização.

Através de algumas informações obtidas fora da festa, com pessoas que sempre foram presença marcante na sua realização, percebemos que estas se sentem agredidas pelo cenário que veem e não conseguem mais interagir com os novos componentes montados para sua realização.

Nesse novo perfil de freqüentadores, os jovens é a parte principal dessa composição e não vemos nenhuma objeção quanto à sua participação. A grande questão é que percebemos também que este público não demonstra nenhum interesse no objetivo da festa, suas propostas são outras e sua presença ali conduz a outro caminho que não o mesmo da festa.

Esta questão gera um motivo muito grande de preocupação que poderá levar o fim da realização da original da festa porque não está ocorrendo à transmissão da cultura dos costumes evoluídos nas tradições, pois a outra proposta se distância da festa como construção que envolve tempo, espaço, doação, práticas e representações sociais.

O risco de a festa perder seu objetivo fica evidente cada vez mais, porque estes valores parecem não fazer parte deste novo freqüentador, isto é, é preciso encontrar uma forma de introduzir esse novo público no contexto festivo, isto é, a devoção ao santo.

O carnaval de cidade também é motivo de nossa avaliação. No contexto do encanto, a sua realização tornou-se uma forma muito grande de reencontros de amigos, familiares. É um momento em que os filhos do lugar voltam de seus destinos com o objetivo de reviver lembranças registradas ali, trazer novos temas para conversa, falar do passado e matar a saudade do tempo pretérito vivido naquelas paisagens.

A gestão pública, na proposta de tornar cada vez mais atrativo esse evento, vem a cada ano inserindo novos elementos na sua organização, de forma que a sua realização fica registrada como um evento significativo na memória das pessoas que presenciarem sua realização.

Nesse cenário, reforçam a segurança, ampliam a logística de infra-estrutura, auxiliam os organizadores das escolas de samba e preparam a cidade para receberem o turista.

A cidade recebe o volume maior de pessoas que comporta. O que era para se tornar um evento de confraternização a cada noite de sua realização acorda a cidade em um cenário de desagravo aos olhares dos moradores.

Ruas inundadas de lixo, sujeira derivada de restos de bebidas e comidas, e a rotina da cidade sendo agredida pelos poucos foliões que ainda permanecem na manhã do dia. Novamente a gestão pública, procurando amenizar essas agressões, logo se encarrega de organizar a bagunça deixada pela noite anterior e isso tem sido realizado de forma muito eficaz.

No cenário dos desencantos, são diversas as formas de sua identificação. Começa pelo local da realização da festa, no centro comercial da cidade, onde ainda famílias inteiras residem.

Ao entrarmos em contato com comerciantes no local e nas ruas adjacentes para verificar se há melhorias nas vendas durante o evento, descobrimos que não há nenhum incremento extra na arrecadação.

O impacto mais considerado no município, e de forma geral em várias regiões do Brasil com tendência ao desenvolvimento do turismo, se volta sobre o uso indiscriminado dos recursos naturais e os impactos negativos deixados na comunidade local.

4.4 O público e o privado no ordenamento do turismo local

Por mais que se tente variar, a definição de turismo deixa explícito o caráter econômico da atividade, atribuindo um potencial de lucro, deixando, em segundo plano, questões não menos importantes como o caráter social, cultural, ambiental, político e outras inerentes às atividades turísticas. É, portanto, para preencher essas lacunas que se faz importante conhecer o que são políticas públicas.

Em sua monografia “Indicadores necessários à formulação de políticas públicas locais para o turismo sob a ótica dos stakeholders institucionais estratégicos”, (Barros, 2005, p. 76) cita os autores Jenkins e Lickorish (1997, p. 200) os quais, segundo ela, definem políticas públicas como sendo “uma consideração ao espaço das alternativas”.

Sobre esse posicionamento (Barros, 2005, p. 82) acrescenta que “essa sucinta definição parte do princípio de que o capital, a terra e os recursos humanos, para a maior parte dos países, são escassos. Assim, quando há escassez de recursos, um dos elementos da política deve ser o discernimento da melhor alocação desses recursos”.

Portanto, dessas explicações conclui-se que políticas públicas são atitudes que compreendem as decisões e ações tomadas por órgãos públicos – municipal estadual ou federal - em diversas áreas e que causam influência direta na vida dos cidadãos.

O turismo é uma atividade que possui uma série de fragmentações e que são dependentes de ações de terceiros, como órgãos, empresas, instituições, profissionais, ONG's, entre outros, que estão envolvidos de forma direta ou indireta na prestação dos serviços. Tem-se aí, portanto, um ambiente diversificado do ponto de vista econômico e social, principalmente.

E para que haja uma sintonia entre todos os membros desta comunidade é preciso haver também uma canalização das ações. Nesse caso, o Estado exerce papel fundamental, atuando de forma ativa, promovendo ações e parcerias com órgãos do setor privado, procurando manter condições adequadas com vistas ao aquecimento da competitividade, proporcionando a integralidade dos produtos e trabalhos. Sem essa integralidade, aponta a (OMT, 2001) “é impossível conseguir a satisfação total do consumidor, sua fidelidade e a sua competitividade”.

A própria OMT (2001) cita duas funções básicas para que o Estado funcione como agente facilitador do desenvolvimento. Uma delas é executando as preferências da sociedade, por meio da utilização de instrumentos de regulação econômica, investimentos e arrecadação fiscal.

A outra função se dá por meio da maximização dos benefícios sociais proporcionados pelo turismo através de informações, capacitações, gerenciamento, aumento da produtividade do setor público e bens públicos, incluindo a ordem pública e a proteção ao meio ambiente.

Ao setor público cabem as funções de coordenação, planejamento, legislação, regulamentação, incentivo, atuação social, promoção e atuação. Ao setor privado, as atividades de organização, atendimento do planejamento e respeito às normas e regulamentações, promoção, constante melhora na qualidade dos serviços, produtos e atendimento.

Quando os setores públicos e privados trabalham em conjunto, os benefícios resultantes são ainda mais extensos. A capacidade de promoção, por exemplo, se expande em níveis considerados. As promoções levam os preços a níveis competitivos, proporcionando ainda melhora altamente significativa nos meios de comunicação, transporte e segurança.

A parceria também resulta numa melhor ordenação, proporcionando regulação e regulamentação da oferta e da procura, melhorando a comercialização, distribuição e recepção, diminuindo inclusive os problemas resultantes da espacialidade turística através do fomento do turismo regional, com atrativos culturais, artísticos, comerciais, circunstanciais, dentre outros.

As políticas públicas exercem papel significativo no processo de desenvolvimento da comunidade. Por exemplo, a começar pela possibilidade de maior sincronismo entre os poderes Legislativo e Executivo, uma vez que não há ação sem que haja primeiramente estudos, análises e aprovações.

Dessas relações, por exemplo, podem resultar os Conselhos de Turismo, órgão que geralmente congrega membros dos setores públicos e privado e se torna responsável pela maioria das elaborações de diretrizes e políticas de incentivo.

A parceria entre o setor público e o privado também permite a melhora substancial na qualidade da segurança oferecida. Quando comunidade e autoridades trabalham juntas, as possibilidades de sucesso são ainda maiores, seja através de campanhas de educação,

incentivo, levantamento de dados, denúncias, projetos e programas de proteção aos bens, patrimônios, serviços, instalações públicas, ordenamento, trânsito e até defesa civil.

Outro setor beneficiado com a parceria entre os setores é o que se refere às relações internacionais. Políticas públicas bem definidas se tornam fatores primordiais para atrair turistas de outros países.

No campo da Assistência Social, os ganhos com a parceria também são consideráveis. As políticas públicas podem contemplar passeios para diferentes camadas e classes sociais, estabelecer projetos de cunho cultural, educativo, melhoria na qualidade dos serviços como transporte, assistência a idosos e portadores de necessidades especiais, cuidados com crianças e adolescentes, observações especiais quanto a mães recentes e gestantes, programas de combate às drogas, criminalidade e exploração da prostituição.

São medidas que estão atreladas como outros setores, por exemplo, da Saúde, onde a parceria entre setor público e privado também tem elevada significância. Políticas públicas bem desenvolvidas implicam em hospitais e centros de saúde em boas condições, funcionando por 24 horas, fornecendo remédios, pronto-atendimento, além das sempre esclarecedoras campanhas educativas e das medidas combativas, e das atuações preventivas tomadas pela vigilância sanitária.

Portanto, neste capítulo procuramos mostrar que o turismo no município de Sacramento-Mg se move em meio a pesadas contradições os quais residem principalmente nos desencontros entre o que já existe e aquilo que se usa primeiro para obter os produtos turísticos.

CAPITULO V

“Sabe-se que este nosso Triângulo Mineiro é uma região especial, originada por mistura das bandeiras paulistas aqui chegadas em busca do ouro e pedras preciosas com os mineiros de centro, aqui buscando os campos gerais para seu gado. Essa mistura gerou um tipo antropológico misto, audácia de paulistas com discrição do mineiro. O ponto de encontro foi ali na vila do Desemboque, perto de Araxá e Sacramento, ruínas históricas ainda existentes”...

João Gilberto

O MERCADO DO TURISMO EM SACRAMENTO-MG: VISITANTE E VISITADO NAS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE DE CONSUMO PARA FAZER TURISMO

O objetivo deste capítulo consistiu em identificar e analisar a percepção que visitante e visitado tem em fazer turismo no município de Sacramento-MG. Estes dados são importantes, pois reside neles a opinião das pessoas envolvidas em sua prática turística os quais são fundamentais para elaborar os pilares de um projeto turístico.

Para obter estas informações, foram necessárias ao longo do ano de 2008 várias incursões de campo que nos permitiu visualizar como o sacramentino se sente ao ser visitado e como se relaciona com o visitante.

O turista também foi nosso foco de análise, pois queríamos perceber como se sente ao visitar a cidade e o município, seja a negócios ou para atividades de lazer, turismo ou recreação.

A metodologia adotada para a coleta de dados foi à aplicação de questionários semi-estruturados, conforme aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Uberlândia.

Foram aplicados 156 questionários (Apêndice - A) para o visitante, distribuídos em alguns pontos referencias do receptivo local, sendo a Gruta dos Palhares, o acesso ao município via ponte do rio Grande, a Chácara do Centro Espírita Santa Maria, os dois acessos principais para a cidade de Sacramento-MG, estrada que dá acesso ao Distrito de Desemboque e Serra da Canastra, Museu Municipal e Posto de Informação Turística.

Para o morador aplicamos 68 questionários (Apêndices – B e C), também semi-estruturados no mesmo padrão de perguntas utilizadas para o visitante.

O número menor de questionários aplicados é explicado pelo fato de que somente na cidade abordamos as pessoas através do questionário, no espaço rural o contato com os moradores se deu de forma direta.

Através de um roteiro previamente elaborado, conseguimos, ao longo do contato, obter as informações necessárias sem a formalidade do questionamento.

Outra face da metodologia adotada foram nossas participações nos principais eventos ocorridos ao longo do ano, tanto aqueles organizados pela gestão pública, como aqueles particulares.

Os principais eventos abordados e que nos forneceram dados importantes para complementação foram o carnaval de rua, o encontro de folias de reis, o desfile do dia do trabalhador a exposição de gado leiteiro realizadas na cidade, a Festa do Divino Pai Eterno e Festa de Nossa Senhora do Desterro no Distrito no espaço rural, sendo organizadas pelas secretarias da prefeitura em parceria com os sindicatos do setor.

Outros eventos de cunho religioso foram visitados ao longo do ano de 2008, destacando a festa da comunidade dos Viturinos, Jaguarinha, Bananal, Quenta Sol e o encontro anual de espíritas na fazenda Santa Maria. Nesses eventos, nosso objetivo consistiu em identificar o perfil do freqüentador dessas festas.

O resultado nos surpreendeu porque o número de pessoas que se deslocam de outros locais exclusivamente para aquele evento é muito maior que o número dos habitantes locais. Em um desses eventos, chegamos a escutar de um morador do lugar: “parece que esta festa só tem gente de fora, quase não conheço mais ninguém”.

Esta expressão demonstra uma preocupação do morador em relação ao seu lugar vivido, e ao mesmo tempo em que fala com orgulho da proporção que a festa tomou, ele reconhece que seu laço de relações está se estreitando devido à entrada de novas pessoas que não fazem parte do seu convívio social, e isto, até certo ponto, o assusta por conta do medo de perder sua identidade e vínculos com o lugar vivido.

5.1 A comunidade local: Sujeitos e objetos na promoção do turismo

A atividade turística, quando planejada sem a efetiva participação da comunidade, vem causando vários impactos e promovendo as diferenças sócio-econômicas no local. Desse modo, as iniciativas turísticas quando instaladas sem o envolvimento das comunidades locais, fatalmente se processa, causando nela isolamentos.

A ausência dos moradores no planejamento turístico lhes priva dos possíveis benefícios gerados pela exploração turística. A marginalização da comunidade causa exclusão do morador, inclusive das possibilidades de tomadas de decisão e planejamento que envolve o seu cotidiano.

A exploração turística promovida nos lugares é muito questionada, pois ao mesmo tempo em que é comercializada, a comunidade acaba não sendo beneficiada por esta intervenção. Essa questão deve ser repensada de forma que a base para o seu crescimento seja democrática.

Conforme afirma Coriolano (2002).

[...] jeito diferenciado de trabalhar com o turismo. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional.

O turismo, em sua relação com o local, possibilita a inclusão da comunidade organizada em tomada de decisões, planejamento e execução da atividade turística, usufruindo também de seus benefícios em busca da inclusão socioeconômica, dentre outros direitos e deveres gerados pelo turismo em uma comunidade.

A questão da inclusão de comunidade na atividade turística acaba ficando nos discursos, e sua aplicação não se torna efetiva. Porém, em virtude da velocidade que o mercado se apropria dos bens naturais, culturais e que vai objetivando os costumes, os símbolos de um lugar e sua abrangência meramente mercadológica, acaba deixando espaços vazios neste cenário.

Por outro lado, essa rapidez acaba gerando novos pontos de trabalhos e oportunizando uma forma de inserção no mercado daqueles que não foram inseridos no processo como os pequenos artesãos. Com relação ao espaço, é possível também a participação isolada de alguns locais, destaque aos pequenos núcleos receptivos e até mesmo nas comunidades que identificam no turismo a possibilidade de obter renda, como os serviços de guias que são de base local.

O turismo com base local destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos, contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa, os quais pretendem ocupar seu território, ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local.

A valorização da comunidade pode ser vista como um meio de promover a sua inserção e a viabilidade de outras práticas como inserção econômica dos lugares, o despertar pela preservação ambiental, cultural e ainda como ferramenta para a diversificação produtiva, operação de renda e trabalho no lugar.

Mas, para o sucesso de propostas que promovam o turismo responsável no turístico local, é necessário atentar para diversos fatores determinantes para sua afirmação, e não apenas ser uma promoção somente a partir da comunidade em si, pois esta deve ter consciência de seu papel e responsabilidade adquirida pela prática da atividade turística em seu entorno, pois a mesma planejará estratégias para a exploração do turismo, dentre outras inúmeras responsabilidades conforme afirma Carvalho (2007) que defende a idéia de base local.

A participação do morador em fazer turismo apresenta-se como a própria articulação entre o projeto e a prática, em que os atores sociais passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, no qual a renda e o lucro permanecem na comunidade, contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias desse desenvolvimento, além de requerer maior envolvimento da comunidade.

Dessa forma, a ampla participação das pessoas que vivem no lugar, nas atividades desenvolvidas no território direta ou indiretamente, sempre com vista à melhoria de vida da comunidade e de cada participante, deverá levar em conta os desejos e as necessidades

sociais. Importante também se fazer com o conhecimento da cultura local, a valorização e consequentemente o respeito ao patrimônio natural e cultural.

Em tese, o turismo poderá promover inserção da comunidade com benefícios sócio-econômicos se priorizar a satisfação das necessidades básicas dos moradores. Nesse âmbito é relevante que o planejamento estatal promova a saúde, a educação, a moradia, a renda, e o emprego, pois é por intermédio da solução desses problemas que a comunidade fica mais predisposta, autoconfiante e com mais habilidades para se relacionar com o visitante.

A participação do morador como agente ativo na promoção do turismo abre espaço para que as comunidades se beneficiem com a formatação de produtos e prestação de serviço voltado para o turista.

Estes requisitos somente serão contemplados e atingidos a partir da participação do setor público e do seguimento privado para viabilizar a formação das pessoas, tornando-os capazes de gerenciar o turismo no lugar onde estão.

A comunidade pensada como sujeito social para a receptividade e também para a preservação de patrimônios ambientais e culturais, gerando a conscientização da importância do turista e para a atividade turística é um importante passo para se alcançar o sucesso do destino.

Para prática do turismo de forma democrática, e considerando sempre a importância que o morador possui, exige-se, portanto, um entrelaçamento entre os diversos segmentos do lugar, de forma que as expeditivas sejam cumpridas para não frustrar os envolvidos e que os projetos não fiquem nos incansáveis cursos de capacitação.

Outro fator a ser considerado e valorizado é a criatividade na elaboração desses arranjos produtivos locais, pois diante da falta de capital financeiro eles aparecem inclusive divulgando os lugares. As adaptações às singularidades das iniciativas criam um poder de articulação no território das comunidades, superando inclusive as deficiências socioespaciais.

Desse modo, compreendemos que o turismo necessita da interação entre os envolvidos com a atividade. A efetivação do turismo está relacionada ao lugar e as pessoas que nele vive,

não sendo possível praticá-la de forma isolada, somente a partir da comunidade. Assim torna-se necessário expor os outros benefícios trazidos pela incorporação dessa nova atividade econômica de forma inclusiva e democrática.

A interação dessas políticas com as exercidas em cada setor da sociedade seja público ou privado e terceiro setor, essa inclusão associada às práticas exercidas pelo turismo com base local possibilitará trabalhar a atividade não como um produto acabado, mas como um fenômeno em contínua mutação. Essa orientação permite à sociedade se reorganizar de forma a assegurar àqueles, até então excluídos, uma real possibilidade de acesso às receitas geradas pelas atividades turísticas.

Portanto, não devemos ser extremos em indicar como exclusiva forma de promoção do turismo a questão de inclusão democrática das pessoas que vivem no lugar. Torna-se necessário também entender a democratização do turismo como uma proposta que deverá ser construída a partir da comunidade que, fortalecida e madura, torna-se capaz de conduzir a execução da atividade.

Precisamos considerar sempre, para qualquer que seja a proposta do poder público para a inclusão do lugar no turismo que a comunidade local e seus costumes sejam reciprocamente respeitados e se inseridos deverá ser de forma que garanta as condições técnicas e sociais para a sua participação.

5.2 A percepção do visitante no fazer turismo

Adotamos duas etapas de obter a percepção do visitante e do visitado sobre a prática da atividade turística no município de Sacramento-MG através da aplicação de questionários (Apêndices A, B e C). Na primeira etapa, voltada para obter a percepção do visitante sobre o turismo, escolhemos eventos de maior expressão no calendário do município como o feriado de 1º de Maio, o carnaval, encontro de Folias de Reis, festa do Divino Pai Eterno, Festa de Nossa Senhora do Desterro e Exposição de Gado Leiteiro.

A pesquisa foi realizada com o apoio do Departamento de Turismo municipal, que fez um cadastro das caravanas e percebemos que a maioria é organizada por pessoas informais e não por agências.

Nesta etapa da pesquisa escolhemos pontos estratégicos de fluxo de turistas para aplicação do questionário. No município de Sacramento, os locais escolhidos foram à praça localizada próxima ao Recanto da Prece, denominada chácara da tia Heigorina, o Palácio das Artes, a praça da matriz no centro da cidade, o parque da Gruta dos Palhares, o acesso ao estado de Minas pela ponte sobre o rio Grande e o posto São Domingos.

Os resultados obtidos demonstraram que 61% do público entrevistado é do gênero feminino com idade acima de 60 anos, correspondente a 23%, e de 51 a 60 anos com 22%, configurando um turista de 3ª idade.

Ao referimos as pessoas que visitam a cidade em outras épocas que não seja o carnaval e a exposição de gado leiteiro que coincide com o período de férias escolares, estes números invertem, ou seja, predomina o gênero masculino com 61% e 39% mulheres.

A idade deles entre os 16 a 25 anos corresponde a 52% dos visitantes entrevistados, não deixando despercebida a impressão dos mesmos com idade inferior e superior, conforme o gráfico 01.

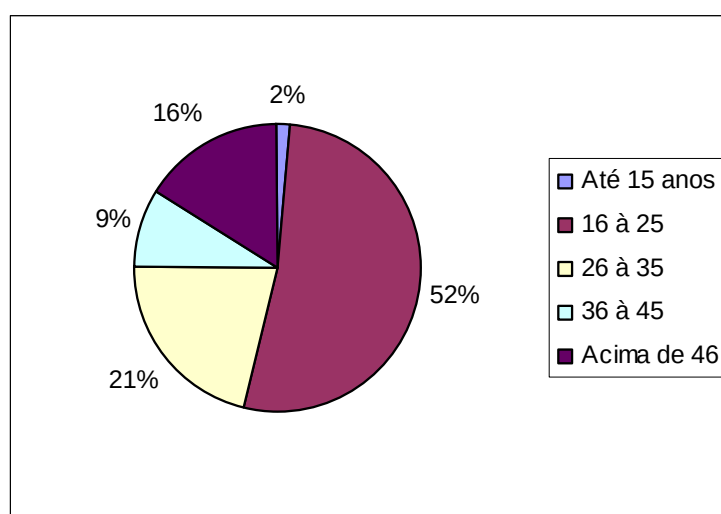


Gráfico 01: Idade do visitante. **Fonte: SILVA, P. (2009)**

Outro aspecto referente aos dados obtidos é sobre o local de residência do entrevistado, no qual 64% oriundos do estado de São Paulo (destaque para as cidades de São Paulo, São Carlos, Franca, Ribeirão Preto), 24% são do estado de Minas Gerais (com destaque para cidades de Uberaba, Araxá, Ituiutaba, Uberlândia, Belo Horizonte e Patos de Minas) e 2% de outros estados.

Estes dados indicam o acesso principal dos turistas para o município de Sacramento-MG realizado via cidade de Rifaina-SP, local inclusive onde poderia explorar o receptivo através de outdoor e placas de boas vindas, e até mesmo dicas de atrativos.

Sobre a renda individual, destacamos que a maioria (47%) estão inclusos no quadro de até 3 salários mínimos, porém, ao somarmos os que ganham de 4 a 13 salários mínimos, estes correspondem a 27%, o restante (26%) não quiseram responder a questão.

Uma informação importante mostra uma fidelidade do turista ao visitar a cidade em que 60% dos entrevistados já visitaram mais de uma vez, e que 94% pretendem voltar.

Cerca de 80% dos entrevistados obtiveram alguma informação sobre o município através de amigos e parentes, o restante através de mídia como a internet e folder.

Em relação à infra-estrutura de acesso à cidade de Sacramento, 67% dos dados indicaram bom estado de conservação. Porém, é necessário destacar que a grande parte dos entrevistados que consideraram boas as vias de acesso viajaram como passageiros e não perceberam as falhas, e a grande maioria que opinou como ruins estavam em veículos menores e perceberam as deficiências de sinalização e qualidade das próprias vias.

No que diz respeito ao atendimento médico, é sabido que não existe um ambulatório no local, embora não haja registro de acidentes graves. Em relação à pesquisa, 79% não responderam pelo fato de pelo menos a maioria não terem precisado utilizá-lo. É importante lembrar que nos dias de grande movimento sempre é solicitado ambulância e socorristas para o local.

Pelo fato de um volume grande de jovens sacramentanos que residem entre outras cidades como segundas residências destacando Uberlândia, Uberaba, Belo Horizonte e Viçosa

sempre retornam nos feriados e férias ampliam o volume de pessoas e torna-se um importante grupo de visitantes. (gráfico 2).

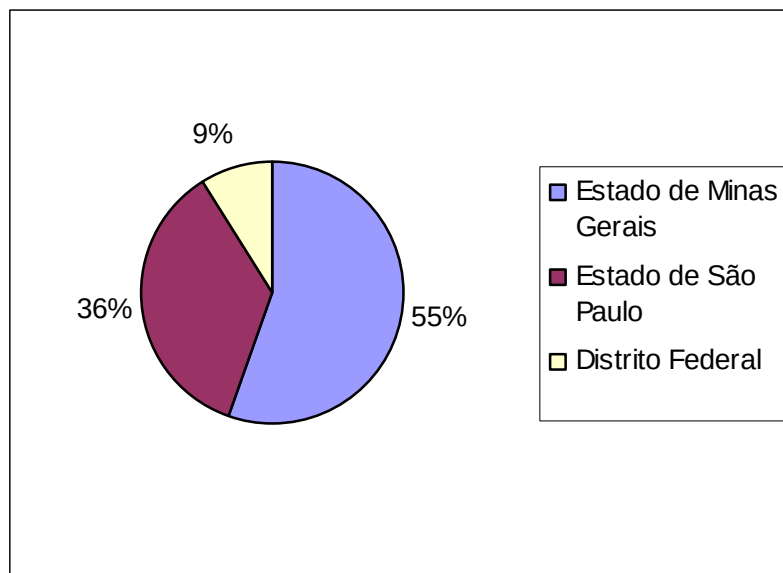


Gráfico 02: Origem do visitante. **Fonte: SILVA, P. (2009)**

Os motivos (gráfico 03) que trouxeram os visitantes mais de uma vez para cidade de Sacramento-MG foi, na maioria das vezes, o evento carnaval, e em um menor percentual para visitar parentes, a descanso e lazer, ou para conhecer o município e atividades religiosas.

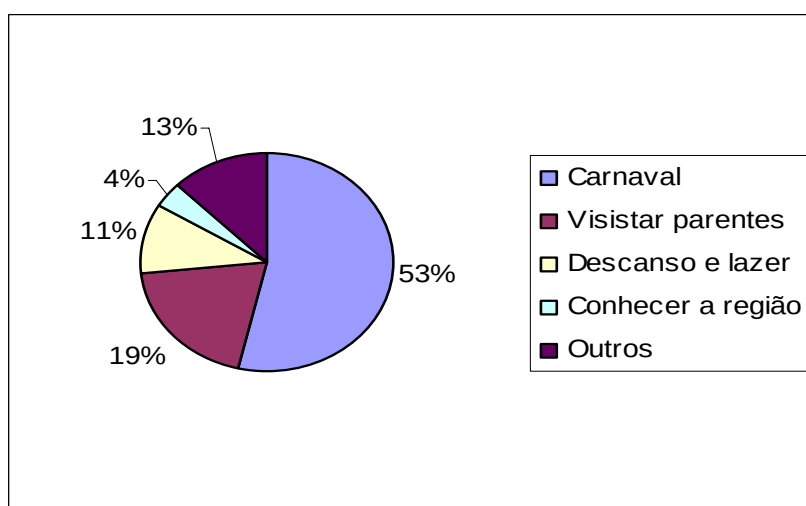


Gráfico 03: Motivo da visita à cidade. **Fonte: SILVA, P. (2009)**

Indagamos os entrevistados visitantes sobre a forma utilizada para hospedarem-se e detectamos que o maior percentual, hospeda-se em casa de parentes e/ou amigos. Outros, em

menor percentual, em hotéis/pousadas e residências alugadas para temporada, conforme o gráfico 4.

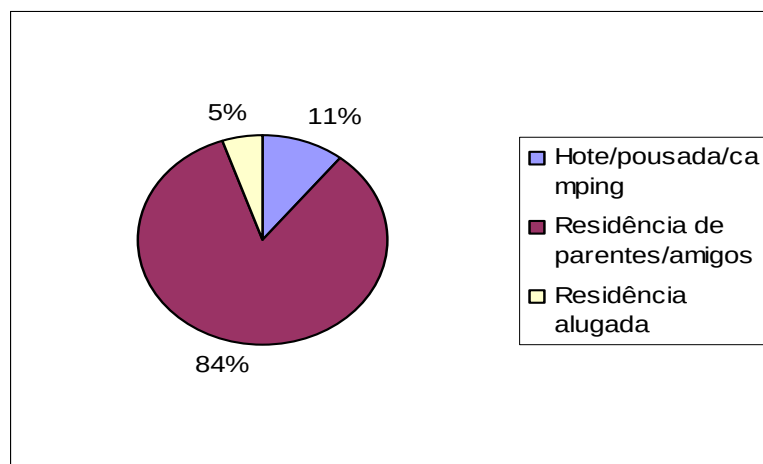


Gráfico 04: Meio de hospedagem utilizado. **Fonte: SILVA, P. (2009)**

E ao nos referirmos ao local em que realizaram suas refeições, estes visitantes também, na maioria das vezes, relataram que se alimentaram em casa de parentes e/ou amigos, os outros, em pequeno percentual, se utilizaram dos serviços turísticos, restaurantes e lanchonetes (gráfico 05).

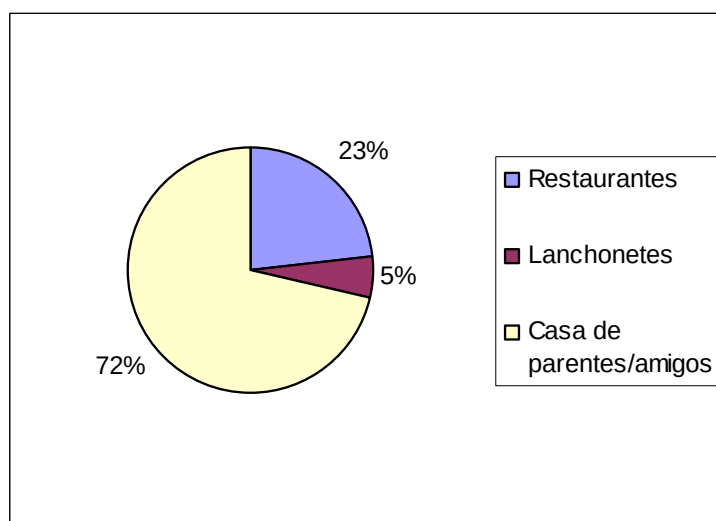


Gráfico 05: Local utilizado para alimentação. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

Para medir o nível de satisfação dos visitantes buscamos a opinião dos mesmos sobre a infra-estrutura que a cidade oferece e quais os impactos positivos e negativos.

Assim, perguntamos aos visitantes se a cidade possui uma infra-estrutura para o apoio ao turista e 74%, considerou a cidade de Sacramento-MG não possuidora de infra-estrutura, a

maior insuficiência segundo eles são os meios de hospedagem, carência nos serviços de alimentação. Mas esse detalhe, porém, não tirou a imagem das pessoas da cidade de serem receptivas e amigas.

5.3 A percepção do visitado sobre atividade turística

Para complementar nossas percepções sobre a prática da atividade turística na cidade de Sacramento-MG e não obstante uma análise também sobre o município, uma vez que já identificamos a maior expressão dos atrativos situarem no espaço rural, procuramos agora conhecer a opinião do morador.

Aqui defendemos a idéia de que a comunidade é o ponto essencial para o bom desempenho do turismo com base local. Deste público entrevistado 72% são do gênero feminino. O publico entrevistado na maioria, cerca de 90% são adultos de idade acima de 25 anos.

Ao indagarmos sobre a profissão dos entrevistados, 55% informaram serem estudantes, outros auxiliares administrativos, gerentes, balconistas, comerciantes, supervisor de pedagogia, empregadas domésticas, professores, empresários, militar estadual, contador e cartorária.

Questionamos aos visitados se saberiam definir o que é o turismo. Com relação a esta indagação, percebemos que todos os entrevistados possuem conhecimento sobre turismo.

Para desenvolver atividade de qualquer natureza, faz-se necessário buscar junto aos visitados a importância e os benefícios que a atividade turística lhes confere. Portanto, perguntamos se ele acredita que o turismo poderá trazer algum benefício para o município de Sacramento-MG.

Os visitados foram unânimes em dizer que acreditam que o turismo poderá trazer muitos benefícios para o município de Sacramento-MG, identificando-os das mais diversas formas.

O turismo poderá ajudar no desenvolvimento de várias áreas, segundo os visitados, preservando a cultura, a tradição histórica e na educação, adquirindo novas informações e conhecimentos ao interagir com pessoas de outras localidades.

Na área comercial, com o aumento das vendas e da hospedagem criam-se novos empregos, geram-se novas oportunidades de negócios, aumenta a arrecadação local, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da comunidade sacramentana, desde que ela participe do processo.

Ainda neste contexto de benefícios do turismo, fica evidente a importância de implementar e desenvolver o Programa de Certificação do Turismo Sustentável³⁵, para consolidação do município de Sacramento-MG³⁶ como um novo destino turístico.

Para melhor analisar esta percepção, perguntamos aos visitados se a infraestrutura da cidade de Sacramento-MG está preparada para receber o turista. 39% dos visitados entrevistados afirmaram que a cidade de Sacramento-MG possui e 61% consideram a cidade de Sacramento sem infraestrutura.

A cidade de Sacramento-MG não disponibiliza meios de hospedagem e de alimentação suficientes para atender a todos os visitantes satisfatoriamente. No comércio, de forma geral, deixa-se muito a desejar em relação às vendas. A grande maioria da comunidade se vê a mercê do vandalismo e dos roubos. Agressões às pessoas do lugar também foram muito lembrados pelos moradores.

De forma geral a maioria dos moradores, apesar de entender o significado aspectos sobre o turismo, ainda não consegue ver essa atividade como um agente de mudanças para o lugar, essa se torna uma questão que a gestão pública deve se preocupar antes de implantar no município qualquer projeto turístico.

³⁵ O Programa de Certificação em Turismo Sustentável – PCTS visa apoiar os empreendedores do turismo a responder aos novos desafios do setor de turismo e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

³⁶ No ano de 2007, o município recebeu a certificação da Secretaria Estadual de Turismo e também foi escolhido pelo Ministério do Turismo como prioritários nas ações de Infra-Estrutura e Capacitação.

A gestão pública também é responsável e influenciadora neste tipo de comportamento do morador, na maioria das vezes os projetos turísticos são simplesmente lançados na comunidade, que apenas posteriormente é consultada sobre o que pensam seus moradores, os quais muitas vezes sequer sabem do que se trata.

Portanto, essa relação torna-se muito delicada, as pessoas do lugar precisam ser consideradas na gestão dos projetos turísticos. É preciso reconhecer uma vez mais que elas são um dos principais pilares de sustentação da atividade, pois é através dela que o turista é bem recebido, a cidade melhor cuidada, as ruas limpas e o retorno dos ganhos são divididos com todos.

A atividade turística, sem dúvida, pode se converter em uma grande expressão econômica nos locais onde é instalada, mas é preciso promovê-la de forma que não gere perspectivas socioeconômicas somente para um grupo na sociedade. A sua abrangência de modo algum poderá ser restrita e restritiva, pois o que determina seu sucesso é o envolvimento da comunidade.

Dessa forma, torna-se de responsabilidade da gestão pública, e dos envolvidos com a prática do turismo no município, respeitar o meio ambiente, os moradores, os costumes, a cultura, pois são importantes referências na identidade desses lugares e não podem ser simplesmente apropriados e comercializados como uma mercadoria que desconsidera o lugar.

5.4 A percepção do visitado no espaço rural

Após a aplicação dos questionários concentrados na cidade de Sacramento-MG, foi muito importante obter a percepção do morador do espaço rural, em virtude principalmente de grande parte dos atrativos situarem no espaço rural e principalmente pelo contato que estes moradores têm com o visitante.

O tratamento dos dados permitiu sintetizá-los em gráficos, mostrando a opinião da população de acordo com as questões levantadas. A análise desses dados permitiu ter uma boa idéia de como a comunidade rural vê esta atividade, se está preparada para ela e quais os possíveis problemas decorrentes da adoção da prática turística.

O gráfico 6 representa a distribuição espacial da aplicação dos questionários, mostrando que houve uma distribuição homogênea na coleta de informações, decorrente da preocupação de se percorrer localidades do município. Ao todo foram aplicados 56 questionários. Outras informações como propriedades abandonadas foram identificadas *in locu*.

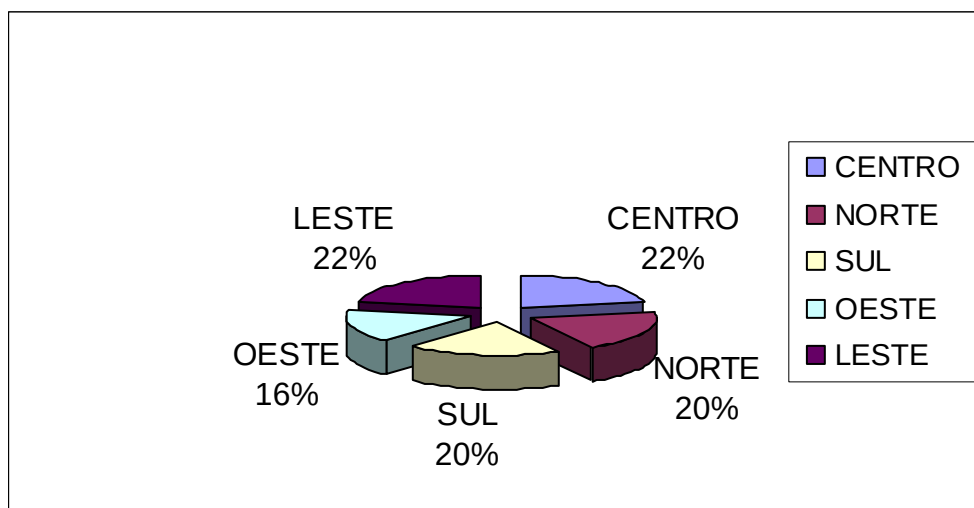


Gráfico 06: Distribuição da aplicação de questionário no município. **Fonte:** SILVA, P. (2009).

O gráfico 07 mostra que do total de propriedades visitadas e entrevistadas, predominaram as fazendas, e em seguida, os sítios e as pequenas propriedades, como as chácaras.

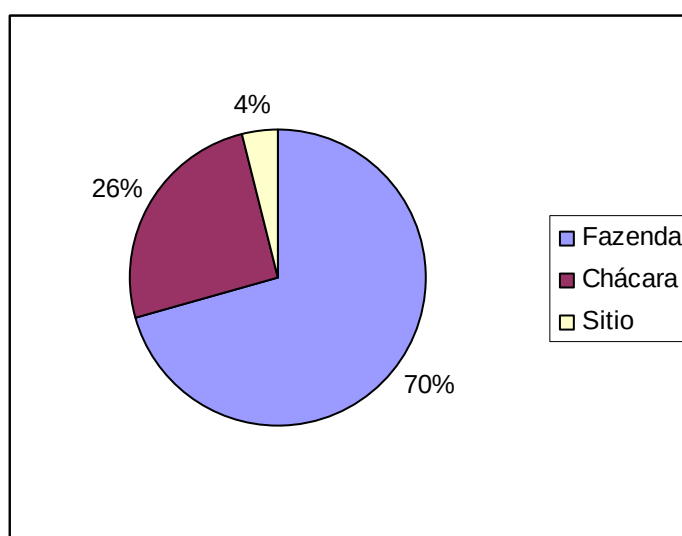


Gráfico 07: Identificação do tipo de propriedade rural. **Fonte:** SILVA, P. (2009).

A forma de acesso às propriedades pelas estradas secundárias municipais na época da pesquisa no ano de 2009, todas estavam em bom estado de conservação e indicam a presença do poder público, bem como a capacidade das comunidades rurais reivindicarem seus direitos.

A pesquisa de campo trás também um dado importante ajuda ilustrar a realidade do espaço rural no Brasil, isto é, o baixo número de propriedade onde os seus moradores não residem mais e as utilizam somente como uma referência de trabalho diário. No município de Sacramento, 68% dos produtores rurais não residem no campo³⁷.

Daqueles que não domicíliam no local, fazem visitas diariamente 72%, 14% frequentam a propriedade semanalmente, e outros 5% por mês, e o restante fazem visitas aleatórias. A grande maioria se desloca da cidade de Sacramento-MG para o desempenho das atividades de rotina na propriedade, retornando no fim do dia, conforme o gráfico 08.

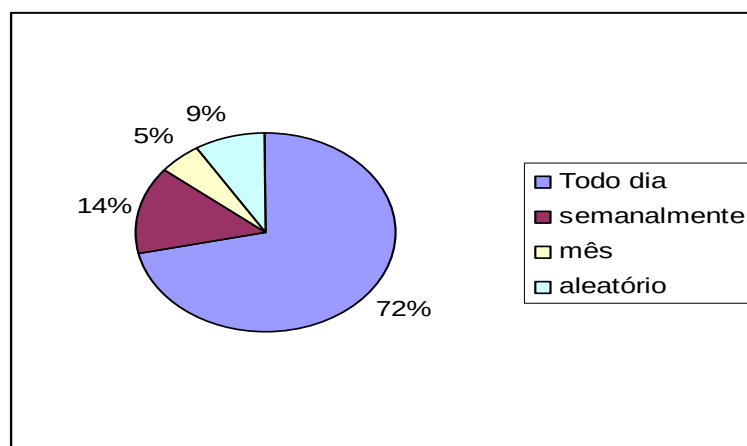


Gráfico 08: Freqüência de visita às propriedades. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

Analisando diretamente os aspectos relacionados com a percepção dos moradores sobre a atividade do turismo no município, deparamos com um dado muito importante, que foi o conhecimento que o morador possui sobre a expressão. Para os entrevistados, 89% declararam não conhecer a expressão turismo.

Mesmo expresso da forma mais empírica, através desse dado foi possível observar que o termo turismo está relacionado, de uma forma ou de outra, na visão dos moradores, a algum

³⁷ Esta informação foi constatada ao longo do início de nossos trabalhos no município em julho de 2006 a novembro de 2009.

tipo de visitante “circulando pela serra, procurando as cachoeiras ou freqüentando as festas da roça”, como afirma um morador da região da comunidade do Quenta Sol.

Também 89% dos entrevistados compreendem que no município existem pontos turísticos exemplificando com aqueles mais procurados pelos visitantes da região.

Outra informação importante a ser ressaltada pode ser observada por meio dos dados que demonstram as respostas sobre as condições existentes para receber o visitante. A grande maioria 89% dos entrevistados entende que sim, porém, com algumas limitações, como a simplicidade e rusticidade do lugar. A maioria foi totalmente a favor da idéia de que os órgãos públicos deveriam investir na melhoria da infra-estrutura de suporte para atender o turista.

O gráfico 09 revela as vantagens da atividade turística, segundo o morador que considera o dinheiro como o fator principal, o morador acredita ainda que a circulação das pessoas possa trazer alegria³⁸ para o interior, pois, de acordo com eles, se acham abandonados nesses locais.

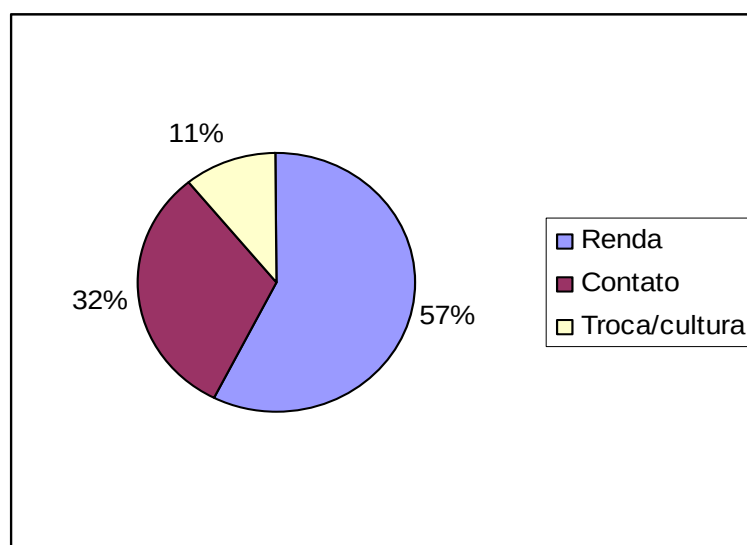


Gráfico 09: Vantagem da atividade turística. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

As desvantagens resultantes do turismo (gráfico 10), na ótica dos entrevistados, estão relacionadas à geração de lixo nas vias de acesso. Os entrevistados nomearam esses problemas indicando os restos de plástico, destruição da vegetação e também compreendem como ofensivo o desrespeito aos moradores como badernas e a entrada de drogas.

³⁸ Circulação e contato com os moradores.

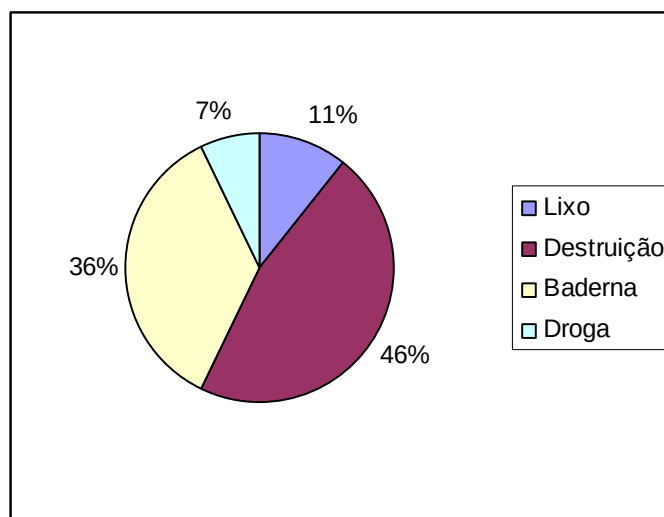


Gráfico 10: Desvantagem do turismo. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

Embora não tenha sido solicitado aos entrevistados uma justificativa às suas respostas, elas podem indicar em parte o tipo de turismo hoje existente. Ele ocorre principalmente nos finais de semana, em geral nas cachoeiras ou em visita a parentes ou comunidades rurais, resultando em uma grande poluição ambiental. O turista não tem cuidado com os restos do alimento, com o plástico e deixam os locais visitados bastante poluídos.

A grande maioria associou como desvantagem a baderna, pois os visitantes acabam não respeitando os moradores e abrem a possibilidade de trazer algum tipo de contradição sendo o consumo de drogas ilícitas o principal agravante. Isso também significa que a percepção da população sobre a atividade turística existe e nos possibilitou deparar com algumas restrições que seriam apresentadas, caso houvesse a implantação do empreendimento em sua propriedade.

Sobre a opinião dos moradores do município quando questionados sobre a permissão da atividade turística em sua propriedade, a grande maioria, ou 79%, não aceita o turista e apesar de reconhecer as belezas da região e os benefícios que a atividade traria, não gostariam de expor sua propriedade para esses fins.

Com relação à outra parcela dos entrevistados, os 21% que aceitariam a implantação de alguma atividade de turismo ou suporte a ela em sua propriedade, deixam claro que a disponibilidade para o recebimento de visitantes não oferecem grandes restrições. Podendo ser realizada em qualquer época do ano, nas férias, feriados ou até mesmo nos fins de semana. (gráfico 11).

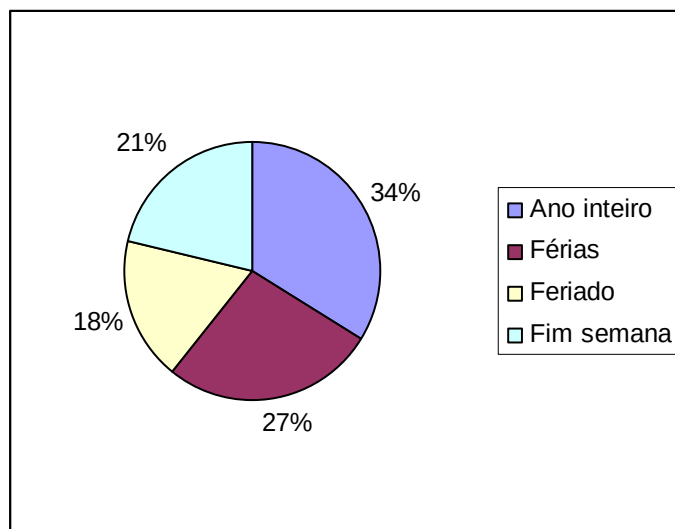


Gráfico 11: Disposição para receber o visitante na propriedade. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

Aqueles que não aceitam a atividade do turismo (79%) alegam o desrespeito que os visitantes têm pela cultura e costumes locais, além do fato de que o tamanho das residências não permite a oferta, pois lhes faltam as condições físicas para oferecer conforto apropriado aos visitantes.

O gráfico 12 mostra que a duração das estadias estaria mais concentrada entre 2 e 3 dias, em função de alguns moradores se lembrarem do fato de que o local não apresenta infraestrutura adequada.

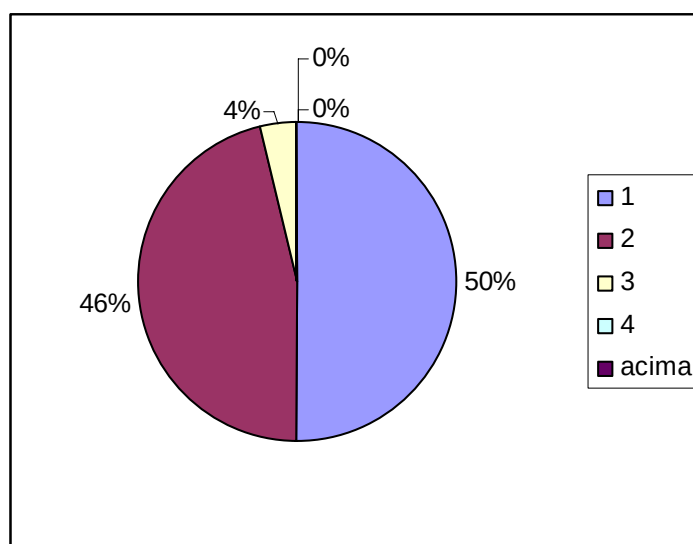


Gráfico 12: Disponibilidade em número de dias. **Fonte: SILVA, P. (2009).**

Os resultados da percepção obtidos junto aos moradores do Município de Sacramento-MG, revelam sentimentos de pertencimentos aos lugares com potencialidades turísticas.

Desse modo, a preocupação dos entrevistados quanto à atividade do turismo na região estão relacionados aos impactos negativos que a presença de visitantes pode trazer aos lugares.

Revelam ainda que as restrições sejam representadas por aquelas provenientes da sua associação com atitudes e comportamentos incompatíveis com os valores humanos e meio de vida dos habitantes; sentimentos de indagação das condições habitacionais para receberem visitantes. Está última é, em parte, responsável pela restrição na duração das estadas.

A restrição ainda pode ficar associada ao fato de que o morador tem sua rotina ligada à vida rural e a permanência do hóspede, sem a incorporação dos mesmos na própria rotina e atividade na propriedade, torna a presença do turista um fator de distúrbio e incômodo.

Os dados apresentados constituem elementos importantes para orientar uma política pública para o turismo local. A aceitação, e até certa profissionalização da população para a atividade, é fator preponderante no êxito desse setor da economia. Caso o envolvimento do morador com o visitante não seja equilibrada, o turista passa a ser o intruso, impedindo sua integração nos hábitos, costumes, história da região.

A localização do município em uma posição geográfica de fácil acesso, associada aos recursos naturais e culturais, já poderia ser um fator positivo para se explorar com muito mais força o seu potencial turístico.

Como vimos isso é importante, esses recursos necessitam ser bem gerenciados, apoiados por órgãos públicos, privados e ONG's, na busca de despertar naqueles que por aqui passam um *olhar de turista* (URRY,1996) sobre a cidade, incentivando-os a conhecer um pouco sobre os atrativos locais.

Diante dessas informações, o turismo de pequeno porte torna-se, previamente, a alternativa mais aceitável, concentrando-se na cidade de Sacramento-MG o suporte principal de pernoite e alimentação. A grande maioria das propriedades do município possui elementos como insumos locais, casario, cachoeiras, gastronomia que poderiam ser enquadrado no processo de levantamento de atividades de turismo.

Analisando as características do entorno dos lugares, quando da aplicação dos questionários e nos contatos com os moradores, identificamos a riqueza das paisagens rurais. Nossa compreensão é que falta interrelacionamento de vários elementos que constituem o lugar. Desse modo, além das belezas das paisagens seria decisivo para o sucesso das iniciativas turísticas saber conciliar a hospitalidade, a comida e o jeito simples de receber as pessoas.

Ao fazermos um balanço de projetos aplicados em pequenas cidades principalmente no interior do Brasil, nos despertou a atenção para o fato de que a grande dificuldade encontrada está na forma como as propostas turísticas são implantadas. Desse modo, cabe ao estado e a sociedade civil organizada promover uma estrutura de planejamento comprometida com a percepção da comunidade sobre o lugar e a atividade turística.

Em Sacramento-MG, os moradores reconhecem o potencial do município, indicam a existência de pontos turísticos, mas possuem restrições quanto a sua implantação, pois o descobrimento gera medo, insegurança, incertezas sobre a positividade e benefícios que a atividade poderá trazer.

Destacamos uma avaliação sobre a percepção obtida com os visitantes e com os visitados fazendo uma correlação às invenções que a gestão pública e as iniciativas privadas propiciaram para o turismo local. Nesse processo, percebemos como fruto da relação, turista, morador e lugar turístico (Sacramento-MG) vários descompassos, desencontros entre os atores e principalmente com relação à associação das iniciativas com as práticas turísticas.

Os atrativos (representação dos bens naturais, históricos e culturais transformados em mercadorias) são divulgados pelos gestores do turismo local sem nenhuma preocupação quanto a sua localização, acessibilidade, permissão dos proprietários para conhecê-los e a capacidade de carga dos referenciais turísticos.

Assim, uma proposta de turismo para essa região deve vir posteriormente a um trabalho de esclarecimento da comunidade. Cabe também nesta proposta uma identificação da idoneidade dos empreendedores, e debate sobre os aspectos positivos e negativos da atividade, incluindo projetos de educação ambiental, não somente para os turistas “de longe”, mas também para os turistas “de perto”.

Os projetos não podem ser modelados, ao contrário devem valorizar a mão-de-obra existente e trazer contribuições para o atendimento do turista, desde atividades de apoio como informações, saúde, atividades afins, como a formação de guias, prestação de serviços em hotéis, pousadas, restaurantes, transportes e todo serviço de apoio ao turista. Valorizar o lugar implica em não propor projetos descaracterizadoras das localidades que constituem o município de Sacramento.

5.5 Algumas proposições

Promover o turismo em Sacramento requer um planejamento de curto, médio e longo prazo. Trata-se de um programa multidisciplinar, envolvendo infra-estrutura pública, revitalização do patrimônio cultural material e resgate do patrimônio imaterial, da identidade e referências históricas e culturais. A valorização desses aspectos poderá fazer surgir no município um produto turístico que ao envolver as comunidades de Sacramento-MG, saiba respeitar os valores humanos, a religiosidade, o patrimônio material e os bens naturais.

Neste sentido, o caminho que propomos deverá se enquadrar nos indicadores:

- Valores humanos, espiritualismo, fé e conhecimento dos costumes e tradições;
- Identidade e pertencimento;
- Simplicidade, conforto e modernidade;
- Conscientização e capacitação;
- Valores culturais diferenciados e possibilidades para o receptivo;

Para atingirmos tais objetivos sugerimos que a gestão pública do município desenvolva políticas que:

Promova pesquisas sistemáticas dos atrativos e eventos, da infra-estrutura turística como alimentação, hospedagem, receptivo, transporte, do fluxo turístico com as etapas posteriores, avaliação e adequação à realidade do receptivo.

Implante novo Centro de Atendimento ao Turista no trevo MG 464 com MG 190, já que o atual está localizado fora dos acessos principais da cidade. Deverá também implantar

postos de informações nos receptivos de maior fluxo como proximidades do rio Grande, entroncamento entre o Distrito de Desemboque com o acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra, e nas proximidades da comunidade espírita de Santa Maria.

Melhore a informação sobre os aspectos turísticos em todo o município e espaço urbano, a partir da identificação dos atrativos e a formatação de pequenos roteiros com sinalização turística informativa e indicativa, pois hoje a existente no caminho da canastra é inadequada, com placas pequenas e cores de difícil visualização.

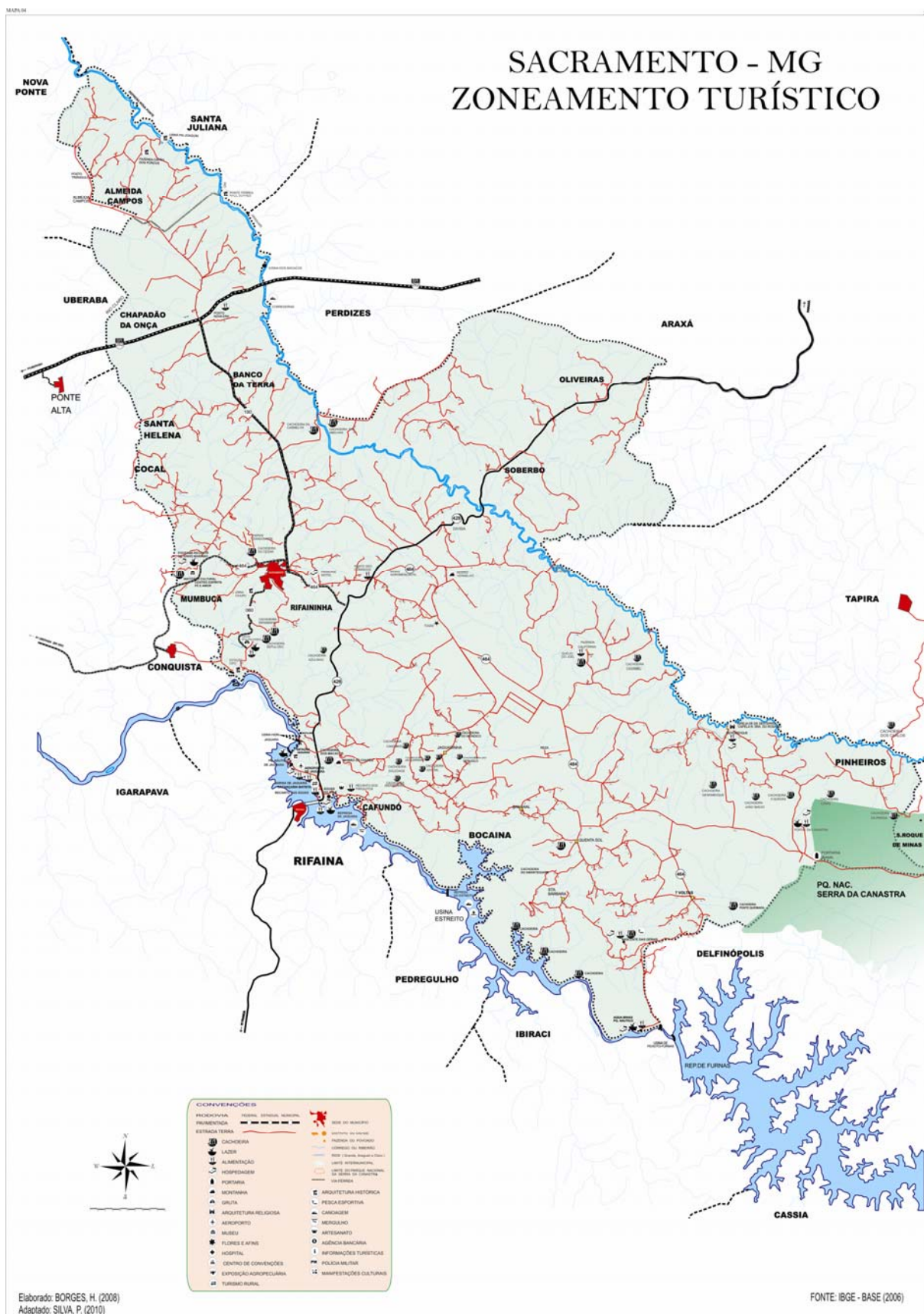
Implante programa de conscientização e capacitação nas comunidades rurais nos lugares onde estão localizados as propriedades com algum atrativo como as quedas d'águas, fazendas históricas e outros atrativos. Isso melhora a forma de as pessoas do espaço rural conceber o turismo e o turista como um acréscimo de recursos em sua propriedade, sem perder seu laço com a atividade tradicional.

Implante programa de revitalização e desenvolvimento da agricultura familiar através da valorização do artesanato, da culinária e da prática de atividades turísticas ligadas ao turismo e lazer no espaço rural.

Incentive a revitalização das propriedades abandonadas no espaço rural com a instalação de pontos de receptivo sem descaracterizar sua forma e sem altos investimentos financeiros. Trata-se de fundamentalmente respeitar aquilo que já existe, conforme são as pousadas do caminho do ouro entre as cidades de Ouro Preto e Itabira, no Estado de Minas Gerais. As políticas públicas também devem incentivar os proprietários de hotéis para a capacitação da mão-de-obra para o recebimento de visitantes.

Implante um programa voltado para o turismo cultural, objetivando recuperar o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, inclusive calendário de festas tradicionais em uma proposta de memória viva. Incentivar práticas voltadas para o segmento do Ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, esportes náuticos.

O mapa 04 apresenta o zoneamento síntese das potencialidades turísticas do município de Sacramento-MG, através de seu agrupamento. A gestão pública poderá tomar ações de usos adequados desses referenciais, por meio da criação de pequenos roteiros.



5.6 Sugestões de roteiros

Os roteiros turísticos são constituídos a partir da avaliação de uma série de elementos que juntos definem a viabilidade de abertura de um determinado trecho para a exploração econômica diferente daquela que está tradicionalmente implantada no município.

O Circuito Estrada Real é um exemplo de roteiro apoiado em um eixo temático central que inclui o antigo caminho que interligava a cidade de Parati-RJ a cidade de Diamantina-MG no período colonial. A partir desse antigo caminho, o roteiro procurou interagir com os elementos do entorno como as fazendas e a gastronomia que após uma avaliação técnica permitiu que os moradores interessados fossem aderindo à proposta e posteriormente tivessem as suas propriedades abertas aos visitantes.

Este circuito apresenta um enfoque histórico muito rico e passa por várias cidades coloniais com um patrimônio cultural e arquitetônico capaz de despertar nas pessoas curiosidades sobre o caminho. Sabe-se que o roteiro já foi percorrido por pessoas vindas de vários lugares do mundo. Diante desse fluxo de pessoas, estes locais não tinham como acomodar estes visitantes e aos poucos às margens da trilha surgem às pousadas, as fazendas hotéis, os hotéis fazendas, os restaurantes típicos para dar suporte ao turista.

Foram oportunizados aos moradores os cursos de capacitação para prestação de serviços ao receptivo como atendimento, camareiras, cozinheiras, gerentes, garçons e efetivaram esta mão-de-obra aos empreendimentos de cada localidade.

As propostas de roteiros que sugerimos são indicações baseados nos trabalhos de campo na legislação e também em debates teóricos a partir dos quais indicaremos os procedimentos que elaboramos como sugestão a ser discutida pela comunidade para sua formatação e posteriormente aplicação e na medida do possível serem seguidos.

Aspectos teóricos: Para a composição de produtos e roteiros turísticos significa criar uma programação de visitas a um determinado local, combinando atrativos, equipamentos, informações e serviços, observando a infraestrutura básica.

A formatação demanda planejamento, conhecimento do local visitado, interpretação do meio natural e cultural, articulação, foco no público alvo, preocupação com a formação do preço de venda e com o mercado consumidor.

É preciso ter cuidado, dedicação e consciência para que a estrutura do produto turístico atenda as demandas de mercado, seja viável operacionalmente e comercialmente, tenha qualidade, preserve o meio cultural e natural e apresente lucratividade.

A interpretação de um patrimônio cultural ou natural significa dar nova força, restituir à vida e, no nosso caso, com muita originalidade e adequação mercadológica, pois muitas vezes um produto turístico pode não ter sido comercializado da forma correta e por este motivo não está sendo operado.

Resgatar a história do lugar, proporcionar um momento do entendimento e vivência adequada da natureza e da cultura local é remontar, reviver e contar, de forma inusitada, o que temos de melhor.

Aspectos Jurídicos: O Governador Aécio Neves do Estado de Minas Gerais cria em 28 de outubro de 1999, através da Lei nº 13.341, a SECRETARIA DE TURISMO – SETUR para tratar exclusivamente das questões envolvendo as atividades turísticas.

O Artigo 19 que instituiu a criação da SETUR tem a finalidade “planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado”.

A criação da SETUR deu início possibilitou a elaboração de uma política pública de turismo baseada na descentralização e regionalização, com a participação da sociedade para definição das prioridades necessárias, para o crescimento do turismo.

A metodologia estabelecida para que as comunidades localizadas em determinados espaços geográficos se envolvessem de modo consciente e ativo na formação de circuitos turísticos, consistiu na busca pela integração e gestão dos recursos com base local para a efetivação dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais.

O Decreto Lei 43.321 de 08 de junho de 2003 institucionalizou os Circuitos Turísticos como um agrupamento de municípios de uma mesma região geográfica com afinidades culturais, sociais, econômicas que se unem para organizar e promover a atividade turística como viabilidade econômica em nível regional.

Apesar da legislação dar indicativos e procedimentos para criação dos circuitos, ainda assim é questionável a sua eficiência na prática pelo fato de utilizar modelos como procedimentos metodológicos para caracterização local.

Em 2007 participamos do Documentário da Oferta Turística – DOT instituída pela SETUR com o objetivo de atualizar os bancos de dados dos municípios mineiros. Os formulários para o preenchimento eram generalistas, engessados e não permitiam colocar aspectos peculiares das localidades. Assim, a pousada vira hotel, a cachoeira que tem 7 metros passa ter 10 metros as localidades anunciam atrativos que não existem porque os dados devem ser apresentados conforme os parâmetros pré-estabelecidos pelo órgão.

Assim, mesmo com tantos questionamentos sobre sua eficiência, o Estado de Minas Gerais após esta política de regionalização do turismo possui hoje (2010) cerca de 58 circuitos, sendo 43 já estabelecidos como produto. Lembramos conforme já citado no capítulo II, o município de Sacramento-MG está inserido no Circuito Turístico dos Lagos e Circuito da Serra da Canastra.

Experiência de Campo: Os trabalhos de campo foram importantes pela possibilidade do contato direto com os moradores da localidade, os aspectos naturais, as propriedades ao longo do caminho, os animais e o modo de produção existente.

Nesse caminho já nas proximidades do distrito de Desemboque, há o predomínio das pequenas e médias propriedades, todas com edificações como casas, currais que não usadas parcialmente pelo fato de boa parte dos filhos já terem mudado para a cidade.

Este produtor rural desloca semanalmente cerca de 70 km até a cidade de Sacramento-MG para comercializar seus produtos. Pensamos que se houvesse um projeto que promovesse e oportunizasse a esse morador uma nova forma de trabalho sem alterar sua rotina, certamente ali pode se pensar em implantar um roteiro.

Para isso também indicamos algumas problemáticas que se fizeram presente nos trabalhos de campo e que a partir de reflexões poderão surtir encaminhamentos para a melhor formatação destes roteiros, são eles:

- Quais as aptidões naturais?
- Qual público deseja atender?
- Quais os atrativos do roteiro?
- Quais os valores dos atrativos?
- O que será feito durante o passeio?
- Qual o nível de interpretação será oferecido?
- Qual a infraestrutura do percurso do roteiro?
- Quais os equipamentos a serem utilizados?
- Quais as pessoas e os serviços envolvidos e de que forma?
- Quais os possíveis impactos causados com a visita?

5.6.1 Roteiro 01: Caminho do saber

Caracterização: O roteiro caminho do saber (croqui 01) foi estudado e proposto com base em uma variável muito significativa na paisagem natural da localidade que é o relevo com ondulações suaves e patamares alongados. Existem nestas paisagens cachoeiras menores, antigas fazendas e elementos da gastronomia mineira que proporciona a formatação das trilhas contemplativas e interpretativas das paisagens que compõem o espaço rural do município.

O nome sugerido, Caminho do Saber, está principalmente na referência que a trilha faz ao Distrito de Desemboque, considerado uma das entradas da interiorização de colonização do Brasil central. O antigo sertão da farinha podre possui uma rica história que se tornou influenciadora na região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Oeste do estado de Goiás.

Produto: Oferecer ao visitante um passeio entre a cidade de Sacramento-MG até o Distrito de Desemboque com a temática central voltada para os aspectos que relacione a história, a cultura e as paisagens naturais.

Acesso: O passeio começa pela cidade de Sacramento-MG de carro, jipe ou bicicleta (neste caso considerando a capacidade do trilheiro percorrer os 40 km de extensão da trilha) até o Distrito de Desemboque. Na altura do km 10 da MG 190 (posto São Domingos) o acesso se dá pela estrada que liga ao Parque Nacional da Serra da Canastra e aproximadamente 12 km após a esquerda e mais 28 km até o distrito conforme o croqui 02.

Infraestrutura: A cidade de Sacramento-MG é o principal apoio logístico para alimentação, hospedagem e outros serviços como banco e posto de combustível. O distrito de Desemboque possui uma pousada com 8 leitos refeição e bar, por isso é importante sempre consultar antes sobre a disponibilidade, porém, nele é possível pernoite. No Distrito há um posto de saúde, mas não há posto de combustível e bancos.

Avaliação Técnica: O roteiro antes de ser disponibilizados para as operadoras, divulgados em site ou folder é necessário fazer diagnóstico sobre sua capacidade de carga que atenda aos seguintes fatores:

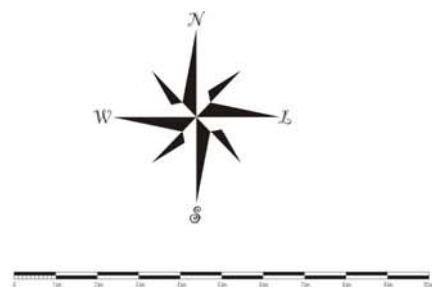
- Identificação dos tipos de solos, vegetação e os aspectos da hidrografia no trajeto;
- Sinalização das vias de acesso com placas padronizadas conforme exigências do MTUR em harmonia com a paisagem;
- Levantamento das propriedades no trajeto, tipo de atividade econômica, aspectos arquitetônicos e outros fatos;
- Levantamento das cachoeiras, das piscinas naturais, dos vales, dos mirantes, dos aspectos históricos, da gastronomia e das festas;
- Identificar através do estudo de impacto ambiental os possíveis danos causados ao trajeto antes da implantação do roteiro;
- Obter da percepção dos moradores deste trecho sobre sua disposição e disponibilidade de inserir este segmento em sua rotina econômica;
- Promover ações junto aos proprietários dos hotéis, da pousada e da operadora turística na cidade e no distrito para uniformizar os procedimentos de reserva e condução de visitante;
- Fazer levantamento das propriedades\proprietários que tem disponibilidade e infraestrutura para acampar algum tipo de serviço como café da manhã, almoço, café

da tarde, jantar e pernoite (esta informação consta no capítulo VI, ela diz que há certa resistência do morador em receber turista em sua residência nesta região);

- Promover ação de educação para o turismo para o morador e para o turista;
- Buscar parcerias para sua efetivação;
- Possibilitar ao morador do município conhecer o trajeto e não serem apenas expectadores. A gestão do turismo na cidade de Brotas no estado de São Paulo promove um dia no ano em que as operadoras se voltam exclusivamente para o morador do município, disponibilizando todas as atividades gratuitamente como forma de promover a atividade através do envolvimento com a comunidade.

Após todas estas informações coletadas e analisadas conjuntamente com a comunidade é que saberemos dizer se de fato há um produto turístico. Assim baseados em dados reais e concretos é que se deve trabalhar uma proposta turística e se for o caso de se ter um produto oficializar a sua existência junto ao poder público e aos Circuitos que o município está inserido.

CROQUI 01



CONVENÇÕES

RODOVIA

ESTRADA

INICIO DO ROTEIRO

FINAL DO ROTEIRO

TRAJETO: 70KM

ROTEIRO 01 CAMINHOS DO SABER



Elaborado: SILVA, P. (2010)

5.6.2 Roteiro 02: No tempo das linhas do trem em Sacramento

Caracterização: A antiga estação férrea fica aproximadamente 28 km da cidade de Sacramento-MG na margem direita do rio Grande. No caminho é possível visitar a Gruta do Palhares, observar as paisagens dos patamares diferenciados formados pelo entalhe do rio Grande.

Este roteiro diferencia do primeiro por constituir uma proposta turística que se volta especificamente para os aspectos dos bens naturais (córregos, riachos, cachoeiras, paisagem, gruta) intercalados pela presença de algumas fazendas históricas e no final dele a antiga estação de trem.

Neste passeio o apoio ao visitante para pernoite poderá ser realizado hoje (2010), somente na cidade de Sacramento-MG, pois não há este tipo de equipamento turístico no caminho, já para refeições (somente almoço) há serviços.

Importante destacar neste tipo de roteiro que o visitante deverá ser bem informado sobre o seu conteúdo, tempo de duração, grau de dificuldade, característica do terreno, locais para visita e apoio. Esta proposta de roteiro é um exemplo de como a informação poderá agregar valores ao produto, sendo que é através do trabalho dos condutores locais e da correta instalação de sinalização turística que a comunidade poderá tornar viável sua composição.

O equilíbrio entre produtos em desenvolvimento e sua operação deve ser revisado de forma constante, dessa forma não é saudável que a partir do momento que alguns produtos alcancem o sucesso desejado, o processo de análise pare.

O grande desafio na formatação deste produto é criar a melhor combinação entre os atrativos, serviços, infra-estrutura e informações, para tornar a visita uma experiência inesquecível, rica, interessante, prazerosa e confortável.

Para alcançar esta combinação é preciso experimentar, testar e ficar atento aos detalhes, às reações das pessoas, aos próprios sentimentos referentes à sua região e ao seu conhecimento.

Depois de respondidas as perguntas sobre a intenção da formatação do roteiro é preciso pensar na operação, organizar visitas, envolver empresários, proprietários de hotéis e pousadas, fazendas, sítios, restaurantes, pois somente assim terá condições de atender e responder as primeiras demandas, com qualidade e segurança. Para a composição do roteiro alertamos os gestores para ficarem atentos a:

- Definição de horários e dias de visitas;
- O tamanho dos grupos definindo o mínimo e máximo;
- A melhor forma de transmitir a informação ao visitante;
- Articulação e organização dos contatos com todos os serviços;
- Definição dos serviços que serão incluídos no preço;
- Elaboração da descrição do roteiro.

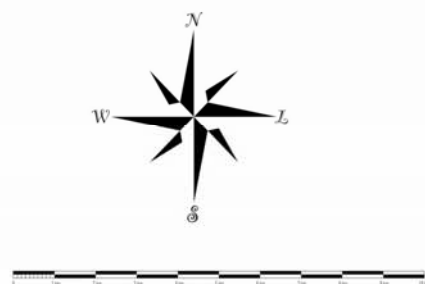
Estas atenções se voltam para a necessidade de trabalhar com uma rede de prestação de serviços que possibilite a realização das atividades planejadas para atender as expectativas do visitante sem provocar danos ao patrimônio natural e cultural do lugar.

As duas opções de roteiros turísticos como proposição final deste trabalho se deu a partir de nossas incursões de campo no município, nos permitiu visualizar no cenário dos bens naturais, culturais e da logística de infraestrutura de serviços à possibilidade de desenvolver uma prática que explore estes bens com responsabilidade.

Lembramos que estas indicações são teóricas do ponto de vista de oferecer um produto, porém, os resultados dos capítulos IV, V e VI fornecem informações para a gestão pública e privada iniciar um levantamento de informações mais específicas para que posteriormente possam ser expostos ao visitante.

Outro aspecto consiste no envolvimento e participação da comunidade. Nesse encaminhamento não estamos defendendo uma padronização de informações, mas fundamentalmente uma proposição que incentive a gestão democrática daquilo que poderá tornar um produto turístico (croqui 02).

CROQUI 02



CONVENÇÕES

RODOVIA

TRAJETO

INICIO DO ROTEIRO

FINAL DO ROTEIRO

DISTÂNCIA: 30KM

ROTEIRO 02 NO TEMPO DAS LINHAS DO TREM EM SACRAMENTO



Elaborado: SILVA, P. (2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os projetos turísticos e a gestão pública: Ao analisarmos as políticas públicas voltadas para a gestão do turismo nas esferas federais, estaduais e municipais, compreendemos que ao pensar nos projetos turísticos há um descompasso entre o idealismo de sua elaboração e a realidade sobre sua implantação.

Percebemos claramente que as questões relacionadas a essas tendências de crescimento turístico são momentâneas e motivadas, na maioria das vezes, pelo mercado e de promoções incentivadas pelas atividades turísticas, e não pelo despertar da consciência local sobre a realidade nos municípios onde se tenta incrementar sua prática.

Os projetos turísticos deveriam, em sua estrutura de elaboração, voltar à atenção para os lugares para a natureza e as suas humanidades onde se pretende implantá-lo. Isso se faz necessário, pois as características locais são muito importantes para determinar o grau de envolvimento entre os projetos, a atividade com a comunidade, isto é, a interação entre os sujeitos sociais resultaria em uma gestão mais responsável sobre sua prática.

Outro fator importante sobre os projetos turísticos está relacionado com falta de interação entre as esferas públicas. Esse descompasso atrapalha sua efetiva implantação pelo fato de os aspectos pluripartidários influenciarem na ação local, sendo praticamente impossível o lugar ter um projeto turístico que seja sugerido e respeitado pelos governantes que de 4 em 4 anos assumem o poder.

Os projetos são muito bem planejados, com planos e metas, ações corretivas, promoções e muitos deles são elaborados com orçamento já disponível. Porém, nem todos os municípios envolvidos possuem o mesmo acesso aos recursos, e acabamos vendo alguns municípios se destacarem mais e avançarem mais na estruturação do receptivo e promoção da atividade.

Porém, outros municípios não conseguem acompanhar o ritmo por deficiências diversas, o tratamento com a atividade turística fica apenas nos incansáveis programas de capacitação de mão-de-obra, conscientização do turismo, importância do turismo para a

economia local, como se fosse uma alternativa de mão única para a solução maioria dos problemas locais.

Ao analisarmos as políticas públicas voltadas para a gestão dos projetos turísticos no plano federal, destacamos o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT e identificamos fatores que levaram à sua ineficácia, principalmente pelo fato de não contemplarem na mesma proporção os municípios com tendências ao desenvolvimento turístico.

Criticamos a forma como as políticas de estado consideram o espaço, pois neste caso, lançaram uma base utópica em nível nacional, não consideraram aspectos das territorialidades e, aos poucos, as propostas não conseguiram atingir seus objetivos simplesmente por não contemplar as realidades desses lugares.

No entanto, não podemos deixar de citar por mérito o avanço das políticas públicas dos governos federais em estruturar do ponto de vista de recursos humanos, as secretarias e os setores voltados para a gestão do turismo.

Destacamos a criação por último do Ministério do Turismo, que vem desempenhando uma política de retirada dos gargalos, tais como: padronização no levantamento de dados; descentralização das ações públicas voltadas para os municípios, somente assim teremos o desenvolvimento dessa atividade no Brasil.

Ao voltarmos nossos olhares para o governo do Estado de Minas Gerais, percebemos também que as políticas são tendenciosas e estão atreladas aos interesses de organismos e empreendedores especuladores dos destinos turísticos.

A proposta do governo estadual é de criar o programa de regionalização do turismo, usando para isso, os circuitos turísticos. Nesta perspectiva destacamos a inserção do município de Sacramento-MG no Circuito da Serra da Canastra e na Associação Circuito Turístico dos Lagos, que foi uma tentativa para incrementar o arranjo produtivo local via turismo, promovendo cursos, capacitações, inventários dos atrativos, adequações nos equipamentos e sensibilização no envolvimento de trade.

A proposta é pertinente, pois a idéia de regionalizar o turismo, criando os circuitos, acaba dando um fôlego maior aos municípios que necessitam de ajuda para estruturarem-se na prática da atividade.

Mas, infelizmente, ao aprofundarmos a avaliação desses circuitos, percebemos a mesma deficiência que os planos federais possuem, isto é, não conseguem desenvolver de forma homogênea no município que o circuito envolve.

Nesta situação acabam se destacando apenas aqueles centros urbanos que, por facilidade de acesso aos recursos, vão primeiro ao encontro dos benefícios e se isolam em relação aos demais municípios que possuem dificuldades em acompanhá-los.

Nesse descompasso, citamos no Circuito da Canastra a cidade de Araxá-MG, que consegue captar esses recursos e promover ações para a melhoria do receptivo em aeroportos, vias de acesso, criação de CV&B e a concretização desse processo de apropriação que se efetiva na ocupação da rede hoteleira.

Dessa forma, a cidade se projeta no cenário turístico fazendo referência aos seus atrativos e utilizando o que os outros municípios também possuem; porém, não incluem em seus roteiros estes lugares³⁹.

Outras cidades do mesmo circuito como São Roque de Minas-MG e Sacramento-MG ficam apenas a parte dessa promoção, recebendo apenas os repetidos cursos de capacitação e nada em termos de infra-estrutura acontece efetivamente.

Isso se dá pela falta de envolvimento entre os gestores do turismo local e suas respectivas comunidades. Não há efetivamente movimentos políticos para aproximar os destinos turísticos e promover uma ação única, o que nos levou a detectar as mesmas falhas na gestão estadual.

Na esfera local desta avaliação a realidade não é diferente. Os projetos turísticos lançados pela Prefeitura Municipal de Sacramento-MG via Secretária de Turismo, ficam na

³⁹ Exemplo. Pacote turístico para a cidade de Araxá-MG e visita a Gruta dos Palhares em Sacramento-MG ou a Casca D'Anta em São Roque de Minas-MG.

mesma utopia idealista sobre a importância do turismo para a região, e muito distante da efetiva implantação de suas ações que tornem as potencialidades locais uma possibilidade efetiva de circuito.

O município de Sacramento-MG na gestão pública (2004-2008) criou o primeiro plano de ação para o turismo. Mesmo assim, suas reais efetivações estão muito distantes de serem cumpridas, uma vez que o olhar para a atividade não se faz em uma ação conjunta, planejada e contínua. Mais uma vez assistimos as dificuldades políticas de tornar os projetos turísticos uma prática cotidiana nos lugares.

A ação da gestão pública local se efetiva em ações pontuais na promoção de eventos ao longo do ano, contribuindo para sua realização, mas é ineficaz em projetar um plano em nível municipal para o contínuo desenvolvimento das propostas existentes e elaboradas nas diversas esferas de poder.

Essas limitações, na realidade se torna muito mais visível quando deparamos com projetos que se iniciam, promovem campanhas para sua efetivação e o abandono no meio de sua implantação demonstra a falta de compromisso na realização das ações.

Ao analisarmos estas propostas públicas para o turismo, nos deparamos com a mercantilização dos recursos naturais e socioculturais. A gestão pública apropria-se dos bens humanos e culturais, das identidades, da gastronomia e do patrimônio arquitetônico, transformando-os em meras mercadorias.

O poder público procura mostrar tudo isso nos fôlderes e nas campanhas publicitárias que estampam tais recursos para atrair um número maior de visitante. Como medida de divulgação os gestores do turismo age sem se preocupar com um estudo que indique a sua capacidade de carga e sua preservação futura.

Sobre os bens naturais: Em nossa área de estudo (Sacramento-MG), percebemos claramente a apropriação dos recursos naturais. Esse modo de usar os recursos vai comprometendo os atrativos e promovendo impactos ambientais ao invés de protegê-los.

Neste mesmo passo, percebemos também que a iniciativa privada vai na mesma direção. Nesta apropriação os impactos ambientais provocados pelos empreendimentos e as práticas de uso dos recursos também são comprometedores.

Ao voltarmos nosso olhar para o terceiro capítulo, no qual esboçamos um levantamento dos bens naturais e a problemática relacionada à sua apropriação e uso, percebemos que tais iniciativas mobilizam o fazer turismo pelo fato da facilidade de sua posse.

No município de Sacramento-MG, por intermédio de dados obtidos com os trabalhos de campo, detectamos na diversidade dos recursos naturais como cachoeiras, serras, lagos, mirantes, piscinas naturais e trilhas, uma riqueza de atrativos. A partir do envolvimento da comunidade, dos poderes constituídos localmente podem tornar-se uma opção turística para o município.

No início dos trabalhos, nossa intenção estava voltada para fazer um inventário do potencial turístico natural do município, porém ao iniciarmos nossos contatos com esses recursos percebemos que a tese também deveria abordar as responsabilidades sobre o futuro desses bens. Notamos que ao identificarmos esses atrativos, mesmo com o consentimento do proprietário e considerando as políticas públicas e o envolvimento da comunidade, o simples registro poderia colocá-los em risco.

Contudo, no meio da pesquisa tivemos de mudar nossa abordagem metodológica e passamos a analisar como estes bens naturais são tratados pelas iniciativas do turismo local e o resultado foi de certo modo surpreendente.

Ficamos sem saber sobre os reais compromissos do poder público com os recursos naturais e as comunidades do entorno ao encontrarmos fotos de cachoeiras em sites e pôsteres sem o conhecimento e consentimento do próprio proprietário. O princípio básico de um turismo democrático estaria sido quebrado e afrontado, pois não se respeitou os sujeitos e os bens envolvidos.

Nesse sentido, começamos analisando esses materiais e promovendo uma proposta conscientizadora junto aos proprietários. Os transectos elaborados anteriormente para o

levantamento dos bens naturais foram repassados e constatamos que boa parte dos bens destacados na mídia foi obtida por pessoas que visitavam os atrativos, e sem nenhuma responsabilidade disponibilizavam suas imagens.

Dessa forma, percebemos que o trabalho para a implementação do turismo no município está sendo realizado no sentido contrário, isto é, primeiro estão promovendo os atrativos como forma de projeção das “riquezas naturais do município”. Isso significa que no fazer turismo local, o poder público não se preocupa com os danos socioambientais causados por essa iniciativa.

Compreendemos que somente através de um plano de ação ético em que leve primeiramente o respeito aos bens naturais e a pessoa é que acontecerá realmente uma efetiva promoção do turismo em nível local. Tivemos o cuidado de colocar as fontes promotoras desses bens para chamar a atenção sobre sua preservação, indicando que os usos dos recursos podem ocorrer desde que haja responsabilidade e comprometimento com o lugar.

No município, são três grandes bens naturais comumente estampados nas mídias tanto pelo setor público como privado. A serra da Canastra, a Gruta dos Palhares e o Rio Grande. O curioso é que a gestão pública encarrega-se de turistificar esses bens, descaracterizando sua forma original simplesmente para agradar um público que por ali passa. A iniciativa privada para atrair o visitante estampa em nos site material publicitário com essas imagens, como verdadeiros cenários paradisíacos para descanso e fuga do estresse urbano.

Ao percorrermos o município, constatamos a veracidade sobre o potencial turístico de Sacramento evidenciado nos sites e pôlderes. Tivemos contatos com turistas completamente perdidos no espaço rural, procurando pelas “belezas naturais” e o material em mãos não os conduzia aos lugares desejados pelo fato de não haver nenhuma sinalização ou identificação.

O fato mais sério ainda está relacionado à questão dos atrativos se localizarem em áreas privadas, e as porteiras fechadas com cadeados simbolizando os limites e os impedimentos da propriedade privada para o fazer turismo.

O turista relata que uma das cachoeiras que queriam conhecer não foi possível porque não tiveram autorização e comenta: “o proprietário trancou a porteira porque vieram gente

aqui, deixou a porteira aberta, o gado misturou e fiquei sem leite no dia”, e acrescenta ainda “não sei quem falou que aqui tem cachoeira” e a mesma estava estampada no site da Prefeitura Municipal.

Assim, consideramos comprometedor o fato da gestão do turismo local, seja pública ou privada se apropriar desses recursos naturais sem nenhum comprometimento. A ação abstrai várias instituições, principalmente a propriedade privada sob o argumento de simplesmente atrair um número maior de visitante.

Acreditamos sim que seja possível promover um turismo responsável deste que haja um comprometimento entre todos que estão envolvidos no processo. Não podemos admitir que uma projeção turística seja feita ao sentido contrário, em que os atrativos são publicados sem consentimento e estudo.

É preciso trabalho junto aos setores envolvidos com o turismo local e essa será uma das contribuições desta tese, no sentido de alertá-los dos efeitos negativos desse uso indiscriminado de seus bens.

Sobre os bens culturais, arquitetônico, religiosos e gastronômicos: Ao referirmos ao levantamento dos bens culturais, do patrimônio arquitetônico, dos aspectos relacionados às regionalidades como a gastronomia, a religiosidade e às manifestações populares. Esse levantamento foi promovido junto à Secretaria de Cultura do município que ficou comprometida em catalogar todos esses bens patrimoniais sob a autorização de seus proprietários. Somente após sua publicação que utilizamos suas imagens⁴⁰.

Neste levantamento, e nos contatos diretos com o espaço rural e urbano, percebemos que o patrimônio do município de Sacramento-MG não se restringe simplesmente às suas belezas naturais, e que existe um rico patrimônio edificado na região e ainda, desconhecido por grande parte de seus moradores.

Ao recorrer nas descrições feitas por Saint Hiller em 1944 quando faz menção em “este é o futuro próximo desse lugar”, referindo-se às suas avaliações sobre o imenso

⁴⁰ Observa-se que na fonte de cada imagem que ilustra o terceiro capítulo faz referência ao Arquivo Público Municipal ou Virgínia Dollabela arquiteta e responsável pelo inventário.

chapadão do Bugre nas proximidades do Distrito de Desemboque, identificamos um descompasso na efetivação dessa observação.

Em detrimento da escassez do ouro nessa região, aos poucos a história registra a supressão local em função do aparecimento de outros centros de maior expressão e de outros lugares econômicos mais valorizados como os municípios de Araxá-MG e Uberaba-MG.

Recorremos às palavras de Carlos Brandão quando menciona:

[...] o núcleo urbano de Desemboque já foi o mais próspero da região, mas a transposição do rio Grande e criação de gado na região do uberabinha sucumbiram o lugar.

Essa citação remete às razões pelos quais se justifica a quantidade de imóveis de grande porte edificado no espaço rural do município, isto é, um período de riqueza que condicionou a circulação pela região de famílias de alto poder aquisitivo e prestígio político, construindo assim representações daquele momento histórico.

As riquezas se foram e ficaram estas edificações para contar a história do lugar, e muitas delas já estão praticamente comprometidas em função do descuido dos proprietários e da falta de valorização da gestão pública em olhar com mais cuidado pela sua história.

Na contramão desse processo, algumas iniciativas de proprietários tentam preservar esses patrimônios que são muito importantes para história local. Neste contexto, destacamos nessas situações a Fazenda Santa Maria, de cunho religioso espírita, que congrega uma filosofia de vida voltada para o nome de Eurípedes Barsanulfo e a preservação das formas originais da antiga propriedade.

Outras edificações como a antiga usina Cajuru de geração de energia, que representa o tempo da riqueza que circulava em Sacramento dos estilos neoclássicos ingleses no Brasil, passou recentemente por tombamento e manutenção.

Neste descompasso, destacamos a antiga estação ferroviária denominada Cipó, na margem mineira do rio Grande, com todo um período de riqueza e desenvolvimento

simplesmente sendo depreciado pelo vandalismo e ações da natureza desfazendo um importante marco da história do interior do Brasil.

No núcleo urbano de Sacramento-MG, temos o reflexo dos tempos áureos dos ciclos econômicos da cidade. Casarões dos antigos fazendeiros como o Sr. Ferrúcio Bonatti ilustram um período de grandeza da região durante o ciclo do café.

Considerando o conjunto arquitetônico da cidade, novos símbolos apareceram como a antiga cadeia pública se tornando o Arquivo Público Municipal, e o Museu Corália Venitez Maluf concretizando como representação simbólica da história local.

A gestão pública, pressionada por diversos setores, ficou com o papel de elaborar leis e decretos para o tombamento desses patrimônios, porém notamos a ineficiência e a falta de preocupação em destinar recursos financeiros e humanos para preservação desses bens tombados. Nestas interações a história edificada é simplesmente reconhecida como prédios antigos.

Abordando estes bens, fizemos uma avaliação também sobre as manifestações culturais no município que estão sendo utilizadas de forma descompromissada para atender o fetiche do fazer turismo.

Neste contexto, as expressões locais como as festas de Santos Reis, destacando aqui Divino Pai Eterno, sofreram grandes transformações na referida festa em um contraste com predomínio do profano. Apesar de ser um evento de cunho popular e a iniciativa comunitária, a gestão pública ajuda na sua realização por meio da melhoria de vias de acesso e outros serviços.

No evento do ano de 2008, considerado grandioso e insuportável pelos visitados, as iniciativas de poder público conseguiu amenizar o quadro no ano de 2009, dando apoio logístico como banheiros químicos, caminhões pipa para amenizar a poeira nas estradas.

Este evento poderia se tornar um meio articulador para a divulgação dos valores locais se tivesse sido preservados os fundamentos da festa. Não que as expressões de festividade não sejam presentes, mas a questão é que ela sobrepôs os valores religiosos.

A festa de nossa senhora do Desterro no Distrito de Desemboque também é outro evento em que o morador já não participa. Ao explodir os primeiros fogos de artifícios do dia da Santa e iniciar a procissão, o volume do som dos veículos de turistas, e seus ocupantes, geralmente alcoolizados, logo dão início a uma disputa entre o representante da comunidade católica, o padre e as pessoas que ignoram os rituais religiosos. Portanto, a falta de bom senso dos visitantes acaba sendo interpretada pelos devotos como um sinal de desrespeito as suas devoções.

Os moradores cada vez se sentem fora do evento porque “já não tem mais condições de circular com a família pelo pequeno distrito”, relata um morador que reclama quando a festa era para os moradores e os poucos turistas que por aqui passavam despercebidos, agora trás outro.

Neste mesmo ritmo, destacamos ainda a festa de primeiro de maio, em que se comemora o dia do trabalhador com desfile de animais, maquinários, peças e equipamentos que instrumentalizam a vida produtiva do produtor rural. Trata-se de uma transmutação total dos valores rurais, pois nem de longe parece ser um desfile representativo do homem do campo. Cabe destacar que o evento é patrocinado por uma empresa de bebida alcoólica que não se preocupa em homenagear, de forma efetiva os trabalhadores do município.

Outro destaque também é para o Encontro de Folias de Reis. Observamos com muita clareza que as apresentações se tornam uma competição e as representações simplesmente invocam um ato teatral para ser apreciada pelo volume cada vez maior de turistas reduzidos pela comida grátis.

Porém a visita anual das comemorações de Eurípedes Barsanulfo, que traz um volume de visitante bastante significativo (3 mil pessoas) e contínuo ao longo dos meses, acontece sem provocar nenhum tipo de distúrbio para a cidade. Os desencontros são ocasionados pelas próprias deficiências nos equipamentos turísticos como hotéis e restaurantes.

Porém, nem tudo está “perdido” neste confuso aproveitamento dos recursos socioespaciais valores locais pela atividade turística. O carnaval popular já foi o mais polêmico evento que acontecia em Sacramento. Durante aproximadamente cinco anos, um

investimento maciço em publicidade como o “melhor carnaval de Minas Gerais” atraiu um público que estrangulava todas as estruturas da cidade.

O morador foi afastado do evento devido ao volume de pessoas que se concentrava nas noites de folia. A população total da cidade não ultrapassava 18 mil moradores e já chegou a receber 6 mil pessoas por noite no evento. Isso trouxe contradições na ordem local, pois nestes eventos há a presença de drogas, bebidas, prostituição e consequentemente, aumento da violência.

A comunidade reagiu e se retirou do evento, e pressionou a gestão pública para tomar suas providências em respeito aos moradores. Não podemos deixar de conduzir o mérito do trabalho feito ao prefeito da época Joaquim Rosa Pinheiro, que impôs uma série de posturas tomadas, inclusive de publicar nos canais de comunicação fora da cidade que não haveria mais carnaval de rua em Sacramento-MG.

Nos últimos três anos de sua realização, o morador voltou para o evento, o número de visitantes diminuiu e o evento voltou a ser da cidade.

Sobre as iniciativas privadas na efetivação turística: Identificamos que a iniciativa privada aos pouco se efetiva comprometendo as potencialidades do município. São apropriações indevidas, desrespeito a legislação ambiental, impactos sobre os recursos naturais em nome de um suposto e contestado desenvolvimento que se divulga como sendo sustentável.

Pelo exposto compreendemos que existem iniciativas que usam determinados conceitos para justificar os usos e apropriações descomprometidas com a sua realidade.

A margem mineira do rio Grande é um verdadeiro cenário dessas mazelas geradas pelas iniciativas privadas. Neste espaço destaca-se a especulação imobiliária, as quais se projetam sobre as áreas de preservação permanente, loteando e edificando empreendimentos irregulares como os ranchos, os clubes náuticos, os bares, os restaurantes e as áreas de lazer. Toda a ação resulta em serias agressões ao meio ambiente sob a justificativa tosca e equivocada de torná-lo mais atrativo ao público.

As fazendas hotéis e os hotéis fazendas que aos poucos aparecem no cenário rural⁴¹ do município estão se tornando uma opção para o turista que procura aspecto do cotidiano rural. Um volume maior está sendo visualizado principalmente nas regiões que emitem visitantes ao Parque da Serra da Canastra, ao Distrito de Desemboque, a região do Cipó, na fazenda de Santa Maria e na Gruta dos Palhares.

Outras iniciativas identificadas no município são os eventos que acontecem durante o ano, as festas religiosas em propriedades particulares e a promoção de outras festas completam o quadro dos usos dos recursos patrimoniais do município de Sacramento.

Pelo lado do município, identificamos que a gestão pública contribui para a efetivação destes empreendimentos, melhorando o acesso às pousadas, hotéis e restaurantes e até mesmo a terraplagem alguns terrenos é feita pela prefeitura, para os eventos sua contribuição se dá através de fornecimento de água, banheiros químicos e segurança.

Assim, considerados que há uma dificuldade em delimitar até que ponto os patrimônios naturais e culturais são privados e até que ponto são públicos, pois os dois acabam se misturando nos usos e apropriações turísticas. Por um lado isso se constitui em desejo porque legitima o papel do estado como articulador do desenvolvimento desse segmento, mas, por outro lado o erro cometido pelo setor privado tem o respaldo desse mesmo poder público que não exige o cumprimento da lei.

Sobre a percepção entre visitante e visitado no fazer turismo: No confronto das informações entre o visitante e o visitado, primeiramente voltamos nossa análise para a comunidade, percebemos que, por mais que os distúrbios são causados na cidade pelo turismo, ela possui uma boa percepção sobre a atividade, bem como os recursos que são capazes de trazer para cidade. No entanto, os moradores se mostram muito preocupados com os excessos entre eles o desrespeito ao gênero, aos costumes, as tradições.

O visitado reconhece que o município possui uma riqueza natural, mas também compreende que o turista pode contribuir na destruição ou comprometimento das belezas

⁴¹ Este cenário se volta para a satisfação do cliente. O visitante deseja conviver com o rural, mas ao final do dia ele quer ar condicionado, tv, banho quente. Os insumos não são do lugar, os funcionários não são da localidade e de rural mesmo está só a localização.

existente, principalmente, quando na visitação por falta de infra-estrutura acaba deixando lixo e provocando danos ao patrimônio arquitetônico, cultural e natural.

Por outro lado, o visitante reconhece a riqueza natural do município e outros aspectos do turismo, porém, acha muito precária a forma como se lida com o turismo, principalmente nos setores de prestação de serviços e informações. Sabem que existem atrativos turísticos, mas não sabem como chegar e poucas pessoas sabem informar.

Diante de todas as informações coletadas e analisadas e com o intuito de contribuir com a gestão pública e despertar certa consciência na iniciativa privada, propomos algumas iniciativas para tornar o patrimônio dos sacramentanos uma alternativa turística. Neste propósito indicamos dois roteiros que associados ao planejamento poderiam organizar as visitas e contemplar a proteção ambiental, os valores e as identidades das pessoas do lugar, contribuindo para um ordenamento e uso democrático das potencialidades turísticas do município.

Mais uma vez percebemos que a gestão do turismo não se faz de forma unilateral. É preciso integrar o poder público, os setores privados, a comunidade e planejar ações contínuas sobre o receptivo local, oferecendo aos visitantes opções diversificadas de lazer. Compreendemos que no município há condições para a realização de várias modalidades de turismo, inclusive de passeios educativos, confortáveis e seguros, contribuindo para a participação democrática, com equilíbrio de forças entre os sujeitos sociais envolvidos (as agências de turismo, o poder público e o morador).

Dessa forma é preciso promover um turismo pautado no respeito aos valores humanos locais, a partir da cultura, da história, da gastronomia, do religioso, da comunidade e do meio ambiente, pois somente assim teremos, em Sacramento, um “cantinho de minas”.

Como o município de Sacramento-MG é divulgado como turístico falta ainda ser visto pelas futuras gerações, por futuros visitantes e principalmente, por um morador esclarecido turisticamente sobre o que se passa em seu município.

Nossas considerações sobre a viabilidade da prática da atividade turística no município de Sacramento-MG vão da indicação sobre a democratização dos usos dos recursos naturais e

culturais, até a socialização de todas as informações e debates proferidos sobre a temática. Também reconhecemos a existência de atrativos turísticos, turistas, infraestrutura e logística de serviços, bem como uma sensibilização do morador para receber o visitante.

No entanto, é preciso ainda reconhecer que as ações turísticas projetadas para o município não respeitam os atrativos, não promove uma educação ao visitante, estrangula a infraestrutura e não contempla os direitos da comunidade local, ignorando e desrespeitando seus modos de vida, a cultura e os valores locais.

Desta forma, somente teremos um município turístico a partir da democratização turística. Cabe a sociedade municipal promover um planejamento pautado em um amplo envolvimento de todos os segmentos do setor como os representantes da comunidade, dos empresários, dos proprietários rurais, dos órgãos públicos, de instituições de classe e das operadoras do receptivo. Esse envolvimento é vital para que juntos possam planejar a curto, médio e longo prazo uma ação efetiva e abrangente deste segmento no município de Sacramento-MG.

Portanto a democratização das proposições e do fazer turismo constitui-se em uma proposta para o município de Sacramento, pois entendemos que não existe uma forma acabada para a sua implantação. Assim, a participação da comunidade local pode se tornar um importante caminho para constituir arranjos e estratégias turísticas capazes de gerar recursos e promover a distribuição das riquezas por ela gerada.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. 1986. **A indústria cultural**. (Primeira edição 1947). In: COHN, Gabriel (org). Adorno. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira. Disponível em www.abih.br. Acesso em 15 de agosto de 2006.
- ALBAN, M. **Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas**, In: Encontro Nacional de **Turismo** de Base Local, Curitiba. Anais, (2004).
- ANDRADE, C.D.(org). **A lição do amigo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982, p.6.
- ARANTES, A. **Patrimônio, turismo e identidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 1984, p.9. Arquivo público de Sacramento-MG, 2008.
- ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. Campinas: Alínea, 1999.
- BALLESTRERI, A. R. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, A.F.A. e R.D. **O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: ECA/USP, 1994.
- BARBOSA, M. A.C & ZAMBONI, R.A (2000): **Formação de um “cluster” em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito**. M.S. Brasília, DF: IPEA (Texto para discussão n. 772).
- BARROS, S.M., Penha D.H.M. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, EMBRATUR, 19p. 1994.
- BIANCHINI, B. A. **Plano Diretor de Sacramento/Mapas**. Prefeitura Municipal de Sacramento. 2007.
- BECKER, B. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. In: Yázigi, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.de C.A.. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local in: RODRIGUES, A. B.(org), **Turismo e Desenvolvimento Local**, São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BENI, M. C.. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 1997.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2006.
- BORGES, P.M. **Acervo fotográfico de Sacramento**. PMS, 2008.
- BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- BOURDIEU, P. **Espaço Social e Poder Simbólico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, C.R. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

BRASIL. **Decreto-lei 9215 de 30 de abril de 1946**. Proibição das atividades de cassino. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 1946.

BRASIL, **Decreto-Lei no. 55.66 de 18 de novembro de 1966**, Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 1966.

BRASIL, **Artigo 13 do Decreto 55**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Resoluções do Conselho Nacional do Turismo. Brasília, DF, 1946.

BRASIL, O **Decreto-Lei 2.294 de novembro de 1986**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 1986.

BRASIL, O **Decreto 448/92 da Lei no 8.181/01**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 2001.

BRASIL, Ministério do Planejamento, 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, **Lei Federal nº10.257 de 10 de julho de 2001**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº.3924 de 26 de junho de 1961**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 1961.

BRASIL. **Lei federal 25 /1937. Diário Oficial** (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 1937.

BRASIL. **Lei nº.1043 de 2007**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 2007.

BRASIL, MG. **Decreto-Lei nº25/37** nas outras esferas. Diário Oficial (Estado de Minas Gerais), Belo Horizonte, MG, 2002.

BRASIL, MG. **Lei no. 13.341**, Cria Secretaria de Turismo, 1999. Diário Oficial (Estado de Minas Gerais), Belo Horizonte, MG, 1999.

BRASIL, MG. **Lei no. 43.321, 2003**. Regulamentação jurídica dos roteiros mineiros. (Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais), Belo Horizonte, MG, 2003.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª. Ed. São Paulo: edusp, 2003. (Coleção Ensaio Latino-Americanos)

CAPRI, R. **O Município de Uberabinha**, São Paulo, Capri, Andrade & Cia., 1916.

_____, N.G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, Rio de Janeiro, n.23, p. 94-115, 1994.

CARLOS, A.F.A. e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

_____, **O turismo e a produção do não-lugar**. In: Eduardo Yasigi (org.). **Turismo Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARVALHO, M. I. **Turismo em espaço rural**. *Actas das 4.^{as} Jornadas sobre Ambiente Cárstico*. Porto de Mós. 1994.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Geografia e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERCHI, C.A. **Os bondes de Sacramento**. Uberaba: Pinti, 1991. p.93-104. Circuito da Serra da Canastra e o Circuito Turístico dos Lagos. Araxá-MG. Disponível em www.circuitodoslagos.com.br/circuitodoslagos, acesso em 26.06.2008

CEZAR, T.F. **Mémoria fotográfica do Desemboque**. Fundação Peirópolis, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural: o estado da arte**. In: CORRÊA, R.L. et al. (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

CLAVAL, Paul. **A paisagem dos geógrafos**. In: CORREA, R.C.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 13-73.

COMTUR - **Conselho Municipal de Turismo** – COMTUR, 2008.

CONDEPLAC - **Conselho desenvolvimento do Patrimônio Cultural**. 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **A produção da Imagem dos Lugares Turísticos**. Cabedelo – PB: LABTUR, 2002.

CORRÊA, R.L. Espaço – Um Conceito Chave da Geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. org.: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ, M. Soure, **Pérola do Arquipélago do Marajó**. Belém: Ed. M.M. Lima, 1999.

CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2000.

_____, (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CREMA, F. **Catálogo de fotos do município de Sacramento**. Maritaca Turismo. 2007.

CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do patrimônio, 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997.

- DE LA TORRE, O. P. **El turismo, fenómeno social**. Ciudad de México: México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DENCKER, A.F.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo** – política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- DOLABELLA, V. **Iventário de propriedades rurais de Sacramento-MG**. Secretaria Municipal de Cultura, Sacramento: MG.2008.
- EMBRATUR, **Empresa Brasileira de Turismo**. Disponível em www.embratur.gov.br, acesso em 15 de agosto de 2006.
- EMATER** – EMPRESA MINEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2006.
- FRANCIS, T. **Registros e trabalhos de campo no Sertão da Farinha Pobre**. Fundação Peirópolis. 2006
- FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas (SP): Papirus, 2006.
- GALETI P. A. **Práticas de Controle à Erosão**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987, 278p.
- GUERRA, A.J.T. Processos Erosivos nas Encostas. In: **Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p-p. 149-209. 1994.
- IBGE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. 2007.
- IMA - **INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA**. 2009.
- INSTITUTO CULTURAL LEOPOLDINA GEOVANA DE ARAÚJO. 2007.
- IRVING, M.A. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Futura, 2002.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais. Brasília**: Ministério da Cultura/iphane, 1995 (Caderno de documentos no. 3).
- JACOB, R. **Minas no XX Século**. s/l, Gomes, Irmãos & Cia., 1911. Jornal O Estado do Triângulo. Sacramento-MG. 1998.
- JAFARI, J. “**Tourism’s Landscape of Knowledge**,” Revista: Harvard Review of Latin America. www.drclas.fas.harvard.edu/index.pl/publications/revista. RODRIGUES, 1977: 161).
- KNAFOU, R. **Turismo e Território**. Por uma abordagem científica do turismo. 1996. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo – para uma compreensão do lazer e das viagens**, Civilização Brasileira, R.J. 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisséia. 1991.

LINDBERG, K. & HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. 289p.

MICT - **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO**. 1997.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. 2002.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO. **Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas 1996-1999**. Brasil: MICT, 1996.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo 8 anos: retratos de uma caminhada**. Brasil: MET, 2002.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **O Turismo e o Ajuste da Conta Corrente do Brasil**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2002.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa Avança Brasil: Relatório Anual de Avaliação PPA 2000-2003**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003 – 2007**. Brasil: MT, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Turístico**. Brasil: MT, 2007.

NOGUEIRA, A.R.B. **Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar** São Paulo: Contexto, 2002.

NABUT, J.A. (Coord.) **Desemboque: Documentário Histórico e Cultural**. Uberaba, ALTM, 1986.

NETO, A.T. **Os Caminhos de Ontem e de Hoje em Direção Goiás-Tocantins**. Boletim Goiano de Geografia. 21(1): 51-68. Jan/Jul.2001.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUCSP. 1993.

OMT - **Organização Mundial do Turismo**. 1996.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 4ª ed.

PETROCCHI, M. **Gestão de Pólos Turísticos**, São Paulo, Futura, 2001.

PNMT - **Plano Nacional de Municipalização do Turismo**, 1996.

PONTES, H. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Uberaba, ALTM, 1970.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**, São Paulo HUC1TEC, 1999.

PRODETUR - **Programa de Desenvolvimento do Turismo**. 2007.

PUC - **PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA**, Belo Horizonte-MG, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RESENDE, R. **Imagem do turismo de Sacramento**. Jornal O Triângulo. 2006.

RFFSA - **Rede Ferroviária Federal S.A.** (2006)

RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 117-137.

ROSA, J. G. **Manuelzão e Miguilim**. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROSENDAHL, Z. C. **Matrizes da geografia cultural**. 1 ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2001.

SACRAMENTO-MG. **A lei municipal no. 548** de 19 de junho de 1996.

SACRAMENTO. **Decreto Lei-no. 43.321** de oito de maio de 2003.

SACRAMENTO-MG. **Decreto-Lei nº. 25**.

SACRAMENTO-MG. **O Decreto Lei 25/1937**.

SACRAMENTO-MG. **Decreto-lei 25/1937**.

SACRAMENTO-MG. **Lei Municipal nº. 230 de 15 de junho**.

SACRAMENTO-MG. **Lei Municipal nº. 230 de 15 de junho de 1989**.

SACRAMENTO-MG. **Lei nº. 230/89**.

SACRAMENTO-MG. **Lei 3769 art. 5º**.

SACRAMENTO-MG. **Lei 536 de 31 de março de 1997**.

SACRAMENTO-MG. **Decreto Municipal nº095** de 12 de maio de 2006.

SACRAMENTO-MG. **Lei nº. 383 de 1983**.

SACRAMENTO-MG. **Decreto Municipal nº. 175** de 30 de julho de 2007.

SACRAMENTO-MG. **Lei nº. 240 de 18/08/1982**.

- SACRAMENTO-MG. **Lei nº. 619 de 1998.**
- SACRAMENTO-MG. **Lei municipal nº. 257 de 1983.**
- SACRAMENTO-MG. **Decreto nº. 058 de 2007.**
- SACRAMENTO-MG. **Lei Municipal nº257** de 17 de janeiro de 1983.
- SACRAMENTO-MG. **Decreto Estadual n.º23.810** de 14 de agosto de 1984.
- SACRAMENTO-MG **Lei Municipal nº. 1044** de julho de 2007.
- SACRAMENTO-MG. **Lei Municipal n.º 406** de 1993.
- SACRAMENTO-MG. **Lei nº. 208** em 1989.
- SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. **Anuário.** 1999
- SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS, 2009
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Sacramento,2007.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Sacramento, 2008.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e Pela Província de Goiás (reedição).** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Rosselvelt José. (Re)Ocupação do Cerrado: novas gentes outras identidades. *In:* ALMEIDA, Maria Geralda *et. al.* **Geografia e cultura:** os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Ed. Vieira, 2008, p. 98-136.
- SCALON, L. **Memória Fotográfica de Sacramento.** 1991.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2ª Edição, 1999.
- A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- SEBRAE. **SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AO PEQUENO E MEDIO EMPRESÁRIO,** 2006.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, Sacramento-MG. 2007.
- SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA-MG. Disponível em www.sef.mg.br acesso em 20 de julho de 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Sacramento-MG, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sacramento-MG, 2007.

SENAC. SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2006.

SILVA, A.P. **Os Primórdios do Atacado no Triângulo**. Correio de Uberlândia. Agosto de 1988. (mimeo).

SILVA, P.G. **Identidade, Territorialidade e Ecologismo**: o caso da Lagoa do Abaeté. Caderno CRH. Salvador, n.18,1993, p.119.

SILVA, P. S. **Trabalhos de campo no município de Sacramento-MG**.2006.

-----, **Trabalhos de campo no município de Sacramento-MG**, 2008.

SILVEIRA, C. & MEDAGLIA, J. **A influência da ideologia do capitalismo industrial no desenvolvimento do turismo de massa europeu e suas conseqüências na política nacional do turismo brasileiro**. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado – história oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

TRIGO, L.G.G. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas: Papirus, 1993.

TUAN, Y.F. Geografia Humanística. In: Antônio Christofletti (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel. 1985.

TURMINAS. **EMPRESA MINEIRA DE TURISMO**, 1999.

UFMG - **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, Belo Horizonte-MG, 2008.

VÁZQUEZ, B. A. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo**, Pirámide, Madrid, 1988.

WALKER, D. **O cliente em primeiro lugar: o atendimento e a satisfação do cliente como uma arma poderosa de fidelidade e vendas**. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Makron, 1991.

YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. 226 p. 11-28.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2ª. Ed. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WWW. **Sacrahome.com.br**, acesso no dia 20 de junho de 2008.

WWW. **Jornalestadodotriangulo.com.br**, acesso dia 19 de agosto de 2008;

ZAPATA, T. 2004. **Estratégias de desenvolvimento local**. Disponível: www.cati.sp.gov.br. Acesso em: 20 mar. 2007.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DE VISITANTE



instituto de geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. NOME:

1.2. IDADE:

1.3. GÊNERO (SEXO):

1.4. CIDADE ORIGEM:

1.5. QUAL SUA RENDA:

2. PERCEPÇÃO DO VISITANTE

2.1 O Sr.(a) já visitou a cidade de Sacramento-MG

() sim () não

2.2 Quantas vezes

() 2 () 3 () 4 () cinco e acima

2.2 De que forma o sr(a) obteve informações sobre Sacramento-MG

() TV () Folders\jornalrenda () amigos\parentes () outros

2.4 Qual sua opinião sobre o acesso até a cidade de Sacramento-MG

() bom () ruim () péssimo

2.5 Enumere as opções que fazem com que o sr(a) retorne a cidade de Sacramento-MG

() Questões religiosas () Visita a parentes () carnaval () Conhecer a região

() Descanso\lazer () outros

2.6 Qual o meio de hospedagem o Sr(a) utiliza ao pernoitar na cidade de Sacramento-MG

() Hotel\pousada () residência parente\amigo () aluguel de casa

2.7 Onde são realizadas as refeições na cidade

() Restaurantes () Lanchonetes () Casa parentes\amigos

2.8 A cidade de Sacramento possui infra-estrutura para receber visitante

() sim () não – se optar pela opção “não” indique quais.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DE VISITADO ÁREA URBANA



instituto de geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. NOME:
- 1.2. IDADE:
- 1.3. GÊNERO (SEXO):
- 1.4. RESIDE EM QUAL BAIRRO:
- 1.5. PROFISSÃO/OCUPAÇÃO:
- 1.6. QUAL SUA RENDA:

2. PERCEPÇÃO DO VISITADO

2.1 O Sr.(a) Sabe o que significado da expressão turismo.

() sim () não – se optar pelo sim como seria.

2.2 O Sr(a) acredita que o turismo trás benefícios para a cidade de Sacramento-MG.

() sim () não

Quando sim quais:

Quando não quais:

2.3 O Sr(a) acredita que a cidade de Sacramento-MG possui infraestrutura para receber o turismo

() sim () não

2.4 Utilize o espaço abaixo para escrever sua opinião.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DE VISITADO ÁREA RURAL



instituto de geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. NOME:
- 1.2. IDADE:
- 1.3. GÊNERO (SEXO):
- 1.4. LOCALIDADE QUE RESIDE NO MUNICÍPIO:
- 1.5. OCUPAÇÃO:
- 1.6. TIPO DE PROPRIEDADE:
- 1.7. RENDA:

2. PERCEPÇÃO DO VISITADO

2.1 O sr(a) reside na propriedade.

() sim () não – quando não (responda a próxima questão)

2.2 Quantas vezes o Sr(a) visita a propriedade

() todos os dias () por semana () por mês () aleatórias

2.3 O Sr(a) conhece o significado da expressão turismo

() sim () não

2.4 O Sr(a) acredita que o município possui pontos turísticos

() sim () não

2.5 Quais as vantagens que o Sr(a) acredita que o movimento de pessoas trás para lugar

_____, _____, _____,

2.6 Quais as desvantagens que o Sr(a) acha que turismo trás.

_____, _____, _____, _____

2.7 O Sr(a) aceitaria receber visitante em sua residência.

() sim () não – quando sim indique a periodicidade e dias.

() qualquer época do ano () férias julho\janeiro () feriado () fim de semana

() 1 dia () 2 dias () 3 dias () 4 dias () acima